

BRASILIANA

QUINTA SÉRIE DA

BIBLIOTECA PEDAGÓGICA BRASILEIRA

SOB A DIREÇÃO DE FERNANDO DE AZEVEDO

Volumes publicados:

ANTROPOLOGIA E DEMOGRAFIA

- 4 — Oliveira Vianna: *Raça e Assimilação* — 3.^a edição (aumentada).
- 8 — Oliveira Vianna: *Populações Meridionais do Brasil* — 4.^a edição.
- 9 — Nina Rodrigues: *Os Africanos no Brasil* — (Revisão e prefácio de Homero Pires). Profusamente ilustrado — 2.^a edição.
- 22 — E. Roquette-Pinto: *Ensaio de Antropologia Brasileira*.
- 27 — Alfredo Ellis Júnior: *Populações Paulistas*.
- 59 — Alfredo Ellis Júnior: *Os Primeiros Troncos Paulistas e o Cruzamento Euro-Americano*.

ARQUEOLOGIA E PREHISTÓRIA

- 84 — Angione Costa: *Introdução à Arqueologia Brasileira* — Ed. ilustrada.
- 37 — Aníbal Matos: *Prehistória Brasileira — Vários Estudos* — Ed. il.
- 48 — Aníbal Matos: *Peter Wilhelm Lund no Brasil — Problemas de Paleontologia Brasileira*. Ed. ilustrada.

BIOGRAFIA

- 2 — Pandiá Calogeras: *O Marquês de Barbacena* — 2.^a edição.
- 11 — Luis da Câmara Cascudo: *O Conde d'Eu* — Vol. ilustrado.
- 07 — Luis da Câmara Cascudo: *O Marquês de Olinda e seu tempo (1798-1870)* — Edição ilustrada.
- 18 — Visconde de Taunay: *Pedro II, 2.^a edição*.
- 20 — Alberto de Faria: *Mauá* (com tres ilustrações fora do texto).
- 54 — Antônio Gontijo de Carvalho — *Calógeras*.
- 65 — João Dornas Filho: *Silva Jardim*.
- 73 — Lúcia Miguel-Pereira: *Machado de Assiz* — (Estudo Crítico-Biográfico) — Edição ilustrada.
- 79 — Craveiro Costa: *O Visconde de Sinimbu* — Sua vida e sua atuação na política nacional — 1840-1889.
- 81 — Lemos Brito: *A Gloriosa Sotaina do Primeiro Império* — Frei Caneca — Edição ilustrada.

- 85 — Wanderley Pinho: *Cotegipe e seu Tempo* — Ed. ilustrada.
- 88 — Hêlio Lobo: *Um Varão da República*: Fernando Lobo.
- 114 — Carlos Süssekind de Mendonça: *Sílvio Romero — Sua Formação Intelectual — 1851-1880* — Com uma introdução bibliográfica — Ed. ilustr.
- 119 — Sud Mennucci: *O Precursor do Abolicionismo* — Luiz Gama — Ed. ilustrada.
- 120 — Pedro Calmon: *O Rei Filósofo — Vida de D. Pedro II* — 2.^a Edição ilustrada.
- 133 — Heitor Lyra: *História de Dom Pedro II — 1825-1891*. 1.^o Vol.: "Ascensão" — 1825-1870 — Ed. il.
- 133-A — Heitor Lyra: *História de Dom Pedro II — 1825-1891*. 2.^o Volume "Fastígio" (1870-1880) Ed. ilustrada.
- 135 — Alberto Pizarro Jacobina: *Dias Carneiro (O Conservador)* — Ed. il.
- 136 — Carlos Pontes: *Tavares Bastos (Aureliano Cândido) 1839-1875*.
- 140 — Hermes Lima: *Tobias Barreto — A Época e o Homem* — Ed. ilustr.
- 143 — Bruno de Almeida Magalhães: *O Visconde de Abaeté* — Ed. ilustr.
- 144 — V. Corrêa Filho: *Alexandre Rodrigues Ferreira — Vida e Obra do Grande Naturalista Brasileiro* — Ed. ilustrada.
- 153 — Mário Matos: *Machado de Assiz. (O Homem e a Obra. Os personagens explicam o autor)*. Ed. ilustr.
- 157 — Otávio Tarquínio de Souza: *Evaristo da Veiga* — Edição ilustrada. "Homens da Regência". Ed. ilustrada.
- 166 — José Bonifácio de Andrada e Silva: *O Patriarca da Independência* — Dezembro 1821 a Novembro 1823.
- 177 — Jonathas Serrano: *Farias Brito — O Homem e a Obra*.

BOTANICA E ZOOLOGIA

- 71 — F. C. Hoehne — *Botânica e Agricultura no Brasil no Século XVI* — (Pesquisas e contribuições).
- 77 — C. de Melo-Leitão: *Zoologia do Brasil* — Edição ilustrada.
- 99 — C. de Melo-Leitão: *A Biologia no Brasil*.

CARTAS

- 12 — Wanderley Pinho: **Cartas do Imperador Pedro II ao Barão de Cote-gipe** — Ed. ilustrada.
- 38 — Rui Barbosa: **Mocidade e Exílio** (Cartas inéditas. Prefaciadas e anotadas por Américo Jacobina Lacombe) — Ed. ilustrada.
- 61 — Conde d'Eu: **Viagem Militar ao Rio Grande do Sul** (Prefácio e 19 cartas do Príncipe d'Orleans, comentadas por Max Fleiuss) — Edição ilustrada.
- 109 — Georges Raeders: **D. Pedro II e o Conde de Gobineau** (Correspondência inédita).
- 142 — Francisco Venâncio Filho: **Euclides da Cunha e seus Amigos** — Edição ilustrada.

DIREITO

- 110 — Nina Rodrigues: **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil** — Com um estudo do Prof. Afrânio Peixoto.
- 165 — Nina Rodrigues — **O Alienado no Direito Civil Brasileiro** — 3.^a Edição.

ECONOMIA

- 90 — Alfredo Ellis Júnior: **Evolução da Economia Paulista e suas Causas** — Edição ilustrada.
- 100 e 100-A — Roberto Simonsen: **História Econômica do Brasil** — Ed. ilustrada em 2 tomos.
- 152 — J. F. Normano: **Evolução Econômica do Brasil** — Tradução de T. Quartim Barbosa, R. Peake Rodrigues e L. Brandão Teixeira.
- 155 — Lemos Brito: **Pontos de partida para a História Econômica do Brasil**.
- 160 — Luiz Amaral: **História Geral da Agricultura Brasileira** — No triplícite aspecto Político-Social-Econômico — 1.^o volume.
- 162 — Bernardino José de Souza: **O Pau-Brasil na História Nacional** — Com um capítulo de Artur Neiva e parecer de Oliveira Vianna. Edição ilustrada.

EDUCAÇÃO E INSTRUÇÃO

- 66 — Primitivo Moacir: **A Instrução e o Império** (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 1.^o volume — 1823-1853.
- 87 — Primitivo Moacir: **A Instrução e o Império** (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 2.^o volume — Reformas do ensino — 1854-1888.

- 121 — Primitivo Moacir: **A Instrução e o Império** (Subsídios para a História da Educação no Brasil) — 3.^o volume — 1854-1889.
- 147 — Primitivo Moacir: **A Instrução e as Províncias** (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1825-1889 — 1.^o vol. Das Amazonas às Alagoas.
- 147-A — Primitivo Moacir: **A Instrução e as Províncias** (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 1825-1889 — 2.^o Volume: Sergipe, Bala, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato-Grosso.
- 147-B — Primitivo Moacyr: **A Instrução e as províncias** — (Subsídios para a História da Educação no Brasil) 3.^o Tomo: Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- 98 — Fernando de Azevedo: **A Educação Pública em São Paulo** — Problemas e discussões (Inquirido para "O Estado de S. Paulo" em 1926).

ENSAIOS

- 1 — Batista Pereira: **Figuras do Império e outros ensaios** — 2.^a edição
- 6 — Batista Pereira: **Vultos e episódios do Brasil** — 2.^a edição.
- 26 — Alberto Rangel: **Rumos e Perspectivas**.
- 41 — José-Maria Belo: **A inteligência do Brasil** — 8.^a edição.
- 43 — A. Saboia Lima: **Alberto Tórres e sua obra**.
- 56 — Charles Expilly: **Mulheres e Costumes do Brasil** — Tradução, prefácio e notas de Gastão Penalva.
- 70 — Afonso Arinos de Melo Franco: **Conceito de Civilização Brasileira**.
- 82 — C. de Melo-L Leitão: **O Brasil Visto Pelos Ingleses**.
- 105 — A. C. Tavares Bastos: **A Província** — 2.^a edição.
- 151 — A. C. Tavares Bastos: **Os Males do Presente e as Esperanças do Futuro** — (Estudos Brasileiros) — Prefácio e notas de Cassiano Tavares Bastos.
- 116 — Agenor Augusto de Miranda: **Estudos Piauienses** — Edição ilustrada.
- 150 — Roy Nash: **A Conquista do Brasil** — Tradução de Moacir N. Vasconcelos — Edição ilustrada.

ETNOLOGIA

- 30 — E. Roquette Pinto: **Rondônia** — 3.^a Edição (aumentada e ilustrada).
- 44 — Estevão Pinto: **Os Indígenas do Nordeste** (com 15 gravuras e mapas) — 1.^o Tómo.

- Artevão Pinto: Os Indígenas do Nordeste — 2.º Tomo (Organização e estrutura social dos Indígenas do nordeste brasileiro).
- 52 — General Couto de Magalhães: O selvagem — 4.ª edição completa, com parte original Tupi-guaraní.
- 60 — Emílio Rivasseau: A vida dos índios Guaicurús — Edição ilustrada.
- 75 — Afonso A. de Freitas: Vocabulário Nheengatú (vernaculizado pelo português falado em São Paulo) — Língua Tupi-Guarani (com 3 ilustrações fora do texto).
- 92 — Almirante Antônio Alves Câmara: Ensaio Sobre as Construções Navais-Indígenas do Brasil — 2.ª edição ilustrada.
- 101 — Herbert Baldus: Ensaio de Etnologia Brasileira — Prefácio de Afonso de E. Taunay — Edição ilustrada.
- 139 — Anglone Costa: Migrações e Cultura Indígena — Ensaio de arqueologia e etnologia do Brasil — Ed. il.
- 154 — Carlos Fr. Phill Von Martius: Natureza, Doenças, Medicina e Remédios dos Índios Brasileiros (1844) Trad. Prefácio e notas de Pirajá da Silva. Ed. ilustrada.
- 163 — Major Lima Figueiredo: Índios do Brasil — Prefácio do General Rondon — Edição ilustrada.

FILOLOGIA

- 25 — Mário Marroquim: A língua do Nordeste.
- 46 — Renato Mendonça: A influência africana no português do Brasil — Ed. ilustrada.
- 164 — Bernardino José de Souza: Dicionário da Terra e da Gente do Brasil — 4.ª edição da "Onomástica Geral da Geografia Brasileira".
- 178 — Artur Neiva. — Estudos da Língua Nacional.
- 179 — Edgard Sanches: Língua Brasileira — 1.º Tomo.

FOLCLORE

- 57 — Flausino Rodrigues Vale: Elementos do Folclore Musical Brasileiro.
- 103 — Sousa Carneiro: Mitos Africanos no Brasil — Edição ilustrada.

GEOGRAFIA

- 30 — Cap. Frederico A. Rondon: Pelo Brasil Central — Ed. ilustrada, 2.ª edição.
- 33 — J. de Sampaio Ferraz: Meteorologia Brasileira.

- 35 — A. J. Sampaio: Fitogeografia do Brasil — Ed. ilustrada — 2.ª edição.
- 53 — A. J. de Sampaio: Biogeografia dinâmica.
- 45 — Basílio de Magalhães: Expansão Geográfica do Brasil Colonial.
- 63 — Raimundo Moraes: Na Planície Amazônica — 5.ª edição
- 80 — Osvaldo R. Cabral: Santa Catarina — Edição ilustrada.
- 86 — Aurélio Pinheiro: À Margem do Amazonas — Ed. ilustrada
- 91 — Orlando M. de Carvalho: O Rio da Unidade Nacional: O São Francisco — Edição ilustrada.
- 97 — Lima Figueiredo: Oeste Paranaense — Edição ilustrada.
- 104 — Araujo Lima: Amazônia — A Terra e o Homem — (Introdução à Antropogeografia).
- 106 — A. C. Tavares Bastos: O Vale do Amazonas — 2.ª edição.
- 138 — Gustavo Dadt: Descrição dos Rios Parnaíba e Gurupí — Prefácio e notas de Gustavo Barroso — Ed. il.

GEOLOGIA

- 102 — S. Fróes Abreu: A riqueza mineral do Brasil.
- 134 — Pandiá Calógeras: Geologia Econômica do Brasil — (As minas do Brasil e sua Legislação) — Tomo 3.º. Distribuição geográfica dos depósitos auríferos. Edição refundida e atualizada por Djalma Guimarães.

HISTÓRIA

- 10 — Oliveira Vianna: Evolução do Povo Brasileiro — 3.ª edição (ilustrada).
- 13 — Vicente Licínio Cardoso: À margem da História do Brasil, 2.ª Ed.
- 14 — Pedro Calmon: História da Civilização Brasileira — 4.ª edição.
- 40 — Pedro Calmon: História Social do Brasil — 1.º Tomo — Espírito da Sociedade Colonial — 2.ª edição. Ilustrada (com 13 gravuras).
- 83 — Pedro Calmon: História Social do Brasil — 2.º Tomo — Espírito da Sociedade Imperial. Ed. Ilustrada.
- 173 — Pedro Calmon: História Social do Brasil — 3.º Tomo — A Época Republicana.
- 176 — Pedro Calmon: História do Brasil — 1.º Tomo: "As Origens" — 1500-1600.
- 15 — Pandiá Calógeras: Da Regência à queda de Rozas — 3.º volume (da série "Relações Exteriores do Brasil").

- 42 — Pandiá Calógeras: **Formação Histórica do Brasil** — 3.^a edição (com 3 mapas fora do texto).
- 23 — Evaristo de Moraes: **A escravidão africana no Brasil.**
- 36 — Alfredo Ellis Júnior: **O Bandeirismo Paulista e o Recôdo do Meridiano** — 2.^a edição.
- 87 — J. F. de Almeida Prado: **Primeiros Povoadores do Brasil** — (Ed. ilustrada), 2.^a edição.
- 47 — Manoel Bomfim: **O Brasil** — Com uma nota explicativa de Carlos Mauil.
- 48 — Urbino Viana: **Bandeiras e sertanistas Baianos.**
- 49 — Gustavo Barroso: **História Militar do Brasil** — Ed. ilustrada (com 50 gravuras e mapas).
- 76 — Gustavo Barroso: **História secreta do Brasil** — 1.^a parte: "Do descobrimento à abdição de Pedro I" — Edição ilustrada, 3.^a edição.
- 64 — Gilberto Freire: **Sobrados e Mucambos** — Decadência patriarcal e rural no Brasil — Edição ilustrada.
- 69 — Prado Maia: **Através da História Naval Brasileira.**
- 89 — Coronel A. Lourival de Moura: **As Forças Armadas e o Destino Histórico do Brasil.**
- 93 — Serafim Leite: **Páginas da História do Brasil.**
- 94 — Salomão de Vasconcelos: **O Fico — Minas e os Mineiros da Independência** — Edição ilustrada.
- 108 — Padre Antônio Vieira: **Por Brasil e Portugal** — Sermões comentados por Pedro Calmon.
- 111 — Washington Luiz: **Capitania de São Paulo** — Governo de Rodrigo Cesar de Menezes — 2.^a edição.
- 117 — Gabriel Soares de Sousa: **Tratado Descritivo do Brasil em 1587** — Comentários de Francisco Adolfo Varnhagen — 3.^a edição.
- 123 — Hermann Wätjen: **O Domínio Colonial Holandês no Brasil** — Um Capítulo da História Colonial do Século XVII — Tradução de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti.
- 124 — Luiz Norton: **A Côrte de Portugal no Brasil** — Notas, documentos diplomáticos e cartas da Imperatriz Leopoldina — Edição ilustrada.
- 125 — João Dornas Filho: **O Padroado e a Igreja Brasileira.**
- 127 — Ernesto Ennes: **As Guerras nos Palmares (Subsídios para sua história)** 1.^o Vol.: Domingos Jorge Velhe e a "Tróia Negra" — Prefácio de Afonso de E. Taunay.
- 128 e 128-A — Almirante Custódio José de Melo: **O Governo Provisório e a Revolução de 1893** — 1.^o Volume, em 2 tomos.
- 132 — Sebastião Pagano: **O Conde dos Arcos e a Revolução de 1817** — Edição ilustrada.
- 146 — Aurélio Pires: **Homens e fatos do meu tempo.**
- 149 — Alfredo Valadão: **Da aclamação à maioridade, 1822-1840** — 2.^a edição.
- 158 — Walter Spalding: **A Revolução Farroupilha (História popular da grande decênio — 1835-1845** — Edição ilustrada.
- 159 — Carlos Seidler: **História das Guerras e Revoluções do Brasil de 1825-1835** — Trad. de Alfredo de Carvalho. Prefácio de Silvio Cravo.
- 168 — Padre Fernão Cardim: **Tratados da Terra e da Gente do Brasil** — Introduções e Notas de Batista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia — 2.^a edição.
- 170 — Nelson Werneck Sodré: **Panorama de Segundo Imperio.**
- 171 — Basílio de Magalhães: **Estudos de História do Brasil.**
- 174 — Basílio de Magalhães: **O Café** — Na História, no Folclore e nas Belas-Artes.

MEDICINA E HIGIENE

- 29 — Josué de Castro: **O problema da alimentação no Brasil** — Prefácio do prof. Pedro Escudero, 2.^a edição.
- 51 — Otávio de Freitas: **Doenças africanas no Brasil.**
- 129 — Afrânio Peixoto: **Clima e Saúde** — Introdução bio-geográfica à civilização brasileira.

POLÍTICA

- 3 — Alcides Gentil: **As idéias de Alberto Tôrres** — (síntese com índice remissivo) — 2.^a edição.
- 7 — Batista Pereira: **Diretrizes de Rui Barbosa** — (Segundo textos escolhidos) — 2.^a edição.
- 21 — Batista Pereira: **Pelo Brasil Maior.**
- 16 — Alberto Tôrres: **O Problema Nacional Brasileiro**, 2.^a edição.
- 17 — Alberto Tôrres: **A Organização Nacional**, 2.^a edição.
- 24 — Pandiá Calógeras: **Problemas de Administração**, 2.^a edição.
- 67 — Pandiá Calógeras: **Problemas de Governo** — 2.^a edição.
- 74 — Pandiá Calógeras: **Estudos Históricos e Politicos** — (Res Nostra...) — 2.^a edição.

- 31 — Azevedo Amaral: O Brasil na crise atual.
- 50 — Mário Travassos: Projeção Continental do Brasil — Prefácio de Pandiá Calógeras — 3.ª edição ampliada.
- 55 — Hildebrando Accioly: O Reconhecimento do Brasil pelos Estados Unidos da América.
- 181 — Hildebrando Accioly: Limites do Brasil — A fronteira com o Paraguai — Edição ilustrada com 8 mapas fora do texto.
- 84 — Orlando M. Carvalho: Problemas Fundamentais do Município — Ed. ilustrada.
- 96 — Osório da Rocha Diniz: A Política que Convém ao Brasil.
- 115 — A. C. Tavares Bastos: Cartas do Solitário — 3.ª edição.
- 122 — Fernando Sabeia de Medeiros: A Liberdade de Navegação do Amazonas — Relações entre o Império e os Estados Unidos da América.
- 141 — Oliveira Vianna: O Idealismo da Constituição — 2.ª edição aumentada.
- 169 — Hello Lobo: O Pan-Americanismo e o Brasil.
- 172 — Nestor Duarte: A Ordem Privada e a Organização Política Nacional (Contribuição à Sociologia Política Brasileira).
- VIAGENS
- 5 — Augusto de Saint-Hilaire: Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a S. Paulo (1822) — Trad. e pref. de Afonso de E. Taunay. — 2.ª edição.
- 58 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem à Província de Santa-Catarina (1820) — Tradução de Carlos da Costa Pereira.
- 68 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiaz — 1.º tomo — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa.
- 78 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela Província de Goiaz — 2.º tomo — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa.
- 72 — Augusto de Saint-Hilaire — Segunda viagem ao interior do Brasil — “Espírito Santo” — Trad. de Carlos Madeira.
- 126 e 126-A — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem pelas províncias de Rio de Janeiro e Minas-Gerais — Em dois tomos — Edição ilustrada — Tradução e notas de Clado Ribeiro de Lessa.
- 167 — Augusto de Saint-Hilaire: Viagem ao Rio Grande do Sul — 1820-1821 — Tradução de Leonam de Azeredo Pena — 2.ª edição ilustr.
- 19 — Afonso de E. Taunay: Visitantes do Brasil Colonial (Sec. XVI-XVIII), 2.ª edição.
- 28 — General Couto de Magalhães: Viagem ao Araguaia — 4.ª edição.
- 32 — C. de Melo-Lettão: Visitantes do Primeiro Império — Ed. ilustrada (com 19 figuras).
- 62 — Agenor Augusto de Miranda: O Rio São Francisco — Edição ilustrada.
- 95 — Luiz Agassiz e Elizabeth Cary Agassiz: Viagem ao Brasil — 1865-1866 — Trad. de Edgard Susekind de Mendonça. Edição ilustrada.
- 113 — Gastão Gruls: A Amazônia que eu Vi — Óbidos — Tumuc-Humac — prefácio de Roquette Pinto — Ilustrado — 2.ª edição.
- 118 — Von Spix e Von Martius: Através da Baía — Excertos de “Reise in Brasilien” — Tradução e notas de Pirajá da Silva e Paulo Wolf.
- 180 — Major Frederico Rondon: Na Rondônia Ocidental — Ed. ilustr.
- 145 — Silveira Neto: Do Guará aos Saltos do Iguassú — Ed. ilustrada.
- 156 — Alfred Russel Wallace: Viagens pelo Amazonas e Rio Negro — Tradução de Orlando Tôrres e Prefácio de Basílio Magalhães.
- 161 — Rezende Rubim: Reservas de Brasilidade — Edição ilustrada.

NOTA: Os números referem-se aos volumes por ordem cronológica de publicação.

Edições da
COMPANHIA EDITORA NACIONAL
 Rua dos Gusmões, 118/140 — São Paulo

LINGUA
BRASILEIRA

1439

EDGARD SANCHES

2
Amoy
194

LINGUA BRASILEIRA

1.º TOMO



COMPANHIA EDITORA NACIONAL
S. Paulo — Rio — Recife — Porto-Alegre

1940

FAC. EDUCAÇÃO - BIBLIOTECA

INDICE

Introdução pg. XXVI

CAPITULO I

VELHA CONTROVERSIA

I

AS OBSERVAÇÕES DO VISCONDE DA PEDRA BRANCA

“Antiguidade dos Brasileirismos” (pg. 2). — Caracter da lingua brasileira (pg. 3). — A pronuncia brasileira (pg. 3). — A expressão dos sentimentos (pg. 3). — O “idiome brasilien”. (pg. 3). — Brasileirismos de significado (pg. 3). — Influencia do tupy (pg. 3). —

II

A CRITICA DE VARNHAGEN

Não são identicas as linguas (pg. 6). — A influencia do tupy no vocabulario (pg. 6). — A influencia do castelhano na nossa pronuncia (pg. 7). — A independencia da nossa litteratura (pg. 7). — Erro de Varnhagen em limitar ao vocabulario a liberdade do escriptor brasileiro (pg. 9).

III

A “PROFISSÃO DE FÉ” DE GONÇALVES DIAS

Larga visão e descortino do poeta (pg. 12). — Demasiado luzitanismo dos nossos censores (pg. 14). — A idolatria da phrase em Portugal (pg. 14). — O direito dos Brasileiros na linguagem (pg. 14). — “Cerridores de palavras de lei” (pg. 15). — O que se deve chamar clas-

sico (pg. 15). — Pobreza do português depois do seculo XVI (pg. 15). — Necessidade de dar novo geito á phrase antiga (pg. 15). — Não ha deficiencia no nosso conhecimento da lingua (pg. 16). — O valor euphonico do tupy (pg. 16). — A linguagem e a nossa extensão territorial (ng. 16). — Cuiá é tão classico quanto porcellana (pg. 17). — A regra da boa linguagem (pg. 19). — Não se reprehenda a um povo o que geralmente agrada a todos (pg. 19). — A lingua portuguesa no Brasil pgs. 17 e 19). — O phraseado brasileiro é diferente do português (pg. 19). — A formulá “não tem remedio” (pg. 19). — Musicalidade do ouvido brasileiro (pg. 19).

IV

O PONTO DE VISTA DE JOSÉ DE ALENCAR

A emancipação da lingua brasileira (pg. 21). — O dialecto (pg. 21). — A lição errada de Pinheiro Chagas (pg. 22). — Deficiencia do quinhentismo para a lingua litteraria brasileira (pg. 28). — Aperfeiçoamento do português no Brasil (pg. 28). — O escriptor nacional (pg. 31). — Aspecto economico da questão litteraria (pg. 32). — Influencia nociva do dictionario de Caldas Aulete na linguagem do Brasil (pg. 33). — A dictadura da grammatica portuguesa (pg. 34). — Brasil “ainda tão pouco nosso” (pg. 34). — A investida de Castilho (José) (pg. 34). — A phantasia dos pronomes (pg. 35). — A verdadeira regra da sua collocação (pg. 35). — Legitimidade da maneira brasileira (pg. 35). — A composição litteraria da phrase (pg. 35). — A musica vocabular Shakespeareana (pg. 37). — A lingua musical de Milton (pg. 37). — O elemento musical na Divina Comedia (pg. 38). — A lição de Quintiliano (pg. 39). — Cicero e o numero da phrase (pg. 40). — Horacio (pg. 40). — A escripta dos gregos e a sua notação musical (pg. 40). — A lingua brasileira no “O Nosso Cancioneiro” (pg. 41). — Os canones do seculo XVI (pg. 41). — Teias de regrinhas (pg. 42). — O nosso direito de legislar em materia de linguagem (pg. 42). — A independencia da nossa syntaxe (pg. 42). — Valor da linguagem popular (pg. 42). — A cruzada portuguesa contra a nossa litteratura (pg. 43). — O diploma de escriptor brasileiro tirado em Portugal (pg. 44). — Autores emprestados (pg. 44). — Resposta aos criticos (pg. 46). — As preposições a e em (pg. 47). — Correção do uso brasileiro (pg. 47). — Artigos e nomes proprios (pg. 49). — O possessivo e os nomes de parentesco (pg. 50). — O brasileirismo “sinhá” (pg. 51). — Importancia do tupy (pg. 51). — Afastamento do português (pg. 52).

V

A OPINIÃO DE COUTO DE MAGALHÃES

Não somos nem europeus nem africanos (pg. 54). — O cruzamento da lingua pg. 55). — Vocabulario, phrases, figuras, idiotismos, construcções tupys (pg. 55). — O português no Brasil está irremediavelmente modificado (pg. 56). — Quadras em português e tupy (pg. 57). — Evolução do cruzamento: 3 periodos (pg. 57). — A literatura popular (pg. 59).

VI

O DEPOIMENTO DE BAPTISTA CAETANO

“Rascunhós sobre a Grammatica da Lingua Portugueza” (pg. 60). — A construcção da nossa phrase não deve ser a mesma da portuguesa (pg. 62). — A escripta classica nossa vale o mesmo que a traducção litteral do francês (pg. 62). — A vernaculidade brasileira não pode ser a mesma portuguesa (pg. 62). — As linguas são differentes (pg. 63). — As incorrecções serão modelos de boa linguagem (pg. 64). — O valor litterario dos dois idiomas dependerá apenas das suas creações (pg. 64). — Quanto mais inexplicavel pela grammatica portuguesa, mais deve ser louvado como vernaculo (pg. 64). — O apreço dos escriptores incorrectos (pg. 65). — As influencias climatericas e geographicas (pg. 65). — Corruptores, os de lá (pg. 66). — A missão do grammatico (pg. 66). — Os “Ensaíos de Sciencia” (pg. 66). — A vitalidade da lingua geral (pg. 66). — Sua influencia no nosso idioma (pg. 67). — Confusão do pronome reciproco e o relativo no português (pg. 67). — O relativo no Abaneenga (pg. 67). — O emprego do seu, sua, se, si (pg. 67). — “Falemos e escrevamos em brasileiro idioma” (pg. 69).

VIII

A GRAMMATICA BRASILEIRA DE PARANHOS DA SILVA

“O Idioma do Hodierno Portugal comparado com o do Brasil” (pg. 71). — Para que os Brasileiros ao tornar de Coimbra não sejam confundidos com Portugueses (pg. 71). — A consciencia da não-identidade das linguas (pg. 71). — A maneira de falar dos brasileiros não é entendida em Portugal (pg. 72). — As differenças entre a lingua brasileira e o português (pg. 72). — Quantidade das syllabas, sons das vogaes, pronuncia dos ditongos, das terminações, das consoantes (pg. 73). — Não são as mesmas as palavras (pg. 80). — As differenças de significado (pg. 81). — A influencia do tupy (pg. 81). — Os pronos-

mes possessivos entre nós e o dativo em Portugal (pg. 82). — A collocação do adjectivo (pg. 83). — O uso dos pronomes (pg. 83). — Legitimidade da maneira brasileira (pg. 83). — Os pronomes reflexos; ambiguidade no português (pg. 83). — O emprego das preposições **de** e **a** (pg. 84). — A preferencia da preposição **a** no português (pg. 84). — A substituição do particípio presente pelo infinitivo com a “preposição favorita” (pg. 85). — A conjuncção **câ** (pg. 85). — A interjeição **ai** (pg. 86). — O estylo dos portuguezes (pg. 86). — A diversidade do genio de ambas as linguas (pg. 86). — A imitação viciosa dos classicos (pg. 86). — O “titulo” de vernaculo (pg. 87). — O que é uma “construcção perfeitamente bôa” (pg. 87). — A influencia do francês na clareza do brasileiro (pg. 87). — Traducção em brasileiro de 2 poesias de Garrett (pg. 88). — A influencia do castelhano no idioma brasileiro (pg. 88). — A questão do dialecto: O brasileiro é o mesmo dialecto castelhano do antigo Portugal (pg. 92). — Diferença de origem do brasileiro e do português actual (pg. 93). — Se o brasileiro fosse um dialecto do português oitocentista, tambem não seria a mesma lingua (pg. 93). — O facto de sermos entendidos pelos portuguezes (pg. 94). — Ainda a influencia do castelhano (pg. 95). — A permuta do **r** e do **l** (pg. 95). — O **e** mudo (pg. 95). — A queda do **lh** (pg. 95). — Palavras do brasileiro, do antigo hespanhol, e do antigo português (pg. 95).

VIII

’ PACHECO JUNIOR E O DIALECTO BRASILEIRO

Conceito de dialecto (pg. 99). — O exemplo americano (pg. 99). — Extranheza da existencia dos dialectos portuguezes (pg. 99). — Como explica a acção das forças naturaes nas alterações e as considera corrupções (pg. 100). — Attribute a erros de grammatica as nossas diferenças linguisticas (pg. 101). — Os brasileirismos de significado (pg. 102). — Todas essas mudanças teem sua explicação (pg. 103). — O nosso vocabulario (pg. 104). — A doutrina de Pacheco Junior (pg. 105).

IX

SYLVIO ROMERO E AS TRANSFORMAÇÕES DA LINGUA PORTUGUESA NA AMERICA

O idioma luzo-brasileiro (pg. 107). — Independencia da nossa lingua (pg. 107). — Não se confunde com a portuguesa (pg. 107). — A questão do dialecto: Problema de critica, de linguistica, e de ethnographia (pg. 107). — Não ha lingua mais correcta do que outra (pg. 107). — Um povo fala e trajá como quer (pg. 108). — As varias facés do pro-

blema (pg. 108). — A denominação de dialecto brasileiro (pg. 108). — Precipitação dos que sustentam a existencia do dialecto e tambem dos que a negam (pg. 109). — Insufficiencia dos conhecimentos linguisticos de Sylvio (pg. 109). — Dialecto “synonimo improprio de lingua”; dialecto forma inferior (pg. 109). — Se não temos um dialecto completamente accentuado, marchamos para tê-lo (pg. 109). — As particularidades phoneticas e syntacticas (pg. 109). — Os brasileirismos (pg. 113). — Purismo ridiculo (pg. 113). — Provincianismos (pg. 114). — O nosso lexico (pg. 114). — Influencia do africano (pg. 116). — As alterações phoneticas: A lei de Grimm (pg. 117). — A syntaxe (pg. 122). — A collocação dos pronomes (pg. 124). — “Uma differença radicalissima” (pg. 125). — O estylo brasileiro (pg. 126). — Geographia das palavras (pg. 126).

CAPITULO II

O VOCABULARIO BRASILEIRO

Contribuição de inestimavel preço (pg. 120). — Milhares de vocabulos (pg. 130). — PEREIRA CORUJA. COSTA RUBIM (pg. 130). — JOSÉ VERISSIMO (pg. 130). — PAULINO NOGUEIRA. — MACEDO SOARES. — “Já é tempo dos Brasileiros escreverem como se falla no Brasil, e não como se escreve em Portugal” (pg. 131). — O desamor classico por tudo o que é nosso (pg. 132). — O dialecto brasileiro (pg. 132). — “Máo grado os ralhos dos criticos lisbonenses” a nossa lingua “se vae dia a dia differencando da portugueza” (pg. 132). — ALVES CAMARA (pg. 132). — BAUREPAIRE ROHAN (pg. 132). — Etymologia rica de poesia (pg. 132). — ROMAGUERA CORRÊA (pg. 133). — O dialecto sul-riograndense (pg. 133). — CHERMONT DE MIRANDA (pg. 134). — BERNARDINO DE SOUZA (pg. 134). — RODOLPHO GARCIA (pg. 134). — Os provincialismos; a lição de LITTRÉ: AQUILINO RIBEIRO e a litteratura regionalista (pg. 135). — Origem dos vocabularios brasileiros; sua divisão (pg. 136). — As entradas, as bandeiras e a lingua tupy (pg. 137). — Importancia da lingua geral (pg. 137). — A provisão do governo portuguez de 12 de Outubro de 1727 (pg. 137). — Proibição do uso da lingua geral (pg. 137). — A contribuição africana (pg. 137). — Os sub-dialectos regionaes: suas causas (pg. 138). — As zonas sub-dialectaes: sua divisão (pg. 138). — AFFONSO DE E. TAUNAY — O lexico brasileiro (pg. 141). — “Incomparavelmente mais rico do que o de além-mar” (pg. 141). — “O futuro da lingua portuguesa está no Brasil” (pg. 141). — “Cem mil brasileirismos” (pg. 142). — A lingua portuguesa e as technologies (pg. 142). — 106 lacunas do Diccionario de CANDIDO DE FI-

GUEIREDO em tres jornaes brasileiros do mesmo dia (pg. 144). — Fecundidade extraordinaria do vocabulario brasileiro (pg. 145). — TESCHAUER. O “Novo Diccionario Nacional (pg. 148). — ARTHUR NEIVA. — O rôl dos vocabularios de brasileirismos (pg. 149). — THEODORO SAMPAIO. — RENATO MENDONÇA. — CLOVIS MONTEIRO (pg. 149).

CAPITULO III

A PHILOLOGIA PORTUGUESA E O IDIOMA BRASILEIRO

Os mestres da linguistica portuguesa e o dialecto brasileiro (pg. 151). — Na primeira metade do seculo XVI (pg. 151). — JOÃO DE BARROS (pg. 151). — O “barbarismo” da linguagem brasileira (pg. 151). — No primeiro quartel do seculo XVIII (pg. 152). — CONTADOR D’ARGOTE (pg. 152). — Classificação dos dialectos portugueses (pg. 153). — Os dialectos ultramarinos. — O Brasileiro (pg. 153). — A lição de ADOLPHO COELHO (pg. 154). — Os dialectos romanicos ou neolatinos, na Africa, na Asia e na America (pg. 154). — O dialecto brasileiro (pg. 155). — A dialectação do português (pg. 155). — A opinião de THEOPHILO BRAGA. — O “Manual da historia da Litteratura Portuguesa” (pg. 156). — O “Parnaso Portuguez Moderno” (pg. 156). — O dialecto brasileiro (pg. 156). — JOSÉ LEITE DE VASCONCELLOS. — O “Dialecto Brasileiro”. — A primeira monographia sobre o dialecto brasileiro (pg. 157). — Estudo da phonologia, da morphologia e da syntaxe brasileira (pg. 158). — O dialecto brasileiro na “Esquisse d’une dialectologie portugaise” (pg. 162). — Resposta aos criticos brasileiros (pg. 163). — “O português propriamente dito e as outras fallas que se relacionam com o português” (pg. 166). — RIBEIRO DE VASCONCELLOZ (pg. 167). — Tabella dos co-dialectos e dialectos portugueses (pg. 168). — Os ultramarinos (pg. 168). — O dialecto brasileiro (pg. 168). — JOSÉ JOAQUIM NUNES (pg. 168). — O dialecto brasileiro (pg. 168). — MENDES DOS REMEDIOS (pg. 168). — As variedades dialectaes do português nos Estados Unidos da America do Sul (sic) (pg. 169). — Divisão em varias zonas (pg. 169). — O dialecto brasileiro (pg. 169). — GONÇALVES VIANNA (pg. 169). — A collocação dos pronomes á brasileira é no seu entender sufficiente para a existencia do nosso dialecto (pg. 170). — A influencia do tupy no lexico, na pronuncia e na syntaxe (pg. 171). — As observações de um professor português entre nós (pg. 171). — Não fallamos o português genuino (pg. 171). — De todos os dialectos do português é o brasileiro que mais importancia merece (pg. 172). — Consideraveis divergencias na semeiologia, na prosodia e na syntaxe (pg. 172). — A glottologia portuguesa está com a razão (pg. 175).

CAPITULO IV

RUY BARBOSA E O DIALECTO BRASILEIRO

A "Replica" e o dialecto (pg. 176). — Valor litterario da "Replica e ausencia de espirito scientifico (pg. 176). — O dialecto como lingua-gem dos que "educaram a faculdade da palavra na lição de escriptores estrangeiros"; — falsidade desta doutrina (pg. 178). — O genuino phraseado patrio (pg. 179). — O "senso da vernaculidade" (pg. 179). — A lição de BRICIO CARDOSO (pg. 180). — A vernaculidade brasileira (pg. 180). — ALENCAR e o dialecto (pg. 181). — A "vergonhosa metamorphose" do portuguez no Brasil (pg. 182). — A celebrada "formosa maneira de escrever dos nossos maiores" (pg. 182). — A intenção de offender os modelos classicos (pg. 185). — A lição de DAUZAT (pg. 185). — Os litteratos portuguezes e a lingua popular (pg. 185). — A attitude dos grammaticos brasileiros (pg. 185). — O que é o dialecto brasileiro (pg. 186). — Escreva em portuguez quem quizer (pg. 187). — A doutrina de CHARLES NODIER (pg. 187). — Servidão intellectual (pg. 188). — A opinião de JOSÉ VERISSIMO: "E' irracional pretender que a lingua portugueza aqui se conserve pura" (pg. 190). — Como os franceses escrevem bem (MEILLET) (pg. 191). — Uma pagina de ANTONIO F. DE CASTILHO que RUY esqueceu (pg. 192). — RUSKIN e os erros em estylo ciceroniano (pg. 193). — A observação de EÇA DE QUEIROZ: "Uma bella phrase agradar-nos-á sempre mais do que uma noção exacta" (pg. 194). — CARNEIRO RIBEIRO e a linguagem da "Replica" (pg. 195). — Justificação do dialecto brasileiro nas proprias paginas da "Replica" (pg. 195). — JOÃO DE BARROS e o criterio do ouvido (pg. 196). — QUINTILIANO e a autoridade da orelha (pg. 195) — O genio das linguas (pg. 197). — Analyse da doutrina de RUY BARBOSA (pg. 197).

CAPITULO V

DIALECTOLOGIA BRASILEIRA

VIRGILIO DE LEMOS e "A Lingua Portuguesa no Brasil" (pg. 201). — O dialecto brasileiro (pg. 202). — A questão é de glottologia e não de grammatica (pg. 202). — Incoherencia dos nossos grammaticos (pg. 203). — A dialectação no tempo (pg. 214). — O "Dialecto Caipira" de AMADEU AMARAL (pg. 235). — Programma a realizar (pg. 235). — Os elementos do dialecto (pg. 237). — A phonologia, a morphologia e a syntaxe (pg. 241 a 245). — Evolução autonoma da nossa linguagem (pg. 246). — "O Linguajar Carioca em 1922" de ANTENOR NASCENTES (pg. 247). — Dialecto brasileiro e sub-dialectos (pg. 247). — Como se formou o dialecto (pg. 249). — A lição de Nascentes na sua

“Grammatica Historica” (pg. 256). — Evolução do idioma no Brasil (pg. 258). — Vida autonoma (pg. 259). — A lingua dos litteratos é um artificio (pg. 259). — A “Poranduba Rio-Grandense” de TESCHAUER (pg. 260). — O sub-dialecto Rio-Grandense (pg. 266). — “A Lingua do Nordeste” de MARIO MARROQUIM (pg. 266). — Realidade que não exige demonstração (pg. 268). — Os sub-dialectos (pg. 269). — O dialecto na litteratura (pg. 269). — Formação do dialecto nordestino (pg. 270). — Bilinguismo de um só idioma (pg. 275). — “Desintegração dolorosa de nós mesmos” (pg. 276).

CAPITULO VI

CONCEITO DE DIALECTO

O sentido em que os linguistas entendem a palavra (pg. 280). — A

lição de MEILLET (pg. 280). — A codialectação (pg. 280). — As nossas monographias (pg. 281). — A lição de VENDRYES (pg. 281). — A competencia do povo (pg. 281). — A consciencia do idioma. — A lingua tem uma existencia real no sentimento que têm em commum todos os que a fallam (pg. 282). — A lição de SAUSSURE (pg. 283). — “Entre os dialectos e as linguas ha differenças de quantidade e não de natureza” (pg. 283). — O conceito de dialecto entre nós (pg. 283). — Não acompanhamos nem BLUTEAU nem MORAES (pg. 283). — A exigencia da difficuldade de comprehensão (pg. 285). — A lição de LETTE DE VASCONCELLOS (pg. 286). — A dialectologia scientifica (pg. 286). — O problema dos limites geographicos da dialectação (pg. 286). — Erro do criterio politico na divisão (pg. 286). — As fronteiras phoneticas (pg. 287). — CORNU e D’ASCOLI, MEYER, GASTON PARIS, SCHUCHARDT, LETTE DE VASCONCELLOS (pg. 287). — A doutrina de SAUSSURE (pg. 289). — O Atlas linguistico de GILLIERON, e o de WENKER para a Allemanha (pg. 289). — As isoglossas (pg. 290). — O glossema (pg. 290). — As linhas iglossematicas (pg. 290). — Ondas de innovação (pg. 290). — Uma observação de VENDRYES (pg. 290). — A difficuldade para traçar as fronteiras isoglossas no proprio paiz (pg. 291). — As linhas isoglossas não coincidem (pg. 291). — Linguistas que negam a existencia dos dialectos (pg. 291). — A WELLENTHEORIE (pg. 292). — Casos em que as isoglossas se superpõem (VENDRYES) (pg. 293). — Como falar de uma divisão dialectal (MEILLET) (pg. 293).

CAPITULO VII

ALGUMAS NOÇÕES DE LINGUISTICA

A noção de lingua é diversa para o glottologo e para o purista (pg. 296). — Porque não é da alçada dos grammaticos a questão da exis-

tencia de uma lingua brasileira (pg. 296). — A linguistica não leva em conta as regras da grammatica (pg. 296). — A evolução dos idiomas no tempo e no espaço (pg. 297). — As causas da diversidade geographica (pg. 297). — Uma lingua transplantada de uma ilha para outra ilha (pg. 298). — O schema da differenciação geographica só é completo quando projectado no tempo (pg. 298). — A evolução das linguas na continuidade do territorio e em territorios separados (pg. 300). — A acção do tempo num territorio continuo (pg. 300). — A differenciação linguistica em territorios separados (pg. 301). — A questão do prazo para a evolução, a alteração das linguas (pg. 304). — Não tem sentido dizer que não ha tempo ainda para a existencia de uma lingua no Brasil diferente da portuguesa (pg. 305). — Uma pagina de SILVA RAMOS (pg. 305). — “A propriedade da linguagem e a pureza da expressão” não se adquirem ao contacto da lingua do passado (pg. 306). — Lição de BALLY. “A lingua fallada é a unica verdadeira lingua e a norma com a qual todas devem ser medidas” (pg. 306). — “A unica lingua real e viva que existe” pg. 307). — O papel dos litteratos (pg. 307). — Os linguistas não podem tomar como typo de um idioma a lingua dos litteratos (pg. 307). — A lição de DARMESTETER. O papel de um grammatico que quer corrigir a linguagem de um francês de Paris (pg. 308). — As locuções chamadas viciosas se formaram pelos mesmos processos da lingua classica (pg. 308). — A lingua fallada como a norma soberana nas questões de linguagem (pg. 309). — O maior erro em materia de escrever é pensar que é preciso não escrever como fallamos (pg. 309). — A escripta longe de fixar a lingua é precisamente o que a altera (pg. 309). — O mal está em consultar os letrados (pg. 309). — A grammatica ainda está totalmente presa á escolastica (pg. 311). — A idéa que as particularidades da lingua fallada se resumem em solecismos e barbarismos, já teve a sua época (pg. 311). — A grammatica “escripta” não se explica scientificamente senão pelo estudo da grammatica “fallada” (pg. 311). — Um reparo de JESPERSEN (pg. 311). — Como levantar a estatistica dos factos da linguagem (pg. 312). — A linguagem usual, suas condições (pg. 312). — A lingua commum (pg. 313). — A lingua escripta e a lingua litteraria (pg. 316). — Os idiomas litterarios são formas artificiais da linguagem (pg. 316). — Do ponto de vista da sciencia da linguagem o dialecto artistico não constitue verdadeiramente a lingua de um povo (pg. 317). — FLAUBERT tinha duas maneiras de escrever (pg. 318). — A “superstição visual” (pg. 318). — O prestigio da escripta (pg. 318). — A lingua tem uma tradição oral independente da escripta (pg. 319). — Caracteres da lingua litteraria (pg. 320). — A lingua de RACINE, CORNEILLE, La FONTAINE, VICTOR HUGO, não é o francês; mas as suas deformações sublimes (pg. 322).

CAPITULO VIII
LINGUA E DIALECTO

Diferença entre lingua e dialecto (pg. 324). — Que caracteriza uma lingua? (pg. 324). — Scientificamente, não se distinguem lingua e dialecto (pg. 326). — O conceito vulgar e o litterario (pg. 326). — Lingua, dialecto dos letrados (pg. 328). — Relatividade dos conceitos de lingua e dialecto (pg. 328). — A entidade linguistica são os dialectos (pg. 329). — Razões porque um dialecto assume o papel de lingua official e commum (pg. 329). — O elemento politico; — sua extraordinaria importancia na vida da linguagem; — dialecto de uma nação com soberania politica é lingua (pg. 331). — Acção do elemento politico na unidade da lingua nacional (pg. 331). — O caso de Portugal: — porque o dialecto de Entre-Douro e Minho constituiu o idioma português (pg. 332). — Porque o português é hoje forma principal, em relação ao gallego (pg. 333). — Porque o dialecto da Ilha de França se tornou o francês (pg. 334). — A lingua commum sempre se define por circumstancias extranhas á linguagem (pg. 337). — Como, por contingencias politicas, uma lingua pode passar a dialecto e um dialecto á condição de lingua (pg. 337). — O caso do português (pg. 337). — A LINGUISTICA JUSTIFICA A DENOMINAÇÃO DE LINGUA BRASILEIRA (pg. 338).

Obras consultadas para este volume pg. 339

* * *

Lamentamos sinceramente a falta de uniformidade orthographica que se encontra nas paginas do nosso trabalho.

Estava elle, de ha muito, escripto na velha orthographia; mas os linotypistas já estão habituados a compor na nova. Não foi possivel, mão grado os nossos esforços, vencer-lhes o automatismo.

Esta é a razão de apresentarem os trechos de nossa autoria, palavras graphadas ora de uma feição, ora de outra.

SUNT VERBA ET VOCES PRAETEREAQUE NIHIL.

INTRODUÇÃO

Algumas das afirmações que se encontram nestas linhas e nas paginas deste trabalho, encherão talvez de grande magoa e revolta o espirito daquelles que se affeioaram a pensar com os criterios de uma tradição estruturada em fundamentos artificiaes, feitos de convenções a que a inercia do habito emprestou uma apparencia de solida realidade.

A verdade, porém, não se escreve com a tinta dos nossos desejos, nem com a dos interesses de escolas e systemas.

A historia da sciencia registra a existencia de theorias que se tornaram classicas, e nunca puderam provar as suas asserções. A' força de serem repetidas, adquiriram fama e autoridade. Mais tarde, os factos vieram demonstrar que eram falsas.

Foi o que verificamos, em larga escala, no conjunto das doutrinas e lições que os nossos *classicos* e *puristas* têm escripto e ensinado.

Nem se acredite na eternidade dos methodos e dos conceitos que algum dia nortearam a critica, a philologia, a grammatica e a linguistica.

Os mais habéis e mais seguros investigadores do pensamento scientifico apuraram que não ha logar para a pependencia de methodos. A fertilidade das normas de investigação scientifica não dura sempre. Qualquer discurso sobre o methodo é expressão do momento. A esta contingencia não escapam tambem os conceitos. Com o tempo, envelhecem e caducam.

As paginas deste livro não foram escriptas para os especialistas das cousas de linguagem. Não constituem a exposição de uma theoria nova ou de pesquisas originaes. Confrontam factos, idéas, doutrinas, formulam relações en-

tre elles, e dentro das mais rigorosas condições do espirito scientifico lavram as consequencias logicas.

O que escrevemos destinava-se a um *parecer* acerca de um projecto legislativo, que mandava dar ao idioma falado no Brasil, á lingua nacional, a denominação de *lingua brasileira*.

Dirigiamo-nos a um corpo de natureza politica, a uma assembléa constituída da maneira mais heterogenea, com relação a valores intellectuais especializados. E se entre os seus pares havia alguns com largo conhecimento dos problemas da linguistica — verdadeiros doutos — a grande maioria, entretanto, não possuía estudos particularizados.

Não era possível, dest'arte, evitarmos a discussão de assumptos e questões já longamente sabidos por todos os que têm dedicado a sua actividade a esse ramo dos conhecimentos humanos.

Se houvessemos de escrever um livro, outra seria também a feição destas paginas. As citações não seriam tão estendidas e derramadas. Estariam em resumo, acompanhadas apenas das referencias necessarias para a verificação da sua fidelidade. Mas em cousas da natureza de um *parecer*, é indispensavel que o autor justifique a sua opinião, com as dos mais peritos, apresentando-as nos seus proprios termos. E' preciso, embora com prejuizo da forma, sobrecarregar a dissertação com estiradas transcrições, de maneira que fique de logo patente não ter havido a menor alteração na urdidura do pensamento exposto. Em observancia á chamada *lei do contexto*, tornamos alongada a explanação das theses discutidas. Mais do que nunca deviamos seguir a lição dos que entendem que em trabalhos desta especie não podemos pedir que nos acreditem sob palavra.

Tomando em apreço as criticas que nos círculos dos competentes se levantaram, entre nós e na outra banda do Atlantico, contra a idéa de darmos á nossa lingua o nome de brasileira, pensamos de bom aviso trazer ao estudo da materia, o elemento historico dessa aspiração nacional, que

se começou a delinear nos primeiros annos da Independencia e se veio pelo tempo afóra avolumando nas obras de alguns dos nossos maiores espiritos, em diametral opposição ás lições dos que sempre timbraram em manter e consagrar o primado da lingua portuguesa, esforçando-se por suffocar nas paginas dos seus compendios e trabalhos a vida do idioma que aqui se formou ao contacto da nossa natureza, dos nossos costumes, das actividades das nossas populações, dos nossos sentimentos, ao sopro da nossa propria alma.

Não podiamos, entretanto, limitar a esse aspecto o nosso estudo, e força era fazê-lo tambem através de outros prismas.

Discutimos o idioma brasileiro á luz da sciencia da linguagem. Com os seus criterios, as suas leis, os seus valores

Fomos obrigados a fazer a revisão de alguns conceitos e pontos de vista, os quaes, de ha muito, soffreram profunda modificação, graças ás indagações de notaveis pesquisadores, e no entanto continuaram a inspirar as doutrinas dos nossos philologos, e grammaticos, e infelizmente formam o arcabouço do ensino da lingua em nossa terra.

Emprehendemos assim o indispensavel ajustamento desses conceitos ao seu actual conteúdo. Aplicamos a esses pontos de vista, a critica dos mestres.

Entre nós, systematicamente, não se tem dado ás verdades da linguistica, da grammatica e da philologia contemporaneas, o devido valor.

Procuramos pôr em relevo essas cousas sabidas de todos, mas, ao cabo das contas, sempre esquecidas. São ellas, no entanto, que devem balisar a investigação. Ellas é que apontam as condições em que se podem vêr na sua verdadeira natureza os conceitos de *dialecto* e de *lingua*, a *historia da lingua portuguesa*, a *escripta* e a *vernaculidade dos classicos luzitanos*, a *escripta da arte*, a *lingua brasileira*.

Cotejamos as noções, as theorias, os factos da nossa realidade linguistica, com as opiniões daquelles que negam ao nosso idioma individualidade, autonomia, e insistem em impôr-nos as normas da grammatica portuguesa.

Mostramos, nas suas mais asperas arestas, quanto de incoherencia se tem perpetrado nos trabalhos dos nossos *clas-*

sicos e puristas. Doutrinas que affirmam uma cousa e factos que clamam invenciveis contra ellas.

Traçamos um quadro em que o real e as idéas se desdobram na sua exacta perspectiva.

Examinamos os criterios á face dos quaes podemos falar da existencia de uma *lingua brasileira*.

As linguas não são uma *substancia*. Têm realidade somente nos individuos que as falam.

Entre as maiores influencias que nellas podem actuar, nenhuma iguala á do meio. Deante desta, a da propria hereditariedade acaba por desaparecer.

Estudamos a differenciação de uma lingua em territorios separados. A bifurcação é consequencia inevitavel. Contra a discontinuidade geografica não valem esforços.

Anotamos a velocidade com que evoluem as linguas. A linguistica não conhece prazos certos e definidos para a evolução dos idiomas. A relatividade do tempo é completa. Uma lingua pode levar muitos anos em alterar-se lentamente, e pode tambem em curto lapso apresentar grandes modificações. As circumstancias imperam soberanas.

Nas paginas dos mais altos expoentes da linguistica apuramos a supremacia da *lingua fallada*. E' ella "a unica verdadeira lingua" e a "norma pela qual todas devem ser medidas".

Assignalamos a relevancia do elemento phonetico, através do qual se formou no latim o idioma portuguez e os outros idiomas romanicos.

Salientamos o papel do vocabulario, onde, no dizer dos entendidos, melhor se faz sentir nas linguas a acção dos factores externos. Nelle é que se manifestam, ao vivo, os costumes, as crenças, a cultura inteira de uma nação. Nelle se estampa o "character" de um idioma.

Duas linguas que divergissem totalmente apenas no lexico, seriam forçosamente duas linguas diversas e distinctas. Na differença do vocabulario estará sempre uma dissimilhança entre duas ou mais linguas. O gráo de similhança, resultará, no particular, da maior ou menor igualdade de vocabulario.

O nosso vocabulario, formado aqui, é talvez mais numeroso que o de Portugal. Communica á nossa lingua uma physionomia propria que a torna inconfundivel com a portuguesa.

Averiguamos que o *ideal linguistico* está naturalmente no porvir. “A propriedade da linguagem, a pureza da expressão”, se encontram, segundo a linguistica de hoje, no falar dos contemporaneos. A philologia relegou para a obscuridade dos erros, a doutrina sentimental que timbrava em considerar a lingua do passado como o padrão supremo das boas normas.

Para o estudo do idioma brasileiro fomos buscar tambem á sciencia dos dialectos o material proprio. Fizemos passar os factos da nossa linguagem pelos prismas da dialectologia. Analysamos as doutrinas, as opiniões que entre nós e em Portugal se têm sustentado com relação ao assumpto. E se escriptores nossos têm negado a existencia do nosso dialecto, espiritos mais sensiveis á evidencia emprehenderam até o seu estudo. Não é apenas o dialecto brasileiro que reclama a attenção dos que pensam sem preconceitos. Os nossos sub-dialectos já inspiram trabalhos de valor.

A distincção entre *lingua* e *dialecto*, fizemo-la com a sciencia dos mais doutos.

Verificamos a inteira impossibilidade de os distinguir, se os quizermos estremar á luz de criterios exclusivamente linguisticos.

Só os dialectos são uma realidade na vida da linguagem.

Comquanto possamos chamar lingua a qualquer “corpo de expressões que serve de instrumento e de meio de communicação do pensamento a uma sociedade por mais pequena e mais humilde que seja”, a ninguem lembraria, fóra de uma pagina technica, chamar *dialecto* ao idioma de um paiz.

Por virtude apenas politica deixa um dialecto de ser *dialecto* para ser considerado *lingua*. Dialecto de nação soberana é *lingua*. Da mesma sorte torna uma lingua á condição de *dialecto*, quando a gente que a falla deixa de formar uma nação soberana.

A nossa lingua nacional é um dialecto do portuguez. A philologia portuguesa, de ha muito, não a tem noutra conta.

Mas o nosso dialecto é o idioma de um povo livre e soberano. Da nossa soberania politica resulta a independencia do nosso dialecto. O *dialecto brasileiro* é a *lingua brasileira*.

Da legitimidade de denominar lingua brasileira o idioma do Brasil, dá-nos a propria historia da lingua portuguesa a mais cabal das justificações.

Máo grado a opinião contraria de certos philologos portugueses, na qual se percebe vibrar nas entrelinhas o ponto de vista patriotico apenas, pois veem as cousas agora, depois de existir no povo portuguez uma forte e longa consciencia de nacionalidade, a lingua portuguesa é um dialecto do gallego.

Graças á intensa luz derramada sobre esse aspecto do idioma de Portugal, através das paginas da historia do paiz, pelos seus mais eminentes escriptores, sabe-se que esse idioma nascera na Galliza, da qual a terra que foi mais tarde o condado de Portucale fazia parte até que se deu a “desmembração artificial”. (1)

A verdade historica nos dá o testemunho de como a chamada lingua portuguesa não resultou de um phenomeno essencialmente linguistico, mas a sua individualidade foi apenas consequencia do curso dos acontecimentos politicos na Peninsula.

Os factos, na transparencia da sua objectividade, demonstram que a nação portuguesa não teve, dentro da necessaria relatividade, uma lingua propria, — criação exclusiva da sua gente, através de transformações directas na dialectação do latim, no condado ou no Reino de Portugal.

A lingua do povo portuguez deriva do dialecto galleziano, o qual por tanto tempo foi a lingua, o romance da plebe

(1) Theophilo Braga — *Trovadores Gallecio-Portugueses*” pag. 72 a 73.

e da côrte. Nelle os poetas escreveram os primeiros monumentos da literatura luzitana.

Da consideração desses factos, quer de ordem historica, quer de natureza linguistica, succede que no exercicio de identica soberania com que Portugal constituiu a autonomia do seu idioma, parallelamente á sua independencia politica, temos nós o mesmo direito de nos conferirmos a emancipação do nosso idioma em face do idioma de Portugal.

E mais ainda releva salientar que, do ponto de vista da philologia comparada, muito maiores são as differenças entre a lingua brasileira e o idioma portuguez, do que as existentes entre o gallego e a lingua fallada em Portugal na Edade-Media, porquanto do seculo XII ao seculo XIV A LINGUA PORTUGUESA E' A MESMA GALLEGA. Só no seculo XVI é que o portuguez se differençou completamente do idioma da Galliza. Ainda no seculo passado era observada a existencia de phrases e estrophes gallegas cuja linguagem se distinguia do portuguez tão somente por "variantes phoneticas secundarias", — a "coloração particular da pronuncia". Ainda hoje, em face de alguns documentos medievaes não pode o philologo decidir se está em presença do idioma da Galliza ou de Portugal.

Não pode haver privilegios. Portugal tem um idioma individualizado politicamente desde o seculo doze, quando a sua lingua era ainda o proprio galleziano. Os Brasileiros têm identico direito de chamar *lingua brasileira* ao idioma que falamos.

Não podem ser applicados eriterios antagonicos. A factos equivalentes, em igualdade de condições, impõe-se igualdade de juizos.

¿Porque é licito aos philologos e grammaticos portuguezes, comprehenderem sob a denominação de lingua portuguesa, o idioma gallego, fallado e escripto em Portugal no seculo XII, de cuja centuria datam elles a carta do nascimento da *lingua escripta*, e não podemos nós considerar do mesmo modo o nosso idioma, denominando-o lingua brasileira?

Somente o desconhecimento da historia da lingua ou a má fé, podem levar á negação desses factos meridianos, dessas consequencias impostas pelas operações mais elementares da logica.

Noutro sector, mostramos tambem que não colhe o argumento dos que, considerando as profundas semelhanças entre o nosso idioma e o portuguez, entendem que a lingua nacional é a portuguesa.

Do ponto de vista da sciencia philologica, todas as linguas romanicas são latim. Com rigor scientifico, o portuguez é latim. Ensinam os mestres em Portugal que se não deve dizer que um vocabulo portuguez *vem* do latim. A palavra portuguesa é ainda a mesma palavra *latina*, numa das phases da evolução da lingua do Lacio.

Nenhum capitulo da nossa philologia está mais cheio de artificialidades, de preconceitos, de convenções, que attentam, contra a verdade, a critica e a historia, do que o concernente aos classicos portugueses e á preocupação de elevar a sua escripta á condição suprema de padrão intangivel no dominio das nossas lettras. Contra essa maneira de pensar se erguem as normas da arte de escrever, a vida e a evolução das linguas, toda a força irresistivel das cousas naturaes.

Um dos aspectos mais curiosos da historia da lingua é o que se refere á vernaculidade. Nada mais extravagante do que os criterios adoptados no que tange ás normas da “boa e genuina e sã linguagem”.

A escripta dos *classicos* não teve nunca a pureza, a vernaculidade, que os devotos admiradores lhe têm emprestado. A propria lingua portuguesa nunca teve, em tempo algum, esse espirito castiço.

O portuguez formou-se do latim popular, — o elemento predominante — do germanico e do arabe. E desde o seculo XI ao seculo XIII, desde os primeiros tempos do condado portugualense, grande foi a influencia do francês e do provençal, não só no vocabulario como na propria phonologia.

Consoante a lição da philologia, nos velhos textos portuguezes verifica-se o asserto de que as linguas romanicas, na sua syntaxe, muitas vezes se inspiraram mais no allemão e no grego modernos do que no latim antigo (2).

Com grande difficuldade poderão os puristas conciliar o seu ideal com uma lingua que ao nascer era “hum resumo, ou compendio de varias linguas, adoptando huns vocabulos, antiquando outros, e fazendo proprias muitas vozes, e phrases de Gentes, talvez mais diversas no Idioma, que distantes no Clima”. (3) Lingua que a ouvidos hespanhóes já soava nos seus primeiros tempos como latim com mescla de francês (4).

Si applicarmos aos escritores do seculo XVI os criterios hoje em voga entre os nossos *puristas*, foram os classicos os grandes *corruptores* do idioma vernaculo. Crearam a mãos cheias neologismos transplantados do latim erudito, e alatinaram artificialmente a propria syntaxe. (5)

Para os nossos *classicos* e *puristas*, para os que combatem o neologismo, “as innovações injustificadas”; para os que entendem que os neologismos desnecessarios corrompem a vernaculidade, a pureza da lingua, não ha no idioma portuguez maiores *corruptores* que os classicos. Por obra delles foram creados, em barda, vocabulos eruditos para exprimir a mesma cousa que as palavras de formação popular. O lexico foi invadido pela praga do cultismo. E palavras que nunca haviam passado pela bocca do povo, entraram em profusão no vocabulario da litteratura. A syntaxe foi artificialmente imitada do latim litterario. Substituiram a ordem directa que lhe era nativa, pela ordem indirecta copiada dos livros dos Ciceros e Virgílios.

Fascinados pelo espirito do Renascimento, e na ignorancia de como se formára a lingua portuguesa, cuidaram, erra-

(2) Saíd Ali — Difficuldades da Lingua Portuguesa, pag. 294.

(3) Viterbo — Elucidario, pag. XXI.

(4) B. Aldrete — Del Origen y Principio de la Lengua Castellana, 1613, Lib. I, Cap. XXII, folha 38 (verso).

(5) Veja-se Saíd Ali — op. cit., pag. 311.

damente, os classicos que na bitola do latim litterario se encontrava a indole da lingua fallada na terra de Portugal. (6)

A grammatica portuguesa corrompeu-se tambem, tornando-se um echo da grammatica latina.

Pelas paginas das letras latinas, compuzeram e afeiçoaram as paginas quinhentistas.

Ao espelho dos classicos latinos debuxaram os portugueses as telas da sua escripta. A verdadeira linguagem luzitana foi abandonada. A aristocracia intellectual não descia a consideral-a na sua forma nativa, nos seus modismos, na sua estructura, na sua força estuante de vida e de liberdade. Vazar a linguagem nos moldes da officina romana era o ideal em que porfiavam as pennas.

Esse movimento para alatar artificialmente a lingua não é caso unico na vida das litteraturas. Igual phenomeno se processou em França, onde, no mesmo seculo XVI, os maiores escriptores lavraram uma linguagem toda feita da copia dos classicos de Roma. A reacção, porém, que se fez no seculo XVII determinou que se abandonasse tal rumo. E a lingua francesa authentica retomou, em grande parte, o curso natural.

Em Portugal, porém, apesar de se haver formado uma corrente contra o que chamaram “traição á lingua patria”, o movimento de restauração da linguagem portuguesa genuina foi despedaçado pela torrente do latim litterario que a senhoreou inteiramente.

Em nossa maneira de pensar, não condemnamos os classicos por haver buscado ao latim os elementos para a escripta portuguesa.

Tudo o que dissemos tem em vista, apenas, mostrar a fragilidade dos argumentos daquelles que sonham com uma pureza de linguagem que os classicos nunca tiveram.

Achamos que a elles deve a lingua um desenvolviment^o que de outra forma não teria alcançado naturalmente no mesmo lapso de tempo.

(6) Ribeiro de Vasconcelloz — Gram. Hist. pag. 25.

Nos classicos da antiguidade encontrava o seculo XVI as grandes creações litterarias. Lamenta-se na Italia que Dante houvesse escripto em italiano. A lingua da intelligencia humana era naquelle tempo o latim. No latim estava escripto o pensamento scientifico. A philosophia falava latim. Só em meiaados do seculo XVII é que se impõe definitivamente a idéa que o melhor idioma para o escriptor é a lingua materna. Os eruditos, porém, continuaram a escrever em latim até fins do seculo XVIII.

Nada mais natural que os homens de letras portuguezes molhassem a penna no vocabulario e na syntaxe latina. O facto em si nada tem de censuravel. O que se não pode harmonizar com elle, porém, é o louvor e a admiração da vernaculidade.

Longe de nós, portanto, a idéa de negar a arte que os classicos de Portugal puzeram na tarefa de galvanizar o idioma em banhos de latim litterario, e a belleza que alguns communicaram ás suas obras. Mas a não ser que nos queiramos divertir com as palavras e os termos, essa escrita *classica*, poderá ser tudo, menos portuguez genuino e puro, menos vernacula, porque vernaculo “é o que é proprio do paiz”, e lingua vernacula “é o romance da terra, a lingua vulgar nella”.

Do exposto se vê, claramente, que em materia de linguagem não corresponde ao espirito dos classicos, nem á sua *maneira*, essa preocupação de purismo que tantos cuidados e revoltas accende na penna dos seus copiadorez. Os classicos não tiveram o seu vocabulario, nem a sua syntaxe, fiscalizados pela *alfandega* dos grammaticos. Ao contrario, a mais notavel das artinhas de linguagem portugueza no seculo XVI não procurou inspirar-se no fallar vernaculo, para formular as regras do discurso. Copiou-as da grammatica latina.

Fazer como os grandes escriptores do seculo XVI, ou os classicos portuguezes, é affeiçoar a linguagem ás necessidades do tempo. E' transplantar para a escripta a expressão peregrina quando melhor satisfaz as exigencias da idéa.

No mesmo Portugal, mais tarde, a pureza dos castiços ficou reduzida apenas ao horror do *gallicismo*. O cordão de

isolamento passa nas fronteiras dos Pyreneus. Não se oppõem os cultores da *soi-disant* escripta vernacula, aos hespanholismos, aos italianismos, etc. E houve até, dos maiores classicos portuguezes no seculo XIX, quem achasse que esses ultimos eram legitimos porque, no seu entender, os italianos eram mais vizinhos “do pé da porta” que os francezes!

A verdade é que ha uma grande ingratição nessa ogerisa serodia á lingua da França. A ella muito deve a arte litteraria, a poesia, e a propria lingua portuguesa. Basta pensar na influencia da poesia provençal no *romance* das canções. Foram os *trobadors* que ensinaram a Peninsula a cantar. Foi a lingua da Provença que deu ao idioma fallado em Portugal a doçura e a sonoridade. A musica dos versos do sul da França encheu a linguagem de belleza e melodia, e iniciou a palavra portuguesa na expressão litteraria dos mais delicados sentimentos da alma humana.

Mas, em se tratando da pureza da linguagem, disse um grande sabedor dessas cousas, entre nós, tanto faz *latinismos* como *gallicismos*. Tudo é extranho e alheio (7).

Essa obsessão de *purismo*, esse “purismo inquisitorial”, que ficou nas lettras *vernaculas* portuguesas como “herança do latim fradesco”; já são considerados em Portugal, “uma especialidade quasi luzitana”. Contra elles reagem grandes escriptores. E aquelle a quem chamaram “o mais opulento dos classicos portuguezes” justificou que se escrevesse á franceza, em desaccordo com a “velha legislação da linguistica extremadamente luza dos Souzas, e Bernardes, e Filintos” (8).

A lição dos puristas é contraria á ordem natural das cousas. A questão de pureza idiomatica não pode harmonizar-se com a universalidade do pensamento, as condições da vida entre os povos; não se concilia com a civilização, cujos valores se propagam intensamente por toda parte.

(7) Said Ali — op. cit. pag. 304.

(8) Camilo Castello Branco — (Prefacio do Grande Diccionario Contemporaneo Francês-Português de Domingos de Azevedo).

Mas se era legitimo, no seculo XVI, aos classicos portuguezes ir buscar o latim para satisfazer as necessidades do seu pensamento e da sua escripta, porque naquelle tempo em latim se lavravam as actas do espirito humano, igualmente legitimo e certo é buscar hoje ás linguas da sciencia e da cultura contemporaneas o material proprio para tratar os problemas do pensamento e as creações da arte.

Tão acertado foi carrear do latim, como hoje é certo pedir ao allemão, ao inglêz, ao francês, etc.

No seculo XIX não era mais no idioma latino que se encontrava o fóco da intelligencia e do saber.

A função de pensar pela especie e constituir-lhe a cultura, passara a se exercer nas linguas dos povos da França, da Allemanha, da Inglaterra e da Italia. Nellas é que o espirito humano falava aos pensadores e artistas.

A mesma atração que as letras latinas haviam antes exercido cabia, então, aos grandes centros contemporaneos da sciencia, da philosophia e da arte. Haveriam necessariamente de experimentar os idiomas dos outros povos, a influencia irresistivel das linguas em que as idéas recebiam a sua expressão verbal.

Não são dignas de menor reparo as cousas que dizem respeito ao proprio conceito de *classico*. E' sabido que se não procurou definir o termo de accordo com o conceito universal da litteratura. Este conceito foi substituido por outro inteiramente artificial.

A independencia da litteratura, a perfeição da lingua, o cunho nacional, que no entender da critica litteraria constituem, pela sua convergencia, o character da obra classica nas grandes civilizações, nos chamados periodos aureos das suas letras, não se encontram juntos nas letras *classicas* portuguezas. Apenas o elemento nacional dá o seu colorido. A imitação das grandes correntes literarias de outros povos imperava soberana no seu prestigio. O nacionalismo não a libertara dessa triste dependencia. *O idioma tambem não havia attingido ainda as subtilezas e os matizes do pensamento philosophico, nem a precisão tecnologica da lingua scientifica.*

Nesse famoso periodo aureo, a lingua portugueza não havia ainda adquirido as qualidades necessarias para ser utilizada como instrumento dos grandes themes da intelligencia especulativa.

O seculo XVI, considerado entre nós, ainda hoje, pelos nossos *classicos*, “a idade de ouro” da lingua e das letras portuguezas, deixou, ha muito, de ter em Portugal, nas melhores paginas da critica, esse esplendor. O mais illustre dos criticos portuguezes, entre os contemporaneos, fulmina, com grande senso litterario, essa desarrazoada admiração, qualificando o seculo XVI na litteratura luzitana de “abortado e infecundo” (9).

Nós, porém, mais realistas do que o rei, continuamos a insistir no chavão já desprestigiado!

As nossas questões de linguagem têm sido estudadas a uma luz impropria. Pelos vidros deformantes da grammatica portugueza é que habitualmente se tem considerado a lingua brasileira. Em hypothese alguma pode caber, no caso, a palavra a uma disciplina normativa. Mas é dessa maneira inadequada, destituida de qualquer valor, do ponto de vista da sciencia, que os nossos grammaticos estudam a materia.

São os grammaticos os mais arraigados em fazer vigorar entre nós o idioma portuguez. São elles os maiores responsaveis pelo descaso em que ficaram mergulhados e perdidos, entre as cousas inuteis, os factos da nossa linguagem.

Copiam servilmente a grammatica portugueza. Repetem, com emphase e inmensa vaidade, as regras e regrinhas das grammaticas de Portugal. Forçam o nosso idioma nos moldes da escripta classica dos seculos XVI e XVII. Contam os nossos expressivos modos de dizer, como erros, nodoas, e cincas, no “*donairoso idioma*”. Suffocam todas as nossas formas originaes no garrote dos exemplos classicos. Anathematizam, fla-

(9) Fidelino de Figueiredo — Historia da Litteratura Classica pag. 408.

gellam, excruciam, na sua famigerada “boa linguagem”, despedaçam, na *estrapada vernacula* do idioma portuguez, todas as manifestações da nossa sensibilidade, do nosso ouvido, em cousas da nossa mais genuína maneira de falar, de nos exprimirmos brasileiroamente. São os nossos grammaticos os grandes culpados da escravidão, sob o peso de cujas cadeias têm vivido, num arfar de peito oppresso, as grandes energias creadoras do nosso genio linguistico. São elles que têm desprezado a pujança da lingua popular, que irrompe, forte, viva, numa caudal maravilhosa, cheia de naturalidade, de riquezas idiomáticas, que alargam o vocabulario, transformam a syntaxe, e exprimem, na sua brasilidade, a feição do nosso modo de pensar e de sentir.

A grammatica, tal como entre nós se tem praticado, apresenta aos olhos do observador um quadro de incoherencias. As idéas estão em violento conflicto com os factos. As paginas dos compendios formulam regras na mais flagrante violação dos principios, conceitos e definições adoptados ao assentar das bases. As noções mais elementares da logica encontram na exposição dos seus capitulos uma verdadeira camara de tortura.

Quanto á estrutura logica das nossas grammaticas, basta-nos reproduzir o reparo de um dos nossos mais doutos mestres: “Os nossos grammaticos depois de assentarem que registram factos cream regras inflexiveis” (10).

O estudo da lingua, tal como é tradicionalmente feito entre nós, é tambem sempre incompleto. A vida da linguagem não é encarada em alguns dos seus aspectos principais. E’ o estudo do idioma pela metade. As nossas grammaticas cuidam unicamente da lingua na sua feição discursiva. E’ a velha e insufficiente concepção nascida nos capitulos da logica formal.

Com excepção de dous escriptores, em paginas muito recentes, os trabalhos que ha mais de trinta annos renovaram

(10) Said Ali — Difficuldades da Lingua Portuguesa pag. 81.

inteiramente o estudo dos idiomas, permanecem inteiramente ignorados ou desprezados dos nossos especialistas.

Queremo-nos referir ao estudo desse “*aspecto da vida psychica que os linguistas têm geralmente desconhecido*”: o “*aspecto emocional ou affectivo*”, que tão intensamente se manifesta nos idiomas; o “valor affectivo dos factos de linguagem organizada e a acção reciproca dos factos expressivos que concorrem para formar o systema dos meios de expressão de uma lingua”.

Houvessemos nós já applicado esses criterios, e de ha muito haveriam os nossos grammaticos percebido claramente a existencia de uma lingua brasileira. Mas essa falha — acompanhada dos preconceitos da orthodoxia classica do quinhentismo e do seiscentismo, e da submissão aos recta-pronuncias portuguezes, a mandarem pela mala do correio as formas lidimas da lingua que deve ser falada entre nós — tem impedido que os grammaticos brasileiros escrevam uma grammatica brasileira.

Outro ponto que analysamos nestas paginas é o da “superstição visual”, isto é, o erro de considerar-se como a legitima expressão da lingua, a *lingua escripta*, ou mais rigorosamente a *lingua literaria*, (hoje ninguem mais as confunde). Só atravez della, e o que é peor, tal como a escreveram e a escrevem os portuguezes e os seus imitadores, têm os nossos grammaticos estudado o idioma. Acrescente-se ainda o facto de que essa lingua de papel carbono é no Brasil puramente artificial. Não a falla o povo, nem os que a escrevem a força de canceiras e vigalias sobre as paginas quinhentistas.

Mas do infructifero trabalho dos nossos grammaticos, subordinando a nossa linguagem aos canones da grammatica portuguesa, temos a prova no idioma que aqui vige e vive, formado da evolução em nossa terra da lingua dos colonisadores, sob as influencias do tupy e dos dialectos africanos que para cá vieram com os escravos, idioma que todos fallamos, em de-sacordo com as grammaticas feitas á portuguesa, e muito diverso do idioma que hoje se falla em Portugal.

O artificio dos nossos *classicos* falhou. A lingua brasileira retomou os seus direitos na litteratura: no romance, no conto e na poesia. São paginas de arte, de emoção e de belleza, onde o sentimento esthetico se traduz nos modulos e na riqueza da nossa gamma verbal.

Levando em linha de conta que a “Replica” de Ruy Barbosa pode ser considerada o padrão da doutrina *classica*, a lição suprema da linguagem *vernacula* para os puristas — alcorão dos partidarios da soberania do idioma portuguez nas nossas lettras —, submetemos ao gume da critica os fundamentos que lhe alicerçam os preceitos e doutrinas. Analyzamos as suas lições acerca do dialecto e da vernaculidade, dos neologismos e da escripta litteraria.

Não cabe á justa nos conceitos da linguistica e da esthetica das lettras o que se encontra estampado nas paginas da “Replica”. Não é possivel negar, como alli se pretende, a existencia do dialecto brasileiro. Não é accetavel a opinião que a vernaculidade do nosso idioma nacional seja a mesma da lingua portuguesa. Outra é a terra, outra é a gente, outra é a lingua. O almiré do ouvido portuguez não pode ser o diapasão da nossa euphonia vocabular.

Nada na sciencia da linguagem, nem na historia das litteraturas, impõe que nos não possamos afastar da escripta dos *classicos* portugueses, quanto á estrutura e os valores da nossa grammatica. A ordem natural das cousas é o perpetuo devir. O proprio genio das linguas não permanece o mesmo. O povo, os escriptores lhe modificam as linhas, as nuaças, os claros-escuros. É a lição dos doutos. Só nos idiomas empalhados, nas linguas mortas pode elle estacionar. E ainda assim, algumas vezes a litteratura é capaz de insuflar-lhe vida nova, transfigurando-o nas suas paginas. O latim mystico do christianismo é um exemplo magnifico. Os doutores da Egreja affeiçãoaram ao seu pensamento religioso a lingua pagã dos Ciceros e dos Horacios. E ha quem julgue aquelle latim transfigurado mais bello que o dos *classicos* de Roma.

Não se harmonizam com a lição da philologia as idéas sustentadas na “Replica” acerca dos neologismos. E’ todo um capitulo ao arrepio da verdade litteraria. O que a intelligencia clara do problema indica, é, como já se escreveu, que se condemnem apenas os maus neologistas. A creação de palavras, de neologismos de significação e de construção, é cousa inteiramente legitima, fóra das condições que a “Replica” estabelece.

Os criterios para a acceitação dos neologismos têm variado com o tempo, os escriptores, e as correntes litterarias. Em certos casos tudo dependerá do subjectivismo do escriptor, principalmente em se tratando da obra de arte, porque a escripta do artista é uma refração do idioma atravez do seu espirito. Só elle lhe percebe as falhas, as imprecisões, os desequilibrios, as insuficiencias, a incapacidade para exprimir as nuances do seu pensamento e da sua sensibilidade.

A doutrina litteraria da “Replica” é falsa. A escripta da Arte não está sujeita aos mesmos preceitos que a redação das leis. Um *codigo* não é uma creação de Arte. A poesia, a prosa artistica, as mais altas manifestações das grandes formas de expressão verbal esthetica, não podem ter como padrão litterario da sua linguagem, do seu estylo, a *escripta legislativa*. E’ muito diversa em ambas a estrutura do pensamento, a finalidade da technica, a urdidura da phrase. Nas primeiras dominam os valores da esthesia. Valores *afectivos*. Valores de “*expressão*”. Na linguagem das leis imperam os valores *intellectuaes*. Valores de “*formula*”. Valores *logicos*. A ultima é uma “lingua especial”, de feições rigidias, é a lingua juridica”. A linguagem das artes da palavra é, como a propria Arte, a manifestação da liberdade. O temperamento do artista é que lhe inspira os movimentos, os rythmos, as construções, e o vocabulario. Um codigo é escripto para ser *comprehendido*; uma obra de arte litteraria, para ser *sentida*. Ha um abysmo psychologico entre ambos.

Noutra parte mostramos como é perfeitamente justa, legitima e acertada a intervenção do Estado na determinação e na denominação da sua lingua official, da lingua da nacionalidade.

Dessa interferencia do poder publico no idioma do povo, no idioma do Estado, não escasseiam exemplos, nem na historia antiga, nem na moderna.

Se levarmos em consideração que a propria "*lingua communis*", a unidade idiomática, é uma consequencia da acção politica, não é possivel extranhar o papel de grande relevancia que esta desempenha na vida das linguas.

O mais eloquente dos exemplos, entretanto, é o de casa, o do portuguez no Brasil. A lingua portuguesa só logrou viver aqui graças a um acto do governo metropolitano. Em 1727, por meio de uma *provisão*, foi prohibido o uso da "*lingua geral*", falada na immensa maioria da população, inclusive os portugueses. Sem a interferencia da metropole, a colonia, o Brasil, não teria fallado outro idioma.

A verdade historica, pois, é que a lingua portuguesa foi imposta aos Brasileiros por um *decreto* do Estado portuguez.

Em resumo:

Procuramos assentar nas lições da sciencia e da historia das linguas, a demonstração da existencia de uma *lingua brasileira*, que, — a despeito de todos os obstaculos, já no dominio da litteratura, já no dominio da instrução, já na força dos preconceitos, já na trama das convenções arbitrarías, já no desvirtuamento da historia do idioma que os nossos *classicos* escrevem, os nossos *grammaticos* apregoam, os nossos mestres ensinam, — vive, em toda a sua belleza e pujança tropical, na bocca e na penna do povo, nas mais bellas paginas da nossa litteratura libertada da servidão luzitana, e vive tambem na bocca dos proprios devotos da superstição classica, purista, á portuguesa.

Houve quem procurasse collocar a denominação de lingua brasileira no terreno affectivo, com relação a Portugal. (11)

Não nos moveu a este trabalho nenhum desamor á terra dos nossos avós. Ninguem mais do que nós lhe admira a historia, a lingua que elles nos herdaram e que, modificando, continuamos a nosso modo, creando, com a mesma força de sentimento e a mesma belleza de expressão, outros moldes de linguagem.

Mas, entre o reconhecemos e proclamarmos todas as grandes qualidades do idioma portugêz, e aceitarmos a identidade das linguas luzitana e brasileira, vae uma impossibilidade, que os factos linguisticos estabelecem, a sciencia da linguagem assegura e a consciencia do nosso idioma torna invencivel.

Rio, Outubro, 1938.

(1) Aureliano Leite. *Lingua Brasileira? Não, Lingua Portuguesa!* Pag. 30 a 33.

Consta o nosso trabalho dos seguintes capitulos: *Velha Controversia. O Vocabulario Brasileiro. A Philologia Portuguesa e o Idioma Brasileiro. Ruy Barbosa e o Dialecto Brasileiro. Dialectologia Brasileira. Conceito de Dialecto. Algumas noções de Linguistica. Lingua e Dialecto. Portugêz e Gallego. Os Classicos Portuguezes. Os nossos Grammaticos. A "Replica". A Lingua Brasileira.*

Neste volume são dados á estampa somente os oito primeiros capitulos. Os restantes sairão á lume em novô tomo.

CAPITULO I

VELHA CONTROVERSIA

I

AS OBSERVAÇÕES DO VISCONDE DE PEDRA BRANCA

“Antiguidade dos brasileirismos”. Character da lingua brasileira. A pronuncia brasileira. A expressão dos sentimentos. O “idiome brésilien”. Brasileirismos de significado. Influencia do tupy.

E’ velha e longa controversia a existencia de uma lingua brasileira. Largo estudo e debate teem feito os mais illustres homens de lettras da nossa terra e de Portugal. Dividem-se as opiniões, formam-se as correntes. Sustentam uns que a lingua fallada no Brasil é a mesma lingua portuguesa; outros, que entre nós se formou, com as alterações soffridas, no espaço de quatrocentos annos, uma linguagem que não é nem pode ser mais o mesmo idioma dos portugueses.

Não é de agora que os brasileiros teem observado entre o seu fallar e os dos lusitanos grandes differenças, que cada dia mais se accentuam.

Já nos primeiros annos da Independencia, um dos nossos grandes espiritos, o Visconde de Pedra Branca, discorria com

segurança acerca das modificações experimentadas entre nós pela lingua portuguesa.

No seu artigo “Antiguidade dos Brasileirismos”, na “A Lingua Nacional”, divulgou João Ribeiro um trabalho daquelle homem de letras, publicado na “Introduction á l’Atlas ethnographique du globe”, de Adrien Balbi.

E’ talvez o primeiro trabalho nosso em que se discute a differença entre a maneira de fallar o idioma em Portugal e no Brasil, pois o escrito de Pedra Branca é de 1824 ou 25.

“O Visconde de Pedra Branca”, diz João Ribeiro, “foi o collaborador do sabio geógrapho na parte referente á lingua portuguesa da antiga colonia. Escreveu pois a breve e interessante informação que vamos transcrever, e que por ser quasi ignorada (pois não sabemos de referencia alguma entre nós feita a esse trabalho) terá pelo menos o merito da curiosidade bibliographica.

Acreditamos que nesse merito ha alguma cousa melhor que a curiosidade: e era o conhecimento do assumpto. Brasileiro, mais ao mesmo tempo possuindo seus estudos universitarios de Coimbra, a Pedra Branca não podia escapar o sentimento da differenciação entre a lingua da metropole e da extinta colonia. Essa circumstancia aumenta o valor de suas apreciações.

Tambem, e é uma consideração que lhe acresce a valia, o documento constitue a primeira contribuição theorica que possuimos nesta materia. Até então, os brasileirismos eram cá empregados no uso corrente, mas não offereceram assumptos a nenhuma dissertação academica de origem portuguesa ou brasileira. Eil-o:

“Les langues montrent les mœurs et le caractère des peuples. Celle des Portugais se ressent de leur caractère religieux et belliqueux; ainsi, les mots *honnête, galant, béate, bizarre*, etc., ont une signification bien différente de celle qu’ils ont en français. La langue Portugaise abonde en termes et phrases pour exprimer des mouvements emportés, des actions fortes. En portugais, on frappe avec tout; et quand le Français, par exemple, a besoin d’ajouter le mot *coup* à la chose

avec laquelle il frappe, le Portugais l'exprime du seul mot de l'instrument. On dit en français, *un coup de pierre*, en portugais, une *pedrada*; *un coup de couteau*, une *facada*, etc. On le peut dire hardiment de toutes choses.

“Sans manquer à l'idiotisme, on peut aussi hardiment former des superlatifs et des diminutifs de tout adjectif; on en fait quelque fois même des substantifs. L'âpreté dans la prononciation a accompagné l'arrogance des expressions et conserve encore aujourd'hui en héritage; *mais cette langue transportée au Brésil, se ressent de la douceur du climat et du caractère de ses habitants; elle a gagné pour l'emploi et pour les expressions des sentiments tendres, et, tout en conservant son énergie, elle a plus d'amenité.* On peut s'en convaincre en lisant les poésies de Gonzaga, J. B. da Gama (nous ajouterons de M. le baron de Pedra-Branca (*)) et de plusieurs autres écrivains brésiliens.

“A cette première différence, qui embrasse la généralité de L'IDIOME BRÉSILIEN, (**)) il faut encore ajouter celle des mots *qui ont changé tout-à-fait d'acception*, ainsi que celle de plusieurs autres expressions que n'existent point dans la langue portugaise, et qui ont été empruntées aux indigènes, ou qui on été importées au Brésil par les habitants des différentes colonies portugaises d'outre-mer”. (1)

Nessas observações de Pedra Branca, está em germen a questão que, depois d'elle, tanto se tem debatido até hoje. Nellas se encontra pela primeira vez a denominação de IDIOMA BRASILEIRO para a lingua do Brasil. Por ellas vemos focalizado um dos principaes aspectos do assumpto, esse que diz respeito ás modificações soffridas pela lingua portugueza das influencias do nosso clima, e da nossa sensibilidade, nas quaes até hoje vêem os mais avisados alguns dos principaes factores da lingua brasileira.

(*) A inclusão do parenthesis é de Balbi.

(*) O versal é nosso.

Nas palavras da sua apreciação, não ha que emendar, ellas traduzem uma verdade que o tempo tem confirmado cada vez mais. Não se poderia hoje dizer melhor que a lingua portugueza, *transportada para o Brasil, o idioma brasileiro*, como lhe chama, se ressentiu da doçura do clima e do character dos habitantes; ganhou “nas expressões dos sentimentos ternos, e conservando embora a sua energia, tem mais amenidade”.

E é precisamente ahi que vamos encontrar a explicação para muitos dos modos brasileiros de fallar, que uma grammatica arbitrariamente copiada dos grammaticos portuguezes se acostumou indevidamente a tachar de erros da nossa verdadeira linguagem, tão legitima e tão boa quanto a da gente portuguesa.

Se de certo ponto de vista convencional, do ponto de vista da grammatica, pode a nossa linguagem apresentar os chamados erros, erros tambem, desse mesmo angulo, se encontram na linguagem do povo português, que não fallam nem escrevem todos, felizmente para a propria lingua, segundo as regras dos grammaticos. Para tal cousa succeder, seria preciso que o idioma em Portugal houvesse attingido a etapa de uma lingua morta.

No fallar espontaneo do povo, libertado dos grilhões grammaticaes, na escripta dos artistas indifferentes á ferula dos grammatistas, como diziam os romanos, está em Portugal, como está aqui entre nós, a condição suprema do evolver das linguas, do seu aperfeiçoamento, para traduzir com o maximo de equivalencia e actualidade, expressão e belleza, o pensamento, o sentimento, a propria alma das gentes que as fallam.

As grammaticas, ainda quando meramente expositivas, representam, de certa maneira, um ponto de vista historico das linguas; são, a seu modo, grammaticas historicas. A lingua viva, com a qual o povo faz a communicação do pensamento, não está nas suas paginas. As regras de um compendio grammatical, são regras de um herbarista da linguagem. A flora viva, estuante de seiva, não se encontra nellas. As regras dos

grammaticos, até quando traçadas por mão disserta, a trasladar para as formulas ás observações reaes da vida da linguagem, registam, essencialmente, factos de uma lingua do passado, proximo ou remoto, de uma lingua que foi ou de um idioma feito sob medida, através de conceitos artificiais, ainda quando não arbitrarios.

Mas nós deixamos de lado os factos da nossa linguagem e escrevemos grammaticas feitas com as regras da grammatica de Portugal.

No caso, o essencial é que procuremos, para construir a nossa grammatica, distinguir o que é certo e o que são erros de linguagem para nós, e não erros de accordo com a grammatica portuguesa, como até hoje têm feito a maioria dos nossos grammaticos. Os nossos erros devem ser definidos exclusivamente em face da observação dos nossos factos linguisticos.

A CRITICA DE VARNHAGEN

Não são identicas as linguas. A influencia do tupy no vocabulario. A influencia do castelhano na nossa pronuncia. A independencia da nossa literatura. Erro de Varnhagen em limitar ao vocabulario a liberdade do escriptor brasileiro.

Em 1847, *Varnhagen* traz novamente á balha a differenciação do idioma portuguez na terra americana.

No seu “Florilegio Brasileiro”, contesta que a lingua do Brasil se tenha conservado a mesma de Portugal, levando em conta, entre outras cousas, a influencia do tupy no nosso vocabulario.

Nesse trabalho, apparece, pela primeira vez, a these que o idioma luso, entre nós, soffreu grande influencia do castelhano, quanto á phonetica.

Alludindo á “questão da divisibilidade das litteraturas portugueza e brasileira, que varios julgavam impossivel, em consequencia da idéa de uniformidade da lingua, escreveu Varnhagen :

“E’ porventura tão verdadeira, tão estricta essa identidade da lingua? Não ha no Brasil nomes do paiz ahi conhecidos, e cujo objecto é mais ou menos poetico, dos quaes em Portugal, a sua pronunciação dizem que excita o riso? Lembremo-nos dos receios que neste sentido tinha o autor do *Caramurú* ao publicar o seu poema, e lembremo-nos mais do que

certo censor tinha de que provocassem o riso tantos nomes do Brasil, como v. gr. *jacarandá*, palavra esta em que ha nada menos de quatro *aa*.

Entendamo-nos; esta é a opinião do vulgo que acha tambem em Portugal mui ridiculo um dos nossos nomes de mais gloria para o Brasil — o Ypiranga — prova que a poesia brasileira tem que declarar-se independente da mãe-patria; pois, desgraçado do poeta que ao chegar-lhe a inspiração, tivesse que mandar consultar um de seus filhos, que nunca tivesse ido á America (pois a estes acostuma o ouvido como é natural), se tal palavra lhe promove o riso, como *jacarandá* ao censor”. (2)

Isto quanto ao nosso lexico.

De referencia á phonetica, cujas modificações principaes attribue á influencia do hespanhol, disse elle:

“Alguna observação a este respeito nos chegou a convencer que as differenças principaes que se notam na pronunciação brasileira procedem de que a lingua portugueza no Brasil, desde o principio, se *acastelhanou* muito. Estas differenças que principalmente consistem na transposição dos possessivos, no fazer ouvir abertamente o som de cada uma das vogaes, sem fazer elisões no *e* final, nem converter, o *o* em *u*, e em dar ao *s* no fim das syllabas o valor que lhe dão os italianos, e não o do *sh* inglez, ou do *sch* allemão, esta alteração de pronuncia, que se estende até a alguns modismos e usos, procedeu, não só de que os primeiros descobrimentos e colonização foram feitos com a ajuda de castelhanos, como de que para a recuperação da Bahia, contra os hollandezes passaram outros muitos queahi ficaram estabelecidos; além disso, no interior da provincia do Rio Grande falla-se hoje, pelo menos, tanto hespanhol, como portuguez, e o contacto dos negociantes de *gado* e *tropeiros* com estes paizes, fez que se adoptasse delles quasi tudo quanto é nomenclatura da ginêta”. (3)

(2) Varnhagen — Florilegio Brasileiro, Prologo, pag. V a VIII.

(3) Varnhagen — op. cit. loc. p. XX.

Na opinião de Varnhagen não existe essa identidade das linguas. Não é identico o vocabulario. Identica tambem não é a phonologia.

A seu parecer o nosso lexico, o que aqui se formou na terra, tem o mesmo direito aos fóros litterarios do lexico trazido pelos colonos. A poesia que reçuma dos nossos vocabulos não póde ficar á mercê do prazme doutoral dos eruditos da antiga metropole. Já naquelle tempo, entendia Varnhagen a nossa litteratura não devia dar ouvidos á critica portuguesa em assumptos de linguagem. E em defesa das nossas lettras proclamava a necessidade de nos libertarmos das lettras portuguesas. Queria que a poesia brasileira declarasse a sua independencia.

O facto referido acerca dos temores de Santa Rita Durão, dá com a maior eloquencia a medida de como se passavam as cousas. O artista brasileiro não tinha direito á linguagem da sua terra, não tinha liberdade de traçar os nossos paineis com as tintas verdadeiras do nosso vocabulario. A natureza do Brasil havia de ser debuxada com os tons, os recursos incapazes, de um idioma formado em terras extranhas. O vocabulario que nasceu sem ver a luz do céo americano, é que devia estar na palheta do artista que queria pintar essa luz, a paisagem, a vida do torrão natal, onde se lhe abriram os olhos.

Todo esse absurdo sentiu Varnhagen no seu espirito e no seu coração brasileiro.

Não era, entretanto, uma intelligencia de pobres quilates, nem um entendimento cheio de preconceitos, o que traçava, naquellas linhas, o quadro triste da nossa condição litteraria, nas mãos dos lettrados de Portugal. Era um dos nossos mais finos e altos engenhos, que prezava muito as cousas portuguesas, que havia estudado os mais antigos monumentos da sua litteratura. E tão grande ainda era o seu amor á lingua portuguesa, que em grande conta havia o estudo dos classicos e não queria tambem para a nossa linguagem outra grammatica.

Não foi tão somente, porém, com relação ao nosso vocabulario que contestou Varnhagen a identidade do português

e a lingua fallada no Brasil. Na propria ordem da phonetica do nosso idioma, encontrou elementos para negar a identidade. Persuadiu-se Varnhagen que a lingua portuguesa, entre nós, "*desde o principio se acastelhanou muito*".

Influencia do hespanhol é, no seu entender, a transposição que fazemos dos possessivos. Como os castelhanos, fazemos ouvir abertamente o som das vogaes. Não emmudecemos o *e* final como os portugueses. Não transformamos o *o* em *u*. Não damos ao *s* no fim das palavras o mesmo valor que os luzitanos. E até modismos e usos da nossa linguagem, testemunham a influencia do castelhano no nosso idioma.

Aos seus olhos limpidos havia muita cousa no dominio da nossa linguagem, que tornava impossivel affirmar-se a identidade dos dous idiomas. E as nossas letras não podiam ficar sujeitas aos canones da censura luzitana.

Não era possivel, de facto, já naquelle tempo, calar a consciencia litteraria e idiomatica do Brasil, em face da attitude singular dos criticos portuguezes. Ella repontou viva no espirito do grande historiador, como deveria muito annos depois manifestar-se nas paginas dos nossos maiores homens de letras, ainda mesmõ aquelles que uma educação e cultura, bebidas nos centros universitarios da Luzitania, houvessem marcado com largo e forte sulco a mentalidade, o pensamento e as letras.

Claramente viu Varnhagen os direitos da nossa litteratura e da nossa expressão verbal, e com alto senso das cousas, de maneira impressionante, formulou, naquelles exemplos, o absurdo dessa attitude de sujeitar o nosso vocabulario ao lexico portuguez.

Nada mais estranho, mais incompativel com a sensibilidade e a arte brasileiras, do que jungir o artista a inspiração aos canones que lhe traçassem os criticos lusitanos, e submeter a afinação da corda vocabular da sua lyra ao dicionario e ao ouvido de Portugal.

Mas o que não podemos comprehender é se deixasse ficar apenas na independencia do vocabulario a consciencia litteraria

de Varnhagen, que nas alturas de 1847 já havia attingido tão grande intensidade e segurança. ¿Porque manter ainda quanto aos classicos portuguezes e á sua grammatica, essa dependencia, que lhe punha rebeldias na penna, quando conclamava a poesia brasileira a romper as cadeias com que a mãe-patria lhe tolhia a vida e os movimentos? Porque não se libertar tambem a prosa, e com o lexico toda a grammatica, nas fórmulas originaes da nossa expressão?

A independencia dos nossos modismos, da nossas fórmulas grammaticas, era tão justa quanto a do vocabulario.

¿Porque “desgraçado do poeta que, ao chegar-lhe a inspiração, tivesse de mandar consultar” os portuguezes acerca do seu vocabulario, e não seria tão desgraçado o escriptor que tivesse de mandar saber aos censores de lá, como deveria collocar os pronomes, ou, em summa, construir a phrase?

¿Porque se haveria de conservar no tocante á grammatica, e ao estylo aquelles receios que tinha do seu vocabulario “o autor de Caramurú”?

A attitude, porém, de Varnhagen, é apezar disso, profundamente consoladora, quando vemos, nos nossos dias, grandes espiritos, no Brasil, sujeitar ainda o proprio vocabulario á mestrança e ás lições dos lexicographos e grammaticos portuguezes.

III

A “PROFISSÃO DE FÉ” DE GONÇALVES DIAS

Larga visão e descortino do poeta. Demasiado luzitanismo dos nossos censores. A idolatria da phrase em Portugal. “Cerzidores de palavras de lei”. O direito dos Brasileiros na linguagem. O que se deve chamar classico. Não ha deficiencia no nosso conhecimento da lingua. Pobreza do português depois do seculo XVI. Necessidade de dar novo geito á phrase antiga. O valor euphonico do tupy. A linguagem e a nossa extensão territorial. Quando vier outro Moraes tudo ficará classico. A regra da bôa linguagem. Não se reprehenda a um povo o que geralmente agrada a todos. A lingua portuguesa no Brasil. O fraseado brasileiro é diferente do português. Cuiá é tão classico quanto porcelana. A formula “não tem remedio”. Musicalidade do ouvido brasileiro.

Largo tempo decorrera sobre o trabalho de Varnhagen e o de Pedra Branca, quando em 1857, de novo se levanta em nossa litteratura o thema, na ponta de uma das nossas pennas mais famosas.

GONÇALVES DIAS se insurge contra as restrições intoleraveis a que os puristas queriam sujeitar o idioma dos escriptores brasileiros.

Habitado a lavrar o seu pensamento na lingua dos classicos portuguezes que manejava, entre nós, com grande arte e esplendor, mas senhor da sua penna e do seu espirito, não lhe soffria vêr desprezada a grande collaboraçãõ brasileira na lingua dos Lucenas, Vieiras e Bernardes.

Em paginas que representam naquelles tempos uma altiveza e uma altitude de pensamento a que depois d'elle poucos

têm attingido, reclamou, com vigor, larga visão e descortino, um lugar ao sol para a linguagem nascida na terra brasileira.

As faces, os aspectos por que estuda as relações entre a lingua portugueza e a que se formara com ella na patria, os juizos e as criticas, os pontos de vista e as sentenças que lhe enriquecem o trabalho, a actualidade mesma de argumentos que se têm perpetuado nas discussões em fóra, tornam essas paginas um dos grandes marcos da litteratura acerca da lingua fallada pelo povo Brasileiro.

Nas suas linhas, máo grado toda a cultura dos classicos, e á “pureza inviolada do seu dizer”, ha verdades que elle comprehendeu com o luminoso espirito que o distinguiu entre os contemporaneos, e entretanto não puderam entrar, até hoje, pelos olhos de tantos que em materia de linguagem são apenas victimas da “idolatria” de um idioma que os mais capazes, sem grande esforço, longo estudo, não escrevem, e muito menos fallam.

A primeira observação que lhe sae da penna, quanto á linguagem dos escriptores brasileiros, é o despropositado das censuras que sobre ella desabam os puristas em nome da intangivel e soberana vernaculidade da lingua portugueza, á feição porque a entendem em Portugal.

Na maneira de julgar desses censores, ha para elle demasiado lusitanismo.

A litteratura brasileira não pode receber sem protesto essa lição.

Contra ella se erguem os indiscutíveis direitos da linguagem brasileira.

Ha para elle duas vernaculidades na lingua: a europea e a americana. Nesta maneira de ver inaugurava a doutrina que mais tarde haveriam de invocar outros espiritos emancipados da tutela grammatical portuguesa, e da suspérstição dos classicos.

A lingua e o proprio idioma litterario não podiam ficar tolhidos nos velhos moldes genuinamente portugueses. Casti-

lho (Antonio), que tantos annos depois havia ainda de ser apontado aos escriptores brasileiros, como padrão e espelho da *boa linguagem*, é para Gonçalves Dias “a idolatria viciosa da phrase” em carne e osso, tal como já lhe debuxara o perfil litterario. o proprio classico João Francisco Lisboa.

Não é só, em materia de pureza de linguagem que o grande poeta não se conforma com a doutrina portugueza.

Ao lado do nosso direito a uma vernaculidade brasileira, ha tambem o de tocar no idioma, remodelá-lo, modificando-o para o nosso uso, enriquecendo-lhe o patrimonio, adaptando-o ás nossas necessidades.

Sob esse aspecto vemos surgir na sua penna a mesma argumentação a que depois haveria de recorrer José de Alencar. A’ sua consciencia de homem de letras se lhe antolhava como verdadeiro absurdo que nove milhões de Brasileiros tivessem de sujeitar-se, em materia de linguagem, a quatro milhões de Portugueses. O mesmo direito que o povo portuguez exercia na evolução do idioma lá, haviamos nós na sua evolução aqui. O pensamento brasileiro não podia ficar a espera da mala do correio. Foi inspirado na defesa desse direito que elle escreveu a sua “profissão de fé”.

Não haveria de ser um espirito como o seu que se deixasse ficar absorto e suspenso na contemplação da maravilha classica. A muitos dos classicos lia com grande aborrecimento, e a modo de penitencia. A propria lingua portugueza não tinha aos seus olhos essa decantada riqueza com que atroam os céos e a terra. Ao contrario, sente-lhe a pobreza para tratar a nova ordem de idéas. A sua opulencia era muito relativa. Havia um velho cabedal de formas e recursos para traduzir classicos gregos ou latinos, como fez Odorico Mendes, e para aquelles que escreviam imitando-os. Fóra dahi muito se resentia a lingua da falta de meios para tratar os novos temas da litteratura.

Repara tambem Gonçalves Dias que não é por ignorancia da lingua acham os brasileiros deficiente o idioma. E’ que não nos limitavamos a lêr tão somente o portuguez e o

francês. Nas estantes dos nossos patricios se encontravam as obras do pensamento inglês e do pensamento allemão. Nos seus escriptores travavamos conhecimento com assumptos e idéas que nunca haviam passado pela penna dos classicos. Nas paginas destes não era possivel topar com o vocabulo, o termo, a expressão, a forma exacta ou equivalente. Da propria litteratura italiana ou hespanhola, tinham os nossos muito maior leitura do que os estudantes portuguezes.

Referindo que, ao discorrer sobre a grande figura de Odo-rico Mendes, nas lettras da patria e nas lusitanas, exaltara-lhe a “pureza do seu portuguez”, escreveu Gonçalves Dias:

“Lembrou-me nessa occasião o que por lá e por cá se diz de como menosprezamos a boa linguagem. Elogiei o Odorico por ser abundante, conciso, energico: mas tambem não concordo com os daquella opinião tomada em absoluto, POR ME PARECER QUE VAE NISSO EXCESSO DE LUSITANISMO.

O Lisboa mesmo não o diz: se acaso reprehende esses descuidos nossos, *censura em Portugal, e com muitissima razão — a idolatria viciosa da phrase*, (*) photographando em duas palavras o character litterario do cego Castilho. Quasi que bastaria dizer simplesmente Castilho, porque dos outros é que se podia dizer com o Evangelho: “Oculos habent et non vident”.

Se admitissemos aquella censura, sem nenhuma attenuação, não resultaria dahi grande mal, visto que entre nós se abusa da facilidade, quasi vulgar, de se escrever com certo geito e graça artiguinhos e correspondencias de jornal.

Mas para os que não fazem parte do vulgacho litterario, para aquelles aos quaes se pôde fallar toda a verdade sem temor de que tenham a abusar della, a questão tem outra face. Pergunta-se: “Os 8 ou 9 milhões de brasileiros terão o direito de augmentar e enriquecer a lingua portugueza e de accommodal-a ás suas necessidades, como os 4 milhões de habitantes que

(*) O grypho é nosso.

povoam Portugal? Pois se queremos introduzir qualquer industria no Brasil, havemos de esperar que daqui nos baptisem as mil idéas que ella suscita?"

A pergunta já em si envolve a resposta; mas porque lhe podem dar mais latitude que a justa, lá vae a minha profissão de fé.

.....

“Abjure-se a idolatria da forma e acreditemos que só se podem chamar classicas as obras dos grandes engenhos — obras que primem pela idéa, com quanto revestidas de todas as louçanias de estylo. BONS CERZIDORES DE PALAVRAS DE LEI APENAS SERVEM PARA COMPLEMENTO DOS BONS DICCIONARIOS. Chamem-se embora classicos, muitos delles — são intoleraveis. Eu de mim o confesso que os leio, a boa somma delles, como por castigo, () e confiado na infinita misericordia divina, que me levará em conta esta penitencia voluntaria.*

Apezar de todas estas clausulas e reservas, fica ainda muito para a minha profissão de fé, quanto a orthodoxia de linguagem. Repito-a para que não vá alguém suppôr que fallo com menos reverencia de cousas que merecem respeitadas. Posto o que, entremos em materia. Se estou fóra della, já vae sendo tempo disso.

Em primeiro logar a nossa lingua é riquissima, *mas até a sua idade de ouro; mas dahi por diante não acompanhou os progressos do seculo, nem mesmo os desta nação, de modo que ha difficuldade summa, se temos a mania de parecer classicos (no sentido luso da palavra) ha muitas vezes impossibilidade absoluta em se exprimir cousas, que aliás são vulgares. Para dizer o que hoje se passa, para explicar as idéas do seculo, os sentimentos desta civilização, será preciso dar novo geito á phrase antiga e é esse o grande merecimento de Garret.*

Odorico, porém, traduzindo Homero e Virgilio, achou-se no veio mais rico do ouro portuguez: no seu caso seria imperdoavel esmolar.

(*) Os *gryphos* são *nomos*.

Mas os nossos rapazes estão noutra caso. Se não fazem do portuguez o seu estudo unico e quasi que exclusivo, — tambem não se contentam, os bons, que temos, com a frandulagem de mãos romances francezes. Lêm mais do que isso: estudam as litteraturas ingleza e allemã — e da hespanhola e italiana encontra-se mais de dez no Brasil por um que em Portugal se applica a taes litteraturas.

Menos leitura do portuguez, mais e muito mais lição dos outros autores, — dão-lhes mais idéas e no mesmo ponto os acaham, *menos por deficiencia do conhecimento da lingua, como porque esta está mui longe dessa presumida riqueza de que fallamos tanto á força de o ouvirmos repetido*. Fê-lo o Odorico, e pelo que elle fez acham que a LINGUA E' OPULENTA — É-O DE CERTO, PARA TRADUZIR CLASSICOS GREGOS E LATINOS OU PARA QUEM MARCHA SOB AS SUAS PÉGADAS (*). Porém já Garret (e o testemunho não é suspeito) não sei em que passagem das *Viagens á minha terra* incommoda-se de ouvir fallar em tanta riqueza, quando elle lhe sentia tantas faltas. E de feito — tres ou quatro termos para exprimir a mesma idéa, que se diga por ex.: *leme*, como todos dizem, ou se escreva — *gubernalho* como Lucena, — são, como outras vias da mesma lettra de cambio. Uma ou todas têm o mesmo valor. O verso unicamente é que se pôde accomodar com isso e dar-se bem com a differença dos sons para variar as cadencias e o rythmo”.

Proclama Gonçalves Dias os direitos do tupy no idioma que aqui se formou. Gaba a euphonia dos vocabulos. Os que compuzeram com elles paginas de máo gosto são, no seu parecer, da mesma raça dos que fazem versos ruins, até no italiano.

Não passam tambem despercebidas ao seu espirito as consequencias da vastidão do territorio na vida da nossa linguagem. Desse angulo regista o que se comprehende nas variedades regionaes e nos dialectos de profissão.

Na sua opinião, as nossas lettras deviam pintar a natureza, descrever as nossas cousas, com os termos do proprio local onde se passam as scenas. Não condemna os regionalismos da

(*) O *grypho* e o *versal* são nossos.

linguagem. Antes lhes reconhece um grande valor de ordem litteraria. Em radical desaccordo com as lições dos nossos grammaticos, para elle, o que é brasileiro se impõe á nossa linguagem e é tão correcto como o que fôr classico.

Resumindo a sua maneira de vêr, diz elle:

“1.º — A MINHA OPINIÃO É QUE AINDA, SEM O QUERER, HA-
VEMOS DE MODIFICAR ALTAMENTE O PORTUGUEZ. (*)

2.º — Que uma só cousa fica e deve ficar eternamente
respeitada a grammatica e o genio da lingua.

3.º — Que se estudem muito e muitos classicos, porque é
miseria grande não saber usar das riquezas que herdamos.

4.º — Mas que, nem só pôde haver salvação fóra do Evan-
gelho de S. Luiz, como que devemos admittir tudo o de que
precisamos para exprimir cousas ou novas ou exclusivamente
nossas. E que emfim o QUE É BRASILEIRO é brasileiro, e que
CUYA virá a ser tão classico, como PORCELANA, ainda que a
não achem tão bonita”. (4) (*)

Não é de admirar que naquelles tempos fizesse elle a sua
“profissão de fé”, procurando impedir que lhe dessem maior
latitude ás suas palavras, já aconselhando a leitura dos “bons
autores, gregos e latinos”, já que se estudasse, “muito e mui-
to, os classicos”, já fazendo votos para que o Governo do Bra-
sil, mandasse reimprimir e vender pelo custo da impressão os
bons escriptores portuguezes”, pondo-os “ao alcance de todos”,
espalhando-os “por todos os recantos do Imperio, de modo que
Vieira, Fernão Mendes e o Padre Godinho e outros fossem por
esses centros substituir os exemplares surrados e puidos de
Carlos Magno”. (5)

O que admira é vê-lo combater a “*idolatria da fórmula*” e
pregar que se considerem “classicas” apenas “as obras dos
grandes engenhos” que primem pela *idéa*”. “Bons *cerzidores*
de palavras de lei”, dizia elle, “apenas servem para comple-
mento dos bons dictionarios”.

(4) Estante classica da Revista da Lingua Portuguesa. Vol. VII
- (1921).

(5) Estante Classica — vol. VII — pag. 128.

(*) O *versalete* é nosso.

(*) O *grypho* é nosso.

Como ali têm que aprender quantos, ainda hoje, vivem, a escrever ou cerzir em portuguez de lei paginas e paginas, sem o traço forte de uma idéa acima da vulgaridade quotidiana, cuidando só com isso serem classicos e modelos de bôa escripta!

O que é para maravilhar é vermos o bardo maranhense discutir a riqueza da lingua, notando que, depois“ da sua idade de ouro”, “não acompanhou ella os progressos do seculo”.

O que desvaneece é dizer-nos dos inconvenientes da “mania de parecer classicos, no sentido luso da palavra, que nos levará” muitas vezes á impossibilidade absoluta de exprimir coisas, “até vulgares”.

O que nos enche de admiração é escutal-o advertir: “Para o que hoje se passa, para explicar as idéas do seculo, os sentimentos desta civilização, será preciso dar novo geito á phrase antiga”.

Tudo isso nos dá a medir o seu alto senso critico, a sua rara capacidade de observar a realidade.

Mas, prosigamos no considerar as lições, tão esquecidas, que elle nos deu com aquella liberdade e largueza de visão, que não poderiam ser maiores nos seus dias.

“Bom ou máo grado, a lingua tupy lançou *profundissimas* raizes no portuguez que fallamos e nós não podemos, nem devemos atiral-as para o canto, a pretexto de que a OUTROS parecem barbaras e mal soantes. Contra isso protestaria a nossa Flora, a nossa Zoologia, a nossa Topographia. Classico ou não classico — Pernambuco é Pernambuco, cajá, paca e outros semelhantes, não teem outro nome. *Se isso desagrada a Portugal, é grande pena, mas não tem remedio*”. (*)

E dessas palavras se está a ver como não foram apenas os nossos pronomes que irritaram as orelhas do vernaculo portuguez.

Conhecedor do meio litterario de Portugal, não faria o poeta referencias a esse desagrado, se não houvesse conhecimento de que os nossos vocabulos do tupy malsoavam ás lettras academicas dos luziadas.

(*) *Os gryphos são nossos.*

Mas, Gonçalves Dias nos deu nesse caso a fórmula com que devemos tratar todos os outros. Si a nossa lingua, a nossa falla, e nossa escripta, brasileiras, não agradam aos escriptores e grammaticos portuguezes, “*é grande pena, mas não tem remedio*”.

Não eram apenas os vocabulos indigenas que despertavam clamores contra a nossa lingua.

“Convém notar”, ponderava elle, “que o que mais offende o ouvido e gosto portuguezes não são tanto os termos forasteiros, como muitas, e a maior parte das vezes, o modo e o sentido em que empregamos vocabulos e phrases que são rigorosamente seus”. E apontava a causa no facto de que “o nosso povo tem outro phraseado”. E exemplificando com Joaquim Manoel de Macedo, põe o seu merecimento não em “*ser classico*”, mas ser “*brasileiro*”, accrescentando ainda que “elle não seria tão estimado, tão popular, si andasse *alambicando phrases*, que os poucos conhecedores da lingua mal comprehenderiam a supapo de dictionario”.

Mas, a grande e sábia advertencia que lhe resume o pensamento, está nestas palavras: “O que o simples bom senso diz é que *se não reprehenda de leve a um povo o que geralmente agrada a todos*”.

Ponham os nossos grammaticos, num caixilho, á sua mesa de trabalho, essa advertencia do grande Poeta. Não se esqueçam nunca tambem que “ainda sem o querer, havemos de modificar **ALTAMENTE** *o portuguez*”. E que enfim o que é “*brasileiro é brasileiro*”. (*)

“Nem se diga, escreve ainda Gonçalves Dias, “que o nosso ouvido é pouco musical, e a prova é que não ha brasileiro, nem mesmo surdo, que *tolere* a rima de *mãe* como *tambem*, como aqui fazem os bons rimadores, ou que admittisse um *tambãim* impossivel, como a gente culta de Lisboa”.

O que merece grande attenção, e é advertencia do mais alto valor, é vê-lo explicar que não ha de nossa parte “deficiencia do conhecimento da lingua”, mas a grande leitura de

(*) Os gryphos são nossos.

escriptores inglezes, allemães, italianos, sem contar os francezes, torna, com a opulencia do pensamento, menos facil o manejo da penna, porque não é tanta, como lyricamente se tem feito pregão, a “presumida riqueza” da lingua.

Tudo isso é que é digno de maravilha, na penna do poeta, ha perto de oitenta annos, aos primeiros da segunda metade do seculo 19, quando vemos depois, já no seculo 20, um grande espirito, como Ruy Barbosa, pretender e ensinar, contra todas as leis da linguistica, que o arbitro supremo da nossa linguagem é o ouvido dos portuguezes.

○ PONTO DE VISTA DE JOSE' DE ALENCAR

A emancipação da lingua brasileira. O dialecto. A lição errada de PINHEIRO CHAGAS. Deficiencia do quinhentismo para a lingua litteraria brasileira. Aperfeiçoamento do portugûes no Brasil. O escriptor nacional. Aspecto economico da questão litteraria. Influencia nociva do dictionario de CALDAS AULETTE na linguagem do Brasil. A ditadura da grammatica portuguesa. Brasil "ainda tão pouco nosso". A investida de CASTILHO (JOSÉ). A fantasia dos pronomes. A verdadeira regra da sua colocação. Legitimidade da maneira brasileira. A composição litteraria da phrase. A musica vocabular Shakespeareana. A lingua musical de MILTON. O elemento musical na Divina Comedia. A lição de QUINTILIANO. CICERO e o numero da phrase. HORACIO. A escripta dos gregos e a sua notação musical. A lingua brasileira no "O nosso Cançioneiro". Os canones do seculo XVI. Teias de regrinhas. O nosso direito de legislar em materia de linguagem. A independencia da nossa syntaxe. A cruzada portuguesa contra a nossa litteratura. Valor da linguagem popular. O diploma de escriptor brasileiro tirado em Portugal. Autores emprestados. Resposta aos criticos. As preposições *á* e *em*. Correção do uso brasileiro. Artigos e nomes proprios. O possessivo e os nomes de parentesco. O brasileiroismo "sinhá". Importancia do tupy. Afastamento do portugûes.

Em 1870 rebenta de novo a controversia entre Portugal e o Brasil acerca da nossa linguagem. E' o grande estylista e mestre entre os mestres na arte de escrever — JOSÉ DE ALENCAR — quem toma a si a defesa do nosso idioma, sustentando-lhe a independencia em face das letras portuguezas. Entre na balha pela primeira vez, entre nós, a questão do *dialecto brasileiro*.

Em pagina de fino lavor de analyse, onde a segurança do pensamento se casa á limpidez da escripta, mostra Alencar, accentuando-lhe os traços, a natureza do nosso dialecto.

Em Postscripto á 2.^a Edição de "Iracema", responde o grande escriptor a Pinheiro Chagas, que, em attitudes de mestre escola, apontava, irritado, na escripta dos autores brasileiros grandes borrões de linguagem cahidos das pennas ignorantes da bôa forma luzitana. Com todo o vigor da sua cultura e da sua dialectica, revida Alencar aos ataques do censor portuguez, assignalando-lhe a fraqueza dos argumentos, os erros de suas doutrinas e lições.

Do alto do seu estrado de "recta-pronuncia" investe, com a palmatoria luzitana em punho, PINHEIRO CHAGAS, clamando, blaterando, anathematizando os litteratos da nossa terra, pela incorrecção habitual que lhes nodoava as letras.

Nos seus *Novos Ensaios Criticos*, a proposito de "Iracema" dizia, num assomo em que o amor da grammatica estremeçada lhe insuflava á penna todas as revoltas: "*O defeito que eu vejo em todos os livros brasileiros e contra o qual não cessarei de bradar intrepidamente é a falta de correcção na linguagem portugueza ou antes a mania de tornar o BRASILEIRO UMA LINGUA DIFFERENTE DO VELHO PORTUGUEZ por meio de neologismos arrojados e injustificaveis e de insubordinações grammaticaes, que (tenham CAUTELA) chegarão a ser risiveis se quizerem tomar as proporções duma insurreição em regra contra a tyrannia de Lobato*". (16)

No tempo, bem pode ser que as palavras de Pinheiro Chagas fossem levadas a serio e até applaudidas por algum dos nossos puristas "de grande virtudes e letras", hoje não provocam outra cousa senão o riso com que elle mesmo nos ameaçou.

Na verdade, tem graça vêr a *intrepidez* com que elle nos garante bradará a toda a força dos pulmões e da penna, contra a *incorrecção* da nossa linguagem, e chama de *mania*

(16) Pinheiro Chagas — *Novos Ensaios Criticos*, pag. 221.

o tornarmos o brasileiro um idioma distincto do portuguez. Mais divertido ainda é vê-lo desabar todas as coleras do mestre-escola, contra os nossos neologismos, que, ao seu talante, qualifica de "injustificaveis" e as nossas "insubordinações grammaticaes". Onde, porém, o comico attinge as ultimas raias da comicidade, é naquellas linhas que nos aconselham "*cautela*", pois nos tornaremos "*risiveis*" se quizermos libertarmo-nos da "tyrannia de Lobato".

"Se os escriptores brasileiros desejam realmente fazer uma lingua nova", escreve Pinheiro Chagas, corrompendo a antiga, como as linguas modernas da Europa se formaram da corrupção do latim, devemos advertil-os de que isso não prova senão o desprezo das regras mais elementares de philologia. A transformação das linguas é um phenomeno que se opera sem que a vontade humana possa nelle intervir por forma alguma; como qualquer outro phenomeno physico, está sujeito a leis fixas e immutaveis, como a gravitação, ou a expansão dos gazes. Max Muller demonstrou amplamente na sua Sciencia da Linguagem, e com ele demonstraram-no todos os eruditos philologos da moderna escola, que a philologia é uma sciencia da natureza e não uma sciencia historica. O fluxo e refluxo das linguas tem um caminhar tão certo como o fluxo e refluxo dos mares, que obedecem á acção longinqua da lua. Essa transformação pol-a Deus nas mãos dos ignorantes. O nivel da linguagem eleva-se e não se abaixa. E' ao povo, esse ignorante sublime. que está confiado o sagrado deposito. Os sabios *enriquecem* um idioma, só o povo o *transforma*. As formas grammaticaes não se alteram a bel-prazer dos escriptores, a indole de uma lingua não são elles que a modificam por decreto. Parece-me necessario que os escriptores brasileiros se compenetrem bem desta verdade hoje elementar". (17)

Curiosa é essa observação de que as fórmulas grammaticaes não se alteram por obra dos escriptores, sómente ao povo

(17) Novos Ensaios Criticos, pags. 221 a 222.

cabe esse direito, só elle tem o exercicio dessa funcção na vida das linguas.

A lição de Pinheiro Chagas não é certa nem na doutrina, nem applicada ao nosso caso.

Não é valida doutrinariamente, em these, porque é facto sabido e resabido na existencia litteraria dos idiomas, a alteração das fórmulas grammaticaes pelos grandes escriptores, e no caso brasileiro não colhe o sermão, porque os nossos artistas apprendiam na *grammatica* do povo, as modificações da syntaxe e a creação do vocabulario.

Porque motivo um livro brasileiro se distinguirá na linguagem dum livro portuguez? exclama Pinheiro Chagas.

“Estas dissidencias não podem indicar senão um erro da nossa parte ou da parte dos nossos irmãos ultramarinos. As linguas transformam-se corrompendo-se, e a corrupção emquanto não é fonte de renovamento, é vicio e vicio fatal. Ora neste caso ou nós estamos corrompendo o idioma, ou os escriptores brasileiros o corrompem. Mas nós cingimo-nos ás velhas regras, nós sem nos desviarmos da linha recta, emquanto os brasileiros se comprazem em seguir umas veredas escabrosas, por onde caminha aos tombos a lingua de Camões”. (18)

O motivo porque um livro brasileiro é differente na linguagem de um livro portuguez não requer largas e complicadas operações intellectuaes. E' muito simples. E' pela mesma razão porque os usos, os costumes, as tradições não são os mesmos que os portuguezes. E' tambem porque a propria linguagem é differente, e se impõe ao escriptor que não copia a celebrada *bôa linguagem* dos classicos, mas lavra a sua obra d'arte em syntonia com o sentimento e as expressões verbaes do seu povo.

As dissidencias na linguagem dos brasileiros e dos portuguezes não assignalam de modo algum erros nossos nem delles. Não ha que extranhar quando se encaram essas cousas através dos ensinamentos da linguistica.

Nem os escriptores brasileiros corrompem o idioma, nem os portuguezes o degeneram. Todos o que fazem é seguir a evolução da lingua em Portugal ou entre nós. O evoluer, porém, é que não pôde ser, e não é, o mesmo. Quanto á lingua de Camões, o tropo já é logar commum desprestigiado até em Portugal, porquanto lá já se fez observar que a nação nunca falou esse idioma.

Com a vantagem de quem tem do seu lado a razão, retrucou José de Alencar ao brilhante romancista portuguez, destruindo-lhe a philosophia, por assim dizer, da sua grammatica irritadiça.

“Na opinião do Sr. Pinheiro Chagas”, commenta Alencar, “a grammatica é um padrão inalteravel, a que o escriptor se ha de submeter rigorosamente. Só o povo tem a força de transformar uma lingua, modificar a sua indole, criar novas fórmãs de dizer. Apoiado na opinião de Max Müller, o illustrado critico sustenta que a philologia é uma sciencia natural ou physica, regida por leis invariaveis como a rotação dos astros. Singular doutrina que ninguem se animou a produzir nem mesmo a respeito das artes liberaes, manifestações menos intelligentes do pensamento. A musica, a pintura e a esculptura, que falam exclusivamente aos sentidos, por sua natureza material, soffrem não obstante a impulsão do espirito. Beethoven ou Rossini, Phidias ou Raphael, Praxiteles ou Miguel Angelo, qualquer dessas grandes individualidades, sem falar de tantas outras, teve o poder de crear uma escola, de abrir novos horizontes á sua arte, de revelar fórmãs antes desconhecidas.

A linguagem, porém, a unica das artes que fala ao espirito, é um marco immutavel sobre o qual nenhuma acção tem os escriptores, esses obreiros da palavra, que a nova theoria reduz á condição de mecanicos, mais ou menos dextros no manejo de um instrumento bruto!

Supponho eu que ha grande equivocação na interpretação dada á theoria de Max Müller; o corpo de uma lingua, a sua substancia material que se compõe de sons e côres pe-

culiares, esta, só a pôde modificar a soberania do povo, que nestes assumptos legisla directamente pelo uso. Entretanto mesmo nesta parte physica é infallivel a influencia dos bons escriptores; elles talham e pulem o grosseiro dialecto do vulgo, como o esculptor cinzela o rude troço de marmore e delle extrae o fino lavor.

Mas além dessa parte phonetica da lingua que fórma um corpo, ha a parte logica, o seu espirito, ou para usar de terminologia da sciencia, a grammatica. Essa não é, como se pretende, méra rotina ou usança, confiada á ignorancia do vulgo, que sómente a pôde alterar. Aqui está o ponto falso da theoria invocada.

A grammatica, ou a philosophia da palavra, é incontestavelmente uma sciencia. Como todas as sciencias, ella deve ter em cada raça e em cada povo um periodo rudimentario; ainda mesmo depois de largo descobrimento, existirá algum ramo de conhecimentos humanos que não esteja instruido de falsas noções, e até de erros crassos?

O mesmo succede com a grammatica; sahida da infancia do povo, rude e incoherente, são os escriptores que a vão corrigindo e limando.

Cotejem-se as regras actuaes das linguas modernas com as regras que predominam no periodo da formação dessas linguas, e se conhecerá a transformação porque passaram todas sob a acção dos poetas e prosadores.

O illustrado critico, levado pela força da verdade, reconhece "que os sabios enriquecem um idioma". Ora como enriquecel-o senão augmentando-lhe o cabedal, dotando-o de outros vocabulos mais expressivos, de locuções elegantes e sonoras?

Não me alongarei muito sobre a synthese da questão, porque receio me faltar espaço para descer á analyse.

Accusa-nos o Sr. Pinheiro Chagas a nós, escriptores brasileiros, do crime de insurreição contra a grammatica da lingua commum. Em sua opinião estamos possuidos da mania de tornar o *brasileiro* uma lingua differente do velho portuguez!

Que a tendencia, não para a formação de uma nova lingua, mas para a transformação profunda do idioma de Portugal, existe no Brasil, é facto incontestavel. Mas, em vez de attribuir-nos a nós escriptores essa revolução philologica, devia o sr. Pinheiro Chagas, para ser coherente com a sua theoria, buscar o germen della e seu fomento no espirito popular; no povo, esse “ignorante sublime”, como lhe chamou. *A revolução é irresistivel e fatal, como a que transformou o persa em grego e celtico, o etrusco em latim, e o romano em francez, italiano, etc., ha de ser larga e profunda, como a immensidade dos mares que separa os dois mundos a que pertencemos.*

Quando povos de uma raça habitam a mesma região, a independencia politica só por si forma a sua individualidade. Mas se esses povos vivem em continentes distintos, sob climas differentes, não se rompem unicamente os vinculos politicos; *opera-se tambem a separação nas idéas, nos sentimentos, nos costumes, e portanto na lingua, que é a expressão desses factos moraes e sociaes.*

Não fazemos senão repetir o que disse e provou um sabio philologo N. Webster: — “Logo depois que duas raças de homens de estirpe commum separam-se e se collocam em regiões distantes, a linguagem de cada um começa a divergir por varios modos”. — Dicc. Ingl. *Introducção sobre a origem das linguas.*

Creio que o Sr. Pinheiro Chagas se engana completamente quando pretende que o inglez e o hespanhol da America é o mesmo inglez e hespanhol da Europa. Não só na pronuncia como no mecanismo da lingua, já se nota differença, que no futuro se tornará mais saliente.

E como podia ser de outra forma, quando o americano se acha no seio de uma natureza virgem e opulenta, sujeito a impressões novas ainda não traduzidas em outra lingua, em face de magnificencias para as quaes não ha ainda verbo humano?

Cumpre não esquecer que o filho do novo mundo recebe as tradições das raças indigenas, e vive ao contacto de quasi

todas as raças civilizadas que aportam á suas plagas trazidas pela immigração.

Em Portugal o estrangeiro perdido no meio de uma população condensada, pouca influencia exerce sobre os costumes do povo; no Brasil, ao contrario, o estrangeiro é um vehiculo de novas idéas e um elemento da civilização nacional. ()*

Os operarios da transformação das nossas linguas são esses representantes de tantas raças, desde a saxonia até a africana, que fazem neste solo exuberante amalgama de sangue, das tradições e das linguas.

Não admira que um litterato portuguez note em livros brasileiros certa dissonancia com o *velho idioma quinhentista*. Essa mesma dissonancia achamos nós brasileiros nas paginas do Calabar e dos Bandeirantes, em que o illustre poeta, o Sr. Mendes Leal, procurou descrever as scenas e tradições americanas. O *velho estylo destoa no meio destas florestas seculares, destas catadupas formidaveis, destes prodigios de uma natureza virgem, que não podem sentir nem descrever as musas gentis do Tejo e do Mondego*.

Os livros do Sr. Mendes Leal não passam para nós de traduções esmeradas de Cooper, com substituição de nomes geographicos. Seus personagens nada têm de brasileiros; faltam-lhes não só os costumes, como estes idiotismos indigenas, que o Sr. Pinheiro Chagas chama de incorrecções, *negando-nos assim o direito de crear uma individualidade nossa*, uma individualidade jovem e robusta, muito distincta da velha e gloriosa individualidade portugueza.

Si a transformação porque o portuguez está passando no Brasil importa numa decadencia, como pretende o Sr. Pinheiro Chagas, ou si importa, como eu penso, numa elaboração para a sua florescencia, questão esta que o futuro decidirá e que eu me proponho tratar largamente na obra á que alludi. Sempre direi que seria uma aberração de todas as leis moraes, que a pujante civilização brasileira, com todos os elementos de força e grandeza, não APERFEIÇOASSE o instrumento das idéas, a lingua.

(*) O *erypho* é nosso.

Todos os povos de genio musical possuem uma lingua sonora e abundante. O Brasil está nestas condições; a influencia nacional já se faz sentir na pronuncia muito mais suave de NOSSO DIALETO." (19)

Não era um ignorante da "sua lingua", um desses trocintas da litteratura, o que se expressava dessa maneira, relativamente á feição que adquirira o idioma portuguez no fallar da gente do Brasil, mas um dos mais altos espiritos da nossa litteratura, um escriptor do mais requintado senso litterario, um dos mais acabados estylistas que ainda tivemos, um dos maiores artistas da palavra litteraria de que se podem ensoberbecer a intelligencia e a sensibilidade litterarias brasileiras.

Não se poderia focalizar mais ao vivo a trama de erros de que se constitue a accusação do romancista lusitano. Desde aquella grammatica intangivel aos escriptores; aquelle affirmar, desmentido pela historia de varias linguas, de que só o povo transforma um idioma; aquella maneira de raciocionar ás avessas da maneira scientifica, não admitindo que um livro brasileiro se distinguisse, na linguagem, de um livro portuguez, em logar de acceitar o facto na soberania da sua realidade e procurar escrutar-lhe as causas; e aquelle outro criterio, ao contrario, que pretende aferir a linguagem brasileira com as regras da grammatica de Portugal, até a questão de corromper-se entre nós a lingua portugueza, a tudo respondeu Alencar da maneira mais cabal e positiva. Porque, na verdade, raramente, se poderão ter juntado numa pagina de critica litteraria e philologia tão grosseiros senões ou mais redondos erros, do que no escripto de Pinheiro Chagas.

Da lição dos factos resalta clara, e bem marcada, a these de Alencar quando, contrariando as affirmativas de Pinheiro Chagas, lhe retorquia encarecendo o papel dos escriptores na evolução das linguas, a talhar, a cinzelar, a animar com as mais bellas formas as creações da palavra.

(19) J. de Alencar — Postscripto á 2.^a edição de Iracema — pag. 255 da 7.^a edição.

A' visão aguda do romancista brasileiro não impressionaram aquellas tiradas a Max Muller, da philologia como uma sciência da natureza, com leis fixas e inviolaveis como as do mundo physico, onde "a vontade humana" nada pode fazer.

Com a sua profunda sensibilidade artistica reconheceu elle quanto podem os escriptores no desenvolvimento das linguas.

Mas onde a fina intelligencia de Alencar attingiu, nesse caso, a sua mais poderosa expressão, foi ao considerar a phisionomia propria da lingua fallada no Brasil, contrapondo ás palmatoadas de Pinheiro Chagas a realidade de uma nova linguagem nos labios da gente brasileira.

Não se argumente com o facto de que não era a formação de uma nova lingua o que se passava na nossa terra, mas tão só uma transformação do idioma de Portugal. O seu pensamento está meridionalmente exposto nestas palavras: "*A revolução é irresistivel e fatal, como a que transformou o persa em grego, o etrusco em latim, e o romano em francez, italiano, etc., ha de ser larga e profunda, como a immensidade dos mares que separa os dois mundos a que pertencemos.*"

A transformação *irresistivel, fatal*, porque passava a lingua portugueza nas terras do Brasil, era ao seu entender a mesma que fez do persa o grego, do etrusco o latim, e do romano o francez, italiano, e podiamos accrescentar o portuguez.

Não era uma lingua nova no sentido de que se estivesse plasmando alguma linguagem integralmente diversa da portugueza, ou sem laços com ella, mas nova em face do velho idioma para aqui transplantado, como o portuguez foi novo em relação ao latim rustico dos soldados e commerciantes romanos na peninsula iberica.

O que affirmava Alencar era a existencia de uma lingua nascida da necessidade de exprimir a natureza brasileira, as impressões novas para as quaes o "verbo humano" ainda não havia creado as formas.

Por meio das novas condições que rodeavam a linguagem dos colonizadores, esta se havia enriquecido dos elementos linguisticos da contribuição indigena, e dos trabalhadores africanos escravizados. Da vida dos engenhos, das minas, surgia uma nova lingua portugueza de mistura com o fallar dos indios e dos negros, differente como a propria raça que se caldeava na terra americana. Surgia o dialecto, como lhe chamou Alencar, mais doce e mais sonoro, mais terno ou mais vibrante, mais limpido, mais cantante, mais irisado, mais solar, como um trecho de musica transposto para uma clave mais bella de timbres e matizes, como um desenho de linhas mais luminosas, onde o recorte das imagens se destaca numa nitidez insuperavel de côres e de traços.

Foi a esse idioma, feito das alterações que soffreu nas paragens brasileiras a lingua portugueza, na sua phonetica, e na sua syntaxe, no desenvolvimento do seu vocabulario, na feição da sua indole, que o romancista de Iracema chamou de DIALECTO. E' esse idioma que é o DIALECTO BRASILEIRO, feito de todos os *erros* de portuguez, mas factos de linguagem, da falla brasileira.

E foi esse *dialecto* que José de Alencar defendeu e justificou com inteira segurança.

“Não ha negar,” dizia elle, “que os escriptores da America não achando na terra da Patria vestigios e tradições de uma litteratura indigena, eram levados naturalmente a imitar modelos da metropole. Nesse empenho, por isso mesmo que sentiam o influxo irresistivel da natureza virgem, que as separava do primitivo berço, exageravam-se em guardar as fórmulas consagradas.

Mas á medida que a revolução progride, esse artificio desaparece; e o escriptor verdadeiramente nacional acha na civilização de sua Patria, e na historia já creada pelo povo, os elementos não só da idéa, como da *linguagem* que a deve exprimir.

Os americanos do norte desde muito que se emanciparam da tutela litteraria da Inglaterra. Chegará a vez da raça hes-

panhola e brasileira. Quando em vez de dez milhões em que se conta um leitor por mil analfabetos; tivermos para nossos livros a circulação que dá os Estados Unidos aos seus; *nem um escriptor brasileiro se preoccupará mais com a opinião que delle formarão em Portugal. Ao contrario, serão os escriptores portuguezes que se affeiçoarão ao nosso estylo para serem entendidos do povo brasileiro e terem um mercado em que se derramem*".

As ultimas linhas desse trecho têm uma grande significação, projectam uma luz muito viva sobre o destino da lingua portugueza, na sua face economica. E para quem sabe ver as cousas com philosophia e realidade, explicam perfeitamente os desvelos pela sujeição do idioma do Brasil á grammatica portuguesa, sem que se torne preciso andar invocando os motivos mais lyricos, e mais lunares, do amor á lingua de Camões, de Vieira e de Bernardes. Desfructassem os escriptores portuguezes a situação dos nossos, no mercado dos livros, e jamais sonhariam com a *vernaculidade* da nossa lingua, e nunca se teriam tomado de indignação contra as pennas brasileiras que *estropiam* a linguagem lusitana. Seriamos, apenas, mais um thema desinteressado para estudos philologicos. Os litteratos portuguezes não se empenhariam, tão a fundo, em *corrigir* os nossos *erros*. A nossa linguagem não provocaria as insistentes censuras, com as quaes têm despendido tanto papel e tinta.

A relatividade dos juizos humanos se manifesta, aqui, nesta questão da boa linguagem, em traços dos mais inconfundiveis. Assim é que, si de um lado pensam os portuguezes estamos a corromper-lhes o idioma, de outra parte entendem brasileiros que a acção da critica ou da grammatica portugueza é que ameaça algumas vezes corromper a lingua fallada no Brasil. O trecho de Alencar que abaixo transcrevemos é disso um testemunho muito claro. Ao sahir os primeiros fasciculos do Diccionario Contemporaneo de Caldas Aulete, recebeu Alencar a má influencia que pudesse ter essa obra entre nós, e não se conteve que não traçasse em linhas sinceras o aviso da atalaia attenta no seu posto, temendo pela

desnaturação da nossa linguagem, em livro de feição tão autorizada e de facil dogmatismo. Assim tomou do papel e escreveu:

“(Bibliographia) (Diccionario Contemporaneo da Lingua Portugueza).

Com este titulo começou em Lisboa a publicação de um novo Diccionario Portuguez, obra do Sr. Aulete, collaborada na parte relativa ao Brasil por tres compatriotas nossos, que têm fôro grande na litteratura.

Conheço deste trabalho, que se distribue por fasciuculos, as duas primeiras folhas de impressão contendo 32 paginas, cuja leitura suggeriu-me varias reflexões acerca do plano da obra e sua execução.

Não traria a lume essas reflexões, e as guardaria commigo, si não temesse a *influencia nociva que pôde o novo diccionario exercer na linguagem BRASILEIRA*, sobretudo quando se abona certa pronuncia viciosa com a autoridade de litteratos nossos.

A distincção, cada vez mais accusada, entre o portuguez europeu e o portuguez americano, é um facto contra o qual se revolta inutilmente a antiga Mãe Patria. A transformação está na ordem natural; e a cruzada que levanta a litteratura luzitana, auxiliada por alguns brasileiros estacionarios, não tem poder de abortal-a, e nem siquer de estorvar-lhe a marcha.

Ou corrupção e decadencia como elles pretendem ou restauração e *desenvolvimento*, como a considero eu essa evolução da lingua portugueza na America se ha de consumir fatalmente; e o Brasil possuirá no futuro um idioma seu muito mais rico e mais sonoro do que o de Portugal”.

Não tergiversava José de Alencar em reputar *nocivo*, á linguagem brasileira, o trabalho do dicionarista portuguez.

E mais tarde, em pagina cheia de claridade e de amor ao torrão natal, traçava num quadro de inteira realidade o panorama da contenda grammatical.

Com a mais aberta sinceridade accusa elle a litteratura portugueza de pretender legislar para os escriptores brasi-

leiros, lamentando encontrar, dentre estes, alguns para os quaes a dictadura da grammatica de Portugal é acolhida com a mais completa docilidade, o que lhe enche a alma de tristeza.

“Como as cousas litterarias”, observava elle, “esquecem-se depressa entre nós, não vem fóra da razão recordar os termos desta controversia litteraria que sem animo deliberado, acha-se travada de mundo a mundo, atravez do oceano, e nas condições mais desfavoraveis para mim.

Meu verdadeiro contendor não é o senhor Dr. Leal, mas a *litteratura portugueza, que tomada de um zelo excessivo, pretende por todos os meios impôr-se ao imperio americano. Infelizmente vae-lhe á colla grande parte dos escriptores deste Brasil, AINDA TÃO POUCO NOSSO, os quaes sacrificam o sentimento nacional por alguns fofos e poidos elogios da imprensa transatlantica.*

Contra essa cohorte formidavel pelo talento, pelo numero e pela intolerancia, arco eu e só, um simples curioso em litteratura, e esse unico. Ha talvez por ahi, na mocidade que desponta exuberando melhor seiva, alguns talentos bafejados pelas auras americanas, a quem vibram no intimo os assomos de nossa independencia litteraria, como outr’ora a idéa da emancipação politica fazia palpitar a geração de 1823. Timidas aspirações; sentem mas receiam.

E como não receiar, quando *vivem e respiram em atmospheria estrangeira?* Fóra della, falta-lhe o ar; e morrem asphyxiadas pela indifferença com que a nova infantil nacionalidade acolhe os trabalhos da intelligencia. E’ preciso ter innata a inflexibilidade do espirito que não se dobra a nenhuma tyrannia, mas insurge-se contra toda casta de despotismo, para atrever-se á lucta.”

Não foi porém tão sómente contra esses contendores que se teve de bater José de Alencar. De novo investiram os portuguezes contra os erros de linguagem dos escriptores brasileiros. Foi o caso da celebrada polemica a respeito da collocação dos pronomes, renovada por José Feliciano de Castilho,

e que depois viria a constituir largo tempo o mais alto assumpto, o thema predilecto de certas intelligencias, especie de estalão com o qual parecia se querer medir a capacidade, o valor dos espiritos e do pensamento humano nesta face do planeta.

A suprema façanha e a maior gloria da critica era apontar com o dedo sabio um pronome mal collocado.

Mais uma vez, discutindo com José Feliciano de Castilho, mostrou o escriptor patricio a phantasia grammatical que arvorava o critico em norma de boa linguagem. Não só era a maneira brasileira legitima porque constituia um facto de linguagem entre nós, como nos classicos portuguezes achava Alencar com que responder em seu favor ás citações e exemplos de Castilho.

Já ao tratar dos reparos de Pinheiro Chagas á *Iracema* refutara Alencar a censura dos portuguezes ao modo porque os escriptores brasileiros collocavam os pronomes.

“E’ tambem materia de escandalo”, escrevia, “a collocação dos pronomes pessoas que servem de complemento ao verbo, *me, te, lhe e se*. Entendem que nós os brasileiros afrancezamos o discurso fazendo em geral preceder o pronome; quando em portuguez de bom cunho a regra é pospor o pronome.

Tal regra não passa de *arbitrio* que sem fundamento algum se arrogam certos grammaticos. Pelo mecanismo primitivo da lingua, como pela melhor lição dos bons escriptores, a regra á respeito da collocação do pronome e de todas as partes da oração é a clareza, a elegancia, a euphonia e fidelidade, na reproducção do pensamento”.

Nessas linhas deu-nos Alencar as unicas normas a observar no assumpto, “a clareza, a elegancia, a euphonia, a fidelidade” na expressão verbal da idéa, que regem não só a ordem dos pronomes como todo o discurso.

Na composição litteraria da phrase são ellas soberanas, e não ha escriptor de raça que lhes não accete o imperio.

Essa foi a norma que sempre, vendo as cousas despreconcebidamente, formularam e continuaram a formular, em

lei universal da linguagem, os despidos da superstição grammatical e refractarios ás tyrannias philologicas.

Com o profundo senso da escrita artistica que lhe guiava a penna, o romancista cearense viu limpidamente a natureza do assumpto e lhe deu a solução certa.

Nas mãos dos cinzeladores da palavra são aquellas apontadas pelo grande escriptor as qualidades primas da linguagem, e aos seus ouvidos musicos só o rythmo e a euphonia podem dar a clave da pauta litteraria. Fóra da euphonia, as regras das grammaticas só lograrão compor uma prosa desafinada, turva e aspera, onde se apaga e desaparece a melodia daquillo que “os italianos chamam com muita propriedade *l'aria parlante* e a que os romanos davam o nome de *cantus obscurior*”.

E' nessa qualidade musical da escripta que reside o milagre da eterna juventude de um estylo. E não é outra a que busca nas obras de verdadeira arte a critica dos mais penetrantes e sabios contempladores da belleza litteraria, nas creações do mais summos artistas da penna e da forma verbal.

Até quando se trata dos mais altos exemplares do espirito humano, no campo da arte pura; quando a veste dos vocabulos entraja o mais alcantilado pensamento, e da propria força e luminosidade das idéas recebe a energia incorruptivel, a immortalidade, nesses casos mesmos é o genio musical da composição e da orchastração vocabular que representa, na textura esthetica da fórma, a mais peregrina qualidade da obra de arte litteraria.

Foi esta supremacia da musica verbal que norteou o grande Bernard Shaw a traçar o seu conceito da critica shakespeareana.

Dessa attitude de alguns dos mais famosos espiritos litterarios da Inglaterra actual dão noticia as seguintes palavras de Magalhães Lima: (20)

“*J. Bernard Shaw, o celebre dramaturgo e pensador inglez, é de opinião que “só a criticos musicas pòde permittir-se*

(20) Jayme de Magalhães Lima — pag. 46 e 47 — Lingua Portu-
gueza e os seus mysterios.

que tratem de Shakespear, — especialmente do Shakespear primitivo". Porque "é o motivo, e não o libreto, que mantém a vida e frescura da sua obra". "*O ouvido é o fio seguro que nos prende a Shakespear; só um musico pode comprehender o mover do sentimento que é a raridade das suas primeiras obras*", de uma "attitude moral convencional", "idéas emprestadas", ainda sem o "interesse humano esmagador daquellas apreciações da vida, originaes, que sustentam o elemento retórico nas suas obras posteriores". Numa paraphrase de Goethe, Wagner ou Ibsen "encontraremos observaões originaes, subtileza de pensamento, uma larga comprehensão, uma intuição de superior alcance e um sério estudo psychologico desses homens. Demos a Shakespear um feliz ensejo comparativo, parafraseando as suas melhores obras e as mais amadurecidas, e nada mais colheremos do que as banalidades de uma philosophia proverbial com uma pouco frequente curiosidade, em fôrma de rudimento de alguma idéa moderna não desenvolvida. (*)

O encanto não começa enquanto não acrescentarmos a musica shakspereana á paraphrase, repondo-a nas linhas originaes. Então, e immediatamente, entramos noutro mundo". Coisas estas que "não se mettem facilmente na cabeça do publico, porque poucos, relativamente, dos admiradores de Shakespear têm a consciencia plena de que estão a ouvir musica, enquanto a phrase se lhes molda e as linhas declinam tão fascinantemente e memoravelmente".

Virgilio será, escreve por seu turno o critico lusitano, uma das mais notaveis apparições do genio musical das linguas.

A cada passo, nas suas obras, as palavras se perdem totalmente na harmonia do canto. Esse sim, esse poeta cantou bem, differente de outros, laureados, que apenas nos mandam nos poemas uns asperos rumores de cascalheira.

E prosseguindo na linha do pensamento de Shaw, acrescenta:

"O terrivel demolidor de preconceitos que é G. Chesterton, julga Milton em termos que implicam a attribuição de

(*) Os gryphos são nossos.

um valor decisivo ás qualidades musicaes, na verdade soberbas, da sua linguagem. Não é pelo ardor religioso ou pela profundidade theologica que aquelle poeta nos ergue aos céos. Nada disso. "Milton foi artista, e nada mais, só artista; tão grande artista, que só por força da arte alimenta a idéa de que a arte pode existir só por si.

Parece-me exemplo quasi unico de um homem de genio magnifico cuja grandeza não depende nada do ardor moral, ou do que quer que seja que com moralidade se prenda. A sua grandeza está no estylo que me parece desusadamente separado da sua substancia".

E Dante?

Deste nos disse recentemente, numa critica magistral o *Supplemento Litterario do Times*:

"Deus nos livre de procurar por uma vã distillação abstrair da sua substancia a arte do rythmo e admirar-o no vácuo". "*A belleza rythmica não se pode abstrair da poesia mais do que a voz humana se pode desligar dos órgãos de carne e sangue que a produzem e dos sentimentos que a affectam*". Mas "a grandeza da concepção de Dante não nos penetraria o espirito, como penetra, si não nos dominasse pela musica constante em que a sua substancia foi vasada". "O rythmo não está só nas palavras e nas linhas; ha um sub-rythmo no conjuncto do movimento de canto a canto, e mesmo, poder-se-á dizer, no sentido como na linguagem". "O que é precioso na philosophia de Dante, assim como na philosophia dos outros grandes poetas, não é a mestria de um systema e os seus argumentos explicitos e especulações, mas antes, qualquer coisa subjacente desses elementos que encontrou a verdadeira expressão na musica do verso e que escapa á analyse". (*)

Eis o que perdura com um forte colorido de intensa vida na arte e na escripta genial dos Shakespeares, dos Vergilios e dos Miltons, quando o rodar dos seculos trouxe para as novas sensibilidades outros valores de esthesia e factura da obra artistica.

(*) O grypho é nosso.

E' o "motivo", podemos dizer a *partitura* que mantém a vida e a juventude da arte shakespeareana. Só a musica do estylo tem sempre o condão de transfigurar até "as banalidades de uma philosophia proverbial", num canto de eterna poesia, de um grande poema symphonico, onde as notas mais profundas, mais sonoras e mais bellas do coração humano, as mais tragicas, mais heroicas ou mais torpes das paixões, têm, aos ouvidos do leitor, as qualidades indestructiveis da emoção artistica, pelo summo grão de belleza que encerram.

E' a harmonia, o elemento musical, aquelle sentido intimo da gamma sonora que communica ao verso de Milton a perenne emoção que lhe põe o poema acima das convenções, como uma fonte de sensibilidade da mais pura arte.

E o proprio Dante, não é da philosophia metaphysica esparsa nas suas rimas que recebe a sua obra o clarão do genio, mas na musica da fórmula que lhe plasmou em linhas immortdouras o pensamento.

Esse elemento, por assim dizer, musical da phrase, já havia sido, desde os antigos, considerado a qualidade mais artistica da fórmula escripta do pensamento. Basta abrir as paginas de Quintiliano, no seu classico tratado "Da Instituição Oratoria", para nos certificarmos do quanto prezavam os antigos esse aspecto sensorial da phrase medida e orchestrada no ouvido, não apenas na poesia, mas na mesma prosa, e que chamavam de "composição".

"O que a versificação é na poesia, — escreveu Quintiliano — a composição é na prosa. O seu melhor juiz é a orelha. Se a composição é cheia a orelha está satisfeita; se defeituosa, a orelha espera ainda alguma coisa; se dura e aspera, fere-a; doce e fluente, deleita-a; vehemente, fere-lhe a attenção; firme, conforta-a; claudicante, maltrata-a; redundante, e pesada, a entedia. Eis porque os doutos apreciam a composição pelas regras da arte e os ignorantes por volupia". (21)

Todo o capitulo IV do livro IX é um profundo e meticoloso estudo da melodia e da harmonia da phrase, no qual

(21) Quintilien. De L'Institution Oratoire. Livro IX, 4 pag. 364
Collection des Auteurs Latins, De M. Nisard, 1842.

se vê a importância suprema que essas qualidades tinham no entender dos antigos.

Essas qualidades musicas da fórmula são essenciaes ao estylo e ao proprio pensamento, pois, consoante a vigorosa imagem de Quintiliano, “a composição é para os pensamentos o que o arco e a corda são para a flecha”. (22)

E para Cicero, “a belleza da composição consiste inteiramente nos numeros”.

“Demosthenes”, escreveu o romano, “não teria sido tão fulminante, si a sua eloquencia não tivesse sido sustentada pelos numeros.

E Virgilio disse: ...Numeros memini, si verba tenerem.

E Horacio:... Numerisque fertur.

Lege solutis.

“Os gregos”, escreveu Wilde, “estudavam os movimentos metricos da prosa tão scientificamente quanto um musico moderno estuda a harmonia e o contraponto”, porque “a orelha é verdadeiramente o unico sentido a que a arte pura deve agradar, e cujo prazer deverá ser sempre a regra”. “Os gregos encaravam a arte de escrever simplesmente como um methodo de notação. A pedra de toque era sempre a palavra falada, nas suas relações musicas e metricas. A voz era o meio, e o ouvido, o critico. Muitas vezes pensei, disse Wilde, que a historia da cegueira de Homero podia ser, na realidade, um symbolo artistico, creado num seculo de critica, afim de nos lembrar, não só que um grande poeta é sempre um vidente, guiando-se menos com os olhos do corpo do que com os olhos da alma, mas tambem que é um verdadeiro cantor, construindo o canto com a musica, repetindo a si proprio longamente cada verso até que tenha apprehendido o segredo da sua melodia, clamando nas trevas palavras com azas de luz. “Quando Milton não poudo mais escrever começou a cantar”. “Quando Milton cegou, compoz, como se deve compôr, somente com a voz; é assim a gaita campestre ou a flauta dos primeiros tempos transformou-se no orgão poderoso de mil teclas cuja rica e resoante musica tem toda a magnificencia do verso de Homero”, “e

(22) Op. cit. loc. cit. pag. 351, 1.ª columna.

permanece a herança imperecível da litteratura ingleza". (23)

Na lição classica, na critica ingleza, na doutrina de Alencar, é a mesma a philosophia da phrase litteraria. Na urdidura do pensamento empregam os mesmos fios.

Mas volvamos aos trabalhos do romancista brasileiro.

Em 1874, nos seus artigos sobre "*O Nosso Cançãoeiro*", torna Alencar a defender e sustentar os direitos da lingua brasileira, rebellando-se contra a tyrania com que os portuguezes pretendiam ditar-lhe normas e principios .

Insurge-se Alencar contra o culto dos classicos, e a cega obediencia ás normas da sua linguagem, repellindo a exclusiva autoridade dos portuguezes para determinar as leis da lingua no Brasil.

Com insuperavel clareza põe a descoberto o absurdo e o ridiculo dessa attitude, que pretende negar aos brasileiros o direito de legitimar as alterações por que na sua evolução americana passa o idioma no Brasil.

A indole peculiar á lingua, em nossa terra, torna impropria a construcção da phrase imposta pela grammatica e pelos escriptores de Portugal. Os factos na sua resistencia invencivel oppõem-se a essa intervenção.

"Uns certos profundissimos philologos" diz elle, negamos a nós brasileiros o direito de legislar sobre a lingua que falamos. Parece que os canones desse idioma ficaram de uma vez decretados em algum concilio celebrado ahi pelo seculo XV.

"Esses canones só tem o direito de infringil-os quem nasce da outra banda e goza a fortuna de escrever nas ribas historicas do Tejo e Douro, ou nos amenos prados do Lima e do Mondego.

"Nós brasileiros, apesar de orçarmos já por mais de dez milhões de habitantes, havemos de receber a senha de nossos irmãos, que não passam de um terço daquelle algarismo

"Nossa imaginação americana por força terá de acomodar-se aos moldes europeus, sem que lhe seja permitido reves-

(23) O. Wilde.. Opinions de Litterature e d'Art., pags. 123, 124 e 125.

tir suas fórmãs originaes. — Sem nos emmaranharmos agora em abstrusas investigações philologicas, podemos affirmar que é este o caso em que a realidade insurge-se contra a theoria. O facto existe.

“E’ vã, sinão ridicula, a pretensão de o aniquilar.

“Não se junte a possante individualidade de um povo joven, a expandir-se ao influxo da civilização, com as teias de umas regrinhas mofentas”. (24)

Salienta ainda Alencar a existencia, entre nós, de um vocabulario, desconhecido á lingua portugueza, proprio para traduzir a natureza americana. Encarece a necessidade de eserever-se no Brasil na lingua que todos falam e entendem.

Não é apenas no lexico que havemos de modificar a lingua transplantada. A syntaxe não escapa tambem ás influencias da linguagem popular e é justo que ella intervenha nas formas verbaes do idioma, do mesmo modo que em Portugal o povo crea as lidimas formas portuguezas.

O portuguez no Novo Mundo encontra ambiente onde crear uma nova lingua. Não é o idioma luso um organismo decadente. A vida pulsa-lhe forte nas arterias e os seus pulmões respiram largo o ar tonificado das plagas americanas.

Não era, assim, por um sentimento de menospreço, antes porque a tinha na mais alta conta, que tomava Alencar essa attitude de referencia á lingua portugueza.

“Desde a primeira occupação, escreve Alencar, que os povoadores do Brasil, e após elles seus descendentes, estão creando por todo este vasto imperio um vocabulario novo, á proporção das necessidades de sua vida americana, tão outra da vida européa.

“Nós os escriptores nacionaes, si quizermos ser entendidos de nosso povo, havemos de falar-lhe em sua lingua, com os termos ou locuções que elle entende e que lhe traduzem os usos e sentimentos.

“Não é sómente no vocabulario, mas tambem na syntaxe da lingua, que o nosso povo exerce o seu inaufervel direito

(24) Apud, Sylvio Romero. A Poesia Popular no Brasil — Revista Brasileira, vol. V, pag. 140 a 141. Ed. Midozi.

de imprimir o cunho de sua individualidade ao instrumento das idéas.

“A transformação continua que se opera na historia philologica, e que Müller compara á vegetação, cessou de todo para o portuguez, de que se pretende fazer uma mumia classica? As linguas, como todo instrumento da actividade humana, obedecem á lei providencial do progresso; não podem parar definitivamente.

“Si o portuguez transferindo-se para a America, desenvolvendo-se no seio de uma natureza tão opulenta como aquella onde se enriqueceu o sanscrito, seu antepassado; si o portuguez nestas condições não tivesse o viço e a seiva necessarios para brotar de si um novo idioma sonoro, exuberante e vigoroso, triste delle; seria uma lingua exhausta, votada á breve e rapida extincção.

“Temos do portuguez idéa mais vantajosa e linsongeira do que nossos irmãos de além-mar. Acreditamos que a essa lingua, não só está promettido o florescimento e a restauração na terra onde a falou Nunes Alvares e a cantou Camões, e onde agora se succedem as gerações de notaveis escriptores; como foi destinada a servir de raiz a uma das mais bellas e mais opulentas entre as linguas que dominarão na America, antes de um seculo.

“Depois da independencia, si não antes, começamos a balbuciar a nossa litteratura; pagámos, como era natural, o tributo á imitação; depois entrámos a sentir em nós a alma brasileira e vasal-a nos escriptos, com a linguagem que aprendemos de nosso povo. Proseguíamos a nossa senda, quando em Portugal principiou a cruzada contra a nossa embryonaria e fragil litteratura, a ponto de negar-se-lhe até uma individualidade propria. Não era generoso nem justo. Basta que a melhor escola dos escriptores portuguezes, começando pelo principe de seus prosadores, Alexandre Herculano, não se associou á ingrata propaganda. Ainda assim, não reagimos, nem pensamos em retaliar. No Brasil, tambem, se cultiva a critica, e desde remotas éras, Aristarcho mostrou que não ha supe-

rioridade inaccessible á censura. Todavia, respeitavamos os representantes illustres da litteratura mãe; emquanto em Portugal, sem darem-se ao trabalho siquer de ler-nos, accusavam-nos de abastardar a lingua e enxovalhar a grammatica, nós, ao contrario, apreciando as melhores obras portuguezas, aprendiamos na diversidade dos costumes e da indole a formar essa litteratura brasileira, cuja independencia mais se pronuncia de anno a anno. E' infantil; será incorrecta; mas é *nossa*; é *americana*. Não nos resentimos, ainda assim, com esse espirito de colonização litteraria.

“Houve, porém, brasileiros que se deixaram contaminar desse espirito. Começou então a vogar uma idéa singular; que o diploma de escriptor em nosso paiz não se recebia da *opinião nacional*; era preciso ir recebê-lo do outro lado do Atlantico. Foi em Roma que outr'ora se laurearam os poetas italianos; mas a laurea era deferida por uma academia, onde estava representada a flor da litteratura.

“Em Lisboa ou Porto não se carecia desse aparato.

Bastava o capricho ou a sympathia de um simples jornalista para dictar a lei ao nosso publico. E' contra isso que reclamo, em nome de nossa litteratura e por honra da mocidade brasileira, que ahí vem cheia de vigor e talento pedir-nos conta de meio seculo de existencia politica. E' essa submissão que eu não tolero; e, como já o disse uma vez, quebraria a penna antes do que aceitar semelhante expatriação litteraria.

“Admiremos Portugal nas tradições grandiosas de seu passado; nos esforços generosos de seu renascimento; preze-mos sua litteratura e seus costumes; porém, nunca para imital-o servilmente. Importaria annullar a nossa individualidade.

“Si nós, os brasileiros, escrevessemos livros no mesmo estylo e com o mesmo sabor dos melhores que nos envia Portugal, não passaríamos de uns autores emprestados; renegariamos nossa patria e não só ella, como a nossa natureza que é o berço da patria. Incepando-nos a ignorancia do portuguez que só falam no Brasil dois ou tres *athenienses* desterrados no crasso fumeiro dessa Beocia; accusando-nos da degeneração

da lingua de Barros e Camões, ainda não se deram comtudo os censores ao trabalho de tirar a limpo as deformidades e maculas de nossa maneira de falar e escrever. Não conheço critica na qual se capitulassem as accusações. As que eu tenho lido não passam de vagas apreciações, e reduzem-se á balela de impurezas de estylo, de inobservações da indole da lingua e de pechas de neologismos, mas sobretudo dos gallicismos, que são a urtiga dos classicos". (25)

Não se limitou Alencar a profligar essas idéas esdruxulas com relação ao dogmatismo portuguez no tocante á linguagem; focaliza e põe em relevo a triste campanha que homens de lettras, em Portugal, levantaram contra a propria independencia e individualidade da litteratura brasileira, negando-as, como depois fizeram e agora ainda o fazem com a lingua que falamos, máo grado, a individualidade que ella tem na soberania dos seus factos de linguagem.

Em periodos cheios de sentimento de brasilidade, de clara intelligencia e profundo bom-senso, explica elle a genese da litteratura nacional feita com alma brasileira e com a lingua nacional, com o idioma aprendido nos labios do povo brasileiro, e que por essa qualidade vale, sejam quaes forem as imperfeições que lhe queiram apontar, como o mais perfeito, o unico instrumento verdadeiro do pensamento e da sensibilidade nacionaes. Vale mais ainda como um protesto indestructivel contra a absurda colonização das nossas lettras.

Nada mais irrisorio do que a idéa extravagante de precisarem da critica portugueza os escriptores brasileiros, para firmar o seu renome e o das suas obras. Triste é vermos ainda brasileiros entoar loas a essa "colonisação litteraria". E' vermos, hoje, pennas de autores nacionaes, acceitar e encarecer o direito da grammatica ou da critica portugueza de distribuir as palmatoadas ou conferir a coroa de louros.

Contra essa sujeição, esse captivo das nossas lettras, sob o peso de cujas doutrinas se queria esmagar o espirito brasileiro e as lettras nacionaes, revolta-se com razão Alencar, pre-

(25) Apud Sylvio Romero, op. cit. loc. cit., pags. 141 a 144.

ferindo partir a penna, a “acceitar similhante expatriação litteraria”.

Escrever como os portuguezes, era aos seus olhos renegar o torrão natal. Na verdade, que poderá haver de mais inquisitorial do que impôr a escriptores brasileiros traçar as suas paginas em puro idioma de Portugal? Porque havemos de escrever noutra lingua senão na que nasceu aqui da alma do nosso povo? Porque havemos de escrever como se não fossemos brasileiros? Como se fossemos portuguezes! Porque esse receio, esse temor de nos mostrarmos brasileiros em tudo que é nosso, e mais do que tudo, nas producções do nosso espirito, da nossa sensibilidade?

Poderá haver, sob a rosa do sol, maior destempêro do que esse de pretender suffocar nas regras da grammatica portugueza a nossa individualidade? Com razão disse Alencar que, a escrever como portuguezes, os escriptores brasileiros não passariam de “autores emprestados”.

Após fazer a defesa dos nossos direitos em materia de linguagem, quer no vocabulario, quer na syntaxe, entra Alencar a combater as regras formuladas pelo classicismo português. Ao seu ver, são os escriptores e philologos de Portugal que claudicaram na grammatica da lingua. A indole do idioma é contrariada nas lições com que nos pretendem ensinar a manejar-o.

Não é possivel ceder ás censuras que nos fazem, de construirmos erradamente a phrase.

Applicando a philologia comparada, vae buscar ao latim o acerto da nossa maneira de falar. Aponta casos em que a nossa maneira de organizar a phrase é differente da portugueza, porém tão legitima e genuina quanto ella. São factos da nossa linguagem, e além disso estão de accordo com o latim. Exemplifica, assignalando o caso do emprego da preposição *a* e da preposição *em* no Brasil e em Portugal. Não tem razão os portuguezes de censurar nos brasileiros a nossa maneira.

“Emquanto a lingua portugueza”, escreveu Alencar, “vae assim enriquecendo-se, a *brasileira*, por outro lado, mantém,

em nosso paiz, certas franquesas que sempre gozou desde sua origem e das quaes o classicismo lusitano pretende despojal-a.

“Os nosso irmãos de origem e lingua, escreveu elle, riem do povo brasileiro que diz: *moro na rua de... estou na janella, cheguei em casa.*

“A questão não é de rir, cousa que depende apenas de um confrangimento dos labios; mas sim de quem tem razão para rir e taxar nos outros como defeito aquella usual locução. Não sou philologo, nem pretendo para mim os foros de grammatico, que entretanto se arroga muita gente.

“Como, porém, os dous melhores mestres que conheço da arte de falar são o bom senso e o uso, e em todos os dias tomo lição com elles, considero-me habilitado para affirmar que nesta questão damos quináo aos nossos irmãos mais velhos. São elles que se conspiram contra a grammatica, firmando como regra o exclusivo uso da preposição — *a* — para as locuções acima indicadas e outras analogas, e exigindo que se diga impreterivelmente *moro á rua de... estou a janella, cheguei á casa.* A contestação é entre as duas preposições *a* e *em*, que ninguem ousará contestar nos viessem directamente do latim.

“No mais puro e classico latim achamos, dizia elle, o emprego simultaneo das preposições *ad* e *in* para significar o logar onde, sem outras restricções além das que eram peculiares á harmoniosa prosodia dos romanos e a discriminação dos casos.

“Assim diziam elles — *Profiscisci in Graeciam* ou *ad Graeciam*; *advenire in provintiam* ou *ad provintiam*; *luet in theatrum* ou *ad theatrum.*

“Revela comtudo observar que os bons autores preferiram geralmente empregar com os verbos de repouso e permanencia a preposição *in* de preferencia a *ad*. A regra latina passou com a mesma amplitude para o portuguez.

“Já o tinha dito o nosso compatriota Moraes, que ainda hoje é o primeiro lexicologo da lingua. Sendo por conseguinte bem semelhante o uso desta preposição em portuguez ao da latina *in* porque assim como em latim se pôde dizer —

Sum in Africa — e — *Proficiscor in Africam* — assim diziam os nosso classicos — *Estive em Africa e passou em Africa*, — como disseram Barros e Camões. Nos classicos portuguezes são innumerados os exemplos do uso promiscuo das duas preposições para designar os logares *onde e aonde*. Si alguma cousa ha de notar é quiçá um resaiço de affectação no amiudado uso de *em* com os verbos de movimento e accesso, em que *a* melhor quadraria. Aleijariamos nossa lingua tão rica, si lhe tolhessemos esse genuino teor de locução que traz de origem.

“E’ o que pretendem nossos irmãos; taxam-nos de não sabermos portuguez, porque não nos conformamos com as suas modas modernas em materia de linguagem. O emprego que fazemos, segundo a lição classica, da preposição *em* para indicar o logar *onde* deixa-nos livre a preposição *a* para exprimir a circumstancia. Com a maior concisão, elegancia e propriedade dizemos: *moro na rua de... á direita. Estava na janella á tarde*, etc.

“Todavia, si o uso e lição classica permitem a opção entre as duas preposições, a perspicuidade, que é uma das excellencias do estylo, exige algum discrimem. A preposição *a*, por isso que significa o accesso, designa com mais propriedade a idéa de approximação, emquanto *em*, melhor exprimirá a relação de ingresso e permanencia. Eu direi, pois, *estar á janella* de uma pessoa que avisinhou-se della, ou a occupou de passagem e ligeiramente, e *estar na janella*, da que se acha positivamente nella e ahi se demora.

“Da mesma forma, *chegar á casa* é tocar-lhe a soleira, e *chegar em casa*, penetrar nella, achar-se dentro.

“Nós dizemos: *moro nas Laranjeiras e a rua de Olinda é em Botafogo*. Ninguem, a não ser um fluminense (e qualquer brasileiro) contrafeito, se exprime assim: — *A minha casa é na rua da Babylonia a Andrahy*.

“Si esse brasileiro fôr purista e quizer por elegancia evitar o emprego da preposição *em* duas vezes na mesma oração comporá a sua phrase deste modo: *Minha casa é á rua da*

Babylonia em Andaraky, e não como se diz no Porto e em Lisboa: *Moro na rua de... a Santo Ovidio*; — *moro na rua do Almada ao Chiado*. A razão é obvia. A preposição indica a relação do objecto que a precede com o objecto por ella regido. A relação actual do interlocutor com a rua onde mora e da qual se acha distante é uma relação de simples indicação, que traduz-se perfeitamente pela preposição *a*.

“Ao contrario, a relação de alguma rua para com o bairro onde está situada é uma relação de inclusão e permanencia, que só pode ser enunciada claramente pela preposição *em*.

Portanto, a phrase: *Na rua de Olinda a Botafogo* — se não corre na censura de erro, importa sem contestação uma impropriedade de locução”.

E continua:

“Accrescentarei alguns exemplos mais da revolução que, apesar dos classicos e grammaticos, se está operando no portuguez americano.

“Nossos irmãos usam quasi invariavelmente applicar o artigo definido aos nomes proprios e desde éra remotas, si não me engano, dizem *a Maria, a Josepha, o Manoel*. Nós, brasileiros, eliminamos o artigo nesse caso e com boa razão, porque o nome proprio já é de si definido, e não carece daquella particula, que se torna verdadeira redundancia. Só quando a pessoa a quem nos dirigimos não conhece o individuo nomeado ou pode confundil-o com outro, é que nos servimos do artigo.

“Entre nós, um irmão, fallando á sua mãe, da irmã, não diz: *a Chiquinha*, mas simplesmente *Chiquinha*.

“Uma dona de casa não pergunta pela criada nestes termos: — *Onde está a Paula*; e sim: *Onde está Paula?* Aos sobrenomes costumamos preceder do artigo, e dizemos. — *O Abreu, o Lopes*, etc. O mesmo fazemos com certos nomes geographicos — *a França, a Italia*, etc.

“Não perdiamos nada, antes ganhariamos em precisão e simplicidade, suprimindo em taes casos a particula superflua e evitando o solecismo.

“Por todo o Imperio, entre o povo como entre a gente culta, é geral o costume de ligar aos nomes de parentesco referentes ao proprio interlocutor o pronome possessivo.

“Não se ouve de labios brasileiros outro modo de alludir a essas pessoas caras que não seja esta: *meu pae, minha tia, meu filho*, etc. Com esta locução exprimimos o vinculo que prende aquelles entes ao nosso coração, e como que avivamos a posse que temos nelles pela affeição. E’ certo que nossos filhos dizem *papae* e *mamãe*, como já os filhos dos ‘romanos diziam *tata* e *mamma*. Mas ahi dispensa-se o pronome.

“Esse idiotismo familiar que, si não me engano é de todas as linguas, tem a mesma força do vocativo solemne *pae, mãe!* E’ o *pae* e a *mãe*, por excellencia, aquelles que nos pertencem e unicos no mundo a quem podemos dirigir a terna apostrophe.

“Nossos irmãos, e acerca deste ponto temos documento em seus livros, usam outro modo e mui diverso teôr de phrase.

O *pae*, a *mãe*, o *tio* são os dizeres que vogam em Portugal, não só entre o povo como na boa sociedade”. (26)

Considera tambem Alencar, a grande influencia exercida pelo tupy na lingua ou, como dizia elle, no dialecto brasileiro.

Salienta como a nossa phonologia muito se modificou pela acção do vocabulario indigena. Deste adquiriu a nossa pronuncia o som agudo no final dos vocabulos. O ouvido brasileiro differenciou-se do ouvido portuguez. E para elle, não ha nesse particular nada que prejudique a belleza, a euphonia do idioma. Antes o approximou da grande sonoridade da lingua italiana. Quando, por ventura, se vejam em algumas das nossas palavras um solecismo, longe de as desmerecer, podem ellas adquirir o valor de um idiotismo ou de um atticismo. Assim tem acontecido nas linguas dos povos mais cultos.

(26) Apud Sylvio Romero, op. cit. loc., pags. 145 a 149.

“Está ainda por fazer, dizia elle, um estudo muito curioso e de summa importancia para a questão da nacionalidade de nossa litteratura. E’ o da influencia que a lingua nativa, o *tupy* ou *guarany*, exerceu e ainda exerce na lingua dos colonizadores do Brasil e seus descendentes.

“Na parte phonologica da lingua portugueza a impressão do *tupy* foi talvez a mais profunda.

“A grande cópia de palavras indigenas que nos ficou em o uso quotidiano, designando logares, frutas, arvores e animaes, devia forçosamente causar sensível alteração no vocabulismo europeu. Os órgãos da pronuncia educaram-se para a terminação aguda das palavras, ao mesmo tempo que o ouvido brasileiro, habituando-se a essa forte e rija explosão da voz, acha sonoro o que a outros talvez pareça aspero.

“Assim, na composição de novos termos não é de estranhar que se manifeste a tendencia incutida pelo elemento novo. Com a terminação á temos, além, de *sinhá* e *yayá*, muitas outras palavras brasileiras, como *jacá*, *fubá*, *patiguá* *patuá*, *acaçá*, *aluá*, *samburá*, *xará*, etc., que o nosso povo formou de raizes tupidicas em geral, e alguma raiz africana; mas todas pelo typo indigena. E podem os portuguezes estranhar essa formação, quando na sua lingua primitiva já não eram raras as palavras com a terminação aguda de vogaes pesadas e resonantes?

“Bem longe de afeiar a nossa lingua, essa prolação em á a assemelha ao italiano, onde abundam os vocabulos assim terminados, pois a desinencia latina *etas* ou *itas*, que em portuguez se converteu em *ada*, na Italia permaneceu aguda e apenas com a syncope do *s* final. *Sinhá* é uma contração de *senhora*. Concedo que seja um solecismo. De solecismos, estão eheias as linguas mais cultas; si o povo os sanciona passam a chamar-se *idiotismos*; e quando têm o primor da elegancia tornam-se *atticismos*; nem ha outros que usurpem o nome, desde que morreu a Athenas de Pericles. Em francez está admittido o *mam’zelle* popular, que se acha no dictionario de

Litré. *Mie* por *amie* no sentido carinhoso ou ironico é de Voltaire e Molière.

“Em inglez diz-se *misses* por *mistress*; e no proprio portuguez de além-mar ainda em livros de mestres *vossencia* por *vossa excellencia*, barbarismo que espero nunca havemos de adoptar ,porque, além do mais, tem um certo ar bleso, que faz suspeitar pevide na lingua”.

Prosseguindo nesta ordem de observações, o autor do “Guarany” conclue com os seguintes reparos:

“No Brasil, com excepção de São Paulo, obscurecemos o *e* final a ponto de o transformar em *i*. Os homens de maior illustração pronunciam deste modo — *A cidadi di Rezendi*.

Tambem o *o* final sôa perfeitamente como u: — *Riu di Janeiru*.

“Quando li o *Cedro Vermelho*, do Sr. Gomes de Amorim, disse Alencar, e encontrei-me com a sua menina brasileira dando ao tenente-coronel este tratamento — *o tio* — sorri-me.

Nas notas do drama citado vi eu que em Portugal não podem tolerar o nosso brasileirismo *sinhá* e fazem disso chacota, bem como de outras muitas coisas. O mesmo acontecia em Londres com as innovações americanas. — E’ aquelle ou não, um vocabulo formado de accordo com o genio de nossa lingua? Ha nelle algum som que repugne ao systema morphologico do portuguez? Contém syllaba contraria á euphonia do nosso idioma?

“Nenhum destes vicios lhe descubro, nem se admittem taes denguiçes em uma lingua que tem *enchó*, *belchó* e *filhó*, de que os brasileiros fizemos *filhoz* para attenuar-lhe a aspereza. — Aos nossos ouvidos aquelle termo carinhoso de *sinhá* sôa tão harmoniosamente como qualquer dos mais graciosos vocabulos creados para as vivas effusões do affecto. Apparece ahi a terminação cheia e vibrante do *á*; mas justamente esta particularidade phonica o torna mais nosso e mais brasileiro”.

“Com estas e outras aberrações phoneticas nos apartamos de typo primitivo da lingua, cujas letras correspondem

a um som preciso e invariavel, salvo as modificações prosodicas". (27)

SYLVIO ROMERO no seu livro a *Poesia Popular no Brasil*, onde colhemos estas observações de Alencar, tinha na mais alta conta esse trabalho do grande romancista.

Depois de lhe haver exaltado a figura e encarecido a nobre attitude, pensa o critico que Alencar "só teve o defeito de ser ainda um pouco timido, procurando justificar nossas insubordinações contra os velhos preceitos linguisticos do reino". (28)

(27) Sylvio Romero — A Poesia Popular no Brasil, pags. 149 a 150, vol. V — Revista Brasileira Ed. Midozi.

(28) Sylvio Romero, op. cit. loc. cit. pag. 140.

A OPINIÃO DE COUTO DE MAGALHÃES

Não somos nem europeus nem africanos. O cruzamento da língua. Vocabulario, phrases, figuras, idiotismos, construcções tupys. O português no Brasil está irremediavelmente modificado. Quadras em português e tupy. Evolução do cruzamento: 3 periodos. A literatura popular.

Curiosa e bem fundamentada é a opinião de Couto de Magalhães.

Para os seus ouvidos não fallam os Brasileiros a lingua portuguesa. Não são as mesmas as grammaticas. Não é a mesma a phonologia. Não é o mesmo o vocabulario. No seu modo de vêr, deu-se entre nós um cruzamento de linguas, tal como na raça. Accomodamos vocabulos tupys á feição portuguesa. Construimos phrases portuguesas á maneira tupy. O tupy modificou de maneira definitiva o portuguez do Brasil. E essa modificação tende a accentuar-se cada vez mais.

No estudo desse cruzamento da nossa linguagem, encontra Couto de Magalhães tres periodos. No primeiro, os elementos componentes são claramente distinctos. No segundo, confundem-se. No terceiro, o cruzamento se manifesta no estylo, na construcção e na phonologia.

Vejamos as suas observações.

Affirmando que não somos nem europeus nem africanos, mas americanos, uma raça que já está afastada de seus progenitores do Velho Mundo (brancos e africanos) e que no futuro, ha de ficar ainda mais afastada, discriminou Couto de

Magalhães as nossas características do ponto de vista da intelligencia, da moralidade, da lingua, das superstições, alimentos, dansas e luctas physicas. E de referencia á linguagem brasileira, escreveu, em 1897, no seu trabalho, "Anchieta, as Raças e Linguas Indigenas", as seguintes palavras: "A lingua fallada no Brasil, já não é o portuguez de Camões, João de Barros, ou Frei Luiz de Souza; está, em sua grammatica, em seus sons, e em centenas de termos populares, cruzada com a lingua tupy ou nheengatú, como o demonstrei em minha obra "O Selvagem".

Aqui, em S. Paulo, então, os nomes tupís são por centenas, sinão por milhares. O nome do camponez, já não é esse e sim *caepira*, do tupí *caapira*, que quer dizer montador ou capinador de matto; *caapinar* vem tambem da palavra tupy *capin*, que em portuguez significa herva; *passoca*, *jaguaraiwa*, *jaquapeva*, *sapecar*, *moquear*, *tenhenhen*, *piá* por filho, e centenas de outros são termos tupís passados para a lingua dos paulistas.

Quando duas senhoras brasileiras conversam, ouve-se muitas vezes este dissylabo: *em-em*; ora, este *em-em* é o *sim* das senhoras na lingua tupí.

A lingua tupí não tem *l*; o nosso homem do povo paulista, mineiro, guayano ou fluminense nunca pronuncia o *l* com o *h*; não diz melhor, mulher, milho, e sim: *mió*, *muié* e *mio*, porque o tupí não tem *l*". (6)

Já antes, em 1876, no seu livro *O Selvagem*, dissertando acerca do cruzamento de raças de onde resultaram o *mameluco* e o *cafuz* ou *caboré*, escreveu elle:

"O cruzamento destas raças, ao passo que misturou os sangues, cruzou tambem (si nos é licito servirmo-nos dessa expressão) a lingua portugueza, sobretudo a linguagem popular. E' assim que, na linguagem do povo das provincias do Pará, Goyaz e especialmente de Mato Grosso, ha não só quantidade de vocabulos tupís e guaraníes accomodados á lingua portugueza e nella transformados, como ha phrases, figuras idiotismos e construcções peculiares ao tupí. Este facto

(6) O Selvagem, 3.^a ed. pg. 316.

mostra o cruzamento physico de duas raças deixa vestigios moraes, não menos importantes do que os do sangue”.

“Assim como muitos seculos depois de haverem passados os povos que falaram o sanskrito e o quichua, se encontram nesta ultima lingua vestigios daquella familia; assim tambem daqui a mil annos, quando já não houver no sangue do Brasil a mais leve apparencia desta pobre raça, que ainda hoje domina uma quinta parte do solo da nossa terra, ahí estarão na lingua por elles modificada os imperecedores vestigios de sua coexistencia e communhão conosco.

Si dos verbos passassemos aos substantivos, nomes de animaes, logares, plantas, ver-se-ia que nada menos de mil vocabulos, quasi uma lingua inteira, passaram e vieram fundir-se na nossa, assim como com o cruzamento tem passado e ha de continuar a passar o sangue indigena, a assimilar-se e confundir-se com o nosso”. (7).

Em nota á pag. 173, a proposito dos cantos de invocação á lua em lingua tupy, no capitulo acerca da nomenclatura dos deuses indigenas, commenta ainda o que elle chama de cruzamento da lingua.

“Uma série de factos curiosos”, disse elle, “existem por estudar, a proposito das modificações que soffre uma lingua posta em contacto com outra. Ha um verdadeiro cruzamento, tal como em uma raça posta em contacto com outra, e esse cruzamento da lingua é tão inevitavel, no caso da juxtaposição de duas raças, quanto é inevitavel, nessa mesma circumstancia, o cruzamento do sangue. E’ por elle que as linguas soffrem as maiores transformações. *O portuguez do Brasil está irremediavelmente modificado*, pelo tupy, e, ao passo que os annos se forem accumulando, essa modificação ha de cada vez ser mais sensivel, porque os germens modificativos são, por assim dizer, dotados de força propria e continuam a operar muito, depois do desapparecimento da causa que, para nos servirmos de uma expressão physica, os infiltrou no

(7) O Selvagem — 3.^a edição, pags. 117 a 119.

organismo da lingua que sobrevive. O mesmo se dá no hespanhol do Rio da Prata e presumo que se dará no Perú e nas republicas da America do Sul, onde os cruzamentos europeus e indigenas se operam em grande escala. O operario inconsciente desta transformação é o povo illiterato.

Os primeiros productos destes cruzamentos de lingua são grosseiros; distinguem-se facilmente os elementos heterogeneos que entraram na composição. O mesmo se verifica com o cruzamento de sangue.

Pouco a pouco, porém, os elementos se confundem; seus signaes caracteristicos desapparecem para dar lugar a um producto homogeneo, que, não sendo exactamente nenhum dos dois que entraram na composição, participa da natureza de ambos.

“Tenho colligido no Brasil numerosas cançonetas populares em que se nota esse cruzamento. Ora, ha nelles a mistura primitiva e grossëira, isto é, as duas linguas entram na composição com os seus vocabulos puros sem que estes sofram modificação; um specimen curioso deste primeiro cruzamento é a seguinte quadra que ouvi muitas vezes cantada pelo povo do Pará:

Te mandei um passarinho

Patuá miri pupé

Pintadinho de amarello

Iporãnga ne iaué

“Quer dizer: *Mandei-lhe um passarinho, dentro de uma caixa pequena, pintadinho de amarello, e tão formoso como você.*

Comprehende-se bem que cançonetas assim em duas linguas simultaneamente pertencem ao periodo em que ellas eram igualmente populares. Pertencem, pois, ao primeiro, o da juxtaposição e do igual predominio das duas raças. Pouco a pouco uma lingua predomina, e só ficam da outra algumas palavras que, ou não teem correspondente na lingua que tende a absorver a outra ou são mais suaves para o systema auditivo da raça que vae sobrevivendo. Como especimen deste

segundo periodo citaremos a seguinte quadra popular do Amazonas:

Vamos dar a despedida
Mandú sarará
 Como deu o passarinho;
Mandú sarará
 Bateu aza, foi-se embora,
Mandú sarará
 Deixou a penna no ninho,
Mandú sarará

“Finalmente, os vocabulos da lingua absorvida desapparecem na lingua absorvente, para não ficarem outros vestigios della sinão o estylo, as comparações, algumas formas grammaticas e algumas alterações de som.

“Citarei, como pertencendo a este periodo as duas seguintes quadras, que ouvi em Ouro Preto em 1861, as quaes, segundo me parece, encerram o mesmo systema de imagens da que fica impressa acima, apenas em um periodo mais adeantado de cruzamento:

Vamos dar a despedida,
 Como deu a pintasilva;
 Adeus, coração de prata,
 Perdição de minha vida!

Vamos dar a despedida,
 Como deu a saracura;
 Foi andando foi dizendo:
 Mal de amores não tem cura.

Notam-se ainda hoje no Brasil estes tres periodos de cruzamento linguistico.

Nas provincias em que a população christã ainda está em contacto com a população tupy, encontram-se versos compostos simultaneamente nas duas linguas; é o caso das provincias do Amazonas, Pará e o Maranhão.

Nas outras, especialmente nas de S. Paulo, Minas, Paraná, Rio Grande, ha uma verdadeira litteratura popular, um sem numero de canções no genero das ultimas. A musica, essa quasi não soffreu alteração. O paulista, o mineiro, o riograndense de hoje cantam nas toadas em que cantavam os selvagens de quinhentos annos atraz, e em que ainda hoje cantam os que vagam pelas campinas do interior.” (8)

Ficam nessas linhas alguns dos principaes reparos que despertou á penna de Couto de Magalhães a nossa linguagem, vista sem os vidros infieis, deformadores, portuguezes, dos nossos profissionaes da mestrança do idioma classico.

Só os que vivem e respiram na atmospherá dos preconceitos e convenções das seitas philologicas e grammaticaes, poderão desconhecer o acertado das opiniões do douto idianista.

Pena é que não tenham os nossos professores de falla o mesmo espirito scientifico; se o tivessem ¿ em que grau de adeantamento já se não encontrariam os estudos brasileiros da lingua brasileira?

(8) Couto de Magalhães. O Selvagem pag. 174 a 176, e nota 18 da pag. 173, 3. edição completa.

O DEPOIMENTO DE BAPTISTA CAETANO

“Rascunhos sobre a Grammatica da Lingua Portuguesa”. A construcção da nossa phrase não deve ser a mesma da portuguesa. A escripta classica nossa vale o mesmo que a traducção litteral do francês. A vernaculidade brasileira não pode ser a mesma portuguesa. As linguas são differentes. Devemos reagir aos preceitos portugueses. As *incorecções* serão modelos de boa linguagem. O valor litterario dos dois idiomas dependerá apenas das creações. Quanto mais inexplicavel pela grammatica portuguesa, mais deve ser louvada como vernaculo. O apreço dos escriptores *incorrectos*. As influencias climatericas e geographicas. Corruptores, os de lá. A missão do grammatico. Os “Ensaio de Sciencia”. A vitalidade da *lingua geral*. Sua influencia no nosso idioma. Confusão do pronome reciproco e o relativo no portuguez. O relativo no Abaneenga. O emprego do seu, sua, se, si. “Fallemos e escrevamos em brasileiro idioma”.

Ó grande sabedor das nossas cousas que foi BAPTISTA CAETANO, aborrecido com a extravagante doutrina da incorrecção dos nossos escriptores, no que tange á linguagem, deu a lume um trabalho de fina critica demonstrando o absurdo das lições dos nossos puristas.

Nos seus *Rascunhos sobre a Grammatica da Lingua Portuguesa* sahiu elle com toda a competencia dos seus conhecimentos, e a segurança da sua cultura, em defesa da linguagem brasileira, condemnando as idéias dos que sustentam ser a mesma lingua o idioma falado no Brasil e o idioma falado em Portugal.

São de todo ponto justas as considerações que faz de referencia ao tabú da *vernaculidade*.

Nada mais insensato, pensava elle, com acerto, do que essa triste mania de apontar-se aos escriptores brasileiros,

como padrão a seguir, a linguagem dos autores portuguezes. A isso chamava de "affectação de purismo". Aos seus olhos, a escripta vernacula dos nossos *classicos* vale o mesmo que a feita da tradução litteral do francez. Não têm ambas, nem belleza, nem naturalidade. Escrever um brasileiro da mesma maneira que escreve um portuguez, é, para elle, um aleijão.

Constesta Baptista Caetano que a construcção da nossa phrase deva ser a mesma que a da phrase portugueza. Sallienta o absurdo da idéa da incorrecção da lingua brasileira, assignalando que os nossos puristas timbram em desprezar a influencia do meio e não querem reconhecer a naturalidade do phenomeno da variação phonetica. Essa variação, diz, tem como consequencia inevitavel a modificação da contextura grammatical, tal como acontece na propria lingua dos portuguezes.

Outro ponto em que insiste, com toda a razão, é no facto de que a *vernaculidade brasileira não pode ser a mesma vernaculidade portugueza*.

O facto real, para elle, é que as linguagens são differentes, e "*nada mais*".

Affirmar que a forma portugueza é mais propria do genio da lingua, é cousa graciosa que não se demonstra de modo algum.

Não devemos dar attenção ás regras e aos preceitos que os inventores lusitanos nos querem impingir.

Não ha que ver qual a melhor das linguagens, si a portugueza, si a brasileira. Com rara pericia, resolve essa querella, dizendo esplendidamente, que o valor de um e do outro idioma, depende, unicamente, do valor litterario das suas creações. As incorrecções que os *puristas* apontam, serão mais tarde modelo de *boa linguagem*. E neste particular, é admiravel o seu reparo de que quanto mais inexplicavel fôr, pela grammatica, uma determinada forma, mais acceita e mais louvada será como vernacula.

No sentido de assignalar o tempo perdido dos nossos imitadores do *vernaculo* portuguez, lembra que o povo não lhes dá ouvidos, não lhes segue a cartilha, do que dá testemunho o

apreço em que são tidos os nossos grandes escriptores *incorrectos*.

Ouçamol-o em alguns trechos do seu estudo:

“Tanto se elogia e gaba a pureza dos escriptores portuguezes, quanto se martella a incorrecção dos brasileiros.

Permitta-me pois, o amigo, escrever e publicar as minhas duvidas sobre as questões de grammatica que, por mero entretenimento, temos ventilado nas nossas palestras e amigaveis disputas.

O doutor tem do seu lado os puristas, os bons escriptores tanto d’aqui, como de lá do reino; eu tenho de defender a linguagem brasileira, acimada de incorrecta e logo de principio vou topar com a difficuldade penosa de distinguir a linguagem brasileira, que defendo, desse outro falar hybridado, que não é nem portuguez, nem brasileiro, desse falar mascarado de francez, de inglez, de africano e de não sei que mais, que predomina na côrte e nas cidades chamadas cultas.

Sabe o meu amigo que a minha these é que, si ha incorrecção no modo de falar dos brasileiros, tambem o ha no modo de falar do portuguez moderno. E’ o que o doutor não quer admittir, e por isso eis-me aqui rabiscando estes rascunhos. Demais o meu amigo extasia-se ante a belleza da phrase que denomina vernacula, castiça, tersa, concisa, dos modernos escriptores portuguezes, e quizera que os brasileiros escrevessem nesse estylo bem acabado e energico; e eu pelo contrario tenho tanta birra dessa affectação de purismo, como do estapafurdio estylo que parece traducção litteral do francez; para mim não é bonito o que não é natural.

Contesta-me o meu amigo e diz que “ser correcto” não é “ser affectado”. Sei disso; porém, entendamo-nos. O que assevero, o que o doutor me não pode contestar é que falando ou escrevendo, si o brasileiro o fizer no estylo de Castilho, de Castello Branco, etc., etc., será affectado, é enjoado e massante. Elle póde fallar e escrever muito correctamente, deve fazel-o assim e brilhará; mas se imitar a linguagem dos outros lá, por muito bonita e correcta que seja ella não prestará para nada, justamente por não ser natural.

“Embora a pronuncia se adoce sob o influxo do sol intertropical e da indolencia sul-americana, a construcção da phrase deve ser a mesma,, pois mesmíssima é a lingua”. Diz o Dr. Teixeira de Mello, e com elle os puristas. E o amigo applaude e reforça com a sua autoridade e sentença. Desse modo de pensar o que se infere é que a incorrecção é de cá, e que não justifica nem a influencia do clima! (a influencia do meio!). O phenomeno da *variação phonetica* seguida da degeneração dialectica, que os linguistas reconhecem, não pôde não deve ter logar na America portugueza.

Não enxergam, não admittem que, pelo simples factio de se modificar a phonetica, se deva tambem modificar a textura grammatical e condemnam como viciosa toda e qualquer construcção que se não adapte lá a certos moldes. E não se lembram que mesmo na santa terra, no berço da lingua tambem a degeneração phonetica trabalha, vicia as fórmulas antigas, quebra os moldes já feitos e fabrica novos moldes, que quer impingir como castiços e vernaculos!

E' um despotismo, meu amigo, e pôde crer que bem magoado me sinto de não poder submeter a minha opinião á sua. Respeito-a muito, mas tenha paciencia, o que o doutor chama de vernaculo lá para elles, porque está na indole da lingua que actualmente fallam, mas nem é vernaculo para nós, nem em relação ao portuguez castiço de Camões.

Si ha corrupção na linguagem de cá, ella se dá tambem na linguagem usada de lá. *O factio real é que ellas são diferentes e mais nada.* Dizer-se agora que a de lá é mais vernacula e mais conforme com a indole da linguagem é que o resta provar e o que se não prova.

E quer reconhecer o meu amigo como na realidade assim é? Basta simplesmente notar que os puristas censuram a incorrecção do idioma brasileiro, mas não dizem, não explicam em que consiste essa incorrecção.

Desagrada-lhes o modo estranho e novo de fallar, averbam-no de vicioso, mas não sabem apontar onde é que está o vicio, a incorrecção contra as regras da syntaxe.

Põem-se então a inventar preceitos, a dar regras suas, querem impingir moldes para as construcções que chamam boas, genuinas, e por fim de contas só nos dão moldes de phrases que elles hoje usam que não são as do portuguez vernaculo, e que são tão adulteradas como as nossas, com a differença de serem de outro feitio.

A differença dos dous modos de fallar é real, é fatal, não ha meio algum de evital-a, tem de crescer pelo simples decurso do tempo e de todo não vem ao caso se um dialecto é melhor do que o outro.

O maior merito de um sobre o outro só depende do merito intrinseco dos productos literarios que dêr á luz.

Poderão berrar quanto quizerem os rigoristas, o autor que souber escrever bem, isto é, que souber apoderar-se do seu leitor, não só pelas idéas que emite, mas ainda pela linguagem expressiva, bem travada e numerosa, irá por diante, e o que na occasião apontarem os puristas como incorrecção será em tempo futuro indicado como norma da linguagem boa, apta para o fim, e quando não na poderem explicar grammaticalmente, dar-lhe-ão o nome de *idiotismo*.

E será por isso mesmo ainda mais acceita e louvada como vernacula a nova fórmula de phrase, por isso que é característica.

Suspende-me o meu caro doutor e diz que estou divagando, que não se trata de pronuncia, a qual varia de provincia a provincia, que não é questão de sotaque, nem de vocabulario, que variam até conforme as profissões na mesma localidade, e o meu amigo reitera e reforça e desenvolve as palavras do Dr. Teixeira de Mello: *a construcção da phrase deve ser a mesma, pois mesmíssima é a lingua; o jornal, o livro, impressos em portuguez, devem ser escriptos em portuguez para poderem ser lidos até nos confins do imperio, até na Lusitania e nas suas possessões d'aquem e d'além mar, e em toda parte onde se falla a lingua cujas regras de construcção foram fundamentalmente constituídas por João de Barros, por Lobato e pelos classicos.*

Está bem, meu caro doutor, chego-me ao rego. Tratemos da syntaxe, vamos a ver si na realidade a construcção da phrase brasileira é tão incorrecta como dizem.

Por enquanto não direi com Theophilo Braga, “que o grammatico é um especialista, que, a pretexto da sua especialidade, se acha com direito de ignorar tudo, sem perder a importancia de sabio”. E que *é preciso banir esses vendilhões do templo da arte*. (Hist. da Litt. port., pag. 14)

Trata-se de escrever bem, trata-se de ver como é que se construe a phrase correcta, limada, clara, expressiva e como é que os brasileiros a fazem *espantosa, phantasista, doida*”. (9)

“Apezar da incorrecção da phrase, ao Bernardo Guimarães applaude todo o mundo, e não obstante merecer o padre Corrêa o epitheto de Tolentino Brasileiro, conferido por um visconde de Castilho, para as bandas de cá tem elle poucos admiradores. O incorrectissimo J. de Alencar despertou entusiasmo e, não obstante certos desmandos do seu estylo e a condemnavel e condemnada licença das suas produções litterarias, foi o romancista mimoso, o mais querido em nossa terra, no entanto que passam desaperecebidos ahi tantos, que levaram ao maior apuro possivel a correccção grammatical e orthographica. São cousas...” (10)

Ainda com relação á preocupação do vernaculo, que elle chama de vernaculice, mais adeante escreve:

“E contra ella é que devem combater realmente os verdadeiros amigos da linguagem patria, que não a quizerem *torcida* a capricho de *grammatistas* ou de *escrevinhadores*, que se dão as mãos para cada vez mais corromperem o idioma patrio.

Afóra disto as simples condições climatericas e geographicas são mais que sufficientes para determinarem fundamental differença entre o fallar brasileiro e o fallar portuguez.

Por fim de contas o resultado será com effeito a formação de dialectos, de dous dialectos, um lá e outro cá; e seria até mais cedo se não fosse a imprensa (a isto, meu amigo

(9) Baptista Cactano — Rascunhos sobre a Grammatica da Lingua Portugueza, pags. 3 a 7.

(10) Op. ci., pags. 147 e 148.

voltaremos depois). E neste caso os que fallam o dialecto de lá, e os applicadores do inculcado vernaculo não têm o direito de chamar de corrompido ao de cá, ou se o tem, os de cá podem retrucar-lhes na mesma moeda e tambem estão no seu direito. (11)

“Logo que um certo modo de fallar se generaliza e do povo (é elle quem dicta a lei e faz a lingua) passa aos homens doutos e aos escriptores, não ha poder algum de grammatico, nem de sabichão, que possa elidir esse fallar errado, e si elle é contra as regras da grammatica, podem apenas qualifical-o de idiotismo. A soberania politica do povo é sophismada e annullada até por via de eleições phosphoricas. No fallar porém, no idioma ella segue o seu caminho (*elle va son train* parece mas não é gallicismo, é *caipirismo*) apesar do despotismo dos grammaticos. O pedante continúa a ralar, e a gente continúa a fallar como entende.

A missão do grammatico é examinar os factos, coordenar-os e mostrar as leis que os regem e as aberrações que se desviam da lei geral. Nas linguas mortas pôde isto ser feito definitivamente, as regras com as suas excepções podem ser estabelecidas de um modo invariavel e não é licito escrever latim a não ser em fórmãs autorizadas em Cícero, Tito Livio, Tacito, Virgilio, Horacio, etc. Nas linguas vivas, porém...” (12)

Tratanto da Lingua Geral nos seus *Ensaio de Sciencia*, escreveu Baptista Caetano: “Ahi até o que admira é que essa lingua, sem litteratura, sem nenhum dos meios que concorrem para fixar as linguas, pelo contrario, embatida por todos os modos e em todos os sentidos pelas gentes civilizadas, tenha podido perdurar por mais de tres seculos. Apesar de vencida e batida, apesar de ser lingua de barbaros, uns exterminados, outros pelos mattos, outros, enfim, escravizados, fundidos, amalgamados com os conquistadores, essa lingua innoculou nas linguas vencedoras e civilizadas, não somente vocabulos e termos que figuram hoje até nos livros de sciencia, mas

(11) Op. cit., pag. 165.

(12) Op. cit., pag. 213.

ainda phraseados, idiotismos e cacoetes. A supressão de uma ou mais letras no final das palavras, tão usual entre os brasileiros, principalmente os caboclos e os caipiras, é um cacoete herdado dos índios e desconhecido aos portuguezes, que, pelo contrario, procuram tornar brevissimas as syllabas não accentuadas do meio ou do principio das palavras, pronunciando: *mlação, btar, rlogio, prstaram, apprvar*, em vez de *melaço, botar, relógio, prestaram, aprovar*; os brasileiros, pelo contrario, dizem: *botá, chovê, ardê, subí*, comendo, invariavelmente os *rr finaes*. Os portuguezes tendem a confundir o pronome reciproco com o relativo; e não fazem esta confusão só nas orações de terceira pessoa; é cousa que quotidianamente se vê, que as pessoas mais lidas na litteratura de Portugal, já adoptam na conversação o *se* e o *si* reciprocos dirigindo-se á segunda pessoa, e dizem: *fallo com sigo, dirijo-me a si, é para si, que trouxe este livro*, querendo dizer: *fallo cõmtigo* ou (convosco a moda de São Paulo, onde tambem usam *com mercê*), *dirijo-me a ti, é para ti que trago este livro*. Os brasileiros pelo contrario procuram differenciar o relativo do reciproco e herdaram isto naturalmente da Lingua Geral, onde é fundamental e caracteristica essa differença, que desprezanda altera completamente a estrutura grammatical. Empregam elles tambem o possessivo *seu, sua*, dirigindo-se á segunda pessoa, é certo, mas então para differencal-o mais juntam-lhe pleonasticamente, o relativo *delle, della*. Assim exprimem-se: *trago recado de F. por causa delle é que venho*, e não dizem: *por sua causa é que venho*. *Estive com fulano e entreguei-lhe o seu seu chapéu delle*, accrescentando pleonasticamente o *delle*, porque sem isso podia significar *o chapéu da pessoa com quem falla*.

Quanto ao mais no emprego do *seu, sua, se, si*, procuram os brasileiros conservar o caracter de reciproco, justamente como em latim, onde, de modo analogo ao do *Abaneenga*, para o relativo emprega-se *is* ou *ille* e cujos genitivos *ejus, illius*, correspondem exactamente á *delle, della*, e figuram de possessivos, sendo *sui, sibi, se* e *suus, sua, suum* usados, quando a phrase exprime algo de reciproco. Em todo o caso o fallar

á segunda pessoa á moda dos paulistas é mais preciso e mais bonito, e se ainda em oração da segunda pessoa se quizesse usar de verbos na terceira, era preferível o emprego do *vossê*, (derivado da segunda vós) com um certo que de brasileirismo, e um pouco correspondente ao *usted* dos hespanhões.

O francez, gabado como lingua de conversação, usa em geral da segunda pessoa do plural, e emprega a segunda do singular quando ha mais familiaridade e talvez carinho que exprimem por um verbo especial *tutoyer*. Os inglezes tambem usam do tratamento em segunda pessoa. O *se, si, lhe, á* portugueza, é como que um subterfugio para tratar-se com pessoas estranhas e evitar-se tratamento mais distincto. Este tratamento em terceira pessoa, parece-se com o dos italianos, e dos alemães; os alemães, porém, empregam a terceira pessoa do plural quando tratam com urbanidade e a do singular quando pouco se importam com a polidez; assim dizem *was machen Sie, wie geht es Ihnen* polidamente, e quando querem fallar com menos cortezia ou mais familiaridade *wie machet er ou sie, wie geht es ihn, ou ihr*". (13)

Entre as differenças observadas por Baptista Caetano quanto á maneira de fallar dos portuguezes e a nossa, ha uma dellas que merece reparo, pois, não é possivel acceitar a opinião que seja desconhecida em Portugal a queda do *r* final nas palavras. Attribute o autor esse phenomeno a uma herança do indio. Não nos parece haver necessidade de ir buscar á *Lingua Geral* a explicação do facto. Si é verdade que ninguem contesta dizerem os portuguezes *mloço, btar*, etc., em vez de melaço, botar, como dizemos nós, é certo tambem que em Portugal se verifica, em certa região, em determinado dialecto, a mesma quédia do *r*, no fim dos vocabulos, como muitas outras alterações que se ouvem no Brasil, e passam inadvertidamente por brasileiras, desconhecidas até daquelles portuguezes que mettem a ridiculo a nossa pronuncia.

No Alemtejo, no concelho de Barrancos, na chamada falla arraina, observa-se a quédia das letras finaes dos vocabulos;

(13) Baptista Caetano — Ensalos de Sciencia. Apontamentos sobre o Abancênga tambem chamado Guarani ou Tupi ou Lingua Geral dos Brasis — Primeiro Opusculo pag. 30, 31, 32. 1876.

a quêda do *r* e do *l*, troca do *l* pelo *r*, a troca do *e* por *a*, como acontece entre nós.

São de LEITE DE VASCONCELLOS as seguintes considerações:

“Barrancos é um concelho do Alemtejo, encravado na Estremadura, hespanhola. Os seus habitantes tem um lingua-jar especial”. Lá se diz *Manué*, por *Manuel*, *sá* por *sal*, *olibá* por *olival*, *perá* em vez de *peral*. Antes de uma consoante o *l* se transforma em *r*: *sarto*, em lugar de *salto*. O *r* final cõe: *guardá*, em vez de *guardar*, *alquê-alquêr* — *alqueire*, *açuca*, em lugar de *açucar*, *samiá*, em vez de *semear*, *mulhé* em lugar de *mulher*, *dô* em vez de *dôr*...” (14)

Para Leite de Vasconcellos a explicação do phenomeno está na influencia do andaluz e do hispano-estremenho.

Encerrando os seus *Rascunhos sobre a Grammatica da Lingua Portuguesa*, exclama B. Caetano, enfadado com tanto purismo, e tanta vernaculice: “Ora adeus! Zacharias não sabia portuguez, e até Paranhos era incorrecto. Pois que leve a bréca o portuguez. Fallemos e escrevamos em brasileiro idioma”. (15)

Estas palavras com que abotôa Baptista Caetano as suas criticas ao purismo, ao vernaculismo, ao classicismo, ao quinhentismo dos nossos letrados da mais fina *gemma castiça*, traduzem, no seu expressivo phraseado, o real e justificado aborrecimento que experimentamos em face de tanta artificialidade grammatical e do postigo das doutrinas com que se tem pretendido impingir normas extranhas, forasteiras, á nossa linguagem.

Nos seus estudos accentuou elle e demonstrou a inteira legitimidade das nossas divergencias com a grammatica portugueza e a escripta dos classicos de Portugal. Com largo saber, seguro e claro, sustentou o nosso direito de fallar e escrever em brasileiro, consoante a nossa sensibilidade, o nosso ouvido, o nosso gosto.

(14) J. Leite de Vasconcellos — *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise* — pags. 151 a 152.

(15) Baptista Caetano — *Rascunhos Sobre Grammatica da Lingua Portuguesa*, pag. 221.

VII

A GRAMMATICA BRASILEIRA DE PARANHOS DA SILVA

“O Idioma do Hodierno Portugal comparado com o do Brasil”. Para que os Brasileiros ao tornar de Coimbra não sejam confundidos com Portugueses. A consciencia da não identidade das linguas. A maneira de falar dos Brasileiros não é entendida em Portugal. As differenças entre a lingua brasileira e o portuguez. Quantidade das silabas, sons das vogaes, pronuncia dos ditongos, das terminações, das consoantes. Só um “ouvido muito obtuso cuidará que a lingua é a mesma”. Não são as mesmas as palavras. As differenças de significado. A influencia do tupi. Os pronomes possessivos entre nós e o dativo em Portugal. A colocação do adjectivo. O uso dos pronomes. Legitimidade da maneira brasileira. Os pronomes reflexos; ambiguidade no portuguez. O emprego das preposições *de* e *a*. A preferencia da preposição *a* no portuguez. A substituição do participio presente pelo infinitivo com a “preposição favorita”. A conjunção *cá*. A interjeição *ai*. O estylo dos portugueses. A diversidade do genio de ambas as linguas. O “titulo” de vernaculo. A imitação *viciosa* dos classicos. O que é uma “construção perfeitamente boa”. A influencia do francês na clareza do brasileiro. Tradução em brasileiro de 2 poesias de Garrett. A influencia do castelhanço no idioma brasileiro. A questão do dialecto: O brasileiro é o mesmo dialecto castelhanço do antigo Portugal. Diferença de origem do brasileiro e do portuguez actual. Si o brasileiro fosse um dialecto do portuguez oitocentista, tambem não seria a mesma lingua. O facto de sermos entendidos pelos portugueses Ainda a influencia do castelhanço. A permuta do *r* e *l*. O *e* mudo. A queda do *lh*. Palavras do brasileiro, do antigo espanhol, e do antigo portuguez.

Accudindo aos aborrecimentos de que davam demonstração os nossos patricios formados por Coimbra, quando aqui tornavam, procurou PARANHOS DA SILVA ir em seu auxilio delles, compendiando uma como grammatica da nossa maneira de fallar, afim de que não se vissem mais magoados esses conterraneos, em ser, pela sua lingua, tidos, entre nós, como estrangeiros.

E em abril de 1879 dava a lume o seu livro *O Idioma do Hodierno Portugal comparado com o do Brasil*.

A razão da obra nos dá elle, de entrada, na dedicatória que escreveu, e por ella facilmente podemos julgar quanto era estranha ao nosso ouvido a falla genuinamente á luzitana.

“Aos moços que, se tendo ido formar em Coimbra, dizem que querem outra vez ser considerados como nascidos no Brasil, offereço esta comparação de nossa maneira de fallar com a dos actuaes portuguezes.

Ella é bem incompleta; porém, já pode servir para os que a sua falla os faça passar por estrangeiros. Sua boa vontade os guiará na applicação das observações feitas neste opusculo, aos casos de que não me lembrei. Possa a leitura delle prestar a utilidade desejada pelo auctor”.

Deste trabalho constam varios capitulos em que Paranhos da Silva estuda as differenças entre o nosso idioma e a lingua portugueza. Compara os vocabulos quanto ao numero de syllabas e á differença causada pela sua quantidade. Estuda a pronuncia das lettras, os ditongos oraes e nasaes e as terminações, as palavras empregadas em ambos os idiomas, a linguagem de Portugal e a do Brasil, o estylo dos portuguezes e o dos brasileiros.

Não desfazem no valor da nossa these os erros que por ventura se encontrem nas paginas de Paranhos da Silva. O que temos em vista demonstrar é o gráo a que, no seu tempo, já havia attingido, entre nós, a consciencia da não-identidade das linguas — a lusa e a brasileira.

No mesmo Portugal se fazia sentir essa divergencia da linguagem, como elle proprio fez reparar em nota a uma das suas paginas.

“Posso assegurar que em Portugal ha quem não entenda os Brasileiros sinão com grande esforço. Mesmo professores em Portugal têm dito a seus discipulos brasileiros que não entendem *bem* a sua maneira de fallar, e por isso insistirem muito nos argumentos quando discutem com elles”. (Nota 16 pg. 4, pg. 56).

Completando o seu trabalho, escreveu, ainda Paranhos um “Systema de Orthographia Brasileira”, onde procurou estremar da orthographia lusitana a escripta nacional.

Ninguem, de boa fé, poderá negar o valor do testemunho que encerra o livro de Paranhos da Silva. Não se trata de um ponto de vista pessoal, de uma opinião infundada, ou até de simples discordancia de grammaticos em polemica. A realidade dos factos, as contingencias do meio, nas manifestações irretorquiveis e positivas em materia de linguagem, deram nascimento ao seu livro. Ellas surgiram como um resultado do estado de cousas em que já se encontrava na nossa terra a lingua dos portuguezes e a lingua da nossa gente.

Desse magnifico trabalho destacamos as observações que se nos afiguraram principaes, as analyses que de modo claro nos dão a conhecêr as differenças existentes entre o nosso idioma e o idioma portugûês.

Nelle encontraremos os primeiros lineamentos, por assim dizer, da *grammatica da lingua brasileira*, que o descaso pelas nossas coisas, e a injustificavel attitude dos nossos grammaticos e philologos, deixaram ao abandono.

Temos preferido copiar a grammatica portugueza em lugar de escrevermos uma nossa, como exigem as proprias condições da nossa linguagem e as lições da sciencia.

Dado o grande valor, sob todos os titulos, quer historico, quer scientifico, da obra de Paranhos da Silva, era natural que della nos occupassemos muito alongadamente.

Na primeira parte do seu trabalho estuda Paranhos a nossa phonologia comparada com a portuguesa. O som das vo-

gaes, a pronuncia dos ditongos, das terminações e das consoantes são meticulosamente analysados.

São as seguintes as observações de Paranhos da Silva.

Em Portugal o *a* tem dous sons. O de *á* aberto e o fechado de *â*. Os portuguezes pronunciam *pádeiro*, *ácademia*, etc. O *a* sôa tambem agudo nas palavras oxytonas que terminam com lettra *u*: *Bahú*, *cajú*, etc. Se ao *a* se segue um *m* ou um *n* tornando-o nasalado recebe, na pronuncia, um accento agudo. Dizem *ámo*, *cómo*, *gánho*. Tem o som de *á* aberto o *a* que é precedido por outro. A phrase "*Si pagava a quota achava a porta aberta*, soa em português "*S*" *págv' á quot' ácháv á port' ábertâ*.

Na prosodia portuguesa não existe o som brasileiro do *a* que não é nem aberto nem fechado. *Lagar*, *matar* soam em Portugal *lâgar*, *mâtar*.

Os brasileiros, diz Paranhos, quando o *a* não tem accento prosodico, não o pronunciamos nem aberto nem fechado como os portuguezes. Cuidam os portuguezes que o primeiro *a* da palavra *Pará* na pronuncia brasileira soa parecido com o segundo. Na verdade, elle é igual ao primeiro de *matar*, de *vadio* e de *aqui*. Não fazemos distincção senão entre *a* com accento agudo e o não accentuado.

Commentando o reparo de Soares Barbosa, que julga ser o nosso *a* de *sadio* fechado com o *â* português, explica Paranhos, que a razão desse engano está no facto de que não o pronunciamos tão aberto como os portuguezes, que dizem *sádio*. E é por estar habituado a ouvir dizer *âqui*, com o *a* fechado, que o grammatico português cuida ouvir pronunciarem os brasileiros *âqui*, pois o *a* de *aqui*, escreve Paranhos, é igual ao nosso *a* de *sadio*. Não o fechamos como o *â* português, nem o abrimos como o *a* final da palavra *Pará*. O que ocorre é que os portuguezes ouvem um *a* fechado na nossa pronuncia, onde na delles sôa aberto, e percebem um *a* aberto nas palavras que elles pronunciam com *a* fechado. Este facto, affirma Paranhos, vem demonstrar que na lingua do Brasil, onde o *a* não

tem accento prosodico “não é tão distincto do accentuado mas nunca é igual a elle”.

Quando o *a* tem som nasal, pronunciamol-o fechado. E “contra o que quer Soares Barbosa” dizemos *lân* e *manhân*.

No Brasil não medrou a regra de pronunciar aberto o *a* que precede a outros. Entre nós, somente o accento prosodico torna o *a* aberto.

Chama a attenção tambem Paranhos, para o factio que dois *aa* seguidos não fazem na pronuncia brasileira o hiato dos portuguezes. Não temos necessidade alguma de intercalar um *i* entre os dois *aa* como os portuguezes em *a-i-agua*.

Em Portugal, o *e* tem tres sons. *Sôa* é aberto, *sôa* é fechado e *sôa e* pequeno, tambem chamado *mudo* e que tem o valor de um apostropho. Os primeiros correspondem ao *e* dos vocabulos *pé* e *lêr*.

Friza Paranhos que os portuguezes tem ogerisa ao *ê* fechado.

Quando o accento prosodico não recahe na syllaba em que se encontra o *e*, não o fecham nunca os portuguezes. Dizem *ésquecimento*, *métade*, ou fazem-no desapparecer valendo como um apostropho, dizendo *m'tade*, *m'droso*, *v'rdolengo*.

Até quando o accento prosodico é circumflexo quasi não empregam *ê* fechado. Antes o abrem. E *modêlo*, *intêrêsse*, *acontêça*, soam *modêlo*, *int'rêsse* e *acontêça*.

Tambem transformam o *e* fechado por um *â* fechado. Em logar de *vejo*, *pejo*, *desejo*, *joelho*, *conselho* etc., dizem os portuguezes *vâjo*, *Pâjo*, *d'zâjo* *juâlho*, *cunsâlho*.

Grande é a variedade dos sons do *e* na conjugação do verbo *fechar*. Ha *ee* que valem *â* e outros que valem *i*. Na primeira pessoa do presente do indicativo, o *e* tem som de *â*. Dizem: eu *fâcho*. Na segunda pessoa e na terceira do singular e na terceira do plural o *e* soa aberto: *fêchas*, *fêcha*, *fêchão*. Na primeira pessoa e terceira do plural *e* tem som de *i*: *Fichamos* e *fichaes*.

Ha porém um caso em que o *e* nem tem o som aberto nem soa como *i*. Não soa. Desapparece. O participio passado é *f'chado*.

Abrem tambem o *e* os portuguezes quando elle tem o som nasal surdo. Pronunciam *génio*, *trémulo*, etc.

Quando é voz nasal clara, *e* tem tres valores. Antes do accento prosodico pode ter o valor de *e* quasi mudo, torna-se o apostropho. Assim acontece em *v'nder*, *s'ntir*, *v'ntar*. Quando o accento prosodico recae sobre elle, tem quasi sempre o som de *e* aberto. Ocorre assim em *inténde*, *ménte*, *cunténte*.

Tem o valor de *ãi* quando se encontra no fim do vocabulo. Dahi o facto dos poetas portuguezes rimarem *tem* com a palavra *mãi*.

Numa palavra derivada, transforma-se algumas vezes o *e* aberto em apostropho. O *e* da palavra *terra* desaparece em *t'rreno*. O mesmo acontece com as outras palavras.

São estes os valores prosodicos de *e* na lingua portuguesa. No Brasil, as coisas se passam precisamente ao contrario.

O mesmo que acontece com o *ê* fechado em Portugal, succede no Brasil com o aberto. Não lhe temos *sympathia*.

Entre nós, tem o som aberto o *e* no qual recae o accento prosodico; mas se num derivado se dá a deslocação prosodica, fechamo-lo. Sôa aberto na prosodia brasileira o *e* de *pe-dra*, de *bello*, etc. Mas é fechado em *pêdreiro* e *bêlleza*. Mantemos, porém, nos derivados, o *e* fechado da syllaba tónica. Dizemos *gêlo*, e *gêlado*, *zêlo*, e *zêloso*. Fechamos tambem algumas vezes o *e* que sôa aberto na pronuncia portugueza, como succede com os vocabulos *modelo*, *interesse* que em Portugal correspondem a *modêlo*, *int'résse*, e na prosodia brasileira soam *modêlo*, *interêsse*.

Salienta Paranhos o valor que dão os portuguezes ao *e* mudo que elles transformam num apostropho. Deste facto resulta que alguns monosyllabos ficam reduzidos a uma simples consoante, a qual soa esquisitamente, quando é seguida de outras taes como *d'd*, *m'm*, *t't*, *s's*.

Dá razão a Soares Barbosa, quando diz que pronunciamos em algumas das nossas regiões o *e* á maneira dos castelhanos.

Ao contrario do que se passa na prosodia portugueza, *o* nasal tem som fechado. Não dizemos *gênio* etc. mas *gênio*. E pronunciamos *vênder, estênde, além*.

E' a seguinte a analyse que faz Paranhos dos valores prosodicos do phonema *o*.

Em Portugal *o* tem tres sons: fechado, aberto, e pequeno, o qual tem valor de *u*.

Ha da parte dos portuguezes contra *ô* fechado, a mesma antipathia que se faz sentir com relação ao *ê* fechado tambem. Empregam quasi sempre *o* aberto e *o* pequeno. Assim, como observa Paranhos, dizem *hóspital, óbservatorio, prócuração*, etc. e *mudista, murrer e curtar*.

Os portuguezes pronunciam *ouvidor, ourives*, etc. *óvidor, órives*.

Quando o accento prosodico recahe no *ô* circumflexo de *ou* não o evitam. Dizem *amôu, estôu*. Pronunciam tambem *óuro,, côúro*, etc. quando não dizem *oiro, coiro*.

Se o phonema *o*, no qual recahe o accento prosodico aberto, passa para um derivado, transforma-se em um *u*. *Cópo e cupinho, mórte e murtifero*.

Quando *o* é nasal com accento prosodico, sôa muitas vezes em português *ô* aberto: *hóntem, sóm, hómem*, etc. Mas, se a accentuação prosodica não o attinge, sôa quasi sempre *u*. Dizem *brunzeado, bundade*, etc. Nós pronunciamos *bôndade, brônzeado*.

No idioma brasileiro, se dá, em certos casos, com o phonema *o*, justamente o contrario do que se passa em Portugal.

Os portuguezes empregam somente *ô* fechado em syllaba prosodicamente accentuada. Nós usamo-lo tambem em syllaba em que não recahe o accento prosodico, substituindo nos derivados *ô* aberto por *ô* fechado. Dizemos *módo* e *môdal, dólo* e *dóloso*, etc.

Mas, quando *o* já é fechado no vocabulo primitivo, assim o conservamos no derivado. Não o trocamos por *u*, como acontece entre os portuguezes. De *fôrça* fazemos *fôrçoso*: de *côr* fazemos *côrado*,

O artigo *o* é sempre pronunciado aberto, quando é precedido do phonema *o*. E' abertissimo quando precedido do phonema *a*. Os portuguezes dizem *todo o dia, tod' ó dia; corta o pescoço, cort' ó p'scoço, etc.*

Pela mesma razão a contracção da preposição *a* com o artigo sôa *ó*. Por exemplo a phrase *diga ao dono o homem a quem tem* na prosodia portuguesa, os seguintes valores: *Dig' ó don' ó homem a quem.*

No Brasil não reduzimos a um *o* aberto dous que se encontrem, como succede no idioma portuguez. Pronunciamos ambos, dizendo, *faço-o, levo o livro*, fazendo soar igualmente ambos, e não *lév' ó livro*.

Se *o* é precedido de *a*, não o pronunciamos aberto como os portuguezes.

No Brasil, a não ser em São Paulo e nos logares onde a pronuncia é acastelhanada, o artigo *o* sôa *u*. Os portuguezes, em alguns casos, pronunciam *o* abertissimo.

Não tem no Brasil o *i* o som que lhe dão muitas vezes em Portugal, onde em certos vocabulos até desapareceu, "deixando em seu lugar uma sombra de vogal," um *e* mudo.

Diz Paranhos, que a vogal *u* é a da sympathia dos portuguezes.

Esta é a razão, porque escrevem hoje com *u*, o que antigamente escreviam com *o*. Observa porém, que neste particular, a maioria dos brasileiros, imita, infelizmente, os portuguezes. Não acontece todavia, entre nós, nasalar-se o phonema *u*, como succede em Lisboa. Não dizemos *p'rum, lundum*, em logar de *perú* e *lundú*.

Não divergem, de modo geral, na pronuncia dos dithongos, Brasileiros e Portuguezes.

Quanto aos dithongos *ai* e *ei*, porém, é grande a differença. Fazem os portuguezes soar muito o *i* nesses dithongos. Nós, tornamo-los menos sensível, em favor do *a* e do *e*.

Quando a acentuação não recahe na primeira vogal do dithongo *ai*, não a fazemos soar aberta. Assim pronunciamos *paixão, caixote* quasi como *paxão, caxote*.

Faz observar Paranhos, que por não distinguir bem a nossa prosodia, suppoz Soares Barbosa que diziamos *pixão*.

Não diverge, porém, da portuguesa, a prosodia brasileira, quando o dithongo *ai* faz parte de um monossylabo.

Diz ainda Paranhos que o dithongo *ãi* nasalado, só é usado pelos brasileiros no vocabulo *mãi*.

Avalia tambem, em pouco mais de seis, os vocabulos em que esse dithongo no Brasil, é seguido de *s*. Os demais referidos por Castilho, (Eugenio) são desconhecidos entre nós

Os portugueses, ao contrario, usam muito o dithongo nasal *ãi* que substitue na prosodia a voz nasal *em*.

Os poetas portugueses dispõe assim de bom numero de rimas para o vocabulo *mãi*. Como prova, cita Paranhos a seguinte quadra:

Ella é doce como é doce
O mele que o favo tem
Ella é casta como é casto
O beijo de minha Mãi

Acerca do dithongo *ei*, adverte Paranhos, que elle tem na prosodia portuguesa um som semelhante ao do dithongo *âi* no idioma do Brasil. Em Portugal *ei* sôa *âi*. Os portuguezes dizem *lâite*, *pâito*, *bâijo*, etc. Nós, dizemos, *leite*, *peito*, *beijo*.

Quando o dithongo *ei* apparece no plural dos nomes terminados em *él*, sôa algumas vezes de modo differente. Lá se diz tambem *papêis*.

Não ha na lingua do Brasil o dithongo nasal *êi*, referido por Soares Barbosa.

Continuando as suas analyses investiga Paranhos da Silva, as differenças prosodicas relativas ás terminações.

A terminação das palavras em *os* tem o som de *ux* para os portuguezes. Para nós tem o som de *us*.

A's terminações em *a* damos um som de *â*, (mais ou menos fechado e sumido).

Nas palavras terminadas em *e*, damos a este um valor de *i*. Na pronuncia portuguesa o *e* quasi não sôa, fazem-no soar

porém no final dos vocabulos terminados em *ar, er, ir, or*, Assim dizem os portuguezes *amare, vere, vire*. A plebe em vez do *e* faz resoar um *i*: *amari, veri e viri*.

Considerando que a nossa gente do povo diz *doutô* em logar de *doutor*, lembra Paranhos, que em Portugal, o povo miudo diz *doitoare, deitoare, dótore*.

Muito interessante é a observação de Paranhos com relação as terminações em *al e ale, el e ele, ol e ole, ul e ule*. Repara que nós empregamos justamente na pronuncia a terminação que os portuguezes não usam. Dizemos *valle, pelle, molle, bule*. Os portuguezes dizem *vál, pél, mól e búl*. E quando os portuguezes dizem *jurnale, papele, anzole, azule*, pronunciamos, os brasileiros, *jornal, papel, anzol, azul*.

Em Portugal as terminações *il e ile* soam ambas *ile*, o que não acontece no Brasil. Lá se diz *infantile, mile*, etc., aqui *infantil e mil*.

Aos que julgassem haver exagero nas suas observações, mandava-os Paranhos á Gramatica de Soares Barbosa.

Ao lado do som das vogaes, dos dithongos e das terminações estuda Paranhos a pronuncia das consoantes. Não tem ellas os mesmos sons em Portugal e entre nós.

Inicia Paranhos os seus reparos tratando da lettra *s*, porque diz elle que ella caracteriza muito intensamente a prosodia portuguesa.

Em Portugal *s* que não é precedido de vogal é chiante, e assim tambem o é no fim das palavras. Cita Soares Barbosa e Castilho. Este diz que o *s* final das palavras sôa como *x*: *casas sôa casax*.

No Brasil, *s* no final de um vocabulo sôa a modo de *z*, em caso algum tem som de *x*.

Soares Barbosa disse que nós pronunciamos o *s* com o valor de *z* "sem voz diante, no meio ou no fim do vocabulo". Pronunciamos *mizterio, feito, livroz*, etc. em logar de *mysterio, fasto, livros*.

Quando o *s* é seguido de *ce* e *ci*, sôa em Portugal bem distincto. *Pascer, nascer, nascimento*, lá soam *paxcer, naxcer, naxcimento*.

Acha Paranhos que o *d* tem em Portugal algumas vezes o som do *th* inglez. Para elle o *d* de *mulhado* não tem muita differença do *the* (artigo inglez).

Considerando a troca do *b* e do *v* julga Paranhos que ella não é nem ridicula nem desagradavel. “Se *v* é uma consoante branda, *b* tambem o é e não offende o ouvido”.

Com relação á pronuncia das outras consoantes “quando separadas por vogaes propriamente ditas”, ensina Paranhos que não ha differença entre o portuguez e o nosso idioma. Mas se as consoantes formam um grupo a differença é grande (29).

Na segunda parte do seu trabalho procura Paranhos da Silva estudar os idiomas de Portugal e do Brasil, do ponto de vista da “expressão do pensamento”. Divide o seu estudo em quatro capitulos. O primeiro delles trata das “Palavras empregadas nos dois idiomas”. O segundo tem o seguinte titulo: “Linguagem de Portugal e do Brasil”. O terceiro, consta da “Differença principal entre o estylo dos Portuguezes e dos Brasileiros”. O capitulo quarto comprehende a “Traducção em Luso-Brasileiro de duas poesias de Garret”.

Quanto aos vocabulos usados nos idiomas de Portugal e do Brasil diz o autor no seu Cap. I: “Considerando agora as palavras como taes, e não como sons; como signaes de nossas idéas, e não mais como podendo fazer o effeito de cascata aos ouvidos de ninguem, ou como formando a lingua que merecia e merece ser chamada “la lengua de las flores”; mostremos que não são as mesmas as que existem em Portugal e no Brasil”. (30)

Para demonstrar a sua affirmação o autor toma do *Glosario das palavras e phrases da lingua franceza introduzidas na locução portugueza moderna*, de Frei Francisco de S. Luiz, assignalando “grande copia de palavras usadas em Portugal desconhecidas no Brasil”.

Paranhos fórma uma lista de vocabulos que se não encontram (pelo menos no seu tempo) na lingua fallada entre nós.

(29) Paranhos da Silva. Op. cit. pg. 19 a 23 cap. III.

(30) Paranhos da Silva. Op. cit., pag. 5, da Parte 2.^a

Mas não são apenas os gallicismos no idioma de Portugal que lhe fornecem os elementos para afirmar que não é o mesmo o idioma na Europa e na America. Como já o havia feito Pedra Branca, chama também a attenção para as “palavras que teem uma significação diversa em cada um dos paizes”. Há um ról de vocabulos que tem significado inteiramente diverso entre nós e entre os portuguezes.

Termina Paranhos da Silva esse capitulo com a referencia aos vocabulos de origem indigena que passaram para o idioma brasileiro, enriquecendo a lingua e modificando o vocabulario.

“Concluimos”, diz elle, “prevenindo os leitores de que ha introduzidas em nossa lingua bastantes palavras indigenas, cuja significação não nos é licito desconhecer, como são: *mirim, guassú, peva, tijupá, tapéra, caipóra*, etc.; pois não deixam de ser uma riqueza, sendo que muitas dellas, o que em geral acontece nas linguas primitivas, nos dão, como diz Ampère, o meio de exprimir rapidamente com uma só palavra muitos pensamentos ao mesmo tempo.

Tapéra, por exemplo, é do numero; pois significa *logar que já foi habitado, mas que está hoje abandonado*. *Peva* significa *baixo e largo*: assim dizem *tatú-peva, casa-peva*”. (31)

Após o estudo do lexico, trata o autòr no capitulo II das differenças de syntaxe entre o nosso idioma e o de Portugal contemporaneo.

Nessa parte do seu trabalho se encontram as suas observações de referencia ao “uso dos adjectivos” (pg. 14), ao “uso dos pronomes” (pg. 20), ao “uso dos verbos” (pg. 24), ao “uso das preposições” (pg. 28), um paragrapho acerca do “participio presente”, outro de referencia ao “uso de — que — interrogativo, relativo, e conjunctivo.

São as seguintes as observações de Paranhos da Silva, estudando as differenças entre a nossa linguagem e a dos portuguezes.

Do ponto de vista do “uso dos adjectivos”, escreve elle:

(31) Paranhos da Silva. Op. cit., pag. 11, da Parte 2.^a.

“Com quanto, geralmente fallando, o uso dos adjectivos seja o mesmo nos dois paizes tanto na linguagem fallada como na escripta; comtudo nem sempre acontece assim.”

Analysando o emprego dos *possessivos*, observa que no idioma do Brasil precedem elles o nome da coisa que determinam, e em Portugal esses pronomes são substituidos pelo dativo, antepoñdo-se assim um artigo á palavra que representa o objecto da posse. Os brasileiros, dizemos “*lêr meu livro, ir á tua casa*. No idioma portuguez a construção é *ler-me o livro, ir-te á casa*”.

Julga Paranhos que há na forma portuguesa uma desvantagem. O emprego dos casos obliquos, tal como se dá no portuguez, dada a ausencia dos possessivos, torna impossivel “exprimir por meio de uma particula uma segunda idéa junto a que o verbo exprime”; o que em ultima analyse redundando no empobrecimento da linguagem.

Com a pratica daquela construção, comenta elle, surge o inconveniente de se tornar obrigatorio o emprego do artigo definitivo antes do nome, até quando não o empregamos de maneira determinada. Em logar de dizer, como os brasileiros, *empreguei pennas tuas*, dizem os portuguezes: *empreguei-te as pennas*. No primeiro caso não se cogita nem de saber nem dizer “si tens ou não mais pennas”; no segundo, a phrase dá a entender “as pennas que tinhas, isto é, não tens mais pennas.”

Da omissão dos possessivos resulta muitas vezes ambiguidade. Somente graças á continuação do discurso é possivel entender-se claramente o pensamento. Dá Paranhos o exemplo seguinte: *entreguei-te o filho*. Com esta phrase não se pode saber se o filho a que se faz referencia é da pessoa com que se falla ou da pessoa que falla.

Estas omissões dos possessivos *meu, teu e seu*, na lingua fallada e escripta em Portugal, contribuem ainda mais para a differença entre o idioma portuguez e o idioma do Brasil (32).

(32) Paranhos da Silva. Op. cit., pg. 11 — Parte 2.^a.

Em seguida a essas observações, encara Paranhos o problema da "*collocação do adjectivo*".

Nesse particular também, entende elle, levamos vantagem aos portuguezes. Não é indifferente a collocação do adjectivo qualificativo antes ou depois do substantivo appellativo, com o fim de attribuir-lhe uma qualidade essencial ou uma qualidade accidental. No caso de significar uma qualidade pertencente á essência do sujeito, deve ser anteposto o adjectivo. Em se tratando de exprimir uma qualidade que é accidental deve o adjectivo ser posposto ao substantivo. Assim se deve dizer: o *quente estio* e não o *estio quente*, mas dir-se-á *paiz quente* e não o *quente paiz*; a *branca neve* e não a *neve branca*, o *papel branco* e não o *branco papel*; a *mão direita* e não a *direita mão*, etc. (33)

Quanto aos PRONOMES e a sua collocação, o nosso uso concorre para distinguir o idioma brasileiro da lingua de Portugal.

Os pronomes *me*, *te*, *se*, são collocados em Portugal depois dos verbos. No Brasil, na maioria das vezes, são collocados antes delles. Entende Paranhos que assim eram collocados no antigo português.

Os pronomes *me*, *te*, *se*, são collocados em Portugal depois da maneira mais extravagante. Diz-se em Portugal: *elle falla comsigo*, querendo significar que a pessoa se dirige a terceiros. *Elle falla muito de si*, querendo dizer *elle falla muito de ti*, do *senhor* ou de *você*. Esta maneira empregada pelos portuguezes no uso do pronome reflexo tem como consequencia a criação de ambiguidade.

Conta Paranhos que certa vez um recém-chegado de Portugal lhe dissera haver um seu moleque comprado umas botas muito esquesitas. Perguntára-lhe Paranhos se o moleque as havia comprado para si. Para mim? responde o outro, com uma gargalhada, para mim não, essa é bôa, lá para elle" (34).

Quanto ao uso dos *verbos* do idioma do Brasil e no Português, diz Paranhos, não ha também como confundi-los.

(33) Paranhos da Silva. Op. cit., pg. 17 — Parte 2.ª.

(34) Paranhos da Silva. Op. cit., pg. 20 a 22 — Parte 2.ª.

A proposito do verbo *estar* faz o autor do “*O Idioma do Hodierno Portugal comparado com o do Brazil*”, a observação seguinte:

O verbo *estar* adquiriu na lingua portugueza uma feição curiosa que se não encontra em nossa terra. Dão os portuguezes a esse verbo uma independencia que nenhum verbo tem. Quando o nome é appellativo, exigem os verbos um sujeito com adjectivo ou com artigo. Na construção portugueza o verbo *estar*, dispensa, em alguns casos, aquella companhia. Assim dizem em Portugal: *está calor*, em lugar de *está fazendo calor*. “O complemento objectivo do verbo *fazer*, que não era determinado por adjectivo ou artigo — definitivo ou indefinito —, faz agora o papel de sujeito do verbo”.

Discorre em seguida Paranhos sobre o emprego do infinito pessoal criticando a lição de Soares Barbosa, na sua *Grammatica Philosophica*.

Estuda tambem Paranhos da Silva as differenças entre o nosso idioma e o idioma portuguez em relação ao uso das *preposições*.

Põe em relevo a sympathia que ha em Portugal de referencia á preposição *a* (35)

Sempre que aos brasileiros se afigura indispensavel e natural o emprego da preposição *de* para formular a relação entre dous substantivos, no idioma portuguez se faz emprego da preposição *a* (36).

Depois de adjectivos que fazemos seguir da preposição *de*, usam os portuguezes a preposição *a*.

Empregam tambem os portuguezes a preposição *a* depois de verbos que na lingua do Brasil se usam com outras preposições (37).

Aponta ainda Paranhos outro emprego da preposição *a* no idioma de Portugal, seguido até pelos seus melhores escriptores. Costuma-se lá usar a referida preposição “para

(35) Paranhos da Silva. Op. cit., pg. 24 — Parte 2.^a.

(36) Paranhos da Silva. Op. cit., pg. 28 — Parte 2.^a.

(37) Paranhos da Silva. Op. cit., pg. 28 — Parte 2.^a.

dar forma portuguesa de dativo ao agente de ação de um verbo no infinito, por ser esse precedido de algum outro a que se entende dever dar a preposição *a*".

No idioma brasileiro só excepcionalmente encontramos a imitação da maneira portuguesa. Entre nós, a preposição *a* serve apenas para exprimir movimentação ou acção. Nunca para significar como em Portugal as relações mais encontradas e diversas (39).

Mais uma differença entre o idioma portugês e o brasileiro regista Paranhos ainda com relação ao emprego da preposição *a*. Costumam os portugueses substituir pelo emprego do infinito dos verbos antecedidos da preposição *a*, o particípio presente que é de uso brasileiro para significar a actualidade da acção ou a sua continuidade. Em brasileiro se diz: *estou escrevendo, estou estudando*, em portugês, *estou a escrever, estou a estudar*. (40)

Conclue Paranhos por affirmar que não se trata no caso de discutir o acerto ou o erro do emprego da preposição *a* no idioma de Portugal. As suas observações teem como escopo, apenas, mostrar as differenças existentes, no caso, entre a lingua portuguesa e o idioma do Brasil.

Nota ainda Paranhos a differença no emprego do adverbio *além*. No Brasil empregamol-o somente quando é precedido de um substantivo claro, ou de referencia a algum do qual já se haja fallado. Em Portugal empregam muita vez o adverbio *além* em lugar do adverbio *alli*, e *aquem* em lugar de *aqui*.

Tratando das CONJUNÇÕES, analysa Paranhos a velha particula *cá*, que ainda vive na falla portuguesa, soando *câ*.

Considera Paranhos esta velha conjunção até "muito elegante", mas entende que "nós não precisamos della".

"Quando por exemplo", diz elle, "a incidente devendo ser ligada pela conjunção escripta *q* fôr fixada para depois de uma ou mais incidentes que interrompam o sentido della, a

(38) Paranhos da Silva. Op. cit., pg. 29 e 30 — Parte 2.ª.

(39) Paranhos da Silva. Op. cit., pg. 33 e 34 — Parte 2.ª.

(40) Paranhos da Silva. Op. cit., pg. 32 e 33 — Parte 2.ª.

conjunção *cá* ou *câ* tem todo o lugar na lingua dos portuguezes". Cita Paranhos em abono da sua observação a passagem de um discurso parlamentar de Garrett.

A particula *câ* substitue tambem na lingua dos portuguezes o *que* exclamativo communicando á phrase portuguesa grande energia. Acha Paranhos que o nosso *quê calor* ou *qui calor*, "é muitissimo inferior ao *cá calor* dos portuguezes (41).

Nas INTERJEIÇÕES, chama Paranhos a attenção dos nossos patricios que tornarem de Portugal para que não empreguem como lá a usual interjeição *ai*. Quem disser *ai que lindo*, passará entre nós como portuguez. (42)

No capitulo III do seu trabalho estuda o estylo dos portuguezes comparado com o nosso.

Affirma Paranhos, com toda razão, que o idioma brasileiro não tem o mesmo genio que o portuguez.

A differença é manifesta no vocabulario, na phonetica, na syntaxe e no estylo.

Allude á rigorosa observancia que ha da parte dos escriptores portuguezes aos canones tirados do que Candido Lusitano "chama textos portuguezes".

Em Portugal naquelle tempo se pensava, como ha bem pouco entre nós, que fóra dos classicos não ha salvação. No tempo em que Paranhos escrevia, porém, as suas observações, não tinham as letras brasileiras essa mesma admiração á linguagem dos escriptores do seculo XVI e XVII.

Em Portugal, observa Paranhos que a imitação ia ao ponto de não arreceiarem os puristas empregar locuções antigas tornadas viciosas com o tempo, nem evitavam os cacophatons que antes não o eram. Assignala Paranhos que os brasileiros não podem dizer "tudo o que dão os dictionarios portuguezes".

Pensava que não devemos por outro lado deixar de empregar uma phrase por não ter a chancellia de um classico portuguez. Si o nosso povo a emprega havemos de acceital-a como

(41) Paranhos da Silva. Op. cit., p. 42 e 43 — Parte 2.^a.

(42) Paranhos da Silva. Op. cit., pg. 43 e 44 — Parte 2.^a.

bôa. Fazia entretanto restrição ao caso della attentar contra a Grammatica geral.

No sentir de Paranhos, fundamenta as regras do estylo a maxima de Blair: "toda e qualquer construção é perfeitamente bôa logo que externe o sentido com exatidão e o apresente vantajosamente."

Para escrever com correção e gosto litterario não ha mister de indagar os modelos antigos. Com admiravel independencia litteraria defende, como depois o haveria de fazer entre os portuguezes o grande Camillo, o gallicismo de construção que "dá tanta clareza ao estylo brasileiro".

Para elle, o fim que os escriptores brasileiros devem ter em mira não é conseguir o titulo de vernaculo em Portugal, mas traçar as suas paginas com unidade, força e harmonia de phrase.

São estas entre outras razões as por que entende Paranhos da Silva que não devemos imitar a linguagem dos portuguezes, e "desprezar os usos linguisticos trazidos pelas circumstancias do nosso paiz, differente de Portugal, por causa do clima, por causa da affluencia dos estrangeiros emigrados da Europa para os paizes americanos." (43).

Com a intenção de mostrar a differença do idioma brasileiro da lingua fallada em Portugal, publicou Paranhos da Silva a tradução de duas poesias de Garrett — *A uns olhos negros*, e a *Sésta*.

Com esse notavel trabalho, *O Idioma do Hodierno Portugal Comparado com o do Brasil*, hoje muito raro, quiz Paranhos da Silva demonstrar, já com o estudo do nosso vocabulario, já com a analyse da nossa phonetica e da nossa syntaxe, contistuir o idioma fallado no Brasil uma lingua diversa do idioma fallado em Portugal.

Se nem todas as suas observações podem, ainda hoje, merecer a approvação dos contemporaneos, não ha duvida que, em sua grande maioria têm bons fundamentos linguisticos,

(43) Paranhos da Silva. Op. cit., pg. 51 a 59.

e constituem um elemento de grande valor para o conhecimento da differenciação da lingua portugueza entre nós.

Grande parte dos seus juizos inaceitaveis resultam da sua opinião, hoje inteiramente erronea, de que o portuguez não deriva do gallego, mas do castelhano.

Uma das theses em que theoreticamente assenta o seu trabalho é a de que a lingua portugueza é um dialecto do castelhano. Mas ao desmembrar-se de Castella a nação portugueza, a nova monarchia, para tornar-se “em tudo distincta” do antigo reino, *forjou* uma alteração da lingua, dando aos seus vocabulos uma forma galleziana, e denominando essa alteração lingua portugueza.

Para elle não é possivel confundir a *lingua portugueza* com o dialecto de Portugal e Galliza, chamado galliziano, e reconhecer-se este pelo que se chama portuguez antigo.

A transformação artificial deu á lingua essa “apparencia diversa do castelhano”.

Consequencia dessa maneira de ver, é a sua doutrina de que a differença entre o idioma fallado no Brasil e o idioma fallado em Portugal provém de que o idioma no Brasil se conservou acastelhanado e o idioma em Portugal, desprezando as suas origens, se foi tornando um dialecto gallego, de modo que o verdadeiro e legitimo portuguez é o no seu entender o idioma fallado no Brasil.

Em nossa terra, sustenta elle, “os jesuitas portuguezes ensinaram uma lingua ainda proxima da castelhana”. E dessa lingua se foi “differenciando a lingua dos portuguezes, que cada vez mais procurarão apagar todas as semelhanças com os castelhanos”.

Ao lado desse factor “concorrerão mais outros acontecimentos para a conservação deste nosso fallar brasileiro, que nos faz perfeitamente entendidos em Castella, que é tomado por muitos hespanhoes como o castelhano estropeado por algum estrangeiro, que para alguns é o castelhano do tempo de Cervantes, que para outros é o castelhano italianizado, mas que em todo o caso não é o hodierno e agalliziano portuguez”.

Foram estes os factos que, juntamente com o ensino, contribuíram, no seu entender, para conservar ao idioma fallado no Brasil a sua physionomia castelhana:

a) a colonização da Capitania de São Vicente pelos hespanhoes, “que o governo de Hespanha mandou depois de 1580”.

Na sua opinião este facto, “influiu muito sobre a maneira de fallar em todo o sul do Brasil;

b) “a separação do Pará e Maranhão pelo governo hespanhol, que os tornou independentes do resto do Brasil e sujeitos a um governador com obediencia unicamente á côrte de Madrid.

“O castelhano, portanto, ao menos como lingua official, e talvez a da classe elevada, teve tambem de influir sobre a maneira de fallar o portuguez na parte do Brasil cuja falla passa inexactamente como a portuguezada”.

Ao sul, graças á presença de hespanhoes na colonia de S. Vicente e aos paulistas com as suas bandeiras; ao norte, com a influencia da lingua castelhana, então idioma official, o idioma do Brasil mantendo-se acastelhanado, permaneceu muito distincto da lingua fallada pelos portuguezes.

As theorias e doutrinas sustentadas com relação a esta differença entre o brasileiro e a lingua dos Portuguezes, por effeito da alteração gallega do portuguez pela monarchia de D. Affonso Henriques, formam o lado precario do livro de Paranhos, mas as observações que elle faz da nossa linguagem, em confronto com a linguagem portugueza, valem independentemente das theorias através das quaes elle as pretendeu explicar. Valem como factos, que são a propria realidade.

Sylvio Romero escreveu, no seu trabalho *A Poesia Popular no Brasil*, capitulo 8.º “Transformações da lingua portugueza na America”, que Paranhos da Silva e Pacheco Junior se oppuzeram fortemente á denominação de dialecto, dada ao idioma fallado no Brasil”, porque tomaram o termo dialecto

como forma inferior da lingua ou linguagem deturpada" (44).

Quanto á opinião de Pacheco Junior está certo o juizo de Sylvio Romero, mas com relação a Paranhos da Silva, é mistér entrar em explicações.

Paranhos não admittia que o idioma brasileiro fosse um dialecto do portuguez fallado em Portugal. Não o era em nenhum dos sentidos que se costumam dar ao termo. Nem como forma inferior da lingua, nem sob qualquer outro aspecto. Não era do primeiro ponto de vista, porque, no seu entender, o idioma fallado no Brasil era muito superior ao fallado em Portugal, o idioma fallado entre nós é o verdadeiro e genuino portuguez. Não era sob qualquer outro aspecto porque o portuguez fallado em Portugal era uma alteração gallega da lingua portugueza.

Mas, Paranhos da Silva aceitava a doutrina do portuguez antigo genuino, como o *dialecto* castelhano, tal como se poderá verificar no seu trabalho publicado no tomo VII da *Revista Brasileira*, em 1881.

Nas suas "*Questões de Linguistica*", escreveu elle: "Ve-jamos quaes são as significações de *lingua*, *dialecto*, *idioma*.

Creio que lingua é um termo geral, e significa o falar de um povo. E' assim que Hovelacque diz: "O sanscrito era a lingua sagrada, a lingua juridica, a lingua litteraria; o pácrito era a lingua corrente, a lingua popular, que no principio não era uma lingua escripta". E' assim que Sismondi tambem diz: "Os conquistadores teutonicos de Portugal talvez não falassem a mesma lingua que os do resto da Hespanha".

Dialecto, palavra empregada primeiro pelos gregos para designarem as variedades do seu falar, cada uma das quaes teve uma litteratura, e não podia ser julgada inferior ás suas irmãs, é tambem lingua; mas considerada em relação a outra lingua de que descende. E' assim que Hovelacque diz: "Por circumstancias politicas o dialecto attico ganhou pouco a pouco uma preponderancia incontestavel, e tornou-se a lingua

escripta commum, o dialecto commum". E' assim tambem que Sismondi, querendo fazer considerar as linguas neo-latinas como outras tantas modificações do mesmo espirito, dá-lhes o nome *dialectos* da mesma lingua.

São estas as significações das duas palavras na sciencia, segundo se depreheende dos livros de linguistica, e segundo expressamente diz Whitney: "Lingua e dialecto são dois nomes da mesma cousa, empregados conforme nos collocamos em um ou outro ponto de vista".

"Entretanto, não é esta a unica accepção que se dá a *dialecto*. Como diz Whitney, na linguagem popular tentam fazer distincções de grãos e de importancia por meio das mesmas palavras, e, emquanto que reservam para a lingua litteraria de um paiz o nome de lingua, dão ás formas inferiores o de dialectos. Para o uso ordinario estas differenças de accepções não deixam de ter sua conveniencia; mas fóra disso, não são accitaveis, e não fazem parte da sciencia linguistica".

E' assim que o Sr. Theophilo Braga, julgando que o brasileiro diverge do portuguez antigo de que descende, por isso que, com effeito diverge muito do portuguez actual, diz: "O portuguez tem os seus dialectos importantissimos, como o gallego (?) que estacionou... o brasileiro, tanto o que falam os antigos colonos internados, ou fazendeiros, como os do capital"; e, não querendo deixar no espirito dos que lêem com attenção devida sobre a accepção popular da palavra *dialecto* que emprega, acrescenta: "que praticam insensivelmente a *degeneração phonetica*". (45)

Assentada nessas premissas, vejamos a que conclusões leva a argumentação de Paranhos da Silva.

Mais radical do que Varnhagen, que era de opinião se haver a lingua portugueza aqui se acastelhanado muito por effeito da influencia do hespanhol nos tempos da colonia, sustenta Paranhos a propria origem castelhana do portuguez.

(45) Paranhos da Silva. Op. cit., pag. 278 — Revista Brasileira, tomo VII — Ed. Midozi.

Como Alencar, affirma elle tambem a superioridade da nossa lingua que é o *antigo portuguez genuino*, ligeiramente modificado.

No sentido da linguistica, considerando o termo lingua como synonymo de dialecto, o brasileiro é para elle um dialecto, muito differente do dialecto portuguez, e não se pode dizer que sejam a mesma lingua. Mas tambem não é a mesma lingua portugueza, nem tão pouco, um seu dialecto, se considerarmos o termo no seu significado popular. E se tivermos em vista o portuguez actual, considerando o termo dialecto na sua accepção scientifica, ninguem poderá dizer que “seja o brasileiro o mesmo dialecto que o galliziano moderno, ou portuguez actual”. Porque para elle o brasileiro que é o portuguez antigo, é o dialecto castelhano, e o portuguez actual é um dialecto galliziano.

Assim, diz Paranhos da Silva: “Conhecida a accepção scientifica da palavra lingua e tambem a da palavra dialecto, assim como a popular de cada uma dellas, vejamos si é ou não por gracejo somente que se pode dizer que Portugal e Brasil têm um dialecto commum; vejamos mesmo si em rigor se pode dizer que o brasileiro e o portuguez actual sejam a mesma lingua.

E’ incontestavel que depois de 1640 os portuguezes, levados pelo odio que ficaram votando a Castella, procuraram cada vez mais afastar da lingua de seus oppressores o dialecto castelhano, que tinham falado os subditos portuguezes de D. Affonso de Castella, e que tinha sido artificial e ligeiramente modificado pelo emancipador de Portugal. A adopção da orthographia latina nos livros de Portugal, para substituir a portugueza dos escriptores quinhentistas, bem claramente indica a idéa que os portuguezes tiveram de fazer sua lingua *parecer* muito diversa da castelhana.

Do desejo que já tinham e do concurso de quarenta e tanto mil gallegos de continuo empregados principalmente no serviço domestico de Lisboa, levando uma lingua tambem romana, por consequencia facilmente assimilavel ao portu-

guez, provém que o elemento castelhano, formador do portuguez antigo foi recuando deante do elemento galliziano, que em mui pequenas proporções tinha no começo concorrido para a composição d'elle; provém que o portuguez actual pode antes ser considerado como o galliziano moderno, do que como o dialecto castelhano falado pelos primeiros portuguezes.

O brasileiro, porém, que é uma pequena modificação do portuguez antigo, e tão pouco dialecto d'elle, em razão dos neologismos indigenas e africanos, como o francez dos principios deste seculo o era do francez do seculo de Luiz XIV, em razão dos innumerados neologismos introduzidos na lingua moderna, é, scienticamente falando, o mesmo dialecto castelhano empregado antigamente em Portugal.

Por consequencia, não se pode com seriedade affirmar que em relação ao castelhano, isto é, tomando-se dialecto em sua accepção scientifica, seja o brasileiro o mesmo dialecto que o galliziano moderno ou portuguez actual". (46)

"Ainda mesmo prescindindo da differença de origem do brasileiro e do portuguez actual; ainda mesmo admittindo a possibilidade da coincidencia, desejada pelos imitadores dos livros portuguezes, de virem a reduzir-se a uma só lingua o falar de Portugal e o do Brasil, vejamos si nós podemos repetir hoje o que se dizia antigamente, isto é, que Portugal e Brasil têm uma lingua commum.

Os proprios portuguezes reconhecem que a differença entre as pronuncias de Portugal e do Brasil é tal, que constitue entre brasileiro e portuguez a relação de dialecto e lingua mãe. E si o brasileiro pudesse ser considerado como provinido do portuguez oitocentista, teriam toda a razão em affirmar que é um dialecto de sua lingua; pois as differenças de pronuncia já bastam para constituir dialecto: "As differenças entre os dialectos gregos são *quasi todas*, diz Hovelacque, de origem phonetica".

Mas si o dialecto de uma lingua não é essa lingua; si o pacrito por exemplo, corrupção do sanscrito, segundo uns, e

(46) Op. cit., pgs. 278 a 279.

segundo outros, lingua popular que não chegou á perfeição do sanscrito, não é o sanscrito, não é a lingua chamada *perfeita*, tambem o brasileiro, corrupção do portuguez actual, segundo os que falam o portuguez actual, e segundo os que não o querem falar, lingua que não chegou á corrupção do portuguez actual, não é, rigorosamente falando, essa acascatada lingua, não é essa lingua que bem se póde chamar o *galliziano moderno*.

“Si o facto de sermos entendidos pelos portuguezes contraria esta proposição, seremos obrigados a reconhecer que brasileiro e castelhano são a mesma lingua; pois *nós* somos entendidos pelos castelhanos, e lemos correntemente livros castelhanos, apezar da apparente differença resultante da orthographia latina, infelizmente adoptada no Brasil.

Além disto os portuguezes illustrados reconhecem que o brasileiro não se conforma com as regras da grammatica de Portugal; e (pleonasticamente) dizem que o brasileiro não é *correcto*. E si se pudesse julgar que as grammaticas modernas de Portugal tratam, não de galliziano moderno, mas do que se chamou a lingua das flôres na peninsula hespanhola; isto é, si fossem, como queria Soares Barbosa, calcadas sobre a grammatica da Academia Hespanhola, deveriamos aceitar o epitheto um pouco modificado.

Mas, si além da differença de ordem phonetica, ainda vem a differença na linguagem impedir que se confundam as linguas do Brasil e de Portugal, é inexplicavel a obstinação dos que, vendo que se distinguem tanto, continuam *tout de même* a repetir: “Fundado em um *mal entendu*, levantando uma questão de palavras, houve excesso do lado de quem contrariou a asserção do Sr. Braga (relativa é degeneração phonetica do portuguez no Brasil)! Mas o Brasil e Portugal tem a mesma lingua, pois somos da familia luzitana! Mas Portugal e Brasil tem um dialecto commum! Quem diz o contrario de cousas tão acertadas é um pedante, um sonhador! pa-ta-ti-pa-ta-tá!” (47)

(47) Op. cit., pgs. 280 a 282.

“Os proprios vicios da nossa classe infima apontados por alguns escriptores benevolos do Rio de Janeiro como para vingarem a classe elevada em Portugal cuja pronuncia comparei com a nossa, provam que o brasileiro é o dialecto castelhano, é o portuguez antigo. Vejamos. A tão falada permuta de *r* e *l* é o vicio portuguez antigo que, segundo Fernão de Oliveira fez dizer, *groria, frores*, pelo que dizemos *gloria, flores*; que fez os brasileiros dizerem *flauta*, e os portuguezes *frauta*. Dar ao *e* o som de *i*, é vicio portuguez antigo; era o que os portuguezes faziam antes de se lembrarem de dar ao *e* o valor do *e* mudo francez, suabio e provavelmente galliziano: Roquette diz que *e* mudo portuguez é differente do *e* mudo francez, que elle *quasi degenera para i*; e vemos que as palavras de Portugal *piqueno, melhor, fichar, piscoço* (da gente baixa de Lisboa) ainda existem para fundamentar a asserção de Roquette. A metathese do *r* é ás vezes o vicio do portuguez que do castelhano *preguntar* fez *perguntar*; outras vezes é resistencia contra anteposição do *r*, que fazem os imitadores do galliziano, isto é, a maioria dos lisboetas, dizendo: *Profirio, promenor, breço, cravão*, em vez de *Porfirio*, (nome dado a um philosopho por seus compatriotas e pelos portuguezes antigos), *pormenor, berço, carvão*. Os verbos *arrespirar, arretirar* são productos do vicio antigo chamado figura prothese, que fez Camões dizer *alevantar*, que fez outros dizerem *alampada, avoar, alagôa*; é a figura que foi exorraçada de Lisboa por outras que fazem dizer *parcer, basticer, fliz, mol*, em vez de *parecer, abastecer, feliz, molle*.

Quanto á queda do *lh*, tem razão os escrupulosos defensores *ex-officio*: assim como a classe elevada de França não quer mais pronunciar o *l* molhado francez, lendo *paille, bataillon* como *paye, batayon*, o nosso povo tambem não está para aspirar o *l*, e diz *paia, bataião*, em lugar de *palha, batalhão*.

Mas *home* da classe infima e dos poetas que precisam elidir uma syllaba, é castelhano antigo. *Côrage* é portuguez e castelhano, segundo Moraes, Roquette e Franceson. *Ventage* é o castelhano *ventaja*. *Desgracia, diferencia*, são castelha-

nos, porque também os castelhanos não tem horror das vogaes. *Trage*, que dizem milhares de brasileiros (entre os quaes o abaixo assignado), é palavra portugueza não alterada pelo galliziano. *Despois*, palavra que Camões empregava sempre, que diz muita gente boa do interior, é variante do castelhano *después*. *Entonces*, é para Moraes e Roquette portuguez da gemma, e é ainda usado no castelhano. *Quedelo*, contração de *que é fecho de lo*, está se denunciando como puro castelhano e portuguez antigos. *Maginação* está no mesmissimo caso. *Lavandeira* é portuguez para Moraes; é o castelhano *lavandera*, semelhante a *lavandiere* do francez antigo. *Ansim* é o antigo castelhano *ansi*. *Balancia* é castelhano, synonymo hoje menos usado do que *Zandia*. *Malino* é portuguez não alterado por causa da orthographia etymologica. *Tropicar* é portuguez; *entrupicar* nunca ouvi nem mesmo da bocca de negros.

Isto confirma o que diz Whitney sobre o fallar da gente inculta. “Estas cousas provém em parte da tradição, e não são sinão a lingua antiga tal qual a fallaram alguns seculos antes as classes cultivadas”. (48)

Do exposto se verifica quão longe da realidade estava Sylvio Romero ao escrever que o autor do “O Idioma do Hodierno Portugal Comparado com o Brazil” não acceitava a denominação de dialecto para a lingua fallada em nossa terra.

Ao contrario. O idioma do Brasil era, ao ver de Paranhos da Silva, um dialecto. E’ elle proprio quem o diz quando affirma que “o brasileiro é o *dialecto castelhano*, é o portuguez antigo”.

Em resumo: O que importa mais do que tudo no trabalho de Paranhos da Silva é a nitidez com que marcou differenças existentes entre a nossa lingua — o brasileiro — e o idioma de Portugal.

VIII

PACHECO JUNIOR E O DIALECTO BRASILEIRO

Conceito de dialecto. O exemplo americano. Extranheza da existencia dos dialectos portuguezes. Como explica a ação das forças naturaes nas alterações e as considera *corrupções*. Attribue a erros de grammatica as nossas diferenças linguisticas. Os brasileirismos de significado. “Todas essas mudanças teem sua explicação”. O nosso vocabulario. A doutrina de Pacheco Junior.

Em 1880, na Revista Brasileira, escreveu Pacheco Junior um trabalho com o titulo “*O Dialecto Brasileiro*”, onde procura combater esta denominação, dada pelos portuguezes ao nosso idioma.

Após os trabalhos de Alencar, custa crêr que Pacheco Junior attribuisse o chamarmos *dialecto* ao nosso idioma pelo motivo de que um litterato portuguez tivesse assim considerado a nossa linguagem. E mais ainda admira, vêr um espirito da sua cultura, uma competencia tão alta em assumpto desta natureza, attribuir áquelle motivo, o facto de outros escriptores acceptarem a dialectação da lingua portugueza no Brasil.

A sua argumentação padece do erro inicial de haver sido assentada no conceito erroneo de dialecto. Considerou-o como forma inferior de uma lingua, ou como o idioma que em virtude de condições historicas ou politicas, ficou subordinado a uma lingua considerada nacional.

Se, em logar de partir daquelle conceito falso, houvesse considerado o assumpto como de ha muito ensinava a linguistica, se através della e não da grammatica, elle tivesse encarado a materia, não teria argumentado daquelle modo, para demonstrar que a lingua fallada no Brasil não era inferior á portugueza fallada em Portugal. Antes, as suas proprias observações tel-o-iam levado a considerar a nossa linguagem como um dialecto do portuguez.

Não atinou bem Pacheco Junior com o sentido que os portuguezes emprestaram á palavra dialecto.

Para elle a differença entre a lingua fallada no Brasil e a de Portugal consiste apenas em alterações de ordem phonetica, e entende que estas não são sufficientes para constituir dialecto. Hoje, ao contrario, em linguistica, podem ellas caracterizal-o. As linguas romanicas não tiveram outra origem senão “a revolução do systema phonetico”.

Como argumento de grande tomo para demonstrar que as modificações de ordem phonica não podem formar uma dialectação, affirma, suppondo expôr um absurdo, que, de accordo com essa maneira de vêr nas alterações de natureza phonetica o character de um dialecto, o portuguez de Traz os Montes, Algarves, Minho e Beira seriam dialectos. Mas é precisamente isso o que sustentam os philologos portuguezes que denominam dialecto a lingua do Brasil; chamam dialecto a todas essas maneiras differentes de fallar a lingua portugueza nessas regiões.

Outrosim, pensa elle que o inglez da America do Norte não é um dialecto, e que os americanos não se lembraram de assim consideral-o. Mais um engano do illustre grammatico. Basta lêr o monumental trabalho de H. L. Mencken, *The American Language* para verificar que, ha perto de um seculo, uma circular do Secretario de Estado, mandava que o corpo consular americano e o diplomatico só usassem na correspondencia com o governo, a lingua americana, — “the American language”. (50).

Foi a falsa noção que tinha Pacheco Junior, do que é dialecto, como corrupção das linguas, que o impediu de ver na sua verdadeira luz a linguagem brasileira.

Por esta razão escreveu aquellas linhas que, comprehendidas hoje consoante as lições da linguistica, levam a uma conclusão contraria a que elle tirou.

Abre o seu estudo acerca do Dialecto Brasileiro com as seguintes palavras:

“Escreveu um litterato portuguez que a lingua fallada no Brasil era um dialecto portuguez, e tanto bastou para que — sem maior exame — com esta opinião coincidissem dos escritores que se lhe seguiram. E o séstro de repetir alheios juizos sem a devida averiguação foi causa delles tambem desacertarem.

Para o glottologo *lingua* e *dialecto* exprimem a mesma cousa, e não ha lingua alguma a que se não possa chamar dialecto. As differentes accepções servem apenas — na linguagem vulgar — para distinguir a lingua litteraria de um paiz das suas formas inferiores. E será o portuguez fallado no Brasil forma inferior ao fallado em Portugal? Estou que não.

As modificações phonicas, e é nellas que mais divergem os modos de fallar de Portugal e Brasil, serão bastantes para considerar dialecto ao nosso portuguez? Logo, o da ilha de S. Miguel ou Fayal, de Traz os Montes ou Algarves, do Minho ou da Beira, que em muitos pontos diversificam do de Lisbôa e Porto, devem ser considerados outros tantos dialectos, e ainda accrescentados, si aceitarmos a geral definição de dialecto, a saber: lingua peculiar a uma provincia, cidade ou estado, alterada do idioma donde procede, na pronuncia, accentuação, nas desinencias e no vocabulario. E todavia fariamos engano, que essas cambiantes e desviações do typo primitivo serão dialectaes, mas não constituem verdadeiros dialectos.

Muitas são as desviações do inglez fallado pelo americano do norte, si o compararmos com o inglez fallado em Ingla-

terra, e, não obstante, ainda se não lembraram os philologos de consideral-o dialecto inglez". (51)

O que causa viva extranhesa é vel-o tachar de corrupção o que muito acertadamente explica pela acção de forças naturaes, apontando o clima como o mais forte agente do meio da formação das alterações linguisticas.

Não é que os portuguezes partidarios da existencia de um dialecto brasileiro, achassem cousa de maravilha nas alterações por que passou o idioma entre nós. Registravam, de conformidade com a sciencia da linguagem, a realidade dos factos, e julgavam-na tão natural quanto o nosso autor.

Não podemos atinar porque motivo reconhecendo elle a naturalidade e a fatalidade das alterações, admittia ainda o velho e abandonado erro de considerar a corrupção como origem dos dilectos.

"Não ha escapar" diz elle, "á influencia das particularidades locaes de pronuncia e phraseologia. O clima é o mais poderoso dos elementos do meio; mas as discordancias da *linguagem geral* mais sobem de ponto com o fraccionamento do povo, tornam-se tanto mais accentuadas quanto mais distinctas e estremadas estiverem as classes sociaes. Este facto nada tem em si de extrordinario, e acha explicação na natureza das forças que presidem o desenvolvimento das linguas."

Não é tambem possivel acceptar a sua definição de dialecto, integrando nella a condição de ficar idioma *subordinado* a outra lingua, que é considerada a *nacional*. O facto de num paiz os varios idiomas nelle fallados ficarem subordinados a um delles por motivo de ordem historica, litteraria ou politica, é cousa accidental que pode acontecer, tem acontecido, mas não pode fazer parte da essencia do conceito de dialecto. Bem pode haver dialecto sem essa subordinação. E, ao contrario, quanto, no correr do tempo, menor fôr aquella subordinação, mais independente é o dialecto; mais caracterizadamente é dialecto, o idioma que originario de outro, delle se libertou e adquiriu individualidade.

(51) Pacheco Junior — O Dialecto Brasileiro, pgs. 487 e 488 do tomo V. da Revista Brasileira. Ed. Midozi.

Assim o portuguez, o francez, o italiano, o hespanhol, todas as linguas romanicas são dialectos do latim.

Dahi não ter razão Pacheco Junior quando escreve:

“Si por dialecto (e esta é a nossa opinião) se deve entender as linguas falladas por uma nação, mas que por qualquer circumstanena historica, preponderancia litteraria ou politica, ficam subordinadas a uma dellas, que se torna lingua nacional, absorvendo então as outras, — ainda menos se póde acceitar a denominação de dialecto portuguez á lingua fallada por nós; e a razão salta immediatamente aos olhos.” (52)

Mas, ao lado do criterio do linguista, que explica as alterações da lingua como effeito da acção inevitavel de forças naturaes, encara tambem Pacheco Junior do ponto de vista, contradictorio, e improprio, da grammatica, os factos da linguagem brasileira. Longe de comprehender como taes, as modificações que nasceram na lingua do povo, entende que tudo são vícios de pronuncia, cousa que faz sorrir á sciencia da linguagem.

Assim, em lugar de reconhecer na pronuncia da nossa gente. a manifestação de um dialecto, attribue, singelamente, a erros de grammatica as differenças idiomaticas aqui nascidas.

Exemplificando diz: “Os principaes vícios de pronuncia do nosso povo inculto consistem no emprego de um *a* prosthetico, na metathese do *r* e na permuta do *l* pelo *r*, em dar ao *e* fechado o som de *i* e o de *i* ao *e*, no accentuar syllabas subordinadas, na apocope do *r*, na queda ou syncope da molhada *lh*, na mudança do *a* para *e* nos preteritos dos verbos da primeira conjugação (*cheguemos* por *chegámos*) etc. Facilmente conhecer-se-á um Bahiano que nunca sahiu da sua provincia, mandando-o lêr a palavra *campainha*, que elles pronunciam *campania*, e tambem assim ouvimos pronunciar a alguns Pernambucanos.

No Pará dizem *labisonhos* por *lobishomem*; geralmente em todo o Brasil pronunciam *vosmecê* por *vossa mercê*, que em S. Paulo ainda mais atrophiaram em *mecê* (lei do menor

esforço); *quarar* em vez de *corar*; i. e. enxugar a roupa ao sol depois de ensaboada, e *quarador* o lugar onde estende a roupa para *corar*; *cadê* por *que é de*, etc. (53)

Mas é curioso como as explica de acôrdo com as leis linguistica, depois de as condemnar como grammatico.

E' na latitude — factor physico invencivel — cuja importancia nas alterações phonicas acertadamente encarece, no nivel cultural, e na acção soberana do povo que lhe reconhece as causas.

“Além da questão da latitude (de grande importancia para a corrupção phonetica), diz elle “são muito de notar o gráo de cultura intellectual e a influencia “do orgão rude, mas independente do povo” *que altera, mutila, omitta elementos phonicos das palavras, corrompendo-as por fim*

E o que tinhamos no Brasil, nos tempos do dominio portuguez? Colonos rudes e analphabetos, os elementos africano e indigena, falta da luz do sentimento nacional, clima mui outro do da metropole”. (54)

Pois ahi estão as forças que determinaram a formação do dialecto brasileiro. Não importa, aos olhos da linguistica, que os colonos fossem rudes e analphabetos; que o elemento africano e indigena tenha sido de nivel cultural inferior; que o clima fôsse inteiramente diverso do clima da metropole. A linguistica não formúla juizos de valor, mas de factos. E o facto linguistico é que esses colonos, sem o *abc*, e broncos, esses africanos barbaros e esses indigenas selvagens e esse clima alteraram, modificaram de logo a lingua portugueza em nossa terra, e mais tarde, os brasileiros continuaram a desviar o seu idioma daquelle que falla o povo portuguez.

Estuda ainda Pacheco Juniôr a questão dos brasileirozmos de significação dos vocabulos.

Aqui tambem os defende explicando pela lei “de formação e desenvolvimento das linguas,” de modo que não devem causar estranheza aos portuguezes.

(53) Op. cit., pg. 488 e 489.

(54) Op. cit., pg. 489.

A mudança de significação é, pois, uma cousa natural na evolução dos idiomas, argumenta elle, para condenar a critica portugueza.

Mas o que não se comprehende é que, pelo facto de ser natural, não deva ser considerado como elemento differenciador da lingua. Uma cousa não impede a outra. Antes essas modificações de significado, determinam, como as alterações phoneticas, a dialectação.

Com estranheza ou sem ella, têm razão os portuguezes em consideral-as um elemento de distincção entre a sua lingua e o idioma fallado entre nós.

A prova de que essas modificações determinam a formação dos dialectos, dá-nos o proprio Pacheco Junior quando, para justificar-as, exemplifica com as modificações soffridas no portuguez pelo latim. Não é esta uma das razões, e a principal, porque assim o digamos, que fizeram da lingua portugueza um dialecto do latim?

Quanto ao facto de achar natural que tambem tenham ellas se produzido na evolução do portuguez, nada impede que essas modificações dentro da propria lingua sejam consideradas como um phenomeno de dialectação. Era a isso que, justamente de referencia ao idioma portuguez, Contador d'Argote chamava *dialectação no tempo*. (55)

Exemplificando com a alteração que na lingua portugueza soffreu a palavra *peão*, diz Pacheco Junior que todas essas modificações têm a sua explicação; "houve sempre uma causa que as determinaram".

Mas com ser verdade essa affirmativa, que não é só relativa á vida da linguagem, mas a toda ordem de phenomenos, pois todas as causas têm uma razão de ser ou, como dizia Leibnitz, uma *razão sufficiente*, não se segue que seja isso um argumento em contrario á dialectação, como si fosse possível não haver nas alterações dialectaes uma razão sufficiente que as explique. Não ha o que inferir do seu argumento contra a dialectação do portuguez entre nós. De modo que por

(55) J. Leite Vasconcellos. *Esquisse d'une Dialectogie Portugaise*, pagina 61.

elle não ficam impossibilitados os portuguezes de chamarem dialecto ao idioma falado no Brasil.

Não esqueceu Pacheco Junior o nosso vocabulario. E nelle, se quizesse vêr com os olhos do linguista, haveria de notar mais um elemento da differenciação da lingua portugueza, entre nós; da formação do nosso dialecto. Condemnando a censura dos philologos portuguezes no tocante ao nosso lexico, ainda uma vez invoca em nossa defesa as leis que presidem na vida e no desenvolvimento dos idiomas. E reconhece que mais do que o portuguez, se opulenta a nossa lingua com a contribuição africana, e “o commercio e o trato” com as republicas hespanholas da America e a enorme influencia do nosso indigena, e o immenso lexico da nossa flora e da nossa fauna.

“O facto de contar o nosso vocabulario, diz elle, milhares de termos, uns inteiramente desconhecidos em Portugal, outros sem curso legal por terem substituto de diversa origem já introduzido no fallar commum (e é força não esquecer os synonymos de radical diverso), será motivo tambem para espanto ou censura dos philologos *d’aquem e d’além mar?* Certamente que não, pois não ha quem desconheça as duas forças que tanto concorrem para o desenvolvimento das linguas, as quaes passam por varias phases evolutivas, transformam-se constantemente com as novas camadas sociaes. E o nosso repositorio de vocabulos mais se enriqueceu com o elemento africano que o portuguez” “mais com o commercio e trato com as republicas visinhas” “e, muitissimo com o elemento indigena”, “além de um sem conto de normas locaes, e dos que foram introduzidos na flora e na fauna”.

“A vida do campeiro e estancieiro introduziu, como era natural, nova terminologia e phraseologia propria:

“Não se limitam porém, essas desviações e implantações sómente ao vocabulario; estendem-se tambem á phraseologia, baseadas, em regra, como em todas as outras linguas, na metaphora e na analogia”. (56)

Em resumo: O pensamento nuclear do trabalho de Pacheco Junior é que todas as modificações, todas as diferenças entre a lingua fallada no Brasil e a de Portugal não resultam de alguma inferioridade da nossa parte. Todas são legitimas na existencia das linguas e se explicam pelas suas leis. E como a seu ver, *dialecto*, é forma inferior, corrupta. de uma lingua, não sendo a nossa linguagem inferior a dos portuguezes, não é dialecto, não ha pois, *dialecto brasileiro*.

Tivesse elle outro conceito de dialecto, o verdadeiro conceito em linguistica, e em face dos seus proprios argumentos e das suas observações, outra, inteiramente opposta, teria sido a sua conclusão.

E' de admirar, mas é certo que toda a sua argumentação repousa logicamente segundo se infere das suas proposições, no seguinte absurdo: No Brasil não ha dialecto porque todas essas modificações que se deram na lingua portugueza entre nós tem a sua razão de ser em factos naturaes á vida das linguas, e que as leis linguisticas formulam.

Dada a sua argumentação, para existir dialecto no Brasil, seria preciso que essas modificações não estivessem de accordo com leis da linguistica.

Eis no que vem a dar a doutrina da lição de Pacheco Junior.

SYLVIO ROMERO E AS TRANSFORMAÇÕES DA LÍNGUA PORTUGUEZA NA AMÉRICA

O idioma luzo-brasileiro. Independência da nossa língua. Não se confunde com a portuguesa. A questão do dialecto: Problema de critica, de linguística, e de ethnographia. Não ha língua mais correcta que outra. Um povo falla e traça como quer. As varias faces do problema. A denominação de dialecto brasileiro. Precipitação dos que sustentam a existencia do dialecto e tambem dos que a negam. Insufficiencia dos conhecimentos linguisticos de Sylvio. Dialecto "synonimo improprio de lingua", dialecto forma inferior. Se não temos um dialecto completamente accentuado, marchamos para tello. As particularidades phoneticas e syntacticas. Os brasileirismos. Purismo ridiculo. Provincianismos. O nosso lexico. Influencia do africano. As alterações phoneticas: A lei de Grimm. A syntaxe. A collocação dos pronomes. "Uma differença radicalissima". O estylo brasileiro. Geographia das palavras.

No seu estudo acerca da poesia popular entre nós, occupa-se tambem Sylvio Romero, com as transformações da lingua portugueza na America.

Nas paginas do seu trabalho, surge, de novo, a questão do dialecto brasileiro.

Máo grado a sua grande cultura e o seu forte senso critico, não teve elle a mão segura no destrinçar os aspectos verdadeiros da materia. Ha muito que reformar nos conceitos que emittiu acerca da nossa linguagem, do ponto de vista da sua dialectação.

Mas, comquanto não reconheça Sylvio a existencia de um dialecto brasileiro, não se enfileira entre aquelles que, de um modo absoluto, negam a independencia da nossa lingua, em face do portuguez da Europa. O *luso-brasileiro*, como denomina o nosso idioma, não se pôde confundir com a lingua de Portugal.

Fazendo a nossa bibliographia do assumpto escreveu acerca das "Transformações da lingua portugueza na America":

"E' incontestavel que a lingua portugueza tem passado por certas alterações e tem recebido alguns accrescimos no Brasil. Até que ponto tem se effectuado estes dois phenomenos, é cousa que se não pôde determinar de relance e é assumpto eivado de innumeradas difficuldades. Não existem, por emquanto, observações seguras e amplas e quasi nada de positivo possuímos neste sentido. Nossa litteratura é ainda muito pobre no assumpto. Um grande e deploravel abuso, diz elle, devemos desde logo assignalar; referimo-nos a certo e inveterado vicio de encarar esta questão por uma face subjectiva e partidaria de censuras e defesas incabidas.

E' assim que Alencar inflammava-se e dizia que o *genuino portuguez* é o do Brasil; é assim que o autor anonymo das duas brochuras que eitamos, (S. Romero quer se referir aos trabalhos de Paranhos da Silva) declara tambem, que nós é que conservamos a pureza da lingua deturpada em Portugal; que, por outro lado, alguns portuguezes proclamam que os brasileiros escrevem *horrores* contra a grammatica, no que são acompanhados pela immensa cohorte de todos aquelles que se julgam puristas, só porque vivem a arrotar que o são!... A questão não é de *ouro de lei* ou de *ouro francez*; não somos alchimistas, não procuramos a pedra philosophal, nem discutimos sobre a quadratura do circulo! A questão é de factos a colligir e a comprovar; é um problema de critica, de linguistica e de ethnographia, e não de *chicana*, queremos dizer, de *rhetorica* mesquinha...

Não ha uma lingua mais correcta que outra; porque não ha uma lingua typica, e no seu proprio desenvolvimento um mesmo idioma pôde ser mais ou menos opulento; porém nunca mais ou menos *correcto*.

Não se trata pois, de elogiar ou vituperar a linguagem de Portugal, ou a do Brasil. De resto, um povo fala e traça como quer e os pedantes da lingua se parecem com os pelintras da moda". (57).

O problema apresenta-se ao seu espirito sob a forma de varias interogações.

Indaga se o nosso idioma é um dialecto; se ha dialecto nas provincias brasileiras; quer saber quaes as palavras que adoptamos do tupy; que vocabulos foram tomados ás linguas africanas; que palavras creou o mestiço; se ha modificações lexicologicas; se ha phoneticas; se ha syntaticas.

Pensa que no momento só era possivel formular respostas provisórias, opiniões precarias.

Sem razão, acredita Sylvio que foi Alencar o primeiro entre todos a denominar *dialecto* a nossa lingua. Crê tambem que em Portugal cabe a Theophilo Braga a primasia.

Julga Sylvio que dahi em deante se enraizou o vézo de chamar-se *dialecto brasileiro* ao nosso idioma.

Quando tratarmos da philologia portuguesa, faremos ver que, desde 1725, a denominação que a grammatica portuguesa dava ao nosso português, era a de *dialecto*.

Chama a atenção Sylvio, para o facto de haver Macedo Soares accettato a denominação, e de si proprio diz que alguma vez deixou cahir da penna o alludido vocabulo. Observa que Paranhos da Silva e Pacheco Junior se oppuzeram decididamente a aquelle terno.

Considera, entretanto, que esses ultimos não atinaram com verdadeiro sentido em que o termo havia sido empregado. Julgaram ambos, indevidamente, dialecto como forma inferior e deturpada de um idioma.

No seu entender não foi no sentido da deturpação da lingua que haviam empregado os escriptores o vocabulo de *dialecto*.

(57) Sylvio Romero — A Poesia Popular no Brasil. pg. 208 a 210. (Revista Brasileira, tomo VI, Ed. Midozi.

Acredita, porém, que, no caso, ha erro, tanto da parte dos que sustentam a existencia do dialecto brasileiro como dos que apressadamente o negam. (58)

Mas, ao cabo das contas, Sylvio nega tambem a existencia do dialecto.

No sentido de demonstrar a condição precaria deste dialecto, emprehende uma analyse do conceito, que considera sob tres accepções distinctas (59). Mas não ha na sua critica uma visão clara e scientifica do problema e da realidade linguistica em nossa terra. E assim conclue por negar a existencia do dialecto brasileiro, enumerando como inexistentes as qualidades principaes que justamente concorrem para differenciar a nossa lingua do idioma dos portuguezes.

O vocabulo dialecto, diz elle, tem tres accepções, distinctas:

- a) synonymo improprio de lingua e idioma em geral;
- b) forma inferior de uma lingua;
- c) subdivisão de um idioma.

Como synonymo de lingua ou idioma, não ha para elle um dialecto brasileiro, distincto do dialecto portuguez. A lingua é uma só no Brasil e em Portugal, temos um dialecto commum.

No sentido de fórma inferior de uma lingua, não ha, na sua opinião, tambem entre nós nenhum dialecto. O fallar brasileiro não é uma deturpação.

Na accepção de subdivisão de um idioma, que é, ao seu ver, a verdadeira, si já não temos, disse, "um dialecto completamente accentuado, marchamos para tel-o". Mas no sentido tecnico do termo não temos ainda um dialecto, porque não ha "uma sub-divisão accentuadissima da lingua, com particularidades especiaes, quer phoneticas, quer syntaticas, e com locuções peculiares e inintelligiveis, para aquelles que fallam dialectos do mesmo tronco". E "não é esse o nosso caso".

Custa crer que um espirito tão eminentemente critico e observador, como Sylvio, não percebesse que precisamente o que se dá entre nós é a existencia de uma linguagem, com

(58) Sylvio Romero — A Poesia Popular no Brasil, cap. VIII, pg. 210. Revista Brasileira, tomo VI.

(59) Sylvio Romero. Op. cit., pg. 211.

aquellas particularidades de ordem phonetica, syntactica, ás quaes podemos juntar, accrescentar, as do vocabulario, não só no lexico, como de referencia á diversidade de significado da mesma palavra aqui e no portuguez, não faltando tambem em alguns casos aquella condição de inintelligibilidade, entre um portuguez e um brasileiro.

Mas o seu conceito vago de dialecto impediu que elle observasse com exactidão a realidade.

Analysemos o seu pensamento.

Não ha impropriedade, como elle suppõe, em considerar a palavra dialecto como synonymo de lingua. Ao contrario, sob o prisma da linguistica a synonymia é perfeita. Nas suas lições insiste esta sciencia em esclarecer que, do seu ponto de vista, a *entidade linguistica* é o *dialecto*. São muito conhecidas as paginas de Whitney acerca da indentidade de ambos os conceitos.

Não está, outrosim, com a razão, Sylvio, quando considera o dialecto como deturpação das linguas. Esse ponto de vista da corrupção da lingua na sua dialectação é cousa para *grammaticos*, o linguista não tem aquelle vocabulo no seu dicionario. Para o linguista não ha lingua superior nem inferior. E' uma sciencia de juizos de factos da linguagem e não de juizos de valor, como a arte da grammatica.

E' verdade que Sylvio nega á nossa linguagem a qualidade de um dialecto nesse sentido, porque não é uma forma inferior ou deturpação da lingua portugueza entre nós, mas a defesa envolve a admissão do conceito erroneo, em linguistica. Se a linguagem no Brasil offerecesse taes ou quaes caracteristicas, que, no seu criterio, constituem uma *deturpação*, elle a inscreveria entre os dialectos.

Quanto á ultima das tres acepções, não foi tambem mais feliz o nosso autor. Para negar á nossa linguagem o character de dialecto, á maneira de uma subdivisão de um idioma, teve de recorrer áquella exigencia singular de uma qualidade levada ao seu superlativo. No seu entender sómente no caso de "uma subdivisão *accentuadissima* da lingua" poderiamos acceitar a denominação de dialecto "no sentido technico do termo".

Mas que poderá significar em sciencia aquelle superlativo? Nelle é que ha excesso de rigor. Mas exigirá, porventura,

a linguística o rigor de um superlativo para classificar como dialecto uma subdivisão dos idomas? Pleiteará a sciencia das linguas um tão alto gráo de accentuação? Não; de maneira alguma. E' o que nos responderá a propria dialectologia portugueza.

Estendamos a vista por uma carta dialectologica de Portugal, e nella encontraremos a resposta completa para a nossa indagação. Não está nella o dialecto interammense? o transmontano? o beirão? o meridional? Porventura haverá nessas subdivisões que os linguistas portuguezes fazem do idioma na sua patria, uma subdivisão *accentuadissima*? Haverá tambem entre as gentes das differentes regiões dialectaes aquella *inintelligibilidade* que Sylvio achava necessaria? — Não se entenderão, por acaso, os de Entre Douro e Minho e os da Beira? Não se entenderão os portuguezes das differentes regiões de Portugal? Serão de tal modo accentuadissimas as differenças, entre a phonologia, a morphologia, e a syntaxe nos dialectos portuguezes continentaes, como requer o conceito de Sylvio Romero? Não são tamanhas. Não deixam por isso de constituir uma só lingua, a lingua portugueza. Estudemos as paginas de Leite de Vasconcellos na sua "Esquisse d'une dialectologie Portugaise", e nellas veremos que o grande philologo portuguez não achou necessario empregar o superlativo que Sylvio teve de lançar mão para negar a existencia do *dialecto brasileiro*. As pequenas variações da grammatica e do vocabulario, nas differentes regiões de Portugal, foram bastantes para que o illustre glotologo portuguez, escrevesse o seu maginifico estudo acerca dos dialectos na sua patria.

A verdade tambem é que, para a dialectação de um idioma, não se faz mister a condição da intelligibilidade. A sciencia que é um estudo rigoroso nos seus methodos e nos seus criterios, por isso mesmo, por definição, não pratica, não acceita, nem legitima excessos. E' com o seu *metron* rigorosamente exacto, sem excesso, que mede as suas noções, os seus conceitos e as suas leis. Os juizos de Sylvio Romero nessa questão da existencia do dialecto brasileiro não se coadunam com o espirito scientifico. Peccam e se insurgem contra elle.

Mas o que faz subir de ponto a nossa estranheza, é vermos Sylvio Romero desconhecer, ou melhor, negar “as particularidades especiaes, quer phoneticas, quer syntaticas”, e as locuções peculiares e inintelligiveis para aquelles que fallam outros dialectos do mesmo tronco”. O que nos admira sobremaneira é dizer Sylvio que “não é este o nosso caso”.

Se elle se referisse tão sómente á lingua litteraria, — que no trecho apparece sob a denominação de lingua escripta, cousa que em boa linguistica se não confunde mais, — bem poderiamos acceitar a sua negação quanto a existir entre a nossa lingua e a lingua portugueza aquellas differenças, porque a lingua litteraria em que os nossos mais reputados homens de letras escreviam, e muitos ainda, com grande esforço, escrevem, é uma linguagem artificial, cópia da linguagem dos clasicos portuguezes. Mas Sylvio não se limitou á lingua litteraria, negou tambem existissem “particularidades especiaes”, de ordem phonetica, de ordem syntaxica e locuções peculiares inintelligiveis”, na propria lingua fallada no Brasil.

Decididamente, está ahi uma das consequencias daquelle anti-scientifico superlativo com que viu o assumpto. Si elle não tivesse adoptado tão estranho criterio, teria reconhecido não só essas differenças entre a nossa lingua e a de Portugal, como tambem ter-se-ia convencido da existencia de um *dialecto brasileiro*, em função dessas mesmas differenças.

Sómente com os excessos de um *superlativo*, ao sabor de quem julga, é possivel negar que a lingua fallada, entre nós, pelo povo, seja inintelligivel para o *povo* portuguez. Com grande admiração haveriamos de vêr entenderem-se um natural de Tras-os-Montes, do Minho ou do Algarve, e um caipira ou um jagunço dos sertões brasileiros. Quando não fossem as differenças do vocabulario, e de syntaxe, bastaria nos mesmos vocabulos o abysmo da pronuncia, para tornar incomprehensivel o dialogo entre elles.

Se os nossos philologos houvessem estudado a nossa lingua fallada, com o mesmo criterio scientifico e os mesmos methodos linguisticos com que os portuguezes estudaram a sua lingua, das suas indagações resultaria a verdade clara e irre-

torquível de que temos diferenças idiomáticas, próprias, inconfundíveis com as particularidades phoneticas lexicas, syntacticas, *portuguezas*.

Mas a linguistica, a philologia, entre nós reputada da boa gemma, não têm constituido senão um triste exercicio de copia dos trabalhos portuguezes.

Hoje, felizmente, já começam a apparecer novos trabalhos, prossequindo naquella direcção que Alencar inaugurou, e dentro da qual Paranhos Silva nos deu os seus notaveis estudos.

Concorda Sylvio que não é possivel deixar de haver formação de dialectos, quando, ao passar de um paiz para outro experimenta um idioma, modificações, enriquecimento do vocabulario, tal como succede com o inglez na Inglaterra e na Irlanda e com o francez na França e na Belgica.

Julga, porém, que com relação ao idioma de Portugal não acontece o mesmo no Brasil, apesar de reconhecer que aqui o enriquecemos com um novo vocabulario, devido á influencia dos idiomas indigenas e africanos. Mas considera os nossos brasileirismos como protoplasma apenas de "um futuro dialecto", dado que atravez delles irá a lingua portugueza perdendo aqui os traços caracteristicos da sua feição.

Pensa que é falsear a realidade affirmar-se a existencia de um dialecto, mas tambem que é pretender negar uma evidencia desconhecer que ha na nossa linguagem os elementos sufficientes para que se realize a transformação que acha "*necessaria e indispensavel*" do idioma portuguez entre nós.

Na sua opinião, as diferenças já existentes, a particular feição que o idioma aqui adquiriu, são pelo menos bastantes para tornar ridicula a preocupação de *purismo*.

Em seguida, discorre Sylvio sobre a existencia, entre nós, de variedades regionaes capazes de constituir sub-dialectos.

Se compararmos, pensava elle, o "portuguez-brasileiro", a nossa lingua commum, com a linguagem das nossas diferentes regiões não ha por onde sustentar a existencia daquelles. (60)

(60) Sylvio. Op. cit., pgs. 211 e 212, vol. VI da Revista Brasileira.

As diferenças de linguagem entre as provincias não constituem, ao seu parecer, sub-dialectos. Essas diferenças a que chama de "*dialectos particulares*", são para elle, apenas *provincianismos*.

E numa associação de idéas injustificavel, procura attribuir á sempre malfadada e monstruosa idéa do separatismo a opinião de que são claras e distinctas as dialectações da lingua no Brasil. Nada têm que vêr os conceitos e as observações da dialectologia, com o desgraçado sentimento dos que, máos brasileiros, pensem na desagregação da patria. O conceito de dialecto de Egger, que elle invoca para associar a dialectação á separação dos Estados, não corresponde aos principios da linguistica. (61)

E é firmado na lição de Egger que elle sustenta não posuirmos nem dialecto nem sub-dialectos.

Egger falla como grammatico, submete a linguagem a valores de correção e incorreção. Em linguistica, as cousas se passam inteiramente diversas.

Após essas considerações de ordem geral, entra Sylvio Romero a considerar o nosso lexico.

Enumera as palavras de origem indigena, africana e as de formação mestiça que opulentam o vocabulario trazido pelos colonos.

De inicio, reconhece que não é possivel fazer um rol completo dos vocabulos com que o tupy contribuiu. Como já havia feito Gonçalves Dias, invoca tambem o testemunho da nossa flora, da nossa fauna e da nossa geographia. E ao lado dos que colheu directamente, cita o lexico de Beaurepaire Rohan, em que ha mais de dois mil termos brasileiros, e os trabalhos de Macedo Soares.

Declara tambem que não incluiu na sua lista os vocabulos de origem indigena, empregados pelos escriptores, mas que não são de uso entre o povo.

Trata, tal como já o havia feito Pedra Branca, das alterações de sentido que alguns vocabulos portuguezes soffreram entre nós, tornando-se por essa fórma brasileirismos.

(61) Sylvio Romero. Op. cit., pg. 212.

“E’ impossivel — diz Sylvio — dar uma lista completa de todos os substantivos indigenas incorporados ao portuguez, para significar madeiras, pedras e animaes, como o é dar por inteiro o rol dos nomes de montanhas, regiões, rios e lagos... Elles são muitissimos e disto dão irrecusavel testemunho nossa zoologia, nossa botanica e nossa geographia, e basta só consultal-as. Ha tambem grande porção de termos, significando usos, costumes e industrias, que passaram para o nosso povo actual. Alguns verbos temos formado de raizes tupys. Quanto a estes, conhecemos já os colligidos por Couto de Magalhães, citados neste estudo, e que é inutil repetir”. Dos substantivos, dá uma lista de mais de quatro dezenas. (62)

Dos termos que suppõe de origem africana apresenta Sylvio uma collecção de mais de sete dezenas. (63).

“Juntamos aqui — diz elle — mais algumas palavras de formação mestiça, das quaes umas parecem ter raiz africana, outras raiz tupica; algumas são de origem castelhana, outras portuguezas desviadas de seu sentido primitivo”. (Ao todo, mais de cinco dezenas).

“Muitas outras palavras desta natureza existem no paiz; só apresentamos as que deixamos transcriptas, porque as colligimos, directamente. O Sr. general Beaurepaire Rohan, em um lexico, que prepara ha mais de trinta annos, de termos brasileiros, mostrou-nos mais de dois mil. Neste assumpto cremos que será a obra capital de nossa litteratura.

São tambem muito interessantes os escriptos do Sr. Dr. Macedo Soares sobre a materia, e fazemos votos para que sejam completados e publicados com brevidade. Nas tres listas de termos, que deixamos atraz transcriptos, é muito possivel, ou antes certo, que bastantes erros, quanto á sua origem, tenham escapado. E’ que o problema é difficil e não lhe podemos achar melhor solução por emquanto. Não incluímos, propositadamente, entre as palavras de origem tupica aquellas, que não sendo de fórma alguma usadas pelo

(62) Sylvio Romero. Op. cit., pg. 218.

(63) Op. cit., pg. 214, tom. cit.

povo, encontram-se apenas nas paginas dos nossos pretendidos poetas americanos. (64)

“Das modificações lexicologicas que a lingua portugueza tem soffrido na America — diz tambem Sylvio — algumas são consistentes em mudança de sentido das antigas palavras”.

Segue-se uma lista de exemplos, muitos dos quaes já se acham em Pedra Branca. (65)

Commentando o phenomeno do cruzamento das linguas tupy e portugueza no Brasil, estudado por Couto de Magalhães, após attestar a exactidão das observações, no particular, daquelle indianista, accrescentou Sylvio Romero as que notou com relação ao mesmo phenomeno, no que diz respeito ao africano.

Na sua pagina assignala que “não é só o tupy que vae transformando a lingua portugueza; são tambem muitos idiomas africanos falados no Brasil ha tres seculos.

“Eu colligi tambem”, diz Sylvio, “provas disso, não só em uma multidão de termos africanos que nos passaram para a lingua popular, como em canções em que ainda uma lingua africana é empregada ao lado do portuguez. Ex.:

Você gosta de mim?!
 Eu gosto de você...
 Si papai consentir
 Oh! meu bem,
 Eu caso com você...
Alê, alê, alê, alê
E calunga mussanga
Mussanga ê!...

Si me dá de vestir,
 Si me dá de comer,
 Si me paga a casa,
 Oh!, meu bem,

Vou morar com você...
Alê, alê, alê, alê,
E calunga mussanga,
Mussanga ê...”

(64) Op. cit., pg. 216, tom. cit.

(62) Sylvio Romero. Op. cit., vol. VI, pg. 213.

Nestas duas estrophes o estylo, a intuição, as idéas são de inspiração africana, e o ritornello é evidentemente estropiação de termos da Africa." (66)

Em seguida á consideração dos factos de ordem lexica, volve Sylvio Romero a sua attenção para a phonologia brasileira.

"Passemos ás alterações phoneticas.

Existem bastantes, mas ainda não marcadas systematicamente, segundo a lei de Grimm.

Quando por esta lei se produzirem ellas invariavelmente, o luso-brasileiro constituirá um dialecto do portuguez europeu." (67)

Ao seu entender, pois, do ponto de vista phonetico não ha tambem um dialecto brasileiro. As alterações phoneticas existentes não bastam para constituir uma dialectação. Não são em pequeno numero; mas, para elle, não preenchem as necessarias condições, segundo a lei de Grimm. No dia em que obedecerem de modo uniforme a essa lei, teremos um dialecto.

E' de estranhar uma opinião de tal ordem na penna de um espirito como Sylvio Romero. Não é dos methodos positivos da sciencia subordinar os factos ás leis. Estas é que têm de estar de accôrdo com os factos e não elles com ellas. Em phrase feita, na linguagem scientifica se costuma dizer que tal phenomeno obedece a tal lei. Mas o homem de sciencia que emprega esta expressão, sabe o que quer dizer com isso. Na verdade diz-se os factos *obedecem* á lei, como se diz que o sol nasce e se deita no horizonte. A lei não é alguma coisa extrinseca aos factos que os obrigue a ser deste ou daquelle modo. Ao contrario, o modo de ser dos factos é que dá origem á lei. Lei é a uniformidade dosphenomenos (Spencer), é a similhança dos factos (Ardigó), é uma relação constante entre phenomenos (Poincaré). Uma associação de idéas entre a lei no sentido juridico e a lei natural, que da primeira tomou o termo, levou a crear-se a alludida expressão, que não tem

(66) Sylvio. Op. cit., pg. 221, vol. V. Revista Brasileira. Ed. Midosi.

(67) Op. cit., vol. VI, pgs. 217 e 218.

valor scientifico. Assim não. atinamos porque as grandes alterações phoneticas da lingua portugueza em nossa terra, alterações, que unanimamente reconhecem portuguezes e brasileiros, não são sufficientes, ou melhor, para dizer no mesmo rumo de pensamento de Sylvio, não são *legitimas*, porque não estão de accôrdo com a lei de Grimm. Mas a que lei de Grimm se refere o autor? Naturalmente á lei que o dinamarquez Erasmo Rask descobriu e Grimm mais tarde formulou, a chamada lei de *rotação phonetica*. Mas que diz esta lei:

• Ouçamos um mestre. Giacomo de Gregorio, no seu *Manual da Sciencia da Linguagem* escreveu ácerca da lei de Grimm o seguinte:

“Na sua colossal *Grammatica Aleman*, cujo primeiro volume sahiu em 1819, e o ultimo em 1837, procura elle descobrir, pelo confronto das bases historicas e ethnicas, as leis evolutivas de cada som ou das letras, desde a lingua-mãe germanica até os dialectos falados. E, assim, teve o merito de fazer notar a importancia das mutações phoneticas dos elementos dos vocabulos.

Foi elle quem primeiro formulou a *lei de rotação dos sons*, que delle tirou o nome, mas que tinha sido descoberta pelo dinamarquez Erasmo Rask.

Rask e Grimm estabeleceram o facto geral de que as mudanças phoneticas estão subordinadas a certas normas, e de que ha uma segura relação historica entre os sons do allemão e os das linguas classicas.

A lei de rotação é a seguinte:

Nas linguas classicas, no sanscrito, no grego, no latim, as consoantes mudas, em geral, conservam o mesmo gráo que tinham no protoariano, isto é, as ténues conservam-se ténues, e as médias, médias. Quando se separou o primeiro tronco germanico, deu-se a primeira evolução, no sentido que as ténues se tornavam aspiradas as médias ténues, e às aspiradas médias.

Quando o tronco germanico se repartiu em varios ramos, e para varias regiões, aquella primeira evolução manteve-se firme no góthico, no nordico (nordico antigo, irlandês, sueco, dinamarquês), no baixo allemão ou setentrional, com os seus

dois ramos, o frisico e o saxão (anglo-saxão e depois inglês, antigo saxão e depois hollandês), e nos modernos dialectos baixo-allemaes ou *plattdeutsch*. Mas o alto-allemao passou por outra evolução, mudando a aspirada do tronco germanico, (proveniente de uma ténue primitiva), em média; a ténue (proveniente da média), em aspirada; e a média, (proveniente de uma aspirada), em ténue". (68)

Esta é a lei de Grimm. Nella mesma encontramos a confirmação do quanto dissemos acerca do conceito de lei natural. Que é a lei de Grimm senão a formula da observação de uma relação constante, entre factos, ou da sua uniformidade, ou similitude? A lei de Grimm nada mais é do que o facto das consoantes, na primeira phase, no sanscrito, no grego e no latim, em relação ao protoariano, terem conservado o mesmo gráo: as *tenues*, mantiveram-se *tenues*; as *médias*, permaneceram *médias*; na segunda phase, quando o primeiro tronco germanico se separou, as *tenues* tornaram-se *aspiradas*; as *médias*, *tenues*; as *aspiradas*, *médias*, e mais tarde quando o tronco germanico se dividiu em diversos ramos e por diversas regiões, a mesma relação foi conservada, porém, no alto-allemao, as cousas se passaram de modo differente; as *aspiradas oriundas das tenues*, converteram-se em *médias*; as *tenues nascidas das médias*, transformaram-se em *aspiradas*; e as *médias providas das aspiradas* passaram a ser *tenues*. São estes factos a lei de Grimm.

Façam o mesmo os philologos, os glottologos brasileiros, observem a relação constante, a uniformidade, a similitude que os phenomenos phoneticos apresentam entre nós e formulem as leis a que elles *obedecem*. Observem os factos phoneticos na lingua brasileira, verifiquem qual a constancia, a uniformidade, e a similitude delles, e redijam a lei. Mas o que não é possivel, é desprezar as grandes alterações phoneticas que a lingua manifesta em confronto com o portuguez, e dizer apenas que não ha dialecto porque estas alterações não estão de accordo com a lei de Grimm.

(68) Op. cit., pgs. 74 e 75 — Trad. Candido de Figueiredo.

Tratando a diferenciação da lingua portugueza no Brasil escreveu, quanto ás alterações phoneticas, Eduardo Carlos Pereira:

“Na prosodia ou orthoepia notam-se as seguintes divergencias:

a) as vogaes breves pretonicas são breves aqui e brevíssimas ou antes ellididas em Portugal. Aqui dizemos: *vêrão*, *mênino pêqueno*, *pêlotão*, *sôbrado*, *inquilino*, *quêrer*, *reformatar*, lá se pronuncia em geral: *v'rão*, *m'nino*, *p'queno*, *p'lutão*, *s'brado*, *inc'lino*, *q'rer*, *r'furar*;

b) o *e* no diphtongo *ei* (em) e antes de *j*, *z*, *ch*, *lh*, *nh*, sôa em Portugal *â*: *peito* = *pâito*; *bem* = *bâi*; *pejo* — *pâjo*; *fecho* = *fâcho*; *espelho* = *espâlho*; *tenho* = *tânho*; *êa* sôa *êia*, *idéa* = *idêia*.

c) o *s* e o *z* no fim das syllabas soa *x* em Portugal: *pires* = *pirex*; *paz* = *pax*. (69)

Assim, de duas uma. Ou as nossas *alterações phoneticas* estão de accordo com a *lei de Grimm*, ou não estão. Na primeira hypothese não ha o que observar. A lei de Grimm *rege* as nossas *alterações phoneticas*. Ha dialecto de conformidade com a exigencia de Sylvio. Na segunda hypothese, isto é, se as nossas *alterações phoneticas* não se processam segundo a lei de Grimm, — e esta é a opinião de Sylvio, — só **uma**, unica, conclusão se impõe: Ha alterações phoneticas que não *seguem* a lei de Grimm. Por outras palavras: ou a lei de Grimm tem um valor universal e as nossas *alterações phoneticas* estão de accordo com ellas, ou as nossas *alterações phoneticas* não estão de accordo com a lei de Grimm, e, por consequencia, ella não tem um valor universal. Fóra dahi, é impossivel concluir. O que não podemos negar, são as nossas *alterações phoneticas*. Ellas se impõem com a soberania invencivel dos *factos*.

Ao discorrer acerca das nossas alterações phoneticas começa Sylvio por citar as observações dos escriptores que o precederam. São invocados os reparos de Baptista Caetano, os de Pacheco Junior, os de Alencar, os de Paranhos da Silva, e Varnhagen.

(69) Gramm. Expositiva, pg. 411, e Gramm. Hist. pg. 193).

Quanto ao de Baptista Caetano, de referencia á queda de uma ou mais letras no fim dos vocabulos, tal como a queda do *r*, aceita Sylvio a explicação que aquelle dá, considerando-a “um cacote herdado dos indios e desconhecido aos portuguezes”.

Já vimos, ao tratar dos trabalhos de Baptista Caetano, como o phenomeno é perfeitamente conhecido em Portugal, e tambem habitualmente praticado no Alentejo, Concelho de Barrancos.

Toda razão tem para Sylvio o que disse Pacheco Junior, quanto á nossa pronuncia com o seu *a* prosthetico, a metathese do *r*, a troca do *l* pelo *r*, a vogal *o* com o som de *u*, o *e* com o de *i*; o fazer *tonicas* syllabas subordinadas, a apocope do *r*, a queda do *lh*, a substituição do *a* pelo *e* nos preteritos da primeira conjugação.

Entre os portuguezes é tambem conhecida a troca do *l* deante de uma consoante, pelo *r*, como se vê na “Esquisse d'une Dialectologie Portuguaise,” de Leite de Vasconcellos.

• Lembra Sylvio que o romancista de Iracema havia observado o habito de darmos ao *e* final o som de *i* e o de *u* a vogal *o*, emquanto que em Portugal o *e* nos tryssilabos, é transformado em *i* ou tem um som mudo que praticamente equivale na pronuncia á sua queda. Recorda tambem o reparo feito quanto á nasalização do *gn*, como fazem os portuguezes, em divergencia comnosco que destacamos inteiramente ambas as letras.

Nos trabalhos de Paranhos da Silva encontra Sylvio larga messe de observações acerca da nossa phonologia, comparada com a portugueza. Não aceita integralmente as theorias do autor d'*O Idioma do Hodierno Portugal comparado com o do Brasil*, mas reconhece que “a parte pratica do livro é boa” e ha nelle “fino tacto de analyse”. As observações “são verdadeiras em sua generalidade, ainda que não bastante fixas e seguidas por todos quer no Brasil quer em Portugal”.

As observações feitas por esses escriptores, ajuntou Sylvio algumas outras por elle proprio apuradas.

“Temos notado”, diz elle, “que o nosso povo costuma introduzir uma vogal entre as duas consoantes que formam a

primeira syllaba em certas palavras, dizendo: *fulor* ou *fulô* em lugar de *flôr*; *Culaudio* em vez de *Claudio*; *Quelemencia* por *Clemencia*. Usa muito da terminação *ia* em lugar de *a*; como *differencia* e *desgracia* por *diferença* e *desgraça*.

A mudança do *a* e do *o* em *e*; ex.: *trage*, *bride*, *adiente*, *vêntage*, por *trajo*, *brida*, *adiante*, *vantagem*. Não é só o *r* final que o povo suprime; o mesmo faz com qualquer outra consoante; ex.: *home*, *corage*, *virginá*, *generá*, por *homem*, *co-ragem*, *virginal*, *general*.

“Notamos, porém, que o nosso povo emprega, posto que raramente, o *x* archaico por *s*, como *dixe* por *disse*. Ainda mais raro é o emprego do *x* por *g*, que elle emprega, talvez sómente na exclamação: *ô chente!* ou *ô xente!* por *oh gente!*” (70).

São estas apenas as observações pessoas de Sylvio.

Após o aspecto phonetico, entra a dissertar sobre a syntaxe. Nesta, julga que não temos tambem “observações amplas”. Nesta materia ennumera as de Alencar, Manoel de Mello, Baptista Caetano, Paranhos da Silva, J. Feliciano de Castilho, Teixeira de Mello, Arthur Barreiros, Fernandes Pinheiro Junior, Capistrano de Abreu.

De Alencar cita “a singularidade dos augmentativos em *ama*, como *poeirama*, *oirama*, e o abuso dos diminutivos”. Transcreve a critica de Manoel de Mello, demonstrando que os diminutivos dos gerundios e participios presentes não são peculiares apenas á nossa linguagem, como acreditou Alencar. mas são usados tambem na Galliza, Hespanha e Portugal.

A proposito escreveu Sylvio: “Vê-se que nas republicas hespanholas dá-se um trabalho lento de transformação da lingua castellhana, como acontece com a portugueza. Os diminutivos dos participios, que existem em pequena escala em Hespanha e Portugal, são abundantissimos em Venezuela e Brasil, os dous paizes da America do Sul onde existiu maior população africana. Por certo não foram os negros que in-

(70) Sylvio. A Poesia Popular no Brasil, pg. 219. Tomo VI. Revista Brasileira. Ed. Midosi.

ventaram os diminutivos, que já existiam em todas as linguas da Europa.

Deve-se-lhes, porém, o abuso que temos dessa formula grammatical. Nós abusamos tanto que temos até diminutivos de diminutivos, como: *bonitinho* e *bonitinhosinho*".

Allude ainda Sylvio ao facto de haver Alencar insistido na differença entre a nossa lingua e a de Portugal, "quanto ao uso das preposições *a* e *em*, e do artigo definido *o* e *a* em logar do possessivo *meu*, *teu*".

De Baptista Caetano, affirma ser "justissima" a observação que fez da tendencia que tem os portuguezes "a confundir o pronome reciproco com o relativo", quando nós, os brasileiros, distinguimos o relativo do reciproco, o que attribue a influencia da *lingua geral*, onde a differença é fundamental. Quanto ao emprego do possessivo *seu*, *sua*, dirigindo-se á segunda pessoa, accrescentados do relativo *delle*, *della*, discorda Sylvio, dizendo: "O uso pleonastico do *delle*, *della*, depois de um *seu*, *sua*, é sempre referente a uma terceira pessoa ausente e não áquella com quem se falla.

Não é geral no Brasil e ao contrario mui pouco usado.

Nosso modo de fallar com alguem é sempre na terceira pessoa: *V. Ex.*, *V. S.*, *V. Mcê*, *vosmecê*, *você*, *mecê*, *o Senhor*, etc., conforme a posição do individuo com quem se falla ou o gráo de familiaridade que se tem com o interlocutor. O tratamento na segunda do singular é dirigido aos escravos, aos famulos, dos paes aos filhos...

Tambem é usada na linguagem familiar, terna e amorosa; mas está muito longe de ser costume exclusivo de S. Paulo; (como pensava Baptista Caetano), é commum ao Brasil inteiro". (71)

Chama Sylvio tambem a attenção para o facto de que "em certas classes do povo", entre nós, "é vulgar o emprego de *que* em logar da conjunção *si*. Dizem: *eu não sei que elle veio*, em logar de *eu não sei si elle veio*". (72)

Quanto ás observações de Paranhos da Silva com relação ao emprego do pronome reflexo, de referencia á pessoa com

quem se falla, tal como fazem os portuguezes, diz Sylvio: “No Brasil é realmente sem emprego este disparate da linguagem fallada em Portugal. Só ùm ou outro luso-maniaco, que descobre *limpeza* e *purismo* em todo e qualquer droga em materia de linguagem que nos envia o reino, é que usa desse fallar censuravel.” (73)

Continuando as suas citações de Paranhos da Silva, nota Sylvio, como “bem deduzidas”, as que se referem á syntaxe dos pronomes possessivos e aos pronomes obliquos.

Ahi apparece, de novo, a famigerada questão da collocação dos pronomes.

Após referir que o assumpto foi tratado por J. Feliciano de Castilho, Teixeira de Mello, Arthur Barreiros e Fernandes Pinheiro Junior, escreve Sylvio Momero:

“Todos estes autores, levados pela religião do *purismo*, religião intolerante como outra qualquer, fazem censuras ao nosso modo popular de usar os pronomes.

Nada temos que vêr com o *purismo* num estudo da ordem deste; indicamos o facto pratico, positivo e nada mais. *Julgamos entretanto justo e racional* o que a respeito deste ponto escreveu o Dr. Paranhos da Silva, em resposta ao Sr. Barreiros”. (74)

São acertadas tambem, para Sylvio, as observações de Paranhos da Silva quanto á syntaxe do verbo *estar* em moda entre os portuguezes, assim como a differença do emprego da proposição *a* e *em* entre nós e em Portugal.

De Capistrano de Abreu transcreve Sylvio as seguintes observações:

“Parece-nos que os brasileiros têm perdido alguns suffixos, tanto para construcção dos substantivos, como para a dos adjectivos. Ha dous tempos dos verbos que, na linguagem fallada, quasi totalmente, desapareceram — o mais que perfeito simples e o futuro do indicativo. A perda deste ultimo tempo já tem sido observada por differentes professores, que tentando ensinar a grammatica de um modo pratico, vêm-se em sérias difficuldades para conseguir que os meninos

(73) Op. cit., pg. 316, Rev. Bras., tom. VI, Ed. Midozi.

(74) Op. cit., pg. 441.

tenham uma noção clara da differença que existe entre o presente e o futuro. A causa desta perda pôde ser a tendencia *analytica* das linguas modernas, que no Brasil encontrou uma causa de reforço na incorporação dos Tupinambás e Africanos, ignorantes da significação dos affixos e do alcance dos radicaes. A mesma tendencia *analytica* explica ainda uma outra modificação em nosso fallar; os verbos concretos e particulares muitas vezes são substituidos por verbos mais geraes, acompanhados de substantivos. Isto é sobretudo sensível na linguagem familiar". (75)

E prossegue Sylvio:

"São estas tres modificações soffridas pelo luso-brasileiro: perda de suffixos, perda do futuro simples do indicativo e do mais que perfeito simples, e uso de verbos geraes acompanhados de substantivos, assignaladas por *Capistrano de Abreu* sem duvida com justos motivos; mas é penoso que não haja exemplificado os tres casos. Quanto á segunda, nos parece exacta; quasi nunca dizemos — *eu amára então; eu irei, quando me mandar*, e sim — *eu amei então; eu vou, quando me mandar*.

Por nossa parte, diremos que tambem trocamos commumente o presente do indicativo pelo imperfeito, e o futuro condicional pelo presente indicativo: — *os outros já foram; eu queria ir tambem se meu pae deixa*, por — *os outros já foram; eu quero ir tambem, si meu pae deixar*". (76) -

Ao cabo das suas analyses reconhece Sylvio haver discutido pelo alto o questionario atravez do qual tinha encarado o assumpto. Julga que o seu estudo é imperfeito, precario. mas acredita ter dado ordem ás questões particulares que a adaptação da lingua portugueza no Brasil torna principaes. Pede Sylvio aos especialistas que digam a palavra da sciencia acerca dos problemas que elle apenas delineou.

Mas, antes de finalizar chama a attenção para uma grande differença entre o portuguez e a lingua fallada no

(75) Sylvio Romero. Op. cit., pg. 442, vol. VI.

(76) Sylvio Romero. Op. cit. pg. 443, vol. VI.

Brasil — a que nasce com os proprios orgãos da falla, e torna inconfundivel a linguagem de um portuguez e de um brasileiro.

Se um portuguez fallar com todos os nossos idiotismos ninguém lhe desconhecerá a nacionalidade.

Como observou Paranhos da Silva e já o haviam declarado Gonçalves Dias e José de Alencar, sustenta Sylvio que não podem ser os mesmos o estylo brasileiro e o estylo portuguez.

Discordando de Varnhagen e de Paranhos da Silva, que as explicavam pela influencia dos hespanhóes, entende Sylvio que as differenças de pronuncia e de estylo devem ser motivadas por varios e muitos factores, entre os quaes contava “como os mais energicos, a acção mesologica e a mescla de raças diversas.” (77)

Encerrando o seu capitulo acerca das transformações da lingua portugueza na America tratou ligeiramente Sylvio Romero da geographia linguistica. Ao seu grande espirito não passou despercebido esse importante ponto de vista. Assim escreveu: “Haveria alguma cousa a dizer sobre a *geographia das palavras*; mas possuímos por emquanto poucos documentos. Daremos aqui alguns exemplos, deixando a outros a tarefa de os multiplicar: *mangerioba* é em Pernambuco o mesmo que *fedegoso* em Sergipe; *fedegoso* em Pernambuco é o mesmo que a *crista de gallo* em Sergipe. A *herva de Santa Maria* de Sergipe é o *pega pintos* de Pernambuco. *Tapioca* em Sergipe é o mesmo que *polvilho* do Rio de Janeiro; *gomma* em Pernambuco é o *polvilho* do Rio, e em Sergipe é a *tapioca* posta na agua fervendo para se metter a roupa para engommar. *Sernamby* que no Ceará é, segundo Capistrano de Abreu, uma gomma elastica, e no Pará, segundo Barbosa Rodrigues, é o *sambaqui*, é em Sergipe uma concha, que lá chamamos mais geralmente *sarnamby*, palavra esta, que em accepção pejorativa, tem o mesmo significado que entre nós tabaco em egual sentido. *Parar* em São Paulo é *ficar demorado num ponto, pousar, passar dias num logar*: no resto do

(77) Op. cit., pg. 444.

Brasil é *cessar o movimento* e não é synonymo de *pousar*. *Rancho* no norte é um pouso em caminho, noutras provincias é a *ração do soldado*". (78)

Houvesse elle prosseguido essa indagação de geographia linguistica, e certamente teria chegado ao estudo dos nossos sub-dialectos como depois o fizeram outros escriptores e philologos brasileiros.

Em resumo:

Máo grado tantas divergencias de ordem lexica, de ordem phonetica, e de ordem syntactica, entende Sylvio Romero que não ha um dialecto brasileiro. E comquanto tenha louvado a Alencar, quando proclamou o "direito que temos de pensar e escrever a nosso modo transformando a lingua", e rompeu contra a "sujeição brasileira" ao "culto do pretendido classicismo", julgando que elle "só teve o defeito de ser ainda um pouco timido, procurando justificar nossas insubordinações contra os velhos preceitos linguisticos do reino", com espanto nosso, escreve que, unicamente, no dia em que as nossas alterações phoneticas seguirem invariavelmente a *lei de Grimm*, é que haverá um dialecto brasileiro!

Aos nossos *sub-dialectos* chama de *provincianismos*, e de nada valem, quanto á differenciação dialectal, nem o extraordinario augmento que demos ao lexico, com o vocabulario tupy, o africano, e os termos de origem mestiça; nem as alterações phoneticas e syntacticas.

Criticando o proprio trabalho, pediu Sylvio, como vimos, que viessem os especialistas para dar aos problemas a resposta segura que exigem.

Os philologos portuguezes deram-na insuspeita. Classificaram a lingua portugueza do Brasil um *dialecto portuguez*. E, como adeante veremos, o seu mais eminente profissional, Leite de Vasconcellos, tres annos após, em 1883, firmado em trabalho do proprio Sylvio Romero, publicava no Porto a sua monographia — *O Dialecto Brasileiro*.

(78) Cit. tom. VI, pg. 445.

Eis aqui alguns dos mais antigos, dos mais curiosos aspectos historicos da velha questão dos nossos direitos em materia de linguagem.

Elles se affirmam de maneira peremptoria nas palavras, nos argumentos, nas doutrinas, nas analyses, nas observações que acabamos de ver.

São ensinamentos dos mais summos espiritos da poesia e do romance em nossa terra, dos mais competentes na critica, na philologia, na ethnographia brasileiras.

A par da verdade scientifica vibra na ponta das suas pennas uma grande sentimento de brasilidade. Fulminam o triste absurdo da servidão do nosso idioma á lingua portugueza. Fundamentam solidamente os principios da soberania da nossa escripta litteraria, em harmonia com a nossa lingua fallada.

Sem preconceitos, ninguem haverá que não reconheça nas idéas, nos juizos, nas reflexões que por esses trabalhos se espalmam e alargam, o acerto, a segurança, a legitimidade, no que tange á independencia do povo Brasileiro, nas manifestações mais caracteristicas da sua expressão verbal.

CAPITULO II

O VOCABULARIO BRASILEIRO

Contribuição de inestimavel preço. — Milhares de vocabulos. — PE-REIRA CORUJA. COSTA RUBIM. — JOSE' VERISSIMO. — PAULINO NOGUEIRA. — MACEDO SOARES. — "Já é tempo dos Brasileiros escreverem como se falla no Brasil, e não como se escreve em Portugal". — O desamor *classico* por tudo o que é nosso. — O dialeto brasileiro. — "Mão grado os ralhos dos criticos lisbonenses" a nossa lingua "se vae dia a dia differençando da portugueza". — ALVES CAMARA. — BAUREPAIRE ROHAN. — Etymologia rica de poesia. — ROMAGUERA CORRÉA. — O dialecto sul-riograndense. — CHERMONT DE MIRANDA. — BERNARDINO DE SOUZA. — RODOLPHO GARCIA. — Os provincianismos; a lição de LITTRÉ. — AQUILINO RIBEIRO e a litteratura regionalista. — Origem dos vocabularios brasileiros; sua divisão. — As *entradas*, as *bandeiras* e a lingua tupy. — Importancia da *lingua geral*. — A provisão do governo portuguez de 12 de Outubro de 1727. — Proibição do uso da *lingua geral*. — A contribuição africana. — Os sub-dialectos regionaes: suas causas. — As zonas sub-dialectaes: sua divisão. — AFFONSO DE E. TAUNAY. — O lexico brasileiro. — "Incomparavelmente mais rico do que o de além mar". — "O futuro da lingua portuguesa está no Brasil". — "Cem mil brasileirismos". — A lingua portuguesa e as technologies. — 106 lacunas do Diccionario de CANDIDO DE FIGUEIREDO em tres jornaes brasileiros do mesmo dia. — Fecundidade extraordinaria do vocabulario brasileiro. — ARTHUR NEIVA: — O rôl dos vocabularios de brasileirismos. THEODORO SAMPAIO. — RENATO MENDONÇA. — CLOVIS MONTEIRO.

Contribuição de inestimavel preço, no que tange ao estudo da lingua brasileira, representam os trabalhos que, de longa data, se vem realizando com relação ao nosso vocabulario.

E' este um rico e inexgotavel filão onde a penna dos nossos pesquisadores encontra o veio forte dos immensos thesouros do idioma que se formou nas terras do Brasil. Sobem a mais de uma centena os estudos dados a lume. e não obstante os milhares de vocabulos já registados, muitos outros milhares correm na bocca do povo, por todo o largo e immenso territorio do Brasil.

Ennumeremos alguns dos principaes trabalhos.

Em 1852, ANTONIO ALVARES PEREIRA CORUJA publica a sua "*Collecção de Vocabulos e Frases usadas na Provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul.*"

Em 1853, BRAZ DA COSTA RUBIM escreve o "*Vocabulario Brasileiro para servir de complemento aos dictionarios da lingua portugueza.*"

"O presente opusculo", diz Rubim, "comprehende um grande numero de vocabulos usados no Brasil, e que se não encontram nos dictionarios da nossa lingua; foram colligidos das memorias e outros escriptos, que tratam das nossas cousas, assim como de muitas noticias particulares. Não é ainda um trabalho completo, e tem por fim unicamente facilitar o conhecimento das acepções de taes vocabulos aos extranhos; e servir de auxilio aos lexicographos para as futuras edições."

Em 1886 sae a lume, o estudo de JOSE' VERISSIMO "*Palavras de origem tupi-guarani usadas pela gente amazoca e em pratica corrente na região*", que deveria servir, quando ainda na Revista Amazonica, conjunctamente com os *Cantos Populares do Brasil*, de Sylvio Romero, para o trabalho de Leite de Vasconcellos, na sua monographia acerca do dialecto brasileiro.

E' material tambem restricto, como salientou Verissimo, pois lhe sobejavam muitos termos, que seriam incluidos mais tarde na obra que delineava sobre a "lingua popular amazonica".

"Outro trabalho apreciavel", escreve Rodolpho Garcia, (1) é o *Vocabulario indigena em uso na Provincia do Ceará* de PAULINO NOGUEIRA.

(1) Dictionario de Brasileirismos, pg. IX.

“O autor apresenta uma lista assás extensa de provincialismos e nella inclue as denominações geographicas”, e o estudo etymologico dos termos tupis.

Entre esses lexicos avulta pela competencia com que foi versado o assumpto, o estudo de MACEDO SOARES (Antonio Joaquim) publicado pela primeira vez em 1888, nos “Annaes da Bibliotheca Nacional”, volume XIII.

No Prologo do seu “*Diccionario Brasileiro da Lingua Portugueza*”, escreveu elle estas palavras dignas da maior atenção dos nossos homens de letras e dos nossos homens de estado: “*Já é tempo dos brasileiros escreverem como se falla no Brasil, e não como se escreve em Portugal.*”

E após algumas observações acerca das differenças entre a nossa syntaxe e a dos portuguezes entra a enumerar, commentando com alto senso e solido saber, as nossa “vozes”, as palavras e phrases que, originarias do Brasil, ou aqui populares, se não encontram nos dictionarios da lingua portugueza, ou nelles vem com forma e significação differentes.

Desse trabalho, escreve Rodolpho Garcia, que, “é lastimavel que tenha ficado por terminar, em meio da letra C, uma obra que, a julgar pelos methodos philologicos empregados, viria occupar uma situação culminante na litteratura linguistica americana. Ainda assim, pela abundancia vocabular, pela precisão e clareza de suas definições, pelas questões de phonetica e etymologia, que discute e elucida, a sua consulta é das mais proveitosas em ensinamentos e da maior utilidade no assumpto, apesar de declaração expresa do auctor de não passar seu livro, de baixo de todos os pontos de vista, de mero ensaio, destinado a ser no fundo e na forma, total e inteiramente refundido num dictionario completo da lingua *luso-brasileira*, que não logrou ver a luz da publicidade.” (2).

Das palavras de Rodolpho Garcia se vê que não era o autor um diletante cuja opinião possa ter o mesmo desvalor do juizo de tantos que á sombra dos entendidos, formam em côro, para solfejar que o modelo da nossa lingua é e deve ser a linguagem de Portugal.

(2) Op. cit., pg. X.

A competencia de quem declarava, taxativamente, havia chegado “*o tempo dos brasileiros escreverem como se falla no Brasil, e não como se escreve em Portugal*”, não soffre diminuição entre as dos scientes que tem sustentado o contrario. Antes, na materia se lhes avantaça pelo conhecimento largo que tinha da nossa linguagem idiomatica.

Mas a advertencia de Macedo Soares não teve echo. O desamor *classico* por tudo que é nosso embebeu de um silencio pertinaz o ambiente onde se levantara a rebeldia do nosso lexicographo.

Ainda publicou Macedo Soares eruditos trabalhos, na *Revista Brasileira*, primeira phase, vols. I, III, e IV, “Estudos Lexicographicos do Dialecto Brasileiro”, no ultimo dos quaes, acerca da differenciação da lingua portugueza entre nós, escreve: “Si damos á estampa estes escriptos, é, não diremos por estimulo, sinão como occasião de se discutirem questões interessantes á lingua, que máo grado os ralhos dos criticos lisbonenses, se vae dia a dia differençando da portugueza”. (3)

No mesmo anno de 1888 ANTONIO ALVES CAMARA, da nossa Armada, tirava a lume o seu “*Ensaio sobre as construcções navaes indigenas do Brasil*”; trabalho de grande valor, onde se encontra um vocabulario de brasileirismos no que tange áquella arte.

Um anno mais tarde publicava BEAUREPAIRE ROHAN o *Diccionario de Vocabulos Brasileiros*, confessando, porém, a larga copia de material que deixava de trabalhar, por não querer dilatar por mais tempo a publicação da obra.

“Reconheço”, diz elle, no *Prologo*, “que o meu Diccionario de Vocabulos Brasileiros melhor preencheria seu titulo se comprehendesse a totalidade das denominações vulgares dos nossos productos naturaes, das tribus dos aborigenas que existiram e ainda existem em nosso paiz, e das localidades, cuja etymologia é tão rica de poesia.

Não foi certamente por me faltarem materiaes que deixei de o fazer: foi pelo receio de perder o meu trabalho se não

(3) “*Revista Brasileira*”, tomo IV, pg. 271. Ed. Midozi.

me apressasse em publical-o no pé em que se achava. Na minha avançada idade, não é licito confiar muito na vida. Tal qual dou ao prelo, poderá servir de base a obra de mais desenvolvimento; e não faltará quem disso se encarregue, com grande proveito da nossa litteratura.”

Mais tarde, em 1898, apparece o *Vocabulario Sul Rio-Grandense* de ROMAGUERA CORRÊA, trabalho este de grande preço, onde talvez, pela primeira vez entre nós, se falla de um *sub-dialecto brasileiro*, o *dialecto sul-riograndense*, como insiste em chamar o auctor á linguagem da sua terra.

“O Rio Grande”, escreve Romaguera “desde o seu povoamento visitado pelos hespanhóes e seus descendentes das margens do Uruguay, em continuo contacto e identificado com estes pela commuidade da industria principal, dos costumes, usos e indole cavalheiresca e altiva; obrigado pela necessidade e muitas vezes por imitação foi pouco a pouco apossando-se de seus termos e expressões que, ao lado de vocabulos das linguas incultas — tupi, guarani, quichúa, azteca, etc., e entre-meias de palavras portuguezas, desvirtuadas de sua vernacula accepção, constituem uma *linguagem notavel pelo original* e pittoresco que a distingue da empregada nos outros Estados do Brasil.

Assim, pois, entram como elementos formadores do expressivo dialecto SUL-RIOGRANDENSE vocabulos oriundos de varias procedencias, dentre os quaes se destacam, concorrendo com poderosos contingentes: o *portuguez antiquado*, ou com a accepção desvirtuada; o *castelhano*; o *hispano-americano*; o *guarani*; o *tupi*; o *quichúa*; o *araucano*; o *azteca*; o *latim*; a lingua bunda.

Como se verá no correr deste livro, o portuguez, o castelhano, o guarani e os termos hispano-americanos são os que em maior escala contribuem para a formação do *dialecto sul-rio grandense*” (op. cit., pag. 5).

Ahi já se affirma não apenas a existencia de um *dialecto brasileiro*, de uma *lingua brasileira*, mas a de um *dialecto sul-riograndense*, isto é, de um *sub-dialecto brasileiro*.

Mais tarde quando entrarmos a discutir, não mais do ponto de vista historico, mas de modo geral, philologico, da sciencia

da linguagem, teremos ocasião de voltar ao *dialecto sul-riograndense* no ponto em que estudarmos os trabalhos da nossa dialectologia. E então ver-se-á como se encontram longe ou fóra da realidade, os que suppõe ou candidamente imaginam estar a *lingua brasileira* circumscriita não só ás regrinhas, da grammatica de além-mar, como tambem, ao circulo dos que escrevem a chamada lingua litteraria com a penna embebida na tinta vocabular portuguesa.

Em 1905, CHERMONT DE MIRANDA, publica o seu *Glossario Paraense, ou Collecção de Vocabulos Peculiares á Amazonia e especialmente á ilha de Marajó*”.

“Estão relacionadas nesse trabalho, diz Rodolpho Garcia, “cerca de quinhentas palavras, em sua maioria de procedencia tupi, de algumas das quaes, mais vulgares, dá a explicação etymologica, transcrevendo, segundo declara, das suas notas de um vocabulario tupy-guarany, que não chegou a publicar.” (4)

Em 1910 publica BERNARDINO DE SOUZA a sua *Nomenclatura Geographica Peculiar ao Brasil* que na sua terceira edição, em 1927, sob o novo nome de *Onomastica Geral da Geographia Brasileira*, arrola mil duzentos e trinta vocabulos, que constituem um vasto, longo e admiravel repositorio de lingua brasileira.

Outros vocabularios, de menor vulto, sempre tem vindo a lume, em livros ou trabalhos esparsos, e em 1915 sae das mãos de RODOLPHO GARCIA, um dos mestres na materia, o seu *Diccionario de Brasileirismos*, versando as peculiaridades da linguagem pernambucana.

Discutindo ahi, na sua Introducção, a questão dos regionalismos, e o seu valor linguistico e litterario, escreve elle, firmado em um dos grandes mestres da sciencia da linguagem:

“Repugnava aos dicionaristas antigos o registro dos provincialismos, sob o falso pretexto de que eram corruptelas da lingua.

Littré, insurgindo-se contra tal pratica, que presuppunha uma involução, quando de facto o que alli se dá é uma evo-

(4) Op. cit., pg. XI.

lução linguística, escreveu no prefacio do supplemento, ao seu monumental "Dictionnaire de La Langue Française": On rencontre maintenant dans les gazettes juridiques, dans les comptes rendus des sociétés régionales, dans le récit des exploitations agricoles une foule de mots qu'il s'agit d'inscrire et de faire comprendre. Les noms locaux d'engins, de plantes, d'animaux sont bons a enregistrer; ils tiennent leur place dans la langue et en meritent une dans le dictionnaire. Toute cette partie technique a une utilité manifeste pour quiconque s'est trouvé embarrassé devant un des ces mots provinciaux". (5)

Na verdade, era ainda preciso, entre nós, buscar a chancellia de um Littré para encarecer aos nossos letrados a valia desses termos, genuinos, formados espontaneamente na bocca do povo, numa região do paiz, em concurrencia á lingua litteraria, apprendida nos livros e nas grammaticas.

Não admira que assim o fizesse Rodolpho Garcia, quando até hoje não se convenceram de todo os grammaticos da legitimidade e do real prestigio e valor dos regionalismos, e teimam ainda em negar-lhes a carta da cidadania linguistica e litteraria.

AQUILINO RIBEIRO, o maravilhoso estylista portu-guez, teve tambem de escrever, em defesa das suas "Terras do Demo": Dizem que a litteratura regionalista é uma especulação toda de generosidade, sem galardão do publico. De accordo; não se lê com appetite, não tem o nervo, o transporte intellectual, a mesma estetica que o gosto moderno espera em um drama de cidade. Todavia, Fritz Reuter, allemão, Björnson, norueguez, o proprio Tolstoi, ahi firmaram os seus nomes. Em *Hespanha e França está mesmo na moda*".

E traçando-lhe as normas, observa:

"Em taes condições de primitividade, a penna descreve, mas tornar-se-ia ridicula analysando. Para dar a verdade local, tem de abstrahir da lingua erudita que forjaram arca-des, pregadores e gongoricos vates de má morte; todas as acqui-

(5) R. Garcia, Op. cit., pg. VIII.

sições da sciencia no tocante ás enfermidades da alma e do corpo e são de soccorro tão prestimoso ao escriptor, ficam fóra, se a tecnica é severa. Em summa, é escrever com o espirito daquelle soldado que deixou o Roteiro maritimo para India; e — ahi está a difficuldade — escrever com penna de aço e não penna de pato. Do pincel encyclopedico que poderá usar o autor de hoje resta uma brocha de trolha. Parece-me que esta litteratura, porém, é uma necessidade; é picar na nascente, renovar o veio da lingua, viciado por outras linguas, corrompido pela gyria das cidades, rebater no estylo ainda muito arredondado do torno mecanico, *latinisante, dos quinhentistas*". (6).

Não é preciso dizer mais para avaliar-se do merito dos trabalhos dessa natureza, que concorrem para a maior riqueza da lingua e da expressão artistica.

Ainda que se façam restricções a certos juizos de Aquilino Ribeiro, v. g. acerca da corrupção da linguagem na cidade, nas fórmulas tantas vezes por assim dizer classicas da gyria, de tão e viva e flagrante realidade, uma grande virtude se encontra nessa linguagem regional, trazendo ás creações da palavra de arte o colorido inegualavel da sua palheta vocabular.

Inspirando-se na lição de Lenz dividiu RODOLPHO GARCIA a linguagem brasileira quanto á origem dos seus vocabularios em quatro divisões:

- I. Termos luso-brasileiros.
- II. Termos pan-americanos.
- III. Termos pan-brasileiros.
- IV. Termos locais ou regionaes.

A primeira classe, a dos termos *luso-brasileiros*, comprehende as "vozes que, derivadas do antigo portuguez, cahiram em desuso na velha metropole, persistindo, entretanto, na linguagem brasileira. (7)

"Os termos *pan-americanos* abrangem aquelles que se usam em mais de uma das republicas da America do Sul e Central, com accepções mais ou menos relacionadas entre si.

(6) O grypho é nosso.

(7) Op. cit., XIII.

A sua procedencia é varia e complexa; muitas são as linguas americanas que lhes deram origem, desde o mexicano ou nahuatl, o carahyba, o quechua, o aimará, o mapuche ou araucano, o tupy-guarany, e outras. (8)

“Os *termos pan-brasileiros* são os que se usam em todos ou quasi todos os Estados do Brasil. Devem sua formação precisamente á superfetação do portuguez, á influencia do tupy-guarany e das linguas africanas, em sua maioria filia-das ao grupo bantú.

“A influencia exercida pela lingua dos Tupys sobre os invasores foi larga e consideravel; a sua expansão, á medida que se realizavam as *entradas* e as *bandeiras*, mais dilatada se tornava. (9)

“Tal era a importancia da *lingua geral* e o seu poder de expansão que, temendo-se fosse esquecida a portugueza, uma provisão do governo metropolitano de 12 de Outubro de 1727, prohibiu expressamente o seu uso entre os colonos.” (10)

São “milhares de verbas fossilizadas na linguagem vulgar, nas denominações geographicas, ou applicadas á Fauna e á Flora.

De importancia incomparavelmente menor para evolução glottologica do portuguez no Brasil, foi o contingente prestado pelos idiomas africanos para aqui transportados com os escravos pelo trafico negreiro. Ainda assim, a raça infeliz que foi o principal factor do nosso progresso economico, até além de meados do seculo passado, contribuiu para a linguagem brasileira com um vasto acervo de vozes designativas de utensilios de serviço agrario, mineiro e domestico, de varias especies de iguarias, de plantas e animaes, em uso constante na elocução familiar, chegando mesmo algumas a transpor os lindes da rusticidade para se incorporarem ao lexico litterario.”

Após haver indicado as causas externas, os factores linguísticos modificadores da lingua portugueza no Brasil, passa

(8) Op. cit., pg. XIV.

(9) Op. cit., pg. XIX.

(10) Op. cit., pg. XX.

Rodolpho Garcia a tratar das causas de ordem physica, geographica, social, ethnologica, que actuam na formação dos sub-dialectos regionaes.

“Acabamos de passar em revista, comquanto perfunctoria”, diz elle, “todas as *causas externas modificadoras do portuguez falado no Brasil*. Muito se enganaria, porém, quem acreditasse terem todas ellas, ou cada uma de per si, actuado com a mesma energia, com a mesma persistencia por toda a dilatada extensão do nosso immenso territorio.

As causas que vão agora determinar a maior ou menor eficiencia dos factores modificativos e dar origem aos, por assim dizer, *sub-dialectos regionaes*, deixam de ser exclusivamente linguisticas para se derivarem de mui differentes ordens de condições mesologicas. E’ assim que a continuidade territorial, a facilidade de communicações terrestres, maritimas ou fluviaes, a homogeneidade ou heterogenidade de culturas ou industrias, a dosagem, emfim, dos elementos ethnicos da população das diversas unidades da Federação, é que nos podem e devem explicar o phenomeno, de que ora nos occupamos. E’ sómente levando em conta os coefficients citados, que poderemos ensaiar uma divisão do Brasil em zonas lexicographicas até certo ponto homogeneas”. (11)

Em seguida faz Rodolpho Garcia a “distribuição geographica” dos *sub-dialectos regionaes*, em cinco zonas:

I — Norte: Amazonas, Pará Maranhão.

II — Norte-oriental: Piauhy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Alagoas;

III — Central-maritima: Sergipe, Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro.

IV — Meridional: S. Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul;

V — Alti-plana-central: Minas-Geraes, Goyaz, Matto-Grosso.

“Cumpre advertir”, diz elle, “antes de particularizarmos, que essas divisões politicas não correspondem sinão *gros-*

(11) Op. cit., pgs. XX a XXI.

so-modo ás fronteiras reaes das diversas circumscripções as-signaladas. Assim, emquanto as zonas sertanejas dos Estados maritimos da segunda e terceira alneas devem de direito incorporar-se á quinta, uma parte igualmente da quarta e quinta aprezentam maior affinidade com a terceira. Si quizessemos levar mais longe a preocupação de detalhe, teriamos occasião de ver que a parte mais oriental de Minas se ligaria mais naturalmente á terceira zona, emquanto que o Rio Grande do Sul passaria a constituir uma provincia glottologica separada e autonoma.

Os caracteres differenciaes da primeira zona são: a uniformidade do meio tellurico; o indio como elemento quasi unico de mestiçagem; a igualdade de occupação do homem, reduzida, por assim dizer, exclusivamente á industria extractiva; o modo de vida, afinal, que se poderia, talvez, sem erro, classificar de *amphibia*.

A segunda zona, com os seus limites já modificados como atraz ficou dito, apresenta igualmente uma grande homogeneidade topographica; mas não é desta que lhe advêm a sua principal característica. Em nosso modo de vêr é da uniformidade dos mistéres de seus habitantes, quer como marinheiros, quer como cultivadores do sólo, e, mais que tudo, da predominancia do elemento negro sobre o elemento indio nos cruzamentos, que lhe promanam as qualidades que a tornam nitidamente distincta das mais.

A terceira zona, pelo papel politico desempenhado por duas das suas unidades constitutivas, Bahia e Rio, nos tempos coloniaes como centros do governo geral, com relações mais frequentes com a metropole, mais directa e profundamente lhe sentiu o influxo. Junte-se a isso o exterminio quasi absoluto dos indigenas e a onda avassaladora das hordas negras, unico factor ethnico a concorrer com o portuguez para a formação da sub-raça, e teremos um conjunto de condições sufficientes para explicar a sua differenciação.

A quarta zona offerece frisantes contrastes nas suas condições mesologicas com as precedentes: o *systema orographicum* que orla o littoral dos Estados nella comprehendidos, apre-

sentando, quasi, sem transição, abruptamente, elevados planaltos, onde viceja uma Flora com fundas analogias com as das terras fronteiriças norte-atlanticas, o que nos denuncia um factor climatico de todo diverso do das outras zonas; a quasi absoluta ausencia do africano na composição do sangue das suas gentes; a variedade de suas culturas e o methodo de pratical-as, — tudo concorreu para imprimir-lhe um cunho nimiamente diverso dos que distinguem as suas cognatas.

A preocupação de não multiplicar o numero de sub-divisões, si nos levou a englobar num só grupo os quatro Estados meridionaes do Brasil, não nos deve induzir a escurecer que é elle o menos homogeneo de quantos temos formado. De facto, á proporção que avançamos para o Sul, vemos as suas unidades se diferenciarem mais a mais, até chegarmos ás pampas do Rio Grande onde vamos nos ennovellar com o elemento castelhano, cuja influencia caminha de Sul a Norte.

Na quinta e ultima zona tudo differe: é a região das altas montanhas, dos profundos valles, dos dilatados *araxás*, de campos sem fim. Trilhada em todos os sentidos pelas impavidas *bandeiras* partidas das margens do Tieté, a terra feracissima, consorciando-se com os arrojados *caçadores de esmeraldas*, formou um todo absolutamente harmonico e superiormente caracteristico. Como si tudo isso não fosse sufficiente para abrir um largo vallo entre esse povo de rudes vaqueiros e seus visinhos habitadores do cairal littoraneo, outra causa veio concorrer para lhes modelar a inconfundivel physionomia: a segregação em que têm vivido por secular espaço, do resto da communhão brasileira.” (12)

Todos esses vocabularios, glossarios, dictionarios, consti-tuem contribuições inestimaveis para o estudo da nossa lingua, do ponto de vista da lexicographia. Focalizam, com uma nitidez minuciosa, traços essenciaes do idioma brasileiro. Evidenciam amplamente as grandes differenças existentes entre o nosso lexico e o da lingua portugueza.

(12) Op. cit., pg. XXI a XXIII.

Acabamos de registrar, pelo alto, as muito lucidas observações que fez Rodolfo Garcia; ouçamos agora a palavra de outro grande conhecedor das riquezas vocabulares da lingua brasileira.

Vejamos o calculo mais aproximado dos milhares de palavras que creamos, ou, extranhas, incorporamos ao nosso falar, nas quaes podemos verificar a extraordinaria mina que a nossa litteratura pode explorar, fóra da servidão ao vocabulario português.

Em trabalhos do mais alto valor philologico tem estudado AFFONSO DE E. TAUNAY a immensa lista das palavras do idioma brasileiro que não se encontram ainda registadas nos mais opulentos vocabularios portugueses.

Da sua lavra são o "*Lexico de Termos Technicos e Scientificos*", o "*Vocabulario de Ommissões*", o "*Lexico de Lacunas*"; "*Insufficiencia e Defficiencia dos Grandes Diccionarios Portuguezes*", — discussão com Candido de Figueiredo; "*Inopia Scientifica e Vocabular dos Grandes Diccionarios Portuguezes*"; e multidão de artigos outros nos quaes, de maneira irretorquível, deixou meridianamente demonstrada a larga copia de vocabulos da lingua fallada e escripta no Brasil, ignorados dos lettrados portugueses.

Submettendo a quarta edição do *Novo Diccionario da Lingua Portugueza*, de Candido de Figueiredo, ao crivo de um exame rigoroso das suas lacunas e dos seus erros mais crassos, escreveu Taunay: "O nosso vocabulario é incomparavelmente mais rico do que o de além mar. A lingua de 35 milhões" (em 1925) "de individuos ha de ser fatalmente mais rica do que a de sete. O futuro da lingua portugueza está no Brasil, acaba de affirmal-o com o maior criterio eminente philologo allemão a que ainda ha dias se referia João Ribeiro." (13)

Ainda que nos vocabularios de brasileirismos não affirme nua e crúamente a existencia de uma lingua brasileira, ou antes não denomine expressamente *lingua brasileira* o idio-

(13) A. de E. Taunay. *Insufficiencia e Deficiencia dos Grandes Diccionarios Portuguezes*, pg. 112.

ma fallado no Brasil, todavia surgem na penna de Taunay, expressões como esta: "O novo livro de Teschauer em que se lêm mais de oito mil e quinhentos (8.500) vocabulos nacionaes é ao lado de outras semelhantes manifestações uma prova na verdade modesta, porém, eloquente, do continuo desenvolvimento da propriedade linguistica, affirmação energica da nacionalidade brasileira e de sua independencia intellectual".

Nestas palavras exterioriza-se nitidamente o pensámento de que fallamos uma lingua que não é mais simplesmente a lingua portugueza dos nossos descobridores e dos seus actuaes descendentes. Para Taunay, a "propriedade linguistica" da nossa linguagem apresenta-se como um desenvolvimento continuo, como "affirmação energica da nacionalidade brasileira e da sua independencia intellectual". Que mais será preciso para dizermos que Taunay admite a existencia de uma lingua brasileira, ainda que não lhe dê o nome com todas as letras?

Ao lado dessa "propriedade linguistica" a que allude, salienta elle a independencia intellectual que desfructamos os brasileiros.

Noutras palavras. A lingua brasileira se manifesta como uma feição do forte e profundo sentimento da nossa brasilidade e da autonomia do pensámento e da intelligencia brasileira.

"É de lastimar", disse elle, "que o Rev. Pe. Teschauer não tenha tido um pouco mais de paciencia e um pouco mais de arrojo para fundir num volume, num dicionario geral de brasileirismos, todos os lexicos regionaes e vocabularios brasileiros (já publicados), e as suas proprias obras. Teria certamente um dicionario de CEM MIL VOCABULOS dos quaes pelo menos cincoenta mil desconhecidos em Portugal e ainda não averbados pelos mais modernos lexicographos. (Pg. 121-22, *Insf. e Def. Gram. Dic. Port.*).

"A experiencia me convenceu de que deve haver pelo menos uns CEM MIL BRASILEIRISMOS", escreve Taunay, "que os grandes lexicos da lingua não contemplaram ainda.

Pouco tenho viajado nas diversas zonas do paiz a não ser quanto a São Paulo, Rio de Janeiro e Minas, mas sempre

me succedeu descobrir regionalismos, por vezes numerosos, ao percorrer novas directrizes, sobretudo pondo-me em contacto com pessôas do povo, caipiras e caboclos.

É isto a todos succede a cada passo. Arthur Neiva, em certa occasião, passou quatro ou cinco dias em Iguape e pouco depois, a rememorar as palavras ali ouvidas, e ainda não suas conhecidas, deu-me uma contribuição extensa de lacunas dos grandes dictionarios.

Nem sempre é coisa facil surprehender estes regionalismos. Se os interlocutores percebem que se está querendo apprehendel-os calam-se, como commigo succedeu diversas vezes, durante excursões de pescas com caíçaras do littoral paulista e do interior do Estado. Intimidavam-se, pensando que a minha attenção e curiosidade eram motivadas, pelo espirito de zombaria de sua ignorancia e rudeza de sua lingua". (Pags. 108-9 Taunay Insulf. Def. Gr. Dic. Port.).

O mais curioso, porém, é que os portuguezes não vêm com bons olhos a riqueza vocabular da lingua falada no Brasil. De má sombra e sobreceño carregado recebem os seus dictionaristas a larga e numerosa contribuição dos vocabulos nascidos nas terras brasileiras, tal como succedeu com Candido de Figueiredo, que refugou do dictionario consideravel parte do vocabulario do proprio Ruy Barbosa, "explicando que se assim procedera fôra por *ignorar* o significado de taes palavras", o que levou conjuntamente com outros factos semelhantes Taunay a escrever: "Por que esta relutancia em avolumar o vocabulario portuguez? e sobretudo com as contribuições brasileiras? Será a nossa lingua por demais rica, com os seus 137.000 termos que Figueiredo inventariou? Não representa isto entretanto uma cifra baixissima? quando se sabe que os "Webster", os "Standart" inglezes e americanos, de hoje revelam a existencia de quinhentos mil vocabulos inglezes? que os dictionarios allemães consignam mais de .. 300.000 palavras e os francezes já estão acima de 250.000? Das linguas civilizadas é a portugueza das mais pobres, quanto ás technologias ninguem o ignora.

"Não se acha tão diferenciado o portuguez ainda que estejam os lexicographos a olhar com o "dente superbo" ho-

raciano para as contribuições que lhe avolumem o inventario. E a prova vem a ser a enorme dificuldade em que se debatem os que até agora têm pretendido organizar dictionarios technicos entre nós. Não sabem como traduzir centenas, *milhares de palavras*, das tecnologias ingleza, allemã e franceza.

Precisam aportuguezar os vocabularios estrangeiros que os correspondentes a estes termos, hoje imprecindiveis, não os encontrarão certamente no *Novo Dictionario*, sobre tudo quando neste tanta má vontade houve em deixar entrar os excassos recursos technologicos brasileiros". (Pags. 126-27).

Ainda no seu livro "*Insufficiencia e Deficiencia dos Grandes Dictionarios Portuguezes*" (á pg. X e XI) diz Taunay: "Ha *cem mil* palavras vulgares, correntes no Brasil, que o Sr. Candido de Figueiredo desconhece. O Rev. Pe. Carlos Teschauer nos seus lexicos e eu nos tres que publiquei em 1909, 1914 e 1924, *Lexico de termos technicos e scientificos*, *Lexico de lacunas* e *Vocabulario de omissões* arrolámos *uns vinte mil* vocabulos, lacunas do *Novo Dictionario*! Algum esforço mais, teriamos *dobrado a colheita*."

Desafiado por um sceptico a descobrir tres lacunas nas edições de tres grandes jornaes brasileiros publicados num mesmo dia, demonstrei em publico que AS TIRAGENS DE DOUS GRANDES JORNAES PAULISTAS E UM CARIOCA, DE 17 DE FEVEREIRO DE 1924, TINHAM 106 LACUNAS DO DICCIONARIO DO SNR. CANDIDO DE FIGUEIREDO!" (*)

E, á pagina 112, mais estendidamente, salientava a "lacunosidade dos grandes dictionarios portuguezes em materia de brasileiroismos" e o "immenso avolumamento da lingua entre nós."

"Leia alguém, diz Taunay, diariamente, tres ou quatro dos grandes jornaes brasileiros, na parte editorial e na ineditorial. E, certamente, não deixará em cada jornal, de recolher, pelo menos, um termo, senão mais, ainda não averbados nos grandes dictionarios da lingua. Não só ha uma tendencia nacional extremamente accentuada para a creação de

(*) O versal é nesseo.

neologismos e palavras derivadas, como o progresso e o aperfeiçoamento das industrias antigas e a creação das novas, o apparecimento de invenções, que tomam logo enorme impulso, trazem grandes contingentes vocabulares recentes e recentissimos. Já nem me quero referir á technologia scientifica que esta, annualmente se avoluma de modo prodigioso e, a cada passo, provoca a entrada, para a linguagem corrente, de numerosissimas palavras que estão nos labios de todos, em continua recordação.

“Dahi, o avolumamento continuo, do vocabulario. O numero de palavras derivadas cresce no Brasil, parallelamente, de modo extraordinario. E, realmente, porque não hão de os dictionarios consignar adjectivos procedentes de certos verbos usuaes, quando outros adjectivos de formação identica são recolhidos?” (pag. 113).

E entra o nosso vocabularista a defender a legitimidade de varios adjectivos e adverbios e substantivos aqui formados, e que não tiveram o beneplacito de Candido de Figueiredo, naturalmente pela razão transcendente de que não foram cunhados nos moldes portuguezes.

“E’ colossal”, observa Taunay, “o numero de derivados usados na nossa imprensa que se tornam correntes na linguagem vulgar. Ha uma tendencia accentuadissima em avolumar o numero destas palavras que leva a crear adjectivos, substantivos, verbos, com terminações sobremodo exoticas, por vezes. (pag. 115).

“Ha além destes derivados, tambem a considerar os neologismos de formação litteraria, de origem hellenica ou latina que se arraizaram no portuguez fallado no Brasil. (pgs. 115 e 116)

“Dia a dia”, continua Taunay, “cresce e cresce immenso a riqueza verbal do portuguez fallado e escripto no Brasil. Os annuncios dos jornaes disto dão a maior prova: leia alguem, com attenção, os avisos de leilão, as descripções de fabricas á venda, a relação dos maquinismos, e mecanismos das industrias, dos seus accessorios e sobressalentes, recorra depois aos nossos mais completos dictionarios. Verá que immensa quantidade de palavras existem á bocca do povo, sem a exemplifi-

cação dos lexicos. “As machinas cream verbos e adjectivos e substantivos. Assim como de calandra se tirou calandrar, calandragem, calandreiro, calandrado, de cada machina nova nasce uma serie de termos que se tornam de uso familiar e corrente nos meios industriaes.

O que tambem resta a consignar nos nossos lexicos em materia de nomenclatura vulgar, botanica, zoologica, mineralogica, etc., é immenso e cremos que para um paiz da vastidão do nosso, jamais se poderá recolher os nomes que as constituem, tanto mais quanto o mesmo objecto tem uma infinidade de appellidos. Vemos uma arvore chamar-se *Tres marias* em determinado logar; a dez leguas de distancia ninguem lhe chamará senão *Primavera*; em outra zona terá nome de origem tipica; em outro dos nossos Estados, um appellido africano, etc. O mesmo se dá com os passaros, com os peixes, insectos, etc. Nesse ponto, a synonymia até hoje recolhida é ainda muito pobre.

“Uma colheita de brasileirismos, ha de ser ampla, sempre, a quem viajar com certa demora em qualquer zona do paiz. Disto, tenho as mais evidentes provas por experiencia propria, pelo facto de pedir contribuições a pessoas frequentemente sem illustração e muitas vezes da mais modesta condição social.

“Ha no minimo, em cada municipio do Brasil, uma centena de termos locaes, ineditos até hoje, incluindo-se ahi a nomenclatura vulgar das sciencias naturaes. Assim sendo elles, mil trezentos e cincoenta, mais ou menos, não será difficil avaliar em cem mil os brasileirismos ineditos, descontados as repetições provaveis entre districtos visinhos. Houvesse em cada uma destas circumscripções municipaes um dedicado á faina da colheita de regionalismos, e no fim de pouco tempo veriamos quanta palavra existe por ahi vivaz a que ainda não se deu os fóros da cidadania portugueza” (paginas 116 a 118).

Fallando do *Novo Vocabulario Nacional* de Teschauer, de cujos trabalhos damos noticia em outro logar, disse Taunay:

“Por elle se vê como se plastifica, diriamente, o portuguez que falamos, como adquire elementos novos, como se avo-

luma, como tende ao enriquecimento continuo pela derivação dos elementos classificados”.

Somentemente em derivados “subordinados ao prefixo *des* regista Teschauer, mais de quatrocentos vocabulos”.

E acrescenta: “O que o R. P. Teschauer, com tanta paciencia e pertinacia, está realizando, desacompanhado, daria enorme colheita si fosse levado a cabo por diversas pessoas em differentes zonas do paiz. Houvesse por exemplo algum mecenas que annunciasse pagar mil réis por palavra ainda não mencionada nos grandes dictionarios portuguezes, no do Sr. Candido de Figueiredo, por exemplo, contanto, porém, que se provasse que tal palavra já houvesse sido impressa em livro ou no jornalismo, até 1 de janeiro de 1927, digamos. Acudiriam os pesquisadores a percorrer os jornaes e as revistas, os livros e os opusculos e dentro em breve estariam — disto estou convencido — levantados e documentados uns cincoenta mil vocabulos novos. Custaria a caçada uns cincoenta contos de réis, quantia que intimidaria os nossos pagadores, mas que, mesmo para muitas das fortunas do Brasil não vem a ser coisa que as arraze.

Assim, a titulo de curiosa experiencia, occorresse a um dos nossos pequenos millonarios semelhante idéa e não a quizesse achar inteiramente estapafurdia. Veria surgir de todos os cantos um vocabulario novo e rico, totalmente ignorado dos lexicographos. E si então se pedisse a contribuição da linguagem fallada sem a exigencia do passaporte da impressão, teriamos com a maior facilidade cem ou cento e cincoenta mil palavras a mais. Mas que o caçador de omissões se restringisse só ás palavras acompanhadas de certidão de baptismo. Haveria de se vêr afogado em uma enxurrada de lacunas brasileiras, para seu maior gaudio e desprazer dos dictionaristas typo Candido de Figueiredo, a quem parece inquietar o enorme avolumamento da linguagem brasilica” (pag. 125).

Não ha motivo de espanto na affirmação de Taunay, computando em cem mil os nossos vocabulos ausentes da lexicographia portugueza.

Um grande estudioso nessa materia, MARIO BOUCHARDET, é de opinião que o escriptor paulista foi demasiado prudente. Para elle, ha de cento e oitenta a duzentos mil brasileirismos que os lexicos de Portugal desconhecem. (15)

Dentre os trabalhos recentes acerca do nosso vocabulario tem lugar de relevo tambem o "Novo Diccionario Nacional" (16) de TESCHAUER que representa uma contribuição de grande valor para a lingua brasileira. Nelle estão registrados muitos milhares de vocabulos com os quaes, ao lado de tantos outros, o povo brasileiro, já creando, já affeiçoando ao seu genio idiomatico, formou a nossa lingua.

A riqueza do nosso lexico trouxe a Teschauer a convicção de que os brasileiros, não falamos o mesmo idioma que os portuguezes.

"O primeiro centenario da Independencia politica deve marcar", dizia elle em 1922, "o primeiro passo da nossa Independencia Intellectual, que já se manifesta em milhares e milhares de vocabulos nacionaes, que não têm entendimento nem significação em Portugal. "Ufanos", escreve Oliveira Lima, "celebramos a independencia ou centenario do nascimento da nação brasileira, e a uma nova nacionalidade devia corresponder não só uma litteratura propria, como uma lingua diferenciada."

Este novo livro, (17) em que se registram mais de oito mil (8.000) vocabulos nacionaes é ao lado de outras semelhantes manifestações, uma prova na verdade modesta, porém eloquente, do continuo desenvolvimento da propriedade linguistica, affirmação energica da nacionalidade brasileira e de sua Independencia Intellectual."

Não é nosso intuito arrolar aqui, a grande copia de estudos dados a lume acerca do nosso vocabulario. No sentido de focalizar, apenas, tambem essa face da nossa attitude no

(15) Ver Taunay. Inopia Scientifica e vocabular dos Grandes Dicionarios Portuguezes, pg. 52.

(16) Carlos Teschauer. S. J. Ed. da Livraria do Globo, Porto Alegre, 1928.

(17) Teschauer refere-se á sua 3.^a serie de Apostillas ao Diccionario de Vocabulos Brasileiros.

que tange á consciencia de uma differenciação do idioma portuguez em nossa terra, alludimos a alguns trabalhos que, entre tantos outros, têm contribuido para o immenso inventario da lexicographia brasileira.

Os que desejarem uma informação mais alongada e minuciosa sobre materia de tão grande relevo na lingua brasileira, podem consultar o magnifico trabalho de Arthur Neiva, (18) onde, com a portentosa erudição que todos lhe reconhecemos, traça o numeroso rol, cuja opulencia já ascende a um "total superior a 120 vocabularios, dictionarios e lexicos de brasileirismos", apresentando-nos assim a mais completa lista até hoje organizada.

Na copia immensa de vocabulos genuinamente brasileiros recolhidos e registados nesses numerosos vocabularios, se encontra um dos mais ricos elementos da caracterização inconfundivel da nossa lingua, que na sua physionomia jamais poderá ser identificada com a portuguesa.

Quando estudarmos em capitulo especial, de synthese, a lingua brasileira, teremos occasião de focalizar, particularmente, a contribuição do tupy e dos idiomas africanos, já estudada por alguns dos nossos mais competentes escriptores, entre os quaes salientaremos Theodoro Sampaio, com "O Tupy na Geographia Nacional; Clovis Monteiro, com o "Português da Europa e Português da America; Renato Mendonça, com "A Influencia do Africano no Português do Brasil".

(18) O trabalho de Neiva "Dos Vocabularios de Brasileirismos" foi publicado no "Jornal do Commercio" de 26 de novembro de 1936.

CAPITULO III

A PHILOGIA PORTUGUESA E O IDIOMA BRASILEIRO

Os mestres da linguística portuguesa e o dialecto brasileiro. Na primeira metade do seculo XVI. JOÃO DE BARROS. O "barbarismo" da linguagem brasileira. No primeiro quartel do seculo XVIII. CONTADOR D'ARGOTE. Classificação dos dialectos portugueses. Os dialectos ultramarinos. O Brasileiro. A lição de ADOLPHO COELHO. Os dialectos romanicos ou néo-latinos, na Africa, na Asia e na America. A lingua portuguesa. O dialecto brasileiro. A dialectação do português. A opinião de THEOPHILO BRAGA. O "Manual da historia da Litteratura portuguesa". O "Parnaso português moderno". O "Curso de Historia da Litteratura Portuguesa". O dialecto brasileiro. J. LEITE DE VASCONCELOS. A primeira monographia sobre o dialecto brasileiro. "O Dialecto Brasileiro". Estudo da phonologia, da morphologia e da syntaxe brasileira. O dialecto brasileiro na "Esquisse d'une dialectologie portugaise". Resposta aos escriptores brasileiros. "O português propriamente dicto e as outras fallas que se relacionam com o português". RIBEIRO DE VASCONCELLOZ. Tabella dos co-dialectos e dialectos portugueses. Os ultramarinos. O dialecto brasileiro. JOSE JOAQUIM NUNES. O dialecto brasileiro. MENDES DOS REMEDIOS. As variedades dialectaes do português nos Estados Unidos da America do Sul (sic). Divisão em varias zonas. O dialecto brasileiro. GONÇALVES VIANNA. A collocação dos pronomes á brasileira é no seu entender sufficiente para a existencia do nosso dialecto. A influencia do tupy no lexico, na pronuncia e na syntaxe. As observações de um professor português entre nós. Não fallamos o português genuino. De todos os dialectos do português é o brasileiro que mais importancia merece. Consideraveis divergencias na semeologia, na prosodia e na syntaxe. A linguística portugueza está com a razão.

Emquanto os nossos homens de letras e grammaticos se dividiam em duas correntes, affirmando uma que o idioma fa-

lado no Brasil é um dialecto portuguez, com direito a sua independencia idiomatica e literaria, e outra corrente negava, de maneira peremptoria, a existencia entre nós de uma dialectação do idioma luzitano, em Portugal, a philologia portugueza era uniforme no seu parecer, unanime na sua doutrina, classificando, nas suas obras de imparcialidade e de serenidade scientifica, a nossa linguagem como um dialecto da lingua portuguesa. Esta maneira de vêr só não estava de accordo com a primeira das nossas correntes, no facto de não aceitar a independencia intellectual do escriptor brasileiro, e a autonomia idiomatica da nossa linguagem, que entendia, tal como a outra corrente, estar subordinada á grammatica portuguesa. Nessa phase, os mestres da philologia e da linguistica em Portugal estavam todos de accordo que o brasileiro era um dialecto da lingua de Camões, mas os grammaticos e literatos não queriam admittir a soberania da intelligencia brasileira em materia de linguagem.

Não é de hoje, mas desde os primeiros tempos da colonia, que os portuguezes teem observado e reconhecido a alteração que o idioma luzitano apresenta no Brasil.

Logo na primeira metade do seculo XVI, quando não tinha ainda a colonia 50 annos de idade, a sciencia philologica portuguesa, pela voz de um dos seus mais altos espiritos nas letras, apontava, na sua grammatica, a nossa linguagem como alguma coisa barbara, alguma coisa semelhante ao linguajar de uma imitação imperfeita da lingua de Portugal.

Em "1540", na sua "Grammatica da Lingua Portugueza", o grande escriptor JOÃO DE BARROS, já considerava barbarismo o portuguez falado na terra brasileira. "Barbarizavam" os brasileiros o idioma da Luzitania.

No seu capitulo "Das Figuras" escreveu Barros: "Barbarismo é vício que se comete na escritura de cada huã das pârtes, ou na pronunciaçam. E ã nehuã pârte da terra se comete mais esta figura da pronunciaçam, que nestes reinos: por causa das muitas nações que trouxemos ao jugo de nosso serviço. Porque bem como os gregos e Roma aviã por bár-

baras todalas outras nações estranhas a elles, por nã poderem formár sua linguágê: assy nós podemos dizer que as nações de Africa, Guiné, Asia, Brasil, bárbarizam quando querem imitar a nósza.” (1)

Nessas linhas recebe pela primeira vez a nossa fala o juizo das letras portuguezas. No seu julgamento falseado pelo ponto de vista improprio e anti-scientifico da grammatica, o nosso falar ahi apparece como uma manifestação de inferioridade nossa. Dahi, aquella estreiteza de visão grammatical que não poude comprehender no seu aspecto verdadeiro os phenomenos linguisticos que aqui se processavam, e suppunha encontrar no paralelo daquelle conceito de barbaros, entre os Gregos e os Romanos, a sua explicação.

Não se conforma com a lição da glottologia essa idéa de attribuir as divergencias entre a nossa linguagem e a portugueza apenas á difficuldade de imitarmos o idioma. Nesses phenomenos de alteração de uma lingua em região distante do seu meio de origem, não é através da difficuldade de imitação tão somente que se differenciam as linguas. O povo, a gente de uma região, fala de modo diverso por effeito de causas naturaes e sociaes. Fala differentemente porque o meio, a natureza a raça, a glotte, determinam essa differença. O que ha no caso, é a dialectação, tal como existe em Portugal. Não é por não poder imitar um coimbrão ou lisboeta, que a gente do Minho, de Tras-os-Montes ou do Alemtejo fala de modo differente delles. Fala porque o seu natural é falar como falam. Os brasileiros falavamos e falamos de maneira diversa dos luzitanos, porque é do nosso natural falarmos assim. Não ha aquella intenção de imitar e a impossibilidade de fazel-o. O grande historiador, nessa materia, não dispunha ainda dos ensinamentos da sciencia da linguagem.

Em 1725, á pagina 300 das suas “Regras da lingua portugueza” CONTADOR D’ARGOTE escrevia: “Ha os dialectos

(1) Grammatica da Lingua Portugueza, Olyssippone — Apud Lodovicum Rotorigiū Typographum. M. D. XL. Compilação de Varias Obras. Lisboa. Na Officina de José da Silva Nazareth. Anno M.DCC. LXXXV. Com licença da Real Mesa Censoria. (Pg. 161 e 162).

ultramarinos e conquistas de Portugal, como India, Brasil, etc., os quaes tem muytos termos das linguas barbaras e muytos vocabulos de portuguez antigo”.

Esta affirmação, escreve Leite de Vasconcellos, é corroborada pelo que diz GOMES DE MOURA, nos seus “Monumentos da lingua latina”, pag. 10, em 1823: “A lingua portugueza varia, ainda que levemente, de umas para outras provincias: *he, porém, maior a differença entre a lingua portugueza européa e ultramarina*”. (2)

E’ nesse trabalho de Contador d’Argote que se encontra pela primeira vez a denominação de DIALECTO para a lingua do Brasil. Não foi, como alguns dos nossos pensaram, nem José de Alencar, nem Theophilo Braga. Ainda no primeiro quartel do seculo 18, aquelle grammatico classificava de *ultramarino, o dialecto do Brasil*, como depois havia de fazer uniformemente a linguistica luzitana.

Nas suas palavras claramente se vê que uma das razões da dialectação da lingua entre nós era a existencia, no nosso vocabulário, de palavras estranhas á lingua portugueza, contrariando por antecipação, por assim dizer, a these dos que, num trapezio de sophismas, sustentam a extravagancia romba de que as nossas vozes tupis e africanas, e os vocabulos que dellas nasceram, em logar de contribuir para a differenciação dos idiomas portuguez e brasileiro, antes concorrem para enriquecer o lexico de Portugal. Ao saber e á intelligencia critica do philologo das *Regras da lingua portugueza*, não podia escapar a verdadeira natureza desses factos linguisticos e as suas inevitaveis consequencias.

Nelles enxerga o seu tino e a sua cultura um elemento sufficiente para distinguir, indiscutivelmente, a nossa lingua-gem, da lingua-gem portugueza.

Não era uma voz que se devesse perder essa advertencia de Jeronymo Contador d’Argote.

Nos primeiros vinte annos do seculo 19, no anno da Independencia, Gomes de Moura, reaffirmava a dialectação da

(2) Esquisse d’une Dialectologie Portugaise, pg. 71.

lingua portugueza na America, ao lado da dialectação continental. Não era só nas provincias portuguezas que o idioma se lhe apresentava differenciado, mas longe do continente, nas terras que a raça havia dado ao mundo. E nestas, conscienciosamente, notava elle que muito maiores eram as differenças da lingua do que entre as das regiões do seu torrão natal.

Por esse tempo não havia ainda Pedra Branca annotado a differenciação que se estava a processar no idioma entre nós.

Nesses dois exemplares do pensamento linguistico portugês encontra-se nos seus traços definitivos a doutrina que acerca da nossa lingua sempre ensinaram os mestres da sciencia do idioma em Portugal.

Desde os mais antigos trabalhos da philologia luzitana foi o portuguez do Brasil considerado um dialecto.

Não ha na glottologia portugueza contemporanea discrepancia no que diz respeito ao dialecto brasileiro. Os mais competentes, os que sabem essas cousas de linguistica de sciencia e consciencia, não controvertem esse ponto. E' materia fóra de duvidas. Adolpho Coelho, Leite de Vasconcellos, Theophilo Braga, Ribeiro de Vasconcellos, Mendes dos Remedios, Gonçalves Vianna, não têm em conta de outra cousa a nossa linguagem.

Nos seus opusculos, "Os dialectos romanicos ou neo-latinos, na Africa, Asia e America", ADOLPHO COELHO, nos folhetos 1.º e 2.º, dedica dois capitulos ao *dialecto brasileiro*. E mais tarde, em 1887, no seu livro *A Lingua portugueza*, ao tratar das "variedades dialectaes do portuguez", escreve:

"No dominio portuguez propriamente dito, já no territorio continental europeu, já nos territorios que as conquistas e descobrimentos fizeram nossos, não se falla uma lingua unitaria, mas notam-se ao contrario variedades dialectaes. Em Portugal essas variedades, menos intensas entre si do que a do gallego comparada com o portuguez, coincidem em parte, nos seus traços geraes, com as antigas divisões por provincias.

As variantes dialectaes da região ao sul do Mondego (Extremadura, Alemtejo e Algarve), parecem formar um

grupo assaz unitario nos seus caracteristicos mais importantes; veem depois as variedades da Beira, as do Douro e Trasmontes e as do Minho. Ha naturalmente formas de transição, variantes de certas provincias que se ligam melhor ao dominio de uma provincia visinha, como a do Baixo-Douro. Na raia transmontana notaram-se dialectos que representam a transição entre o dominio portuguez e o dominio hespanhol.

Fóra de Portugal, são mais ou menos conhecidas as variedades dialectaes insulares (archipelagos da Madeira e dos Açores), o DIALECTO BRASILEIRO e os dialectos crioulos, a que já alludimos e que formam uma série á parte.

Nessa série devem já distinguir-se em grosso, os dialectos portuguez-crioulos da Africa, da Asia e Oceania.

Nos crioulos africanos conhecidos distinguem-se ainda por varias particularidades tres grupos: o caboverdiano, o guineano e o de S. Thomé e Principe.” (3).

No seu entender, a lingua portugueza não tem essa unidade que aqui tantos apregoam com a mais desembaraçada critica, nem nas proprias terras de Portugal, quanto mais nos territorios que as velas das armadas descobriram e conquistaram.

Se de referencia as divergencias idiomáticas das regiões portuguezas se contenta o escriptor em apontal-as como *variantes dialectaes*, como tambem nos falla de *variedades dialectaes*, quando se refere ao portuguez insular — o que todavia não quer dizer que lhes desconheça a feição de verdadeiros dialectos —, de relação ao portuguez do Brasil não usou de outra expressão senão a de *dialecto brasileiro*, como para significar que a lingua brasileira não está para o portuguez, na mesma relação que as “variantes dialectaes” do continente.

THEOPHILO BRAGA em 1875 no seu *Manual da Historia de Litteratura Portuguesa*, no *Parnaso Portuguez Moderno* (1877) e no *Curso de Historia da Litteratura Por-*

(3) F. A. Coelho — A Lingua Portuguesa, pg. 119.

tugueza, segue a doutrina uniforme em sua patria, de considerar-se um *dialecto* o portuguez do Brasil.

No capitulo "Filiação da lingua portugueza", do seu *Manual*, escreve: "Cada uma destas linguas romanicas tem os seus dialectos particulares, de uma riqueza incalculavel para o problema das origens; e até o portuguez, cuja extensão e vida historica não foi tão vasta como qualquer das outras linguas, apresenta os seus dialectos importantissimos, como o *gallego*, que estacionou por não ter tido o desenvolvimento da forma escripta e da vida politica; o *indo-portuguez*, fallado nas relações commerciaes em Columbo, capital de Ceylão; o *brasileiro*, tanto o que fallam os antigos colonos internados ou fazendeiros, como os da Capital que praticam insensivelmente a degeneração phonetica; finalmente no proprio territorio portuguez existe uma lingua archaica na povoação de Suajo, tambem notavel pela sua organização social, aonde se diz em vez de *vosso*, *bostro*; em vez de *senhoria*, *senhoreença*. Esta scisiparidade que nas linguas modernas fórma os dialectos, é tambem o porquê natural do modo como do latim se foram desmembrando as linguas romanicas". (4).

No *Parnaso Portuguez Moderno*, num estudo acerca da poesia moderna portugueza, suas transformações e destino, escreveu *Th. Braga*, acerca do *dialecto brasileiro*:

"Na moderna nacionalidade brasileira, a lingua tambem se vae alterando, constituindo um verdadeiro dialecto do portuguez; cada um dos elementos da mestiçagem contribue com as suas alterações especiaes. O elemento colonial modifica a accentuação phonetica, de um modo mais exagerado do que nas ilhas dos Açores: o som do *s*, como o *ch* gallego, torna-se sibilante e mavioso sobretudo nos pluraes; as construcções grammaticaes distinguem o *se* condicional do reflexivo *si*, e os pronomes precedem os verbos, como: *Me disse*, em vez de *disse-me*. No vocabulario, o portuguez conserva os seus pro-

(4) Manual de Hist. da Litt. Portugueza desde a origem até ao presente, por Theophilo Braga, pgs. 10 e 11. 1875. Porto. Livraria Universal. Universal, Magalhães & Muniz, editores, 12, largo dos Loyos, 14.

vincianismos actuaes, e os archaismos do tempo da colonização. Da parte do elemento ante-historico, uma queda das consoantes medias e vogaes mudas; assim *senhor é siô; senhora, sinhaá*; os finaes das palavras vão se contrahindo, perdendo os seus suffixos caracteristicos, como *pió* em vez de *peor*, *casí* em vez de *casar*. Na parte do vocabulario é que se nota mais profundamente a acção do elemento ante-historico, pela profusão innumera de palavras da lingua tupy introduzidas na linguagem familiar de todo o imperio. Algumas dessas palavras já vão penetrando na lingua portugueza continental pelo regresso dos colonos ricos, assim como nas guerras de Flandres os soldados portuguezes trouxeram vocabulos que se chamaram *frandunagem*. A luta instinctiva para manter a pureza da lingua portugueza está ligada ao facto politico da preponderancia do sangue portuguez na constituição da nova nacionalidade; assim na provincia onde o portuguez é mais archaico, em Minas Geraes, o elemento portuguez é puro e continúa a ser catholico como no seculo XVI, e conservador timorato. Nas provincias onde prevalece o cruzamento das raças selvagens, existe o espirito revolucionario, como em São Paulo e o odio ao portuguez puro como em Pernambuco. Aqui estão as condições necessarias para um permanente estimulo contra a acção enervante do meio climatologico, um movel de energia scientifica e industrial; a capital do Rio de Janeiro, pelo seu inextricavel cosmopolitismo, está destinada a realizar o accordo de todos estes elementos para a obra da autonomia nacional, cujo sentimento, transparecendo já na litteratura, revela que o destino della é identificar todas as divergencias neste mesmo sentido." (5).

Mas o primeiro trabalho dedicado exclusivamente ao estudo do nosso dialecto é da lavra do eminente philologo J. LEITE DE VASCONCELLOS. Em 1883 sahe a lume o seu "Dialecto Brasileiro". *

(5) Th. Braga, *Parnaso Portuguez Moderno*, pgs. XXXIII a XXXV. 1877. Lisbôa. Francisco Arthur da Silva; editor. 72, rua dos Douroadores, 72.

(*) J. Leite de Vasconcellos, *Dialecto Brasileiro*. Porto. Typographia de A. J. da Silva Teixeira. Rua da Cancellia Velha, 62. 1883.

Serviram principalmente de base a esse estudo, os *Cantos Populares* de Sylvio Romero, e o artigo de José Verissi mo, *Linguagem popular amazonica*.

O português do Brasil é analysado na sua phonologia, morphologia e syntaxe.

Na phonologia aponta o autor os casos de prothese, epen- these, apherese, syncope e apocope, e regista a tendencia ao iotacismo.

Na parte relativa á morphologia, examina algumas *formas verbaes*, os *deminutivos*, as *interjeições* e algumas *particulas*.

Na syntaxe estuda a *preposição*, o *artigo*, o *pronome*, o *verbo*, *casos de concordancia*, *pleonasmos* de varias especies: de conjunção, de pronome, e outras particularidade da nossa linguagem popular.

Tratando da phonologia, observa Leite de Vasconcellos que no extremo norte do paiz, no Pará e no Amazonas, *o* tem som de *u*. Diz-se *canúa* em lugar de *canôa*, etc.

Em Pernambuco, na Bahia e no Rio de Janeiro o *e* da preposição *de* sôa *i*. No Amazonas e no Pará tem o som de *e* aberto. Em São Paulo a preposição é pronunciada com o *e* mais aberto.

O phonema *r* tem em certas palavras um som "assibilado" em lugar de vibrante.

Tal como acontece no Alemtejo e no Algarve *em* não sôa *õe*, mas tem o som de *êi*, e tambem *ém*, com *e* aberto, nasal sem ditongação.

O grupo *lh* tem na pronuncia popular o valor de *i*: *Mio*, *vermeio*, em lugar de *milho* e *vermelho*.

No verbo *ignorar*, o grupo *gn* sôa simplesmente com *n*.

Como succede em dialectos portuguezes, diz-nos Leite de Vasconcellos que é vulgar a troca do *l* pelo *r*, apresentando o nosso dialecto o mesmo phenomeno até no final dos vocabulos: *Animar* em vez de *Animal*, *Escola Normar* em vez de *Escola Normal*.

A vogal *a* apresenta no dialecto brasileiro casos de prothese, de epenthese, e de apherese.

Exemplificando os nossos casos de prothese do *a*, cita entre outros *aveixames* em lugar de *veixames*. Na palavra *Inglaterra* que no dialecto se diz *Ingalaterra* dá-se a epenthese da vogal *a*. Na palavra *lazão* ha apherese com a suppressão do primeiro *a* do vocabulo *alazão*. Assim tambem em *cabou-se* (acabou-se) e *maginar* (imaginar), etc.

Encontra-se tambem a apherese do *es* de *está* na forma *tá*.

A vogal *u* apresenta um caso de epenthese na palavra *flôr* que no dialecto é *fulô*, com a apocope do *r* final.

A figura da syncope se encontra na palavra *alviçaras* que se diz *alviças*. Observa Leite de Vasconcellos que o vocabulo *alviçaras* apresenta além daquela forma a de *alvistas*. Na palavra *siá* ha syncope do *nh* de *sinhá*. Ha tambem syncope do *s* na palavra *mêmo* (mesmo) que é corrente na Madeira e outros logares. Ha um caso de syncope até da preposição *de* na expressão *corpo de delicto* que no dialecto é *corpo-delicto*.

A syncope apparece na palavra *surjão* que através de varias alterações correspondente a *cirurgião*.

Nota o philologo portuguez que é muito commum no dialecto a apocope do *r* e do *l*, ou de um *r* que substituiu o *l*. Entre varios exemplos dá *sinhô*, *serradô*, *muyé*, *mió* e *milhó*, *papé*, *quá*, etc. em lugar de *senhor*, *serrador*, *mulher*, *melhor*, *papel*, *qual*.

Firmado em observação de Adolpho Coelho reconhece no dialecto uma tendencia ao iotacismo.

Nas formas de tratamento se encontram varias alterações. Com José Verissimo regista as seguintes: *vosmincê*, *mecê*, *vossuncê*, *vassuncê*, *vancê*, *vamicê*, *vacê*, originados de *vossa mercê*.

Na parte referente á morfologia aponta Leite de Vasconcellos as formas verbaes *havera* em lugar de *houvera*, *truce* em lugar de *trouze*, *ringiu* em lugar de *ranguu*. E accrescenta que as alterações na phonologia antes examinadas apresentam outras formas.

Tratando dos deminutivos, accentúa que é muito frequente entre nós o seu uso, nos nomes — consoante o reparo de Adolpho Coelho — nos pronomes e até nos verbos: *ellazinha*, *foizinho*, *estázinho*, *querzinho*.

Ha tambem interjeições que pertencem ao dialecto: *Ecô*, *o-lé*, *o-lô*, *o-lá*, *Ah! uê*, *ué*.

Quanto ás conjunções, escrevemos *si* a condicional *se*.

A forma *nas ondas* é escripta *n'ondas*.

Analysando a syntaxe do dialecto faz Leite de Vasconcellos as seguintes observações:

A preposição *em* é usada em lugar da preposição *para*. Dos *Cantos Populares* de Sylvio Romero dá varios exemplos: “levei-o *no* meu jardim”, “Vae depressa *na* botica”, etc. A mesma preposição *em* é empregada precedendo a palavra *antes*. Commenta, porém, o philologo que *em antes* é commum no portuguez de Entre Douro e Minho. Em lugar da preposição *a* empregamos *em*:

Quem bate *na* minha porta
Quem bate, quem está *ahi*?”

Fazemos seguir a preposição *de* ao verbo *chamar*: “Você chamou-me *de* feiô”.

Em alguns casos supprimimos o artigo: *rio encheu-se*, etc. Acrescenta Leite de Vasconcellos que ha casos tambem de suppressão em portuguezs.

No dialecto brasileiro o pronome nominativo é empregado como accusativo sem ser acompanhado de preposição. Dos *Cantos Populares* de Sylvio refere: Me puz a lavar *elle*”, etc.

A variação *mim* é usada antes do infinitivo: “*Pra mim dançar* com ella”.

A forma *que é delle* deu lugar a *qu'ê dêl-o*, e *cadê*.

A collocação dos pronomes identifica para Leite de Vasconcellos um “escripto brasileiro”.

Considerando os verbos no dialecto observa que o verbo lembrar é usado sem o pronome: “Lembro de quem anda ausente”; o verbo *pegar* é empregado sem preposição: “Peguei o capote” etc. Dizemos *fazem vint'annos* em vez de *faz vinte*

annos. Generalizamos o emprego do conjunctivo em lugar do imperativo:

Traze o teu boi
E *venhas* dançando

Na lingua popular nem sempre é observada a concordancia do artigo com o substantivo. Dos *Cantos Populares* recolhe: “Que comia em *tres* sertão” “E as fitas de *mil* côr”.

Entre o verbo e o sujeito tambem se dá a falta de concordancia: Sete frades se *afogou*”, “E meus olhos não te *vê*”.

Acerca dos pleonasmos annotou Leite de Vasconcellos varias especies: de pronome, de conjunção e de adverbio.

Usamos *mas porém*, repetimos a negativa:

“Mas eu *não* faço cura
Sem o meu mestre *não* ver”.

O pleonasma do pronome é usado tambem em Portugal.

Na construcção da phrase apparece a influencia tupy. Empregamos o vocabulo *será* para dar a forma interrogativa: “Você vae á missa *será?*”, “Você tem seu remo *será?*”

Muito curioso é o reparo do philologo com relação as formas dialectaes *pareste* em lugar de *parece que*, *na masque* em lugar de *não ou nada, mais que*, *disque* em lugar de *diz que*, onde vê factos analogos ao latim *populusque*.

Igualmente ha uma forma syntactica peculiar ao dialecto na construcção das phrases que terminam com o vocabulo *porção* afim de denotar grande quantidade: “havia gente *porção*”, pescou peixe *porção* (6).

São estas as principaes observações de Leite de Vasconcellos naquella seu opusculo.

O trabalho do illustre philologo limitado a aquelles dois estudos de Sylvio e de José Verissimo, e algumas observações que obtive de brasileiros, não podia ter maiores proporções.

(6) J. Leite de Vasconcellos — Dialecto Brasileiro, pgs. 14 a 26.

Como elle proprio disse depois, essa tarefa devia caber aos nossos philologos. O material tambem que se lhe apresentava naquellas obras só lhe permittia estudar a linguagem do nosso povo inculito, — variações sub-dialectaes. As variações dialectaes da nossa gente instruida ter-lhe-iam offerecido largo cabedal para a mais completa indagação das differenças de linguagem entre o nosso falar e o dos portuguezes. Mas os nossos *mestres de fala* não quizeram dar ouvidos ao conselho do philologo, e só ha pouco tempo começaram os trabalhos linguisticos dessa natureza a despertar verdadeiro interesse scientifico entre nós.

Mais tarde em 1901 sáe a lume a notavel monographia ainda de *Leite de Vasconcellos*, acerca da dialectologia portugueza. E' a sua these de doutorado na Faculdade de Letras da Universidade de Paris, escripta em francez, — *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*.

Nesse magnifico trabalho, o mais seguro ainda publicado sobre a dialectação da lingua portugueza, torna o grande philologo a tratar do *dialecto brasileiro*. Nas linhas da sua magistral classificação vamos enconral-o entre os ultramarinos, tal como já lhe havia chamado Contador d'Argote.

Divide Leite de Vasconcellos os dialectos da lingua portugueza em tres classes: dialectos continentaes, dialectos insulares, dialectos de ultramar.

Entre os da ultima categoria juntamente com os dialectos da India, Ceylão, Macáo, o malaio-portuguez, o de Timor, o caboverdiano, o guinéense, e outros, está em primeiro logar o *dialecto brasileiro* (7).

Desse trabalho extraimos os seguintes trechos: (8)

“7-B. La classification que je viens d'établir de tous les dialectes portugais est, comme on l'a vu, surtout géographique, mais elle est en même temps glottologique, ce que je montrerai dans la Partie II, et aussi historique: en effet,

(7) *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, pg. 29 e 30.

(8) *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*.

les dialectes continentaux sont une évolution du latin vulgaire dans un certain milieu; les *dialectes insulaires* sont une évolution du portugais du continent, dès l'époque de la colonisation, aussi dans un certain milieu, mais différent du premier et indépendamment de toute influence étrangère; les *dialectes d'outremer* sont encore une évolution du portugais de la même époque, cependant dans des milieux différents de ceux dont je viens de parler, et qui ont agi sur notre langue d'une manière particulière.

“Donc da Dialectologie Portugaise doit être, d'après ce que l'on vient de dire (chap. I) l'étude non seulement des parlars populaires du Portugal, du galicien et des idiomes de la frontière hispano-portugaise, mais aussi des modifications qu'a éprouvé notre langue dans les régions lointaines où elle a été portée par des conquérants, des colons, ou de simples groupes d'émigrants (Partie II), et en même temps l'examen des conditions dans lesquelles se sont opérées ces évolutions (Partie III); ou y ajoutera, comme complément naturel du sujet, la bibliographie dialectologique (chap. suiv.) (pag. 34).

“Le Brésil a été découvert par nous en 1500, et il a appartenu au Portugal jusqu'à 1822, année où il s'est déclaré indépendant. Dans la population brésilienne entrent des éléments de trois origines principales: un élément indigène; un élément blanc, surtout portugais; un élément nègre, originaire des possessions portugaises d'Afrique, et apporté au Brésil comme esclave. Mais le Portugais proprement dit et le Nègre de la côte:

“*não são brasileiros, e sim estrangeiros. O genuino é o descendente destas tres origens*” (9).

La langue nationale du Brésil est le portugais, qui, transporté dans un milieu si différent de celui de son origine, y a éprouvé *beaucoup de modifications*. Les écrivains bré-

(*) *Os gryphos são nossos.*

(9) Leite de Vasconcellos, op. cit., pg. 158.

Hoje são genuínos todos os brancos nascidos no Brasil, os descendentes de italianos, de alemães, etc.

siliens ont beaucoup discuté, au point de vue patriotique, si le portugais du Brésil est ou non un dialecte (10). Si j'appelle dialecte, par exemple, le portugais de Tras-os-Montes, à plus forte raison je dois donner ce nom au portugais du Brésil ou *brésilien*. En prenant pour base, soit les faits que la bibliographie (§ 18 et 29-a) m'a fournis, soit ceux que j'ai recueillis moi-même de la bouche de quelques Brésiliens, j'indique dans les §§ suivants les principaux caractères de ce dialecte".

E nos ditos paragraphos estuda a nossa lingua do ponto de vista da:

- a) *Phonologia*;
- b) *Morphologia*;
- c) *Syntaxe*;
- d) *Lexico*.

Mas o trabalho de Leite de Vasconcellos não ficou restrito á analyse do nosso dialecto. Como linguista que sabe o seu officio, elle reconhece entre nós a existencia tambem de sub-dialectos. São estas as suas palavras:

"*Sous-dialectes* — Le Brésil, à cause de son extension et de la variété des races qui le peuplent, nous offrent des différences dialectales. Je ne puis cependant fournir à ce sujet beaucoup de renseignements. Le parler de la région des Amazones, par exemple, présente quelques particularités (voir § 94) de même de celui du Pará, où l'on dit: *canúa* "canôa", avec de changement de l'*ô* en *u*, comme aux Açores § 88. Du Rio Grande do Sul, Pereira Coruja dit:

"ha alguns vocabulos e phrases que não têm equivalentes nem no uso commum, nem nos dictionarios da lingua."

(10) Voir les éléments de cette question, par ex., dans Silvio Romero, loc. cit., pg. 310, suiv.; Pires Ferreira, Notas sobre a lingua portugueza, pg. 41 suiv.; Baptista Caetano, Rascunhos de Grammatica port. pg. 5.

Silvio Romero, *Estudos de poes, pop.* pag. 339 — note aussi quelques différences lexicologiques, selon les localités. Dans la *Noticia do Brasil* (XVI siècle) contenue dans la *Collecção de noticias para a historia e geographia das nações ultramarinas*, t. III, Lisbonne 1825, ou dit que les Tupinambas :

“para dizerem *Francisco* dizem *Pancisco*, para dizerem *Lourenço* dizem *Rorenço* (remarquer déjà ô = ou, selon § 94), para dizerem *Rodrigo* dizem *Rorigo*”;

faits réellement peu caractéristiques. José Feliciano de Castilho, dans *l'Orthographia portugueza*, Rio de Janeiro, 1860, dit d'une manière générale :

“o (portugais) do Rio de Janeiro diversifica do do interior de San-Paulo; este, do do Ceará ou das Alagôas”.

Aux philologues brésiliens, il appartient d'étudier ce sujet". (*)

“Les différences que j'ai notées aux §§ 94-95 ne sont pas de toutes le régions, ni de toutes les classes sociales.

Je pense que les personnes instruites ne disent par exemple ni *trei*, ni *muyé*, mais elles disent *molhár*, *pêquêno*, *di lá*, *si*, et elles font les modifications syntaxiques notées aux §96. Ces modifications et l'emploi de *si* et de *di lá*, on les trouve dans la langue écrite, qui, en général, n'offre rien d'autre à noter, si ce n'est le vocabulaire.

Parmi les éléments blancs de l'ethnologie brésilienne, il y en a d'autres que les portugais. Ainsi, on trouve beaucoup d'éléments hollandais au Pernambouc, et beaucoup d'éléments allemands, et italiens dans le Sud. Déjà dans la *Revista Lusitana*, VI, 189, j'ai publié la traduction d'un article de Sellin, sur les “portugaisismes” introduits dans l'allemand parlé par les colons originaires d'Allemagne, par ex. : *Ranschen* plr. du port. *rancho*, *Riemen* “remo”, *Passascher* “passageiro”.

Das palavras do mestre portuguez se vê claramente que, na sua opinião, os motivos que têm determinado alguns escriptores brasileiros. a negar a existencia de um dialecto do portuguez no Brasil, não têm como fundamento factos ou

(*) O grypho é nosso.

critérios de natureza linguística, ou philologica, são razões de outra ordem; são razões sentimentaes, são razões de sentimento patriótico, que têm levado espiritos de estudo e saber a pensar desse modo. Para o grande professor de lingua portugueza, os nossos escriptores não se collocam do ponto de vista scientifico, da philologia, ou da glottologia; é através do prisma do patriotismo que encaram o assumpto. Quer dizer, não é possível negar a existencia entre nós de um dialecto portuguez, do ponto de vista da linguística. Sómente collocando-nos fóra do ponto de vista da sciencia das linguas, podemos, contra a evidencia dos factos e os principios mais elementares de glottologia, desconhecer a realidade do *dialecto brasileiro*.

Mas terão andado com acerto os nossos escriptores em negar, por patriotismo, essa evidencia indestructivel? Noutro ponto veremos que não têm razão para isso, e que toda essa attitude se prende a um falso conceito de dialecto, que, infelizmente, ainda hoje, está arraigado no espirito de muitos.

Dialecto não é corrupção. Não ha inferioridade nenhuma da nossa parte em falarmos um *dialecto*, em relação ao portuguez. A lingua de Portugal é por seu turno, um dialecto em relação ao latim de onde nasceu.

Comquanto tenha escripto o philologo que a lingua nacional do Brasil é o *portuguez*, ninguem pense estar encerrada nestas palavras a idéa, a opinião de que a nossa lingua seja perfeitamente a portugueza.

Na segunda parte de sua "Esquisse d'une Dialectologie Portugaise", na qual escreveu a "Grammatica Summaria dos Dialectos Portuguezes", diz-nos J. Leite de Vasconcellos, na "Observação Preliminar" n. 32:

"Considerarei em primeiro logar o portuguez propriamente dito, e em segundo logar as outras falas que se relacionam com o portuguez." (12).

(12) Esquisse, pg. 79.

Para o illustre philologo lusitano, portuguez é o de Portugal. Só a esse, com rigor de propriedade, podemos chamar *tout court*, de portuguez. A's outras falas que se relacionam com a lingua portugueza, ligadas ao portuguez, não poderiamos com exactidão denominar ou considerar, apenas, portuguez. Essas falas não representam a lingua de Portugal na sua feição fiel. São dialectos, são linguas em que se encontram, em maior ou menor gráo, os traços physionomicos, philologicos, do velho idioma lusitano, a estrutura mais ou menos da lingua portugueza nas suas linhas essenciaes, mas não podem ser philologicamente confundidas com a linguagem authentica, genuina da gente portugueza na Europa.

Na sua esplendida *Grammatica Historica da Lingua Portugueza*, trata A. G. RIBEIRO DE VASCONCELLOZ, da nossa linguagem, que inclue entre os dialectos do portuguez.

Examinando a materia da dialectologia do seu idioma, reconhece e ensina, de accordo com as boas normas da glottologia, que, fóra do continente era inevitavel a modificação da lingua portugueza, dada a diversidade do meio e a ausencia das condições peculiares á vida do idioma no seu lugar de origem, assim como a acção de factores que não tem existencia em Portugal.

Com inteiro aprumo scientifico, escreveu elle estas considerações de perfeita doutrina:

“Dialectos do portuguez — Apesar da acção intensa exercida no nosso paiz pela linguagem litteraria sobre a linguagem popular, devido á pequenez do territorio e á facilidade relativa de communicações, o portuguez popular tem continuado a viver, especialmente fóra dos grandes centros, e ainda hoje vive em diversos dialectos.

Mas, nas ilhas e nas terras d'alem mar, onde se falla o portuguez, é que a linguagem popular se encontra diferenciada em dialectos muito diversos, devido ás condições especiaes em que lá se acha, por um lado desembaraçada de muitas influencias que teem modificado a lingua em Portu-

gal, por outro sujeita á acção de novas e variadissimas causas modificadoras, que não existem cá”.

Reproduzindo a tabella dos codialectos e dialectos hoje existentes derivados da lingua romanico-luzitanica, segundo Leite de Vasconcellos, incluye tambem Ribeiro de Vasconcellos entre os ultramarinos o dialecto brasileiro (13).

No seu *Compendio de Grammatica Historica Portugueza*, o douto philologo JOSÉ JOAQUIM NUNES, discorrendo acerca dos dialectos da lingua portugueza incluye tambem entre elles o *dialecto brasileiro*.

Fallando da maneira porque se formou nos tempos do rei Affonso III uma lingua unica em Portugal, adverte que continuaram entretanto “a existir as pequenas divergencias que ainda hoje se observam e dão origem aos varios dialectos em que actualmente se divide a lingua portugueza”, e em nota escreve:

“Porque uns existem no continente e outros vivem nas ilhas e possessões portuguezas, classificam-se estes dialectos em *continentaes*, *insulares* e *ultramarinos*: pertencem aos primeiros os seguintes: *interamnense*, *transmontano*, *beirão* e *meridional*, nos quaes se comprehendem, como os seus nomes indicam, os falares do Minho e Douro, Tras-os-Montes, Beiras e mais provincias de Portugal; fazem parte dos segundos estes: açoreano, madeirense e entram no numero dos terceiros os que estão em uso no BRASIL, (*), India-Portugueza, Ceylão, Macau, etc.” (14).

A mesma doutrina é seguida, no que tange ao brasileiro considerado como dialecto do portuguez, pelo philologo MENDES DOS REMEDIOS.

Na sua *Introducção á Historia da Litteratura Portugueza*, ao tratar das *Linguas Romanicas* escreve com relação ao idioma da sua terra:

(13) A. G. Ribeiro de Vasconcellos — Gram. Hist. pgs. 27 e 28.

(*) O versal é nosso.

(14) J. J. Nunes, op. cit., pg. 13.

“Finalmente temos o portuguez, que tambem apresenta as suas variedades dialectaes, como em outro lugar veremos, e que, além de ser usado em Portugal, ilhas adjacentes e colonias, o é tambem nos Estados Unidos da America do Sul (sic) a saber:

Norte: Amazonas, Pará, Maranhão, Piauhy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba e Pernambuco.

Leste: Alagôas, Sergipe, Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo.

Centro: Minas Geraes, Goyaz e Matto Grosso.

Sul: Paraná, Santa Catharina e Rio Grande do Sul.

Á pagina 80, torna ao assumpto dos dialectos do portuguez, em cuja classificação adopta o trabalho de Leite de Vasconcellos.

“Todas as linguas romanicas apresentam differenciações dialecticas. O portuguez não é nem podia ser uma excepção. Fallado por milhares de individuos espalhados pela Europa, Asia, Africa, America do Sul e Oceania tem variedades dialectaes muito curiosas para o estudo da lingua-mãe. Como uma especie de thermometro muito sensivel, segundo escreve Brunot, a linguagem accusa as mais pequenas variações de clima, não pôde deslocar-se de norte para sul, de oriente para poente, sem que modifique alguns dos seus caracteres.

Em geral e a respeito do portuguez podemos dizer, que o Mondego é como que a linha divisoria que distingue dois typos dialectaes: o do Norte mais suave, uniforme e alatinado, e o do sul mais desigual e aspero. O Sr. Leite de Vasconcellos divide os dialectos portuguezes em tres grupos: *continentaes*, *insulares* e *ultramarinicos*”.

Segue-se a classificação conhecida onde entre os ultramarinos está o dialecto brasileiro (pag. 81).

Convem fazer-se o reparo de que não se limitou Mendes dos Remedios a classificar de dialecto o portuguez do Brasil, no seu trabalho vae até a divisão dos nossos sub-dialectos.

Entre os que em Portugal sustentam a dialectação do idioma no Brasil, podemos incluir o grande phoneticista GONÇALVES VIANNA.

Escrevendo um *Juizo Critico* acerca do livro *O Problema da Collocação dos Pronomes* da autoria de Candido de Figueiredo, depois de observar que a questão seria ociosa em Portugal porquanto lá ninguém a suscitaria, diz:

“Trata-se de saber no Brasil se é legitima e portugueza a collocação que lá dão aos pronomes pessoas com relação ao verbo a que pertencem, e é litigio que dura ha já meio seculo”.

E após exemplificar com alguns casos commenta:

“No portuguez do reino, essas construcções são peiores que defeituosas, são inauditas, incompreensíveis: toda a discussão a tal respeito seria futil e desperdiçado o papel que se gastasse com ella, porque não ha pessoa alguma em Portugal e nas suas actuaes dependencias, que construa de semelhante modo aquellas phrases (o autor se refere aos exemplos que apresentou) seja elle o mais boçal analphabeto, ou o mais primoroso escriptor. Essas construcções syntacticas nem são nem foram nunca portuguezas, são *crioulas*, como crioulas são tambem as mais das particularidades de pronuncia brasileira, que das de Portugal se afastam, e á cerca da provavel influenciã africana que determinou aquella syntaxe é digno de attenta leitura o capitulo XXXII da obra, e acertada e probante, a documentação que ali se cita, principalmente a que se refere á anteposição dos pronomes nas linguas cafreaes.

E' assumpto que merece detido estudo, mas em que não posso entrar neste logar e nesta occasião: ¿Subsistem esses creoulismos no Brasil e tiveram origem no convivio de poucos brancos, nas roças, com innumera população de procedencia africana, especialmente cafre? Offerecem probabilidades esses creoulismos de no Brasil se estabelecerem definitivamente, qualquer que seja a reacção artificial que contra elles se organize? Não é tempo ainda por enquanto de responder decisivamente a estas interrogações.

O PHENOMENO SERIA DE BASTANTE INTERESSE, POIS EQUIVALERIA Á PRODUCCÃO DE UM DIALECTO DA LINGUA PORTUGUEZA, (*)

(*) O versaleto é nosso.

mas a dar-se essa evolução, em nada affectaria ella, nem poderia jamais affectar, o idioma patrio no seu berço glorioso". (15)

Não é também aqui o lugar de discutirmos a maneira brasileira da collocação dos pronomes. Noutro capitulo deste trabalho trataremos do assumpto, para demonstrar que não ha no caso *creoulismos*, nem é também o dialecto brasileiro um *dialecto creoulo*. Aqui o que nos interessa é mostrar apenas que segundo a doutrina de Gonçalves Vianna, o portuguez do Brasil é um dialecto. O autor não o affirma, tão somente porque elle ignora que o *phenomeno é de ordem geral*, e entre nós, todos, incultos e cultos, empregam correntemente a discutida collocação dos pronomes. Tivesse elle a certeza de que a referida collocação é um *facto* da nossa linguagem e de accordo com o seu modo de pensar affirmaria a existencia, entre nós, de "*um dialecto especial da lingua portugueza*".

Já na suas *Palestras Philologicas* reconhecia elle que o portuguez do Brasil soffreu decidida influencia da lingua indigena.

"A influencia que o tupi, nos seus dois dialectos citados (o autor se refere ao *nheengatu* e ao *abanheenga*) ou ainda em terceiro, exerceu no Portuguez é indubitavel, e predominou durante largo tempo, como o estão attestando as innumeradas designações topographicas e as centenas de vocabulos tupis que penetraram no portuguez do Brasil. E' certo que essa influencia perdeu já quasi de todo a sua acção, e cada vez se irá fazendo sentir menos; é porém innegavel não só no lexico e nas pronuncias que o portuguez adquiriu lá, mas ainda em varios phenomenos syntacticos, que por outro modo difficilmente se explicariam". (16)

Não destoa dessa doutrina da dialectação da lingua portugueza entre nós, o prof. MAXIMIANO GONÇALVES. Para elle não fallamos o portuguez genuino, mas um *dialecto*.

(15) Op. cit., pgs. 6, 7 e 8.

(16) Palestras Philologicas, pg. 52.

No seu livro "Pontos de Grammatica Historica" estuda a differenciação que a nossa linguagem apresenta em relação ao idioma da sua terra:

"De todos os dialectos do portugûes, é o brasileiro o que mais importancia merece, não só por ser falado por cêrca de 42 milhões de individuos, mas ainda por se tratar de um DIALÉTO *que adquiriu cultura litteraria bastante desenvolvida*, com direito, por consequencia, a um logar de destaque, dentro do idioma commum.

Transplantada para o Brasil há seculos, pelos primeiros colonizadores, a lingua portugueza foi gradativamente adquirindo caratêres novos, notando-se hoje CONSIDERAVEIS DIVERGENCIAS (*) não só na parte semiológica, mas tambem na prosódica e sintática".

O autor dessas linhas, é um professor portugûes, que ensina aqui, entre nós, o idioma da sua patria e a lingua latina. Fala da feição porque se encontra em nossa terra a lingua da sua gente d'elle, isto é, a dos luzitanos, não pela solfa do "*ouvir dizer*", mas em contacto com a juventude brasileira, nas escolas de ensino secundario. A impressão que recebeu do nosso meio quanto ao idioma de Camões é verdadeira, porquanto nella se traduz fielmente a realidade linguistica brasileira. Não lhe era possivel, sem se collocar ao serviço de preconceitos e má fé, anotar de outro modo o seu juizo, senão julgando *consideraveis* as divergencias existentes entre a lingua brasileira e o falar da sua terra natal.

Ennumerando essas "*consideraveis divergencias*", distribue-as pela semiologia, pela prosódia e pela syntaxe do nosso dialecto, isto é, do que chama de dialecto brasileiro. E depois de exemplificar alguns casos semiologicos diz: "Devemos acrescentar que no portugûes do Brasil existe uma immensidade de vocabulos (cerca de 5.000), provenientes de linguas indigenas e africanas. Taes palavras, *longe* de estabelecerem divergência entre o portugûes de Portugal e o do Brasil, antes enriquecem o idioma commum".

(*) O grypho é nosso.

Este trecho merece commentario. Na lingua falada no Brasil ha muito e muito mais de 5.000 palavras, que não são usadas em Portugal. Não se deve restringir a differença de vocabulario, ás palavras de origem indigena e africana. Ha milhares de vocabulos brasileiros da gemma. Taunay computou como já vimos, num calculo prudente, em cerca de cem mil os brasileirismos. O illustre investigador Pe. Teschauer já reuniu no seu Diccionario Nacional cerca de dez mil vocabulos vivos na lingua do povo brasileiro.

Não é menos digno de reparo o affirmar-se que as palavras de origem indigena e africana incorporadas pela força do meio e de condições historicas e ethnicas, que são peculiares á lingua fallada no Brasil e não tem uso em Portugal, "longe de estabelecerem divergencias, antes enriquecem o idioma commum". Aqui ha uma subtiliza fragil de raciocinio. O que se passa é justamente o contrario. Entre elementos e factores que distinguem a lingua do Brasil e a de Portugal, concorrem precisamente, quanto ao vocabulario, os milhares de palavras indigenas e africanas que não existem em Portugal.

Após exemplificar as differenças entre a lingua portugueza e o dialecto brasileiro, no que tange á semiología, passa o professor Gonçalves a indicar as "divergencias principaes" da prosódia. E as enumera:

"1.º) As vogais breves pretonicas que são levemente mais breves em Portugal do que no Brasil. Assim, no Brasil diz-se: *verão*; em Portugal *v (e) rão* (o e quasi mudo).

2.º) O ê antes de *nh* sôa, quasi sempre, em Portugal, como *â*. Ex. *tenho* (tanho).

3.º) O grupo *em* tonico tem o som de *ã*, principalmente entre o povo inculto: *tambem* (tambã). (17)

4.º) O ditongo *ou*, sobretudo em Lisboa, é geralmente substituido por *oi*: no Brasil, *ouro*; em Portugal, *oiro*.

(17) Não é principalmente entre o povo inculto. Na poesia letrada portugueza é regular a rima de palavra terminada em *ãl*, ou *ãe*, com vocabulos terminados por *em*.

5.º) O *e* da preposição *de* em Portugal é quasi sempre mudo; no Brasil é substituído, a maior parte das vezes, por *i*. Assim, em Portugal: *de* (o *e* é quasi mudo); no Brasil: *di*.

6.º) O *r*, ultima consoante de verbos e de outros oxítonos, em Portugal pronuncia-se *brandamente*; no Brasil, ou se *elimina* ou *tem som forte*: Portugal, *amar* (*e*); no Brasil *amá* ou *amárr*.

7.º) O grupo *eia* em Portugal sôa *êia*, no Brasil, *éia*;

8.º) O brasileiro não distingue a preposição simples da preposição contrahida com o artigo. Em Portugal, a preposição simples sôa: *ã*; a contração sôa: *á*. No Brasil, sôa sempre *á*, como se fosse contrahida”.

Seguem-se os casos de divergencia na syntaxe. São elles:

“1.º) Nas locuções verbaes frequentativas, no Brasil usa-se a fôrma gerundial de preferencia á infinitiva. Dizemos, então: *estou escrevendo*; em Portugal: *estou a escrever*.

2.º) Com os verbos que exprimem movimento *para* e *pedem*, consequentemente, um terminativo de direcção, no Brasil, usa-se a preposição *em* e suas contrações, enquanto em Portugal se emprega a preposição *a*. Em Portugal diz-se: *caiu ao chão*; no Brasil: *caiu no chão*, etc.” (18).

Em seguida, como 3.º item, o autor trata da velha questão dos pronomes, mandando ver a sua “Topologia das Variações Pronominaes.

Aqui deixamos demonstrada a affirmação que fizemos ser o portuguez do Brasil, para a linguistica e a philologia portuguezas, um *dialecto*. Assim o entendem ellas porque á luz dos criterios da sciencia da linguagem não ha outro juizo.

Não é por outras razões que ellas consideram tambem dialectos as variações do idioma no proprio portuguez do continente europeu.

Se alguma vez, como nas palavras de Gonçalves Vianna, se encontra um certo quê de hostilidade a insistir nos “crioulismos”, nas influencias “cafriais”, deixando transparecer o pensamento de uma inferioridade da nossa linguagem, não

(18) Maximiliano Augusto Gonçalves, op. cit., pgs. 25 a 27.

é realmente por esse motivo que julga um dialecto o nosso idioma, mas pela divergencia da syntaxe da nossa grammatica e a acção do tupy no vocabulario.

Mas ainda que um ou outro espirito não resignado com a nossa independencia politica, com o 7 de Setembro, perca a serenidade e pretenda olhar-nos de cima para baixo, não é isto razão para que a doutrina scientifica, afim de não lavrar a mesma sentença no que tange á dialectação, deixe de reconhecer a existencia, entre nós, de um dialecto do portuguez. Em face da sciencia da linguagem não é possível desconhecer a verdade do dialecto brasileiro. E na linguagem scientifica não ha no conceito de dialecto nada que induza a alguma cousa de inferioridade. Para ella é *dialecto* a variedade de um idioma, quer esta se verifique na continuidade do territorio, quer fóra delle, nas ilhas ou noutro continente.

Considerando o pôrtuguez do Brasil um dialecto, a linguistica portugueza outra cousa não faz senão enunciar um logar commum na sciencia da linguagem.

Os nossos escriptores, grammaticos, e os nossos puristas, classicos, que têm negado o dialecto brasileiro, e continuam a negal-o hoje, não fazem acerca dessa questão senão paginas cujo valor estará apenas no da fórma litteraria com que a penna lhes houver estylizado juizos sem fundamento scientifico.

Ao tratarmos do conceito de dialecto haveremos de mostrar que a razão e a verdade estão com a glottologia portugueza.

CAPITULO IV

RUY BARBOSA E O DIALECTO BRASILEIRO

A "Replica" e o dialecto. Valor litterario da "Replica" e ausencia de espirito scientifico. O dialecto como linguagem dos que "educaram a faculdade da palavra na lição de escriptos estrangeiros"; — falsidade desta doutrina. O genuino phrasendo patrio. O "senso da vernaculidade". Boa linguagem. A vernaculidade brasileira. — ALENCAR e o dialecto. — A "vergonhosa metamorphose" do portuguez no Brasil. A celebrada "formosa maneira de escrever dos nossos maiores". A intenção de offender os modelos classicos. Os litteratos portuguezes e a lingua popular. A attitude dos grammaticos brasileiros. O que é o dialecto brasileiro. Escreva em portuguez quem quizer. Como os francezes escrevem bem. Uma pagina de ANTONIO DE CASTILHO que RUY esqueceu. RUSKIN e os erros em estylo ciceroniano. "Uma bella phrase agradar-nos-á sempre mais do que uma noção exacta". Justificação do dialecto brasileiro nas proprias paginas da "Replica". O genio das linguas. QUINTILIANO e a autoridade da orelha. Analyse da doutrina de RUY BARBOSA.

A opinião invocada como argumento supremo contra a existencia do dialecto é a de RUY BARBOSA, estampada na sua famosa *Réplica*.

Mas já é tempo de considerarmos as cousas sem lyrismo nem paixões, fóra do espirito de polemica, ou de amor a escolas literarias. Já é tempo de lermos a *Réplica* a frio, examinando-lhe a doutrina e os ensinamentos, independentes das grandes qualidades do estylo.

Em materia de linguagem do ponto de vista grammatical ou da fórmula classica portugueza, pleno direito a todos os dythirambos. Poderão os nossos puristas não lhe encontrar um *senão*, julgando-a uma dessas cousas incrivelmente, abso-

lutamente, perfeitas. Mas, em materia de principios litterarios, em materia de linguistica, é por vezes fragil e não consulta a verdade historica dos factos, mais de uma vez, em pontos de capital importancia. Muitos dos principios por ella invocados como do mais alto valor, do mais rigoroso criterio litterario e artistico, não resistem á analyse.

No caso do *dialecto brasileiro*, que agora vamos discutir, não tem a doutrina exarada na *Réplica* a menor valia em linguistica. São paginas de fino valor litterario, em grande estylo, lapidares, talhadas com um buril maravilhoso, em cujas linhas se sente o recorte dos mestres da esculptura verbal, mas inteiramente desprovida do mais minimo espirito scientifico.

Nellas não se discute nem estuda, linguisticamente, o assumpto. Limitaram-se a uma affirmação litteraria, gratuita, sem provas, de que não ha *dialecto brasileiro*, mas, ao contrario, a nossa lingua continúa a ser e não pôde deixar de ser senão a portugueza de Portugal, onde sempre estiveram e sempre hão de estar os modelos da nossa "*boa linguagem*".

Mão grado as lições da sciencia da linguistica, insistiu Ruy Barbosa, na negação do *dialecto brasileiro*.

O grande escriptor sahiu a campo, de ponto em branco, contra a idéa de que aqui, entre nós, já se houvesse formado uma dialectação da lingua portugueza.

Com os recursos da sua maravilhosa intelligencia e o extraordinario poder verbal da sua phrase, collocou-se na defesa dos preconceitos philologicos que lhe formaram, e nortearam, por toda a vida, a mentalidade.

Num movimento habitual dos estylos da sua dialectica, procurou encarar o assumpto, fóra do ponto de vista adequado, fóra da linguistica, para examinal-o através do prisma grammatical, do angulo dos escriptores portuguezes, dos *classicos*, os quaes eram, no seu entender, o padrão da *boa*

linguagem. E com a penna e o ouvido dos quinhentistas e seiscentistas e demais escriptores da familia *vernacula* portugueza, tudo diligenciou para affirmar, numa attitude simplista e curiosa, que, fóra da feição classica lusitana só ha o erro, a ignorancia, a escripta, finalmente, dos que não sabem o seu idioma. As paginas, porém, em que vasou a extravagancia dessa theoria, não têm, repitamos, outro valor senão o da fórma litteraria. Em linguistica, soam falso a não poder mais. A linguagem em que estão lavradas mostra unicamente que a sua penna não encontrava difficuldade em tratar requintadamente os mais estranhos themas. A sua portentosa cerebração poude demonstrar apenas que elle era capaz de escrever com arte e belleza, no pesado idioma dos *classicos*, como escreveu magnificamente em francez o discurso de saudação, na Academia, a Anatole France. Mas, dahi a provar que a lingua entre nós é a portugueza, que o criterio da nossa escripta deve ser o do ouvido luzitano, ha, certo, a distancia de uma impossibilidade.

Não tem razão Ruy Barbosa quando pretende caracterizar o dialecto brasileiro como a linguagem dos “que educaram a faculdade da palavra na lição de escriptos estrangeiros, que se affizeram a pensar num genero de aravia cosmopolita, feita a esmo de quantos resíduos o contacto de idiomas peregrinos lhes foram imbutindo na mente, que habituaram o ouvido a essa lingua bastarda, a esse dialecto promiscuo, a esse fallar incongruente e discolo, perdendo o senso da vernaculidade, o tino da sua belleza, a intelligencia da sua harmonia”, e “acabam por suppor seriamente mais clara essa miscellanea amorpha, emburilhada e rude, esse portuguez mestiço de tner lobo e cão, no pitoresco dizer dos nossos maiores, que o genuino phraseado *patrio*, * onde até as singularidades, os modismos, as anomalias são traços de luz, gradações de idéas, claro-escuros de perspectiva na imagem verbal do pensamento”.

Ninguém poderá negar que esse trecho está maravilhosamente escripto, mas não é possível dizer que o seu pensamento corresponda á verdade.

(*) O *grypho* é nosso.

Os que sustentam a existência do dialecto brasileiro, de uma lingua brasileira, não proclamam que se deva escrever em “aravia cosmopolita”; que se deva escrever de maneira “incongruente” sem o sentido da vernaculidade, sem “harmonia” e sem “belleza”, attentando contra o “genuino phraseado patrio”. Ao contrario, os que defendem os direitos do povo brasileiro de escrever na sua linguagem, no seu dialecto, na lingua brasileira, pugnam, justamente, porque se dê á nossa escripta, ao homem de letras brasileiro, o direito de exprimir o seu pensamento no “genuino phraseado patrio”, mas patrio do Brasil, porque a nossa patria não é Portugal. Tão embebido até a medula, estava, porém, Ruy Barbosa, dos classicos portuguezes, que entendia, extranhamente, ser o *phraseado patrio genuino* a lingua dos lusitanos.

Os que affirmam a legitimidade de uma escripta em dialecto brasileiro, nunca disseram, nem pensam, que se deve escrever em estilo *incongruente*. Esse defeito, tanto pode surgir na penna de um classico purista, como na do que escreve em brasileiro.

E’ summamente divertido aquelle “senso da vernaculidade” perdido para escripta do nosso dialecto. A critica, neste caso, é que é incongruente, porque embate com o verdadeiro conceito de vernaculo. O que, precisamente, os defensores do dialecto accentuam, é que a vernaculidade brasileira não póde ser a vernaculidade portugueza; o que elles querem, é o direito de escrever em vernaculo, mas vernaculo daqui, da genuina linguagem fallada no Brasil, e não na lingua, cuja vernaculidade, era para Ruy, um privilegio da falla e do ouvido portuguez.

Para os que extranharem a nossa affirmação com referencia ao conceito de vernaculidade, transcrevemos aqui as palavras de um dos nossos mais competentes autores, de cujo *Tratado da Lingua Vernacula*, disse o insuspeito João Ribeiro que era “um bom livro”, “amplo vivedouro e digno do nome do grande mestre que o subscreve” e no qual “as questões

que versa vigorosamente acerca da *vernaculidade* e dos usos da linguagem ainda hoje são *definitivas e seguras*". (1)

Nesse *Tratado da Lingua Vernacula* escrevia, em 1875, BRICIO CARDOSO:

"Vernaculidade é o colorido e o brilho da indole, da familia, da gente e da localidade, derramado na expressão.

"*A vernaculidade tem patria. A linguagem portugueza tem duas vernaculidades* (*) a mais bella é a americana, a menos bella é a européa.

"Vernaculidade é, pois, o patriotismo levado á palavra em suas differentes combinações, o colorido local, tudo em grande, nos livros que escrevemos, nos discursos que pronunciamos."

E adiante: "O Brasil é rico em poetas, romancistas, oradores, publicistas, historiadores, dramaturgos, contistas, que não invejam a metrica, a elocução e o estylo daquelles que trouxeram, como um producto de exportação, a lingua do velho Portugal.

A dicção dos homens de letras brasileiros tem indole e genio proprios.

Quando e conforme elles querem, as palavras que empregam, trescalam a "*vernaculidade do nosso neo-portuguez, que é uma vernaculidade propria, especial, ingenita.*" (*)

"As palavras dos letrados brasileiros confundem-se com os perfumes das flores das selvas nacionaes, o canto dos sabiás, e os gritos das arapongas, o rebombo das cachoeiras e a altitude das serras...

A LINGUA BRASILEIRA (*) espelha nas palavras, a alma dos brasileiros e a feição das cousas brasileiras.

A SUA VERNACULIDADE ESTÁ MAIS NISTO DO QUE NA PUREZA, CORRECÇÃO, PROPRIEDADE DOS TERMOS, ACERTO DAS PHRASES E DA CONSTRUC-

(1) Bricio Cardoso — *Tratado da Lingua Vernacula*, pg. IX.

(*) *O grypho é nosso.*

(*) *O versal é nosso.*

ÇÃO GRAMMATICAL, EMBORA A TUDO ISSO DÉ ELLA MUITO APREÇO". (2). (*)

Eis ahi, como pensava, ha mais de meio seculo, acerca da nossa vernaculidade, um que não ignorava a sua lingua nem a dos nosso maiores em Portugal, alguém que não educara a palavra na lição de autores estrangeiros; que não escrevia "a esmo", em phrases urdidadas de "residuos" de "idiomas peregrinos", mas um grande mestre que sabia de raiz, de sciencia e consciencia, a lingua portugueza e a lingua brasileira.

Outro ponto que não póde merecer a approvação dos que manuseiam as lições da linguistica e da philologia, é aquella rajada com que a paixão ruybarboseana dos classicos portuguezes procurou fulminar o dialecto brasileiro, identificando-o com "as mazellas e corruptellas" do idioma de Portugal, suppliciado na péna dos que escrevem sem gosto, aos tombos "da relaxação e do desprezo da grammatica".

Os que não ignoram a arte de escrever, e acceitam a existencia do *dialecto brasileiro*, não buscam o nome de ALENCAR para defender ou pugnar por uma escripta rude, informe, sem os traços da belleza litteraria, estropiada nos seus elementos logicos, aleijada nos valores artisticos, sem luz nem brilho, mas querem e justificam um dialecto, uma lingua brasileira, feita com 'o nosso vocabulario, ao lado do vocabulario que nos herdaram os colonos, com a nossa construcção de phrase, a syntaxe que todos usamos, mas, de acôrdo com a propria lição de Alencar, onde reinem, dominem e resplandesçam com as qualidades mais eminentes "a clareza, a elegancia, a euphonia, a fidelidade na expressão verbal da idéa", (3) — a belleza, em summa.

Tanto quanto a escripta dos classicos portuguezes, no seculo XVI ou XVII, valerá a que fôr vasada hoje, em brasileiro, de harmonia com essas qualidades. Onde houver ele-

(2) Bricio Cardoso — Op. cit., pgs. 17 a 19.

(*) O versal é nosso.

(3) J. Alencar, Post. scripto á 2.^a edição de Iracema, pg. 258 da 7.^a edição revista por Mario de Alencar.

gancia, seja qual for a linguagem, não haverá falta de gosto. Onde a phrase resoar nas notas de sua euphonia syllabar, orchestrada na *composição* verbal, não haverá, em qualquer idioma, aspereza e desafinação. Onde a fôrma vocabular traduzir sem obstaculos o pensamento na plenitude da sua limpidez, ninguem encontrará obscuridade ou qualquer outra mancha na transparencia da fôrma. Onde a idéia tiver, a revestir-lhe a estrutura, a fidelidade da expressão, jamais, claudicará a linguagem, na sua função precipua de equivalente verbal, na comunicação do pensamento.

Era assim que escrevia, em dialeto brasileiro, Alencar, as suas paginas immorredoras.

Escrever com aquellas qualidades, é escrever em *boa linguagem*, em qualquer idioma. Os que enchem folhas de papel sem ellas, são mãos escribas em todas as linguas. Em *brasileiro* litterario, pois, não escrevem tambem os que, usando as nossas fôrmas, não têm gosto ou tacto litterario. Mas os que escrevem desse modo não podem ser levados em conta de padrão artistico do nosso idioma. Em *brasileiro* não se ha de escrever *necessariamente mal*. Muitos nelle têm escripto com apuro e belleza. Estender a toda uma classe, o que unicamente convém a uma parte apenas, é perpetrar o rombo sophisma da *fallacia accidentis*.

Mas, vejamos de perto os golpes da clava ruybarboseana. Resistirão elles a um exame sem preconceitos? Não o acreditamos.

“Não me proponho a curar desse achaque, diz Ruy, os que o contrahiram. Bem sei que delles raros acertam de sarar. Na “vergonhosa metamorphose por que está hoje passando o portuguez” entre nós, “homens aliás mui instruidos, verdadeiros sábios em outras materias, commettem crassos erros de linguagem”. Depois então que se inventou, apadrinhado com o nome insigne de Alencar e outros menores, “o *dialecto brasileiro*”, todas as mazellas e corruptelas do idioma que nossos pais nos herdaram, cabem na *indulgencia plenaria* dessa fôrma de relaxação e de desprezo da grammatica e do gosto. Aquella “*formosa maneira de escrever*” que delectava

os nossos maiores, passou a ser para a orelha destes *seus tristes descendentes*, o typo da *inelegancia e obscuridade*. Ao sentir de tal gente quanto mais *offender* a linguagem os modelos classicos, tanto mais melodias reune; quanto mais distar do *bom português*, mais luminosidade encerra. As bossas da palavra recheiaram-se-lhe de francês, ligeiramente lardeado ou trufado ás pressas de inglês e allemão.

De todos esses idiomas, afinal, todos mal sabidos, hauridos na sciencia de cada um apenas o *quantum satis* para o trato dos livros, a que a profissão, ou a curiosidade os atrae, ficahes sendo a nossa apenas a menos mal conhecida entre as varias linguas estrangeiras, cuja mistura cultivam.

Os franceses, observa o melhor dos nossos criticos, “escrevem naturalmente bem; são excepções os que delles conhecem, além das linguas classicas, outro idioma que não o seu; mas mesmo o conhecendo, lêem enormemente mais no seu que no alheio. Aprendendo o seu profundamente (o curso de francês nos lyceus é de sete annos) e directamente dos seus grandes escriptores estudados sob todos os aspectos, não admira que a critica ali raro tenha a notar-lhes incorrecções de linguagem”. Entre nós, bem ao contrario, os melhores alumnos transpõem os cursos secundarios e superiores sem o menor germen de estima do idioma patrio.” (4) *

Não accitamos a lição de Ruy. *O dialecto brasileiro* não é uma invenção. E’ um facto normal na evolução das linguas. Bem sei que sabia Ruy isso, muito mais do que nós, mas os advogados sabem muito bem os accordãos, a jurisprudencia, que lhes são adversos, mas só arrazoam com os arestos que lhes são favoraveis.

E’ o caso.

Aquella maneira de vêr, luzitanizante, na dialectação do português entre nós, “mazellas e corruptellas do idioma que nossos paes nos herdaram” pôde ter valor aos olhos dos nossos grammaticos puristas, mas para o philologo, o glottologo, não

(4) Replica n. 423, pg. 181, 1.^a col. da 1.^a ed.

(*) *Os gryphos são nossos.*

têm mais sentido. Já pertence aos erros do passado. Em linguística, esse critério de enxergar nas alterações dialectaes das linguas, effeitos de achaques, ou resultados da corrupção, não tem mais quem o defenda.

Tambem, não se trata, no *dialecto brasileiro*, de “*indulgencia plenaria*” para todos os casos em que a linguagem de um escriptor se afasta, ou entra em choque com a lingua fallada em Portugal. Só tem chancellia em *dialecto brasileiro*, o facto de linguagem, isto é, constante, e generalizado no fallar da nossa gente, ou creação do artista brasileiro. O que nascer no bico da penna de quem escreve em desaccordo com o nosso fallar ou dos portuguezes, não é nem lingua portugueza, nem dialecto brasileiro. Sê-lo-á, talvez algum dia, se o uso da expressão se tiver tornado habitual na lingua do povo, contra quem não valem os que trovejam, dos cimos da grammatica e do classicismo, as suas coleras ou o seu desprezo. Porque, como disse um proprio classico, o povó, soberano da sua lingua, é o maior de todos os classicos.

Quanto á “formosa maneira de escrever”, “que deleitava os nossos maiores”, não ha nada mais natural que ella não possa mais *deleitar* os contemporaneos. A propria evolução das linguas é a prova de que a linguagem de uma época não pôde convir e não satisfaz mais as necessidades novas creadas pelo curso da civilização, nem corresponde tambem aos novos critérios de belleza e elegancia, ás novas fórmias de expressão, ao proprio gosto litterario, creados com a evolução da sensibilidade artistica e os novos valores estheticos.

E é precisamente esse um dos casos em que se verifica que “a grammatica não é a lingua”, e que não basta pautar a escripta pelo fio da grammatica, para escrever bem, e mais que tudo, em harmonia com os sentimentos da esthesia litteraria de uma época.

Nessas questões de boa linguagem, cumpre ter sempre á vista a justa observação de Sayce: “O que é grammaticalmente correcto é o que é aceito pela maioria dos que falam uma lingua, e não o que dizem grammaticos”.

Não ha tambem nos que sustentam a existencia do dialecto brasileiro, e o escrevem, a preocupação de “offender a linguagem” dos “modelos classicos”. Não ha essa preocupação, porque na sua ignorancia, reconhecida e proclamada pelo grande Ruy, elles não sabem como é que os classicos escrevem, ou escreveriam hoje; e não os conhecendo e *conversando*, não pôdem ter em mira offender, contrariar, os moldes dos classicos.

Esplendidamente cabe aqui a seguinte lição de DAUZAT.

Discorrendo acerca da linguagem popular na França e dos seus solecismos, ensinou elle que o povo não os perpetra pelo prazer de perpetrar-os e pirraçar a Academia. O que ha é espontaneidade e naturalidade (5).

O mesmo dizemos nós da lingua brasileira. O brasileiro não fala differente do portuguez, não colloca os pronomes differentemente dos portuguezes, não usa de uma syntaxe differente da portugueza, não afina a phrase em tonalidade differente, pelo simples gosto de commetter erros (no juizo dos nossos vernaculistas) ou de pirraçar Portugal e os portuguezes. A verdade pura é que os brasileiros obedecem nessas cousas de linguagem ás suas tendencias naturaes, ao meio em que vivem.

E' a *nossa* maneira de falar. E' tão certa e tão legitima, é *brasileiro*, do mesmo modo e com as mesmas razões quanto a maneira de falar em Portugal é portuguez de lei, certo e bom. Assim como a maneira de falar da nossa gente caipira é tão bôa moeda como a do aldeão portuguez.

Mas o que se dá, e com tristeza o dizemos, é que em Portugal o litterato, o romancista, o poeta, carregiam para a sua escripta os modos de fallar, as expressões, a syntaxe e o vocabulario, do homem do povo sem letras, e todos, tanto os letrados de lá como os de cá entendem que está muito certo assim, e, o que é mais, começam então os de cá, a saborear a vernaculidade, o luzitano, o genuino da linguagem.

(5) La Langue Française d'Aujourd'hui pg. 9.

Mas, em se tratando da nossa gente, da gente que fala mas não sabe ler, e até dos que lêem e escrevem, tudo são vícios, erros, aleijões, monstruosidades, a manchar como uma nodoa repellente a extreme, a pura, a genuina lingua portugueza, que elles aqui só conseguem aprender o seu tanto, a custo de grandes canceiras e largas noites de vigilia.

Não ha pois no dialecto brasileiro essa ogeriza systematica a tudo que tiver cunho ou sabor classico, portuguez de lei, desde que seja empregado pelo povo brasileiro, desde que tenha a sua chancella *do maior dos classicos*. Nem mesmo os archaismos portuguezes são excluidos. E grande parte delles são elementos do dialecto brasileiro. Vieram com os colonos, crearam raizes e continuam vivos até hoje, principalmente nos nossos sertões. A ninguem passa pela mente o repudial-os e excluill-os. Mas, o que não resistiu á mudança do clima, aos ares da terra, murchou, e morreu, isto, sim, é que não entra no dialecto brasileiro, tenha embora, na escripta dos classicos portuguezes, e até hoje em Portugal, a mais vigorosa força e mais intensa vida. E' planta que não se adaptou ao novo solo, e succumbiu de inanição.

Nem se argumente, como faz Ruy, com a herança de linguagem dos nossos maiores, a maneira de uma força invencivel, ou uma lei das linguas em meio diverso ao do seu patrio lar.

Contra esse patrimonio luctam victoriosamente as "influencias climatericas e mesologicas", o "afastamento longinquo" em relação á terra onde se fala a lingua typo.

O dialecto brasileiro não é o "surrão amplo onde cabem á larga, desde que o inventaram para socego dos que não sabem a sua lingua, todas as escorias da preguiça, da ignorancia e do máo gosto, rotulo americano daquillo que o grande escriptor luzitano tratára por um nome angolez". (6)

O dialecto brasileiro não é invenção de ninguem. E' um facto linguistico, tão real e objectivo como o sol ou a lua. Nem é tambem uma especie de vasa verbal, onde pululem "as escorias da preguiça, da ignorancia e do máo gosto".

(6) Replica n. 22, pg. 16, 2.^a col. da 1.^a ed.

Se abstrairmos os preconceitos que tanto nos impedem ver claro, reconheceremos que no trecho de Ruy nada mais ha do que a phrase.

O *dialecto brasileiro* é a lingua que o clima, a glotte e o ouvido brasileiros crearam, modificando a phonetica da fala portugueza, augmentando-lhe para o dobro o vocabulario, dando á linguagem outra construcção e gyro.

Mais uma vez digamos: o que se chama *dialecto brasileiro* não é uma linguagem onde a expressão logica do pensamento soffra as torturas da desarticulação das relações entre os juizos; uma baralhada de phrases, onde o sentido se perca numa especie vocabular de quebra-cabeças.

Tambem não é *dialecto brasileiro* litterario o idioma sem belleza, onde a expressão artistica da idéa se degrade nas fórmas inferiores de um *quasimodo* verbal.

Escrever á portugueza, á maneira dos classicos portuguezes, nas nórmas da *artinha* da famosa *boa linguagem*, não é a unica fórma de escrever bem.

Escreva em portuguez da gemma, em vernaculo portuguez de lei, no idioma de Camões e Vieira, quem desejar e souber, mas não pretenda erigir em padrão eterno e nórma obrigatoria a sua linguagem.

Com grande bom senso disse CHARLES NODIER: "Plena e inteira liberdade a cada qual de conservar o seu ritual e os seus *rudimentos*, de impôr a si mesmo regras, de lhes dar credito e seguil-as. O que não é mais permittido, é prescrevê-las tyrannicamente aos outros". (7)

"O projecto", diz Ruy, "tal qual atravessou as suas quatro primeiras phases, desde as mãos do Dr. Clovis até ás do Dr. Carneiro, passando entre um e outro pelas duas commisões, estaria escripto nisso a que chamam *brasileiro*; em portuguez, não está. Direi que o estaria em *brasileiro*, a querermos enxovalhar, contra a minha opinião, este adjectivo, associando-o ao abandono dos *bons modelos da linguagem, cuja historia, cujos monumentos e cujos destinos se entrelaçam com os da nossa raça e os da nossa nacionalidade*".

(7) M. Bescherelle — *Grammaire Nationale*. Préface pg. III.

Para os senões ou para os erros da redacção do projecto do Código Civil, que attentam contra a euphonia da phrase, a clareza dos juizos, a limpidez do pensamento enunciado, não acceitamos a designação de *brasileiro* que lhe quer dar Ruy, mas em tudo o que ella se afasta apenas da lidima fórma vernacula portugueza, sem cahir em desafinação e aleijões, obscuridade e imprecisão, acceitamol-a de boa vontade. Nella estará a nossa maneira de escrever, que não é portuguez, mas para a qual não ha outra qualificação senão a de *brasileiro*.

Quanto a julgar que o adjectivo patronimico fica *enxovalhado*, é mero caso de opinião pessoal; nós, ao contrario, associamol-o á nossa maneira peculiar de fallar e de escrever, com orgulho. Mais nos enxovalharia, aos nossos olhos, o vivermos nessa especie triste de *servidão intellectual*, escravidão litteraria, a renunciarmos ao estudo independente da nossa linguagem, e a vasar o nosso pensamento nos moldes que a linguagem portugueza construiu para as necessidades verbaes do seu espirito. O que mais nos *degradaria*, intellectualmente, seria esse attestado *glorificado de uma incapacidade para dar ao nosso pensamenao uma expressão vocabular creada por nós*. O que nos *enxovalharia*, sim, seria este estado de colonia grammatical, a que se queira deixar reduzida a intelligencia brasileira. E' isso o que nos enxovalharia, o que nos degradaria, do ponto de vista da linguagem.

Mas é necessario ainda outro reparo ao trecho do grande Ruy:

“Não peccando contra a grammatica, disse Ruy, poder-se-á peccar, todavia, contra a boa linguagem, o que nem sempre é a mesma coisa”.

Analogia affirmação podemos fazer quanto a essa linguagem e á verdade dos juizos que ella verbalmente traduz. Bem pode haver expressão verbal vernacula, perfeita, em linguagem falsa, redondamente falsa no juizo que ella reveste. E', precisamente, o caso daquellas linhas nas quaes Ruy nos diz que os destinos da linguagem portugueza se *entrelaçam* com os destinos da nossa raça e os da nossa nacionalidade. A forma verbal que representa esse juizo está grammaticalmente certa,

vernaculamente perfeita, mas não corresponde á verdade, á expressão real da realidade.

Dizer que os destinos da *boa linguagem* portugueza se *entrelaçam* com os destinos da nossa raça e da nossa nacionalidade, repitamos, é grammaticalmente certo, mas exprime apenas um absurdo.

A verdade é que que não estamos mais ligados ao grande povo portuguez, nem á sua “boa linguagem”. A verdade é que *os destinos* da nossa nacionalidade não estão de maneira alguma entrelaçados com os destinos nem da “boa linguagem”, nem da nacionalidade lusitana. Esta é que é a verdade.

Para aquelles mesmos que não partilham da idéa de uma lingua brasileira, como José Verissimo, não ha mais razão de subordinarmos a nossa linguagem á lingua dos classicos portuguezes, ao vernaculo do quinhentismo, do seculo dezesete, e até do Portugal contemporaneo. Não é mais possivel exigir e impor que se conservem os velhos moldes do idioma, nem que escrevamos ainda, na toada dos antigos letrados portuguezes.

Desde que não é mais nos *classicos*, nem na cultura portugueza que formamos a nossa cultura e o pensamento, aquella imposição e aquella exigencia são um absurdo.

A pretensão de conservarmos a lingua portugueza na sua pureza classica é, ao seu parecer, um attentado contra a razão e a natureza.

Nas suas *Questões da Lingua Portugueza*, escreveu o grande critico os seguintes conceitos, de meridiana verdade, que põem ao vivo a impossibilidade de um entrelaçamento dos destinos da nossa linguagem com os destinos da lingua portugueza :

“E si nós pela lingua somos portuguezes, disse JOSÉ VERISSIMO, si por ella a nossa litteratura não é sinão um ramo da portugueza, já quasi não o somos, ou pouquissimo somos pelo fundo de idéas e noções, todo elle constituido fóra da influencia portugueza. Seria preciso desconhecer completamente, ou negar propositadamente o principio incontestavel

da reacção das idéas sobre a sua expressão, que é a lingua, para exigir de nós que, contra as determinações irresistiveis da natureza, falassemos e escrevessemos em descorrelação com a nossa ideação e o nosso pensamento. Não sendo possivel separar a idéa da sua expressão, aprendendo nós as nossas idéas nos classicos das linguas estranhas, tomamos-lhes tambem, natural e necessariamente, a sua expressão. Ajuntae a isso as influencias de ordem ethnica, a que já alludimos, antigas umas, outras mais modernas, como a das differentes colonias estrangeiras aqui existentes e participantes da nossa vida, e vereis si não é irracional pretender que a lingua portugueza aqui se conserve pura, isto é, qual a fixaram os escriptores chamados classicos". (8)

Noutro passo do mesmo trabalho, insurgindo-se contra a denominação de lingua brasileira, numa demonstração da ausencia de "hostilidade, malévolencia ou nativismo" em seu espirito, teve, entretanto, o notavel critico, estas palavras: "Reconheço, porém, e proclamo que nós, logicamente, scienti-ficamente, não podemos ficar perpetuamente adstrictos á lingua portugueza de Portugal e aos seus classicos. E toda presumpção de classicismo, de purismo aqui, é, sobre desnatura-l, uma macaqueação ridicula. Uma lingua pura, no estado da civilização contemporanea, sinão em todos os tempos, seria um milagre tão grande e estupendo na ordem philologica, como uma raça pura na ethnologica. Não haveria maior insanidade espirital que desejal-a num outro paiz, differente do de sua origem, para onde foi transplantada". (9)

Sómente os que têm o habito de pôr os seus preconceitos acima das evidencias da realidade, os que não submettem as creações do seu espirito á observação dos factos, podem acceitar aquella idéa da existencia de uma ligação, hoje, entre os destinos do nosso idioma e o portuguez. Os que subordinam as suas concepções ao exame e ao veredictum da experiencia,

(8) J. Verissimo. Estudos de Literatura — Sexta série, pagina 81.

(9) Op. cit. pags. 84 e 85.

hãõ de reconhecer que a lingua do Brasil não pôde ser forçada a seguir a mesma evolução, o mesmo rumo da lingua portugueza.

Não é tambem verdade, como admite Ruy, citando “o melhor dos nossos criticos”, que os francezes escrevam naturalmente bem, e “raro a critica tenha a notar-lhes incorrecções de linguagem”. Mais a par das cousas de linguagem em França, do que o nosso José Verissimo, está MEILLET, uma das mais reputadas competencias na sua terra. E’ totalmente inverso o seu juizo acerca dos que sabem falar e escrever o idioma francez. “Poucas pessoas”, diz o grande philologo, “falam ou escrevem francez de modo impeccavel, e a “crise do francez” forneceu thema para queixas. Não é raro vêr escriptores de nota perpetrar erros contra as regras. Ha poucos autores que não incorram em falta contra certas regras no seu falar corrente e até nos seus escriptos”.

“Entre os parisienses cultivados, nascidos e educados em Paris, não é possivel encontrar dois que falem exactamente da mesma maneira, embora a norma do francez esteja fixada minuciosamente”. (10)

Não é só mal dos nossos melhores alumnos, o transpor os cursos secundarios e superiores, sem o menor germen de estima ao patrio idioma. E’ uma injustiça, e é um argumento que não colhe.

Além do mais os nossos erros não são, em maior vulto, contra a linguagem patria, mas contra a portugueza.

Prosigamos no exame.

“Mas nem sempre”, diz Ruy “quando se pauta a escripta pelo fio da grammatica, se tem dado conta da mão, no escrever bem, e no escrever para o povo. Ha grammaticos provectoros, philologos consummados, que nunca escreveram senão com penna de chumbo em papel borrador. Não peccando contra a grammatica, poder-se-á peccar, todavia, contra a boa linguagem, “o que nem sempre é a mesma coisa”. Um livro

(10) A. Meillet. Les Langues dans L’Europe Nouvelle. Pg. 120 ed. 1928.

pode não infringir materialmente as leis da concordancia e da regencia, e, comtudo, não estar redigido vernacularmente. A lexicologia e a syntaxe não são tudo num idioma”. (11)

Mas o que Ruy esqueceu de dizer, disse-o CASTILHO ANTONIO, acerca da vernaculidade na escripta. Pode-se ter “redigido vernacularmente”, pode-se ter alinhado phrases e phrases, escripto paginas e paginas, com todos os *ff* e *rr* do vernaculo, e escrever com penna de pato em papel matta-borrão... A vernaculidade só por si não salva a escripta de quem não tem a arte de exprimir em palavras, alguma cousa que resplandeça pelo pensamento ou pela belleza. Com todos os timbres do vernaculo essa prosa não terá o mais minimo valor litterario a não ser para figurar, aos fragmentos, em exemplos, nas grammaticas.

“Escreptores ha destes”, diz Castilho, “e não poucos que, empregando palavras todas da sua lingua, e na accepção propria; collocando-as com a mais escrupulosa observancia da syntaxe; compassando-as com a pontuação, pouco mais ou menos como toda a gente, e encerrando em cada membro do periodo alguma cousa intelligivel, tem entretanto a singular habilidade de entreterem por espaço de horas a seus leitores, sem que estes afinal hajam colhido uma só idéa. Nada mais scientifico do que a apparencia de taes estylos; nada que mais imponha ás turbas; nada, que tanto desconsolle e humilhe os entendimentos sinceros e de bem — se assim nos podemos exprimir — mas nada mais vão, mais insensato ou mais ridiculo. E’ a gyria dos contrabandistas; é o *vasconço dos ciganos litterarios*. Os estudos modernos não têm maior peste nem a boa eloquencia mais fatal inimigo, que esta moda”. (12)

A linguagem de Ruy na Replica em virtude da sua feição de polemica não pode ser considerada uma pagina scientifica, uma pagina de doutrina. A linguagem do polemista não é a linguagem da sciencia. Não foi o philologo desinteressado, como homem de sciencia, que estudou o assumpto. A paixão rebenta quasi sempre na ponta da penna, onde a arte da

(11) Replica — n. 425, pg. 181, 2.^a col., 1.^a edição.

(12) Castilho — Colloquios Aldeões, pg. XIV.

palavra se transforma admiravelmente naquella arte de fazer a justa proporção das cousas.

Na *Replica* está o advogado de sempre; o sabio sereno e objectivo passou ao largo nas suas paginas.

A sua linguagem tem ahí, por entre a grandeza e a força do seu estylo, esse exagero que constitue a qualidade caracteristica da "*linguagem fallada*", e que é transportada para a mais bella ou mais requintada forma litteraria quando fala a paixão, o resentimento; quando a escripta é batida pela tormenta do amor-proprio, do orgulho; quando a linguagem é "subjectiva" e a vida affectiva lhe insufla a forma e a alma.

Não ha negar-se-lhe a belleza, o brilho litterario da sua penna embebida na tinta classica, dos portuguezes, nem o seu genio, de escrever com essa tinta, e fazel-a solemne e sisuda, mas não é a linguagem do homem de sciencia.

Não é a polemica atmospheria propria para o trabalho de investigação da verdade. O que domina o polemista é a idéa de vencer o antagonista, seja como fôr. Dahi os exageros, os sophismas, os absurdos, as affirmações mais incriveis, em que se deixam levar os espiritos mais equilibrados e prudentes.

Fazemos esses reparos, porque entre nós é muito commum desprezar-se a verificação objectiva dos factos argumentados, para dar sempre o maior valor, a palma da victoria, não ao que está certo, á verdade, mas ao que, muitas vezes, doirou com a mais rutilante forma as phantasias da sua imaginação, ou os sentimentos do seu coração.

E' de JOHN RUSKIN, um dos mais altos espiritos que ainda viram as letras da Inglaterra, artista summo, a observação de que ha pessoas para as quaes um erro escripto em estylo ciceroneano tem mais valor do que a verdade verdadeira enunciada em prosa vulgar e chã. (13)

Não é pequena, entre nós, essa familia intellectual dos que tomam a belleza da forma, a magnificencia do estylo, as scintillações, o brilho da phrase, pela verdade certa e soberana.

(13) John Ruskin — Las Piedras de Venecia, pg. 101. F. Semper y Compañia. Editores. Valencia.

Para esses, a melodia, a inspiração da linguagem, sobrepujam e apagam nas formas verbaes o valor dos juizos que exprimem, e sempre terá razão o que disser mais artisticamente as cousas.

Tal maneira de vê e sentir parece que nos herdaram os portuguezes, consoante a analyse que delles fez o grande Eça de Queiroz.

Na carta escrita em francez *A Propos du Mandarin*, traçou EÇA DE QUEIROZ, com aquella finura de analyse tão habitual na sua penna, um perfil psychologico do espirito portuguez, em cujos traços o leitor brasileiro está vendo a extraordinaria semelhança entre a physionomia paterna e a de certos filhos na America.

Caracterizando certa face da alma de seus compatriotas, escreveu o grande artista: "*Uma bella phrase agradar-nos-á sempre mais do que uma noção exacta*", "e sempre consideraremos a phantasia e a eloquencia *como os dois signos, e unicamente verdadeiros, do homem superior*". "Idéas justas, expressas numa forma sobria, não nos interessam absolutamente: o que nos encanta são emoções excessivas traduzidas com grande fausto plastico de linguagem.

Espiritos assim formados devem experimentar, fatalmente, repulsão por tudo que é realidade, analyse, experimentação, certeza objectiva. O que os attrahe é a fantasia sob todas as suas formas, desde a canção até a caricatura.

"Somos homens de emoção e não de raciocinio. Sabemos cantar, escarnecer algumas vezes, jamais explicar".

Como os nossos ascendentes, são essas as qualidades que alguns espiritos entre nós mais prezam na intelligencia humana. Como elles, põem acima de tudo o "estyllo rico e metaphorico", enfeitado "de flores e pennachos", com cinzeladuras de preciosidade. (14)

A "aspera e severa indagação da verdade" não lhes fala á alma.

Assim, em face da fatalidade desse temperamento, por longo e dilatado tempo, as paginas classicas da *Réplica*, se-

(14) O Mandarin, pgs. VI, VII e IX.

rão, para muitos, a ultima palavra em materia de *dialecto brasileiro*.

Da linguagem em que está escripta a *Replica*, disse acertadamente CARNEIRO RIBEIRO:

“Se, por um lado, lhe admiramos (refere-se a Ruy) o ingenho vivido e fecundo, os grandes recursos de escriptor, a *sagacidade em esquivar e falsear*, qual dextro esgrimidor, os golpes do antagonista, o rico e variadissimo vocabulario, o phraseado e os modismos de sabor vernaculo, a larga e notavel erudição, ordinariamente traduzida pelo dizer mais correntio e elegante; de outro lado, á *medida que nos iamos mais e mais embebendo na leitura do extenso volume, obra de assento e sobre-mão*, onde se advinha o buril do artista da palavra, a *pouco e pouco se nos ia*, ao compasso, radicando no espirito a *convicção da fraqueza da maioria dos argumentos* contra o que nas LIGEIRAS OBSERVAÇÕES lhe oppuzemos ás criticas, *nem sempre dictadas pela razão calma e DESPAIXONADA*, coloridas embora pelos prestigios de sua vigorosa e fervida imaginação”. (15)

Se, quanto ao vernaculo, assim via Carneiro Ribeiro a linguagem da *Replica*, a mesma paixão, o mesmo arrebatamento vemos nós no que tange ao que escreveu Ruy acerca do dialecto brasileiro, que fulminou em trechos do mais subido valor litterario, mas sem valor algum do ponto de vista scientifico.

Bem sei quanto custa, já o dissemos, principalmente a certos espiritos, separar a “musica da phrase”, a belleza da forma, da porção de erro ou de verdade que ella encerra.

O mais curioso, porém, a maior surpresa com que nos encontramos na *Replica* foi, precisamente, a justificação do *dialecto brasileiro*.

Nas suas proprias palavras, no tecido da sua argumentação, por entre as côres brilhantes da sua escripta, lá está a prova da existencia do nosso dialecto, e o mais seguro juizo

(15) Redação do Projecto do Codigo Civil e a *Replica* do doutor Ruy Barbosa. Advertencia Preliminar, pg. VII.

da artificialidade dos que escrevem pela grammatica e pelo ouvido dos classicos portuguezes.

São estes os motivos, as causas, que ali encontramos, porque não pôde ser a mesma lingua, o nosso idioma e o idioma dos portuguezes:

“Cada lingua tem no seu genio”, diz Ruy, “uma força de *espontaneidade* e selecção, um criterio de acerto e um typo de belleza que se exercem ou se enunciam pela *sensibilidade* e o *instincto dos que a fallam*. E’ essa *intuição da vernaculidade*, esse como sexto sentido, o da linguagem, que parece ter por órgão o *ouvido*, e do ouvido recebe o nome. Quando *João de Barros*, na sua *Grammatica*, vae por quatro seculos, a proposito da anteposição ou posposição dos adjectivos aos substantivos, ensinava que “não temos nisto mais regra do que o consentimento da orelha”, a autoridade ao ascendente da qual rendia tão subida homenagem, era a mesma, cuja supremacia todos os grammaticos depois haviam de reconhecer nas ultimas difficuldades e subtilezas do fallar. Nella respeitaram sempre os competentes o *arbitro derradeiro*, assim nas questões de harmonia, como nas de clareza, assim nas de clareza, como nas de elegancia e *correccão*.” * (16)

Antes de analysarmos a doutrina contida nestas linhas, façamos um leve reparo.

Não cabe a João de Barros, como dá a entender Ruy Barbosa, a descoberta da autoridade da orelha na arte da phrase.

Já os gregos, “estudavam os movimentos metricos da prosa tão scientificamente quanto um musico moderno estuda a harmonia e o contraponto”. E Quintiliano, tantos seculos antes de João de Barros, ensinava: “O que a versificação é na poesia, a composição é na prosa. *O seu melhor juiz é a orelha*. — *Optime autem de illa judicant aures*. — (17)

(16) Replica — n. pg. 181, 2.^a col., 1.^a edição.

(*) *Os gryphos são nossos*.

(17) Quintilien — De L’Institution Oratoire. Liv. IX, pg. 364. Collection des Auteurs Latins, de M. Nisard, 1842.

No trecho de Ruy está encerrada a mais completa defesa da lingua brasileira, do “dialecto brasileiro”, do “*brasileiro*”.

“*Cada lingua, diz Ruy, tem no seu genio uma força de espontaneidade e selecção, um criterio de acerto e um typo de belleza, que se exercem ou se enunciam, PELA SENSIBILIDADE E O INSTINCTO DOS QUE A FALLAM*”.

Se assim é, e é assim mesmo, não é a lingua fallada ou escripta em Portugal, a nossa lingua, a lingua do povo brasileiro. Essa “força de espontaneidade” que deriva do seu “genio” não pôde ser senão a espontaneidade da lingua que aqui se falla, e nunca o artificio de escrever no Brasil pela mão dos classicos ou dos escriptores portuguezes. Como seria possível, de outro modo, essa “espontaneidade”? Desde que no Brasil não somos mudos, a “espontaneidade” que nasce do genio da lingua não pôde ser outra senão esse modo espontaneo de fallar que nasce na bocca do povo brasileiro. Esse “criterio de acerto” e esse “typo de belleza” não podem ser outros, por definição, a não ser os “que se exercem ou se enunciam pela sensibilidade e o instincto dos que a *fallam*” — *a lingua fallada no Brasil*.

E se essas qualidades todas, que formam “o seu genio” são resultado da “sensibilidade e instincto”, a não ser que não tenhamos instincto nem sensibilidade, não será a mesma que a portugueza a nossa lingua, porque a nossa sensibilidade e os nossos instinctos não podem ser os mesmos.

E, na verdade, são differentes. E’ essa differença de instincto e sensibilidade na linguagem que faz a differença entre a lingua portugueza e o “dialecto brasileiro”, a lingua brasileira.

Ou será que todos os povos teem a sua “sensibilidade”, o seu “instincto”, de cujo exercicio se fórma o “criterio de acerto”, o “typo de belleza” da lingua, e nós, os brasileiros, não possuímos esses dons?

¿Porque é senhor da sua “sensibilidade” e do seu “instincto” o portuguez, creando com elles a sua lingua, e não temos

nós, os brasileiros, o direito de crear tambem com o *nosso* "instincto" e a *nossa* "sensibilidade", a *nossa* lingua?

"E' essa intuição da vernaculidade, diz ainda Ruy, esse como que sexto sentido, o da linguagem, que parece ter por órgão o ouvido, e do ouvido recebe o nome".

Mas, si a "intuição da vernaculidade" tem por órgão o ouvido, que ouvido ha de ser no Brasil o "órgão" da vernaculidade? O ouvido portuguez? O ouvido dos classicos portuguezes? O ouvido dos portuguezes de hoje? De certo, si porventura não tivessemos tambem ouvidos, ou si nos nossos ouvidos soassem, unicamente, sons portuguezes, e fallassemos como se a *nossa* fala fosse um éco da *falla* portugueza.

Mas temos, os brasileiros, ouvidos, e bons. Tão finos e musicaes como os portuguezes. E si estes teem o direito de afinar a musica da sua lingua pelo diapasão da sua orelha, a mesma autoridade temos, os brasileiros, de compôr a symphonia da *nossa* linguagem com as leis da melodia, da harmonia e do contraponto verbal do *nosso* ouvido.

"Quando João de Barros, na sua Grammatica, vae por quatro seculos, a proposito da anteposição ou posposição dos adjectivos aos substantivos, ensinava que não temos nisto mais regra do que o consentimento da orelha, a autoridade ao ascendente da qual rendia tão subida homenagem, era a mesma, cuja supremacia todos os grammaticos depois haviam de reconhecer nas ultimas difficuldades e subtilezas do fallar. Nella respeitaram sempre os cômpetentes o arbitro derradeiro, assim nas questões de harmonia, como nas de clareza, assim nas de clareza, como nas de elegancia e correcção".

Analysemos tambem este trecho de Ruy:

Si a "orelha" é a suprema autoridade, "o arbitro derradeiro", "cuja supremacia todos os grammaticos depois, haviam de reconhecer nas ultimas difficuldades e subtilezas do fallar", porque, não sendo iguaes as *nossas* orelhas, haveriamos, os brasileiros, de pautar, corrigir, emendar, a *nossa*

lingua pelas orelhas portuguezas? Será que a “autoridade” da orelha seja unicamente “o arbitro”, quando sejam orelhas portuguezas, orelhas *classicas*, orelhas *quinhestistas*, orelhas *seiscentistas*?

E por fim, si o ouvido, “a orelha”, foi sempre “o arbitro derradeiro, assim nas questões de harmonia, como nas de clareza, assim nas de elegancia e *correção*”, porque antes não será harmonioso, claro, elegante e *correcto* tudo que na linguagem brasileira tiver, aos ouvidos brasileiros, essas mesmas qualidades das quaes elles são a mais alta autoridade?

Sómente concedendo aos portuguezes o privilegio do “instincto”, da “sensibilidade”, do “criterio de acerto”, do “typo de belleza”, da “intuição da vernaculidade”, do “sexto sentido da linguagem”, da “orelha” afinada, e da autoridade suprema do ouvido, é que poderemos negar aos brasileiros uma lingua brasileira, perfeitamente harmoniosa, clara, elegante e *correcta*, quando ella não se faz uma linguagem de papel carbonô, reproduzindo na escripta a lingua portugueza ou dos classicos portuguezes.

CAPITULO V

DIALECTOLOGIA BRASILEIRA

VIRGILIO DE LEMOS e “A Lingua Portuguesa no Brasil”. O dialecto brasileiro. A questão é de glottologia e não de grammatica. Incoherencia dos nossos grammaticos. A dialectação no tempo. “O Dialecto Cai-pira” de AMADEU AMARAL. Programma a realizar. Os elementos do dialecto. A phonologia, a morphologia e a syntaxe. Evolução autonoma da nossa linguagem. “O Linguajar Carioca em 1922” de ANTENOR NASCENTES. Dialecto Brasileiro e os subdialectos. Como se formou o dialecto. A lição de Nascentes na sua Grammatica Historica. Evolução do idioma no Brasil. Vida autonoma. A lingua dos litteratos é um artificio. A “Poranduba Rio-Grandense” de TESCHAUER. O subdialecto Rio-Grandense. “A Lingua do Nordeste” de MARIO MARROQUIM. Realidade que não exige demonstração. Os sub-dialectos. O dialecto na litteratura. Formação do dialecto nordestino. Bilinguismo de um só idioma. Desintegração dolorosa de nós mesmos.

Se nos meios litterarios e grammaticaes, no mundo dos nossos *classicos e puristas*, a doutrina explanada na *Réplica* se tornou uma pagina intangivel nas questões de linguagem, — padrão supremo das nossas lettras —, não logrou porém afastar do pensamento brasileiro as cogitações acerca dos phenomenos dialectologicos do portuguez em nossa terra.

Os que não se contentavam em olhar através da Grammatica e das normas do velho e genuino portuguez, mas sentiam a attracção dos estudos linguisticos e glottologicos, não se conformaram em deixar ao abandono todo o immenso e valiosissimo material brasileiro, que a nossa linguagem apresenta por toda a vastidão do territorio. E encarando a realidade nos seus traços fieis e objectivos entraram a estudar,

a notar e commentar, tal como já haviam feito os Paranhos da Silva, entre nós, e os grandes mestres da sciencia da lingua em Portugal, as peculiaridades do nosso idioma, as formas dialectaes que elle apresenta.

Apontemos os principaes trabalhos, que, pela competencia dos seus autores, devem ser destacados entre os estudos da materia.

Em primeiro logar, quer na ordem chronologica, quer na importancia da doutrina exposta e defendida, deve merecer a nossa attenção a notavel *Memoria* "A Lingua Portugueza no Brasil", apresentada por VIRGILIO DE LEMOS ao 5.º Congresso de Geographia, reunido em 1916 na capital do Estado da Bahia.

Com aquella claridade que lhe irradiava habitualmente do pensamento na palavra ou na penna, tratou o notavel professor do problema da dialectação do portuguez na nossa terra.

"Descobertas em 1500 as terras do Brasil", escreveu elle, "os seus colonos e povoadores transportaram para ellas a lingua que falavam na metropole. Sob a pressão de um clima differente e enervante; ao contacto de linguas outras de indoles mui diversas da sua, com que teve de entrar em luta e a que venceu; modulada por glottes estranhas e desaffeitas ás suas combinações phoneticas; dominadã por necessidades novas e por novas aspirações e tendencias; teve a lingua da então colonia e actual nação brasileira que soffrer, durante os quatrocentos annos decorridos, *notaveis modificações na pronuncia dos seus sons, nas formas dos seus vocabulos, na significação dos seus termos, no arranjo das suas phrases, nos ademanes do seu estylo e no augmento consideravel do seu lexico* (*). Hoje em dia não ha confundir o falar de um brasileiro com o falar de um portuguez.

"Deante desses factos, que são incontestaveis, era natural surgisse a questão da saber se a *lingua fallada no Brasil, por suas divergencias com a lingua da metropole, constitue*

(*) *Os gryphos são nossos.*

um dialecto della; ou se taes divergencias são insufficientes para conferir-lhe aquelle character". (1)

E' como se vê a questão fundamental posta nos seus termos essenciaes, e de meridiana limpidez. O pensador vae direito ao cerne do problema.

A questão do dialecto brasileiro não alcançou, julga Virgilio de Lemos, uma solução incontrovertida, em virtude de não a havermos collocado nos seus verdadeiros termos. Temos falseado as linhas fundamentaes do problema. Os nossos philologos e grammaticos encaram o assumpto de um ponto de vista extranho ás lições da sciencia da linguagem. A questão é de glottologia, e nós discutimo-la grammaticalmente. Houvessemos estudado a materia com os criterios da linguistica, e de ha muito estaria feito o accordo entre os philologos portuguezes e os nacionaes.

Em Portugal, a existencia do dialecto brasileiro é um facto certo, fóra de contestações; entre nós, os mestres de grammatica não a admittem. Diz Virgilio que assim o fazem "tacitamente", Julio Ribeiro, Maximino Maciel, Mario Barreto e Carneiro Ribeiro; negando-a, após breve analyse, Pacheco Junior e Lameira de Andrade.

Ao cabo de um exame da nossa linguagem á luz do conceito scientifico de dialectação, tambem se manifestam Alfredo Gomes e João Ribeiro contra a existencia, entre nós, de um dialecto do portuguez. Não é outra a opinião de Sylvio Romero, nem pensa de maneira diversa Carlos Pereira.

Com aquella segurança de argumentação que lhe era nativa, viva e forte, estuda Virgilio de Lemos os "motivos da divergencia" entre os philologos portuguezes e os nossos lettrados.

Como elle o demonstra, na verdade, a raiz da disparidade das doutrinas está na divergencia do ponto de vista, no methodo empregado por uns e outros.

"A divergencia", diz elle, "entre os escriptores luzos e os brasileiros provém, ao nosso ver, da diversidade de vistas com

(1) Op. cit., pgs. 1, 2, 3.

que uns e outros encaram o problema. Emquanto os primeiros, principalmente o phoneticista Gonçalves Vianna e o dialectologista Leite de Vasconcellos, assentam a questão no puro dominio da glottologia e delle não se afastam, sustentando que as alterações soffridas pelo português no Brasil constituem um verdadeiro *dialecto*, porque são phenomenos naturaes, expontaneos e inevitaveis, produzidos pelas influencias do meio ethnico e geographico, e procuram descobrir as leis que os regem; os segundos, muito embora acceitem e formulem com maxima lucidez a explicação mesologica de taes alterações e mudanças linguisticas, se desgarram depois do terreno exclusivamente glotologico, para estuda-las á luz dos canones grammaticaes, considerando-as em grande parte desvios passiveis de correcção, vicios que podem e devem ser evitados, mediante a pratica dos bons padrões da linguagem classica e o ensinamento cuidado da lingua nas escolas. Tambem contribue muito para esse resultado o conceito impreciso em que alguns dos philologos e grammaticos nacionaes costumam usar, na explanação de suas doutrinas, o termo *dialecto*, sem exceptuar mesmo os que o definem com clareza, boa logica e propriedade de idéas". (2)

Para Virgilio de Lemos o assumpto de *dialecto* não é da alçada da grammatica, mas da glottologia. Por não o haverem assim comprehendido costumaram os nossos grammaticos e filologos explanar, num pensamento contradictorio, a these da negação do *dialecto*.

Numa argumentação feita de illogismos, começam por conceituar a noção de *dialecto*, a enumerar-lhe os elementos, a apontar-lhe as causas, a mostrar que estas occorrem no Brasil para que a sua linguagem seja um *dialecto* do portuguez, e com surpresa do leitor, sacrificio da argumentação e escandalo da logica e da linguistica, acabam por concluir, com a grammatica em punho, que máo grado as condições necessarias para a dialectação, não ha *dialecto* no Brasil, não ha um *dialecto* brasileiro.

(2) Virgilio de Lemos. Op. cit., pg. 17, 18.

Com grande proficiencia, submette Virgilio de Lemos, aos tubos de ensaio de uma critica cheia de claridade e razão, em apuradas *reacções*, a doutrinação dos nossos escriptores, mostrando o conflicto em que se embatem os elementos logicos, os sophismas que turvam, estragam e invalidam as suas conclusões incoherentes.

Para Virgilio de Lemos a existencia do dialecto é um facto contra o qual não valem os artificios grammaticaes de todas as tentativas para apagar a sua presença real na vida da nossa linguagem. Mão grado todos os esforços e cuidados de uma longa e extensa cultura litteraria, elle repona não raro na propria escripta dos que copiam a linguagem portugueza, e mais amiude na palavra dos mais eximios cultores do idioma de Camões e Vieira.

Para elle as alterações que a lingua experimentou no curso de quatro seculos são profundas e invenciveis á acção das regras de grammatica. Ellas produziram uma separação definitiva entre os idiomas falados no Brasil e em Portugal.

O dialecto é a lingua expontanea que falamos todos e escrevemos, excepção apenas de certa escripta litteraria, propriamente dita, e que é feita num idioma que é “uma superposição, um artificio, uma criação adventicia, um producto da cultura, que o individuo assimila e pratica com sciencia e consciencia, advertida e propositadamente. Desde que elle desatenta nas suas formas, desde que lhe descure os moldes, desde que se distrae do officio de fiscalizar-se a si proprio, desde que os vedetas da cultura cochilam, ou adormecem, no seu arduo mister de precaver ou prevenir, salteiam-lhe o falar, com a força indomita do infallivel *subconsciente*, as manifestações automaticas do comprimido dialecto, destarte liberto das peias que o traziam manietado”. (3)

Nestas palavras está bem ao vivo a artificialidade do portuguez que os nossos vernaculistas e puristas escrevem.

Em Portugal não se passam as cousas desse modo. Se é necessario certo cuidado para dar á expressão vocabular

(3) Op. cit., 71.

uma forma escorreita e artistica, não acontece entretanto aquella *trahição* do *sub-consciente*, tal como entre nós, porque lá, quando cessa a fiscalização da *boa linguagem*, o idioma em que se expressam os pensamentos é sempre e por definição, portuguez genuino, ao passo que entre nós, o idioma do sub-consciente é brasileiro, é dialecto brasileiro, é lingua brasileira, porque o nosso sub-consciente é brasileiro.

O nosso idioma expontaneo, natural, genuino, é, tambem por definição brasileiro de lei.

Ninguém *analysou* com mais segurança, ninguém apontou de maneira mais limpida, ninguém poz mais ao vivo as incoerencias, os illogismos, as fragilidades da argumentação dos nossos grammaticos do que Virgilio de Lemos.

A entrozagem dos juizos, a estructura das proposições, o mecanismo dos raciocinios, o conteúdo das idéas, com que os nossos mestres de linguagem constroem as suas lições e as suas doutrinas, no particular da dialectação do portugûes entre nós, são cuidadosamente examinados e discutidos nos seus valores logicos e linguisticos.

Muitas e muitas vezes mostra-nos elle na penna dos nossos professores a violação das formas elementares do pensamento discursivo.

Como exemplo da maneira por que se tem argumentado, para negar a existencia do dialecto, analisa Virgilio as lições de Alfredo Gomes, João Ribeiro e Carlos Pereira.

O primeiro, depois de haver apontado entre as varias causas de formação dos dialectos "o afastamento longinquo em que se acha uma colonia de sua metropole", e dizer que tal foi "a sorte do portugûes no Brasil", conclue pela não existencia do dialecto brasileiro.

Commentando, escreve Virgilio Lemos: "Ora, se a logica das idéas é uma realidade e não falha, isto quer dizer que o portugûes no Brasil se converteu num dialecto do portugûes de Portugal, em consecuencia do *afastamento longinquo em que a colonia brasileira se achava da metropole lusitana*".

Não encontrou tambem Alfredo Gomes dificuldade em fechar os olhos para não ver "as influencias climatericas e

mesologicas” nas quaes reconhecia theoreticamente, de modo geral, uma das causas de dialectação.

Após haver accedido a classificação de Leite de Vasconcellos e referir-se “especialmente” ao dialecto brasileiro, affirma que não ha um dialecto do portuguez no Brasil.

Virgilio de Lemos que era crystalino na sua escripta, e na sua argumentação, não poude deixar de extranhar a logica do grande professor.

“Após tudo isso”, escreve elle “parecia fóra de duvida que o illustre grammatico iria opinar pela existencia do dialecto brasileiro. Enganar-se-ia quem assim pensasse. No topico destinado á apreciação “especial” e “singularisada” do referido dialecto, longe de dar-nos o promettido, o Dr. Alfredo Gomes muda de rumo e, num verdadeiro espasmo de incoerencia e de illogismo, decide: “Não ha verdadeiramente dialecto brasileiro, em que pese á autoridade de alguns sabedores de factos gloticos”.

“As contradicções, diz Virgilio, são palmares e evidentes. Vê-se que as preocupações do grammatico perturbaram a serenidade do raciocinio ao glottologista”. (4)

A mesma falta de logica, de coerencia no pensamento, encontra o philosopho brasileiro, na argumentação de João Ribeiro, a quem cabe, no seu entender, grande parte da responsabilidade no desaccordo entre os grammaticos brasileiros e os philologos portuguezes, no que tange á questão do dialecto.

Acha boa, e supõe ainda accitada pela linguistica e pela philologia contemporaneas, a definição que de dialecto dá João Ribeiro.

Não pensamos assim, e mais adeante mostraremos as nossas razões. Digamos logo, entretanto, que o proprio Virgilio tem uma idéa menos defeituosa da materia, do que o seu criticado, conquanto não seja tambem a da sciencia actual.

Em seguida, passa Virgilio de Lemos a apreciar a lição de João Ribeiro com relação ao “valor” intrinseco das alterações

(4) Virgilio de Lemos. Op. cit., pg. 18 a 20.

do português fallado no Brasil e das causas que as produziram”.

No seu artigo acerca dos *Brasileirismos*, escreve JOÃO RIBEIRO, no “Diccionario Grammatical”, que a dialectação do português no Brasil resultára:

- a) da vida nova dos europeus na colonia;
- b) do clima;
- c) da presença de tres raças — o indio, o português, e o africano;
- d) da cooperação dos ciganos, e dos hispanhoes;
- e) das creações do mestiço;
- f) de novas necessidades;
- g) de novas perspectivas;
- h) de novas cousas;
- i) de novas industrias.

E mais tarde, da immigração européa.

Todas essas causas actuaram a seu modo, mas convergiram todas no sentido de modificar o idioma europeu nas terras brasileiras.

Depois da ennumeração das causas que produziram a modificação da lingua na America, entra João Ribeiro, consoante ainda o reparo de Virgilio de Lemos, a analysar as alterações soffridas pelo idioma.

Inicia o eminente grammatico o seu estudo pela consideração da nossa prosodia.

Parece-nos que houve engano da parte de Virgilio de Lemos ao fazer no seu trabalho a citação do topico de João Ribeiro relativo ao que se passa quanto á intensidade das vogaes e ás vibrações das consoantes.

No trecho citado por Virgilio encontramos as seguintes palavras:

“Na direcção do Norte para o Sul, crescem em vibrações os sons articulados ou consoantes”. No “Diccionario Grammatical”, no mesmo verbete, de onde extraíu Virgilio de Lemos as suas notas encontramos: “*Na direcção do Norte para o Sul crescem em intensidade os sons inarticulados ou vogaes, emquanto descrecem em vibrações os sons articulados ou consoantes*”.

Julga João Ribeiro explicar a lei, pelo *principio* de que o Norte conserva mais fielmente a phonologia portuguesa, pelo menos no que tange ás vogaes, por não ser tão intensa, como no Sul, a presença de elementos extranhos.

Aponta ainda o mestre sergipano alguns phenomenos prosodicos, que acredita derivam da influencia do indigena.

Proseguindo no seu trabalho mostra Virgilio de Lemos as alterações dialectaes encontradas por João Ribeiro na parte morphologica do idioma.

Diz-nos que elle nos falla em alterações produzidas por:

- a) subtração de syllabas (sobretudo por syncopes);
- b) analogias de formas identicas;
- c) diferenciações operadas nas flexões nominal e verbal;
- d) aquisição de sufixos novos;
- e) formação de vocabulos de origem mestiça;
- f) phenomenos de juxta-posição lexica entre elementos discordes de origem;
- g) collocação dos pronomes;
- h) modificações intensas do systema verbal;
- i) abundante creação de verbos de procedencia creoula;
- j) dissolução dos adverbios em phrases analyticas correspondentes.

Na syntaxe, as divergencias causadas pela construção logica do discurso. Á estructura mais synthetica da phrase portuguesa corresponde a nossa tendencia analytica.

Pensa João Ribeiro que, no particular, a critica portuguesa á nossa producção litteraria não deve merecer a nossa attenção, porquanto ella nasce “da ignorancia do character proprio das linguas”.

Além dessa divergencia considera João Ribeiro outras que derivam das alterações syntacticas e das alterações semanticas.

Observa tambem Virgilio de Lemos que encerra João Ribeiro o seu estudo “com esta interessantissima synthese”:

“Vimos que o elemento mestiço accentuou-se por diferenciações de tres ordens: phonicas, morphicas, e ideologicas, isto é, separou-se da tradição primitiva pelo som, pela forma e pela ideia. NA SOBRE FACE E NO FUNDO AS ALTE-

RAÇÕES FORAM LARGAS E INTENSAS; QUASI NENHUM SYSTEMA DE FLEXÃO ESCAPOU A DEGENERÇÃO INEVITAVEL, DE SORTE QUE OS CARACTERISTICOS MAIS SALIENTES BASTARIAM PARA UMA INTEGRAÇÃO FINAL E DEFINITIVA”.

“Entretanto”, diz Virgilio de Lemos, “quando após tudo isso se espera que o Snr. João Ribeiro conclua pela existencia do dialecto brásileiro, ei-lo que volta as costas aos documentos por elle mesmos reunidos e classificados, para sentenciar, fóra das provas dos autos, arbitraria e illogicamente que “*por maiores que foram, as modificações sofridas pelo portugûes no Brasil nunca constituiram um verdadeiro dialecto*”. Mas porque, santo Deus?... porque, informa-nos o illustre grammatico, porque força é confessar que isso (este curioso *isso synthetisa aqui todas aquellas alterações, todas aquellas modificações, todas aquellas degenerações, todas aquellas divergencias e diferenciações, que elle havia posto em tamanha evidencia nos trechos reproduzidos!*), porque “*força é confessar que isso não basta para a constituição e disciplina de uma lingua culta*”; porque, “*a dialeção brasileira não é suficientemente caracterizada e intensa, de modo que torne possivel a revolta contra a lingua pura e vernacula*”; porque “*a lingua classica não constitue óbice de especie alguma, para os brasileiros, a não ser a exigencia, que se dá em todas as linguas, de meditada cultura*”.

Ainda desta feita, o grammatico levou de vencida o glottologista. Com os olhos fitos nos canones grammaticaes da “*lingua pura e classica*”, de que é um dos mais competentes legisladores, o distincto philologo brasileiro *alterou os elementos do problema e falseou as condições do pleito*. Negar, com effeito, como elle faz, que *diferenciações accentuadissimas, de ordem phonica, morphica e idéologica, capazes de operar, pelo som, pela forma e pela idéa, a separação entre o fallar regional do Brasil e o fallar primitivo e tradicional da metropole; negar que alterações largas e intensas, verificadas na sobre face e no fundo da lingua originaria; que lhe modificaram e ampliaram o lexico; que lhe não pouparam nenhum*

dos systemas flexionaes, e se estenderam a todo o campo da grammatica, a ponto de desenharem, em linhas de forte relevo, os *caracteristicos de uma integração final e decisiva*; negar que taes alterações, modificações e divergencias constituam um dialecto, só porque não se *disciplinaram em canones grammaticaes* e não tiveram o ensejo de servir de vehiculo a formas *estheticas e litterarias* — é desviar a questão do seu verdadeiro terreno para colloca-la num terreno differente e improprio; é sophismar no debate; é chicanar com os bons princípios da logica e da dialectica. Foi o que fez o Snr. João Ribeiro; e por isso teve que olvidar a sua propria definição de dialecto, introduzindo no conceito desse phenomeno linguistico as noções de *disciplina grammatical e de cultura litteraria*”.

Criticando haver João Ribeiro incluído como partes integrantes do dialecto a correecção grammatical e a litteratura, observa Virgilio de Lemos que essa exigencia se encontra tambem em certos escriptores. Exemplifica o caso com o sabio Littré, que incluia no conceito de dialecto o elemento litterario.

Com segurança e razão contesta Virgilio de Lemos sejam qualidades litterarias cousa a ser considerada no conceito de dialecto. Essa doutrina que exige a existencia de uma litteratura para a existencia do dialecto, não se coaduna com os principios da sciencia da linguagem, nem é admissivel, tal a estreiteza das suas linhas. Admittida aquella exigencia ficariam perdidos grande numero de exemplares da mais real e acabada dialectação.

Argumenta Virgilio com a existencia de dialectos cultos e dialectos incultos, sendo que os ultimos são muito mais numerosos, são “a quasi totalidade”. Argumenta ainda mais que nem mesmo no conceito de lingua se exige a existencia de uma litteratura, e muitas ha “que jamais conheceram a disciplina grammatical, que nunca se poliram nas formas e estheticas da cultura litteraria, nem se perpetuaram nos artificios da escripta. São as linguas justamente denominadas incultas ou analphabetas. “Demonstra a verdade da sua asserção com a lição de Max Müller e a existencia de varias

linguas que se encontram naquelle estado, e conclue por ante-
por á doutrina de JOÃO RIBEIRO a definição de DARMES-
TERTER e HATZFEL, que consideram dialecto a simples
variedade regional de uma lingua.

Julgamos conveniente entretanto chamar a attenção para
as condições e o material com que elaborou LITTRÉ o seu con-
ceito de dialecto. Sente-se nas diferentes paginas em que
tratou de conceituar ou definir o dialecto que elle tinha
deante dos olhos, na sua mesa de trabalho, além dos dialectos
da Grecia, como assignalou Virgilio, o caso historico, parti-
cular, da formação dos dialectos no territorio da sua patria,
e nunca as condições geraes e abstractas indispensaveis para
a formação do conceito geral.

Tratando da differença entre dialecto e *patois* escreveu
elle no verbete *Dialecte* do seu grande Diccionario:

“Emquanto num paiz não se forma um centro, e em
derredor desse centro, uma lingua commum que seja a unica
escripta e litteraria, os fallares differentes das differentes re-
giões desse paiz chamam-se dialectos; de onde se vê como é in-
teiramente erroneo dizer-se que dialectos se derivam da lingua
geral; a verdade é que a lingua geral, que não é senão um dos
dialectos, que alcançou por qualquer circumstancia e com toda
a sorte de mistura a predominancia, é posterior aos dialectos.
Assim, quando essa lingua geral se forma os dialectos decaem
e se tornam *patois*, isto é fallares locaes, nos quaes as cousas
litterarias mais importantes NÃO SÃO MAIS TRATADAS.
(*). Antes do seculo XIV, não havia em França fallar
algum predominante; só havia dialectos; e nenhum destes
dialectos estava subordinado a outro. Depois do seculo XIV,
formou-se uma lingua litteraria e escripta, e os dialectos se
tornaram *patois*”.

Esse trecho do grande philologo confirma plenamente o
que acima dissemos. Na sua patria os dialectos já haviam
adquirido cultura litteraria e alguns delles apresen-
tavam creações de valor. Mas, quando á feição dos
acontecimentos politicos as provincias decahiram em poder e

(*) O versal é nosso.

um delles se tornou a lingua da nação, a unica escripta e litteraria, deixaram os dialectos de produzir obras desse genero. Assim acontecera historicamente na França, mas não se segue dahi que essa contingencia se possa transformar em criterio ou condição universal e abstracta do conceito de dialecto. Mas tão convencido, ou melhor tão apegado ao caso francez estava Littré, que chegou a dizer e erigir em norma “que num paiz de grande extensão não é a lingua una e commum que forma os dialectos; são os dialectos que formam a lingua una e commum”. (5)

Ora, é sabido que ha dialectos que se formaram da differenciação regional de uma lingua commum. Não é preciso para demonstrar esta verdade mais do que a propria existencia das linguas romanicas, que foram, como todos sabem e o proprio Littré reconhece, o resultado da differenciação regional do latim.

O que o conhecimento da historia das linguas e dos dialectos nos impõe como verdade é que ambas as maneiras de formação das linguas ou dos dialectos são contingentes. Nenhuma dellas tem as prerogativas da necessariedade. Podem os dialectos se constituirem em virtude da differenciação de uma lingua una e commum. Podem tambem as linguas unas e communs se formarem posteriormente aos dialectos e serem constituídas principalmente por um delles, que lhes estabelece as linhas geraes da estructura.

Ao encerrar a sua critica a João Ribeiro, cujos ensinamentos é impossivel acceitar em face da sciencia da linguistica, disse Virgilio de Lemos:

“O que ahi deixamos articulado, é mais que sufficiente para mostrar quão afastado de si mesmo e da bô orientação linguistica estava o Sr. João Ribeiro, quando formulou as suas objecções contra a existencia do dialecto brasileiro, cujas manifestações, aliás, ninguem melhor do que elle salientou e poz em evidencia. Nem vale, tão pouco, contra o facto ma-

(5) E. Littré — Dictionaire de la Langue française. Complément de la Préface, pg. XLVI

terial da dialectação do portuguez no Brasil a allegação de que os litteratos e homens cultos brasileiros não escrevem na linguagem despolida do dialecto popular, mas na linguagem "pura e classica", que conseguem assimilar dos bons padrões, mediante uma cultura meditada. Não é lá tão exacta a affirmativa do distincto grammatico. Não é coisa muito vulgar, entre nós, o escrever-se com limpeza e vernaculismo. Mestre da lingua "pura e classica" é o nosso autor; entretanto, de quando em quando, o vemos tropeçar nos obices que ao almejado classismo oppõem os inveterados habitos do nosso falar dialectal. Salvas rarissimas excepções, um espirito experto distingue com facilidade, entre a *lingua polida* da litteratura brasileira e a *lingua polida* da litteratura portugueza. Isto quanto á *lingua escripta*, porque, de referencia á *falada*, mesmo quando a modula um Ruy, um Laet, ou um Carneiro Ribeiro, não é difficil perceber-se-lhe, no trato familiar e commum, a mescla de innumerous modismos phraseologicos de character regional, além do assignalado sutaque da pronunciação brasileira, absolutamente inevitavel, como producto organico que é. Negal-o, é querer tapar o sol com a mão...". (6)

Discutindo a doutrina de Carlos Pereira, começa Virgilio de Lemos por alludir á opinião daquelle mestre quando ensina que o portuguez fallado no Brasil e o actual idioma lusitano são codialectos do portuguez quinhentista.

Para refutar essa doutrina submete Virgilio a lição de Carlos Pereira a um cerrado exame de natureza linguistica ou mais especialmente dialectologica.

Aponta dois conceitos de dialecto em Carlos Pereira. Um restricto, certo, de natureza scientifica; outro, muito amplo, e mais de ordem litteraria.

A definição que obedece aos rigores do criterio scientifico, é perfeita e justa, mas a outra, não só é errada, no seu entender, como, se vingasse, levaria ás consequencias mais absurdas.

(6) Pg. 32, 33.

A lingua portugueza no Brazil, pgs. 32, 33.

Está certo Carlos Pereira quando define dialecto “como a differenciação regional de uma lingua”. Claudica e erra palmarmente, quando estende, firmado em Whitney o conceito de dialecto “a qualquer differenciação de lingua-gem no fallar de uma região ou de uma classe social”.

Julga Virgilio que a doutrina de Whitney é apenas o exagero da observação de Max Muller. O que para este era “um aspecto do problema dialectal”, “passou a constituir o nucleo da doutrina” do primeiro.

Para Virgilio, de accordo com o ensinamento de Dauzat, *dialecto* é “conjunto de *modificações* ou de *diferenciações phoneticas, morphologicas e syntacticas* de uma lingua”, producto espontaneo, *inconsciente*, e *natural* de *causas geo-etnologicas*, e de *condições organicas* determinadas por taes causas”. Dialecto “é producto do *clima*, e, algumas vezes, do *clima* e da *raça*”. Dialecto é para Virgilio, differenciação da lingua no espaço. A segunda definição de Carlos Pereira importa em admittir dialectação no tempo. Não é tal coisa admissivel para Virgilio. As linguas quando consideradas na sua evolução no tempo apresentam, não dialectações, mas, unicamente, phases ou periodos. Destarte não julga elle possível ser, em linguistica, o português fallado no Brasil e o fallado em Portugal codialectos, pela razão. que o português actual na antiga metropole não pode ser considerado um dialecto do português de 1500. A lingua no Brasil é um dialecto. Em Portugal é apenas uma das phases da sua historia.

Mas será porventura indispensavel ao phenomeno da dialectação. a condição geografica?

Não será apegar-se demasiadamente á noção historica do conceito de dialecto, considerar aquella condição como elemento necessario? Não é da propria evolução natural dos conceitos, o se transformarem no curso das especulações?

Na realidade, o conceito de dialecto nasceu da observação da diversidade regional das linguas. Mas, não é possível dizer mesmo que elle tivesse sido creado encerrando no seu conteúdo a ideia da differenciação regional de uma só e mesma lingua. Quando se referiam os gregos aos seus dialectos, ao

dialecto jonico, ao dialecto eolico, ao dialecto dorico, ao dialecto attico, considerariam differenciações de uma lingua commum?

Qualquer que fosse entretanto o conteudo do conceito de dialecto, na sua origem, nada impede que elle se não tenha transformado com a evolução da sciencia. A historia do pensamento scientifico nos mostra que os conceitos tambem evoluem e acabam muitas vezes por se afastar inteiramente do seu primitivo conteudo. Não teria succedido assim com o conceito de dialecto? Não será hoje possivel falar-se de dialectação no tempo? independente da condição do espaço?

O que parece constituir a essencia do conteudo do conceito de dialecto é apenas o phenomeno da differenciação.

Historicamente, os dialectos foram, de inicio, observados em relação ás differentes regiões geographicas, porque nellas se tornava facilmente visivel a differenciação linguistica, mas, mesmo neste caso, o que se considerava essencialmente era o facto da differenciação. As regiões eram apenas o meio em que o phenomeno era observado. Tem no conteúdo do conceito um papel e um valor meramente accidental. O que impressionou ao observador, foi o facto da differenciação. No meio geographico ella se apresentava de modo immediato com grande nitidez, e podia ser considerada sem maiores abstracções. O seu conhecimento não demandava raciocinios. Era patente ao simples saber vulgar. Aos olhos do conhecimento scientifico, porém, essa mesma differenciação que se apresenta nos meios geographicos. pode ser considerada tambem no tempo.

Na verdade, nada ha que impeça a linguistica de fallar em dialectação no tempo.

Esta maneira de pensar nada tem de novo.

Não carecia Eduardo Carlos Pereira de pedir a Whitney os fundamentos para o seu conceito de dialectação no tempo. Já antes, muito antes, do philologo norte-americano, della fallavam os grammaticós.

No principio do seculo XVIII, em 1725, no mesmo Portugal, houve quem, classificando os dialectos, applicasse o conceito do ponto de vista exclusivamente do tempo.

Nas *Regras Da Lingua Portuguesa*, DOM JERONYMO CONTADOR D'ARGOTE, ás pgs. 291, classificou os dialectos em:

- a) dialectos locaes;
- b) dialectos de tempo;
- c) dialectos de profissão.

Para o philologo portuguez existiam, pois, dialectos locaes, dialectos de tempo, dialectos de profissão.

Os dialectos locaes, são as variedades regionaes da lingua. São as differenciações determinadas pelo meio geographico. *Que serão os dialectos de tempo?* Dê-nos a resposta LEITE DE VASCONCELLOS, de onde extrahimos esta informação. Diz-nos elle que Contador D'Argote chama *dialectos de tempo*, as differentes phases chronologicas da lingua portuguesa, as quaes denomina: muito antiga e moderna. (7)

Notemos ainda que muito antes de Max Müller e de Whitney, já havia Contador D'Argote estabelecido a classe dos *dialectos de profissão*. E, antes de Contador D'Argote, logo na primeira grammatica da linguagem portuguesa, em 1536, FERNÃO DE OLIVEIRA considerava a dialectação com a mesma amplitude que tres seculos mais tarde Whitney lhe havia de dar.

No capitulo 38 da sua obra, tratando das "Dições usadas", após dividi-las em geraes e particulares escreve:

"... e esta particularidade ou se faz äntre offiços e tratos como os cavaleiros ã tẽ hũs vocabolos: e os lavradores outros: e os cortezãos outros: e os religiosos outros: e os mecanicos outros: e os mercadores outros: ou tãbẽ sefaz ã terras esta particularidade porã os da beira tem hũas falas e os Dalemtejo outras: e os homẽs da extremadura são diferentes dos dantre douro e minho; porque assi como os TÊPOS* assi tãbẽ as terras crião diversas cõdições e cõçeitos". (8)

(7) Leite de Vasconcellos. *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, pg. 61.

(8) Fernão de Oliveira. *Grammatica da Linguagem Portuguesa*. 3.^a edição feita de Harmonia, com a primeira (1536) sob a Direcção de Rodrigo de Sá Nogueira, pgs. 79 e 80.

(*) *O versal é nosso.*

Como acabamos de ver, a “*particularidade*” a que se refere Fernão de Oliveira não é outra cousa senão o dialecto. Mas, das suas palavras se vê que elle não só admittia os de base geographica como os de classes e profissões. O mais interessantê porém e que vem aqui a mão de semear, é que elle tambem considerava, como depois Contador D’Argote, a dialectação no tempo. Na sua opinião, as *condições* e os *conceitos* são creados na sua diversidade quer por obra dos tempos quer por obra das terras.

Do que acabamos de transcrever se verifica, portanto, que não exigia Fernão de Oliveira, como condição essencial para a dialectação, a geographica, que, no entender de Virgilio de Lemos, de accordo com a distincção feita por Dauzat, era fundamental para o conceito de dialecto.

Segundo o mais antigo grammatico portuguez o tempo, independente do espaço, cria tambem dialectos.

No particular da amplitude dada ao conceito de dialecto cabe a primazia á philologia portuguesa.

Assim, não ha que extranhar nas palavras de Eduardo Carlos Pereira, quando nos falla na *codialectação* do portuguez actual fallado em Portugal e do portuguez fallado no Brasil. Pensamos que, deixando de lado o rotulo verbal das cousas, ou dos conceitos, para attentar mais na propria essencia delles, não ha que censurar na doutrina exposta pelo grammatico paulista.

Se tomarmos em consideração o portuguez de 1500, forçoso é reconhecer, como já o havia feito Sylvio Romero e accitava o proprio Virgilio de Lemos, que houve uma evolução bifurcada, divergente, diferenciada, na lingua portuguesa na Europa e na America.

As alterações, as diferenciações que se processaram no idioma de 1500 em Portugal e no Brasil não foram e não podiam ser as mesmas. Basta lembrar, como factor fundamental, que no seculo XVI a lingua em Portugal se alatinou artificialmente por obra dos classicos, e do ponto de vista, não da linguistica, mas da grammatica, que foi estabelecida

como norma, entrou na chamada e celebrada phase de disciplina.

No Brasil, as cousas se passaram de modo muito diverso.

Primeiro: Não foi, como pensam muitos, e entre elles Eduardo Carlos Pereira, o portuguez disciplinado grammaticalmente, o portuguez dos classicos, o que veiu para o Brasil na bocca dos colonos, mas, o velho e genuino portuguez do povo, rude e inculto.

Segundo: O portuguez popular transplantado para o Brasil, em lugar de ser artificialmente approximado do latim classico, do qual não se derivou, soffreu no Brasil grandes influencias de outras linguas extranhas, totalmente extranhas, á lingua portugueza, que taes eram as indigenas e as africanas. Tamanha foi a influencia da lingua tupy, que, até o começo do seculo XVIII senhoreou ella inteiramente o idioma.

Soffreu a lingua européa não só do idioma indigena, como dos dialectos africanos, modificações que a alteraram no vocabulario, na prosodia e na syntaxe.

Com inteira propriedade usou Eduardo Carlos Pereira da expressão codialectos de referencia ao portuguez de Portugal e o idioma fallado no Brasil, desde que se collocou no ponto de vista historico, tomando o conceito de dialecto no seu sentido amplo.

Na verdade a situação actual de ambos os idiomas é aquella indicada por Carlos Pereira.

Em face do conceito actual do dialecto, que estudaremos em capitulo especial, talvez não seja mesmo possivel, com todo rigor, fallar hoje em dialectação a não ser no tempo.

Dado que não ha mais em linguistica áreas phoneticas ou morfologicas distinctas, mas a continuidade é um facto perfeitamente verificado, não sendo permittido fallar em dialectos com limites geographicos, a não ser em alguns casos muito especiaes, como por exemplo, na discontinuidade de territorio e de certo ponto de vista, tal como acontece com o idioma brasileiro em relação ao portuguez, difficilmente se po-

perá deixar de recorrer ao factor *tempo* para explicar a diferenciação da linguagem no mesmo territorio, ao lado, já se vê, de outros factores que não de ordem propriamente geographica, taes como os sociaes e historicos.

O que achamos censuravel e contradictorio em CARLOS PEREIRA é negar e affirmar elle, ao mesmo tempo, a existencia do dialecto brasileiro.

Segundo a doutrina de Eduardo Carlos Pereira o idioma fallado no Brasil não é um dialecto do portugûes actual, mas é, dada a dialectação no tempo, um dialecto do portugûes de 1500. E' o que se depreende das suas palavras.

“Ha quatrocentos annos que o portugûes do Brasil se segregou do de Portugal. Foi na época de maior esplendor da lingua, no periodo aureo do quinhentismo, que delle se transplantou para aqui uma vergontea forte e vigorosa pelos donatarios e colonos, que vieram povoar nossas costas. Bifurcou-se o portugûes, e, sob o influxo de novos factores mesologicos, proseguiu elle aqui a sua evolução genial.

Quatros seculos são passados de uma dupla evolução, e, a esta hora, apresenta a lingua, na historia de sua dialectação divergente, o aspecto de um amplo triangulo cujo apice attinge o seculo XVI, e a cujos pontos extremos da base correspondem, já apreciaveis, diferenciações dialectaes. Nesta evolução divergente, o fallar brasileiro e o luzitano apresentam-se como codialectos do portugûes quinhentista, e, não raro se descobrem, como adeante mostraremos, em nossos hábitos prosodicos, vestigios do quinhentismo que em Portugal se perderam”. (9)

Se o portugûes actual e o idioma fallado no Brasil são codialectos do portugûes de 1500, o portugûes do Brasil é um dialecto do portugûes quinhentista. Não é possivel imaginar codialectação onde a dialectação não existe. Codialectos são dialectos considerados na sua grande semelhança reveladora da evolução parallela de uma lingua commun. (10)

(9) Eduardo Carlos Pereira. *Grammatica Historica*, pg. 192.

(10) Virgilio de Lemos. *Op. cit.*, pgs. 45 e 46.

Na sua Grammatica Expositiva, affirma abertamente, declaradamente, CARLOS PEREIRA a existencia de um dialecto brasileiro. São do illustre grammatico as seguintes palavras:

“Ha, não obstante isso, um *dialecto brasileiro* no fallar do povo rustico, do caipira caboclo, tabaréu ou jagunço, como existe um *dialecto luzitano* ou continental no fallar do beirão, do minhoto, do transmontano e do algarvio. Esse dialecto geral vai-se constituindo em *subdialectos regionaes*, no Brasil, como se constituiram em Portugal. E’ essa a tendencia ou movimento das linguas vivas”. (11)

No trecho que acabamos de transcrever não só admittre o grammatico um dialecto brasileiro, como tambem, entre nós, subdialectos regionaes.

Assim como existem differenciações de linguagem na Beira, no Entre-douro e Minho, em Traz os Montes e no Algarve, já existem em nossa terra differenciações tambem daquelle dialecto brasileiro do povo rustico.

Mas, a dialectação que o portuguez experimenta no Brasil não é apenas de referencia ao fallar do povo rude. Ella existe na nossa propria linguagem culta. E’ o proprio Carlos Pereira quem nos diz: “O portuguez culto do Brasil, sob o influxo de novos factores mesologicos, vae se diversificando do de Portugal no lexico, na prosodia e na syntaxe”.

Estudando essa diversificação apresenta-nos elle considerações que, aos olhos dos que aceitam, e elle está no caso, o conceito de dialecto de Whitney, não podem deixar de levar á admissão da existencia de um dialecto do portuguez no Brasil.

Porque razão negava Carlos Pereira a existencia de um dialecto brasileiro? E’ que ora se collocava elle do ponto de vista da philologia, ora do ponto de vista da grammatica. Quando encarava a lingua portuguesa como philologo, encontrava no fallar do tabaréu no jagunço um *dialecto*, mas, se o grammatico, desprezando a totalidade dos phenomenos linguisticos em nossa terra, considerava apenas uma parte delles,

(11) Eduardo Carlos Pereira. Grammatica Expositiva. pg. 411.

o portuguez culto do Brasil em comparação com o de Portugal, entendia que, apesar das differenciações que elle proprio havia notado e exemplificado no primeiro, a norma da vernaculidade classica era a mesma. (12)

Ao encerrar na sua GRAMMATICA HISTORICA, as considerações acerca das “linhas divisorias entre o portuguez do Brasil e o de Portugal”; quando o curso da sua argumentação forçosamente o haveria de levar a admittir um dialecto brasileiro, não mais apenas fallado pelo povo illetrado, mas um dialecto culto, com produções litterarias, sente-se que o apêgo aos dogmas da linguagem classica e da grammatica portuguesa lhe tolhera a penna e o fizera desviar-se do rumo assentado. Assim é que, não podendo affirmar fossem os mesmos os idiomas fallados e escriptos no Brasil e em Portugal, abandona o ponto de vista da philologia, e até da grammatica, para reduzir as relações entrê o portuguez de Portugal e do Brasil a um simples vinculo de ordem moral!!!

A' pagina 195 da sua GRAMMATICA HISTORICA reduziu elle a essa condição a influencia da lingua portuguesa entre nós.

“Seguindo a sua trajetoria dialectal, o portuguez, no Brasil”, escreveu Eduardo Carlos Pereira, “vai-se distancian-do do de Portugal, como se vê não só no lexico, mas ainda nos varios dominios da grammatica. Sendo a lingua o expoente moral de uma raça, a affirmação caracteristica de uma nacionalidade, é natural que essas differenciações lexicologicas e grammaticaes se vão reflectindo nas produções littêrarias. Apesar, porém, dessas evoluções divergentes, a lingua portuguesa continuará a ser o *vinculo moral* entre os dois povos irmãos. No desenvolvimento de sua missão historica, ella continuará, em Portugal, fluente e energica, e no Brasil, clara e euphonica. São indoles diversas em um destino commum”.

Tornemos, porém, ás lições da “A Lingua Portuguesa no Brasil”.

Pensava tambem Virgilio de Lemos que “a idéa de dialectação supõe uma individualidade linguistica que se pre-

(12) Eduardo Carlos Pereira. Op. cit., pg. 411.

sume fixa e inalteravel, e uma outra individualidade que é, na essencia, aquella mesma individualidade typica, mais ou menos modificada, mais ou menos desviada das linhas geraes e de sua configuração paradigmatica. O dialecto é um desvio do typo modelo, do typo paradigma, do typo padrão". E esse desvio se realiza através de um phenomeno de differenciação regional, pelo concurso de causas geo-ethnologicas e de condições organicas, que determinam modificações phoneticas, morphologicas syntacticas de uma lingua.

Para haver dialecto, no entender de Virgilio de Lemos, é indispensavel que haja:

- a) Um typo preexistente, que se presume fixo e inalterado;
 - b) desvio desse typo;
 - c) divergencia estructural, determinada por influencias de ordem geographica, ethnica, ou mesmo politico-linguistica.
- Analysemos a sua doutrina.

Vejamos a condição da existencia de um typo de lingua presumida fixa e inalterada.

Fallar em lingua fixa e inalterada é cousa que se não pode admittir em sciencia linguistica. Fixas e inalteradas só as linguas mortas, assim mesmo quando o trabalho litterario não as modifica e altera, como succedeu ao latim classico nas paginas dos doutores da Egreja, no "latim mystico".

Presumir a fixidez e a inalterabilidade de uma lingua viva, tal como, por exemplo, o latim popular que se transformou nas linguas romanicas, é lançar mão de um artificio, inteiramente desnecessario, porquanto na realidade o phenomeno da dialectação se processou fóra dessas condições.

O que o metodo scientifico — tão prezado de Virgilio de Lemos — impõe é que se investigue a formação dos dialectos tal como verdadeiramente ella se deu, e de modo algum se recorra a um artificio para explica-la, pois, em ultima analyse, a explicação será positivamente falsa.

Se não houve nunca essa fixidez e essa inalterabilidade, é que ellas não são necessarias.

O emprego do artificio seria admissivel se não soubessemos, de sciencia certa, que elle está em flagrante discordan-

cia com a realidade. A sciencia só deve recorrer a um artificio, quando desconhece a maneira real porque se passam as cousas, e então imagina uma explicação logica sufficiente e accetivel para interpretar a realidade. Fóra dahi é processo totalmente anti-scientifico.

Para haver dialecto não é preciso considerar um typo de lingua preexistente presumida fixa e inalterada, pela razão muito simples, demasiado simples, de que os dialectos se formaram das linguas sem fixidez e inalterabilidade.

O que se verifica é que os dialectos se formam durante a evolução das linguas. São assim considerados tendo-se em vista não um typo de lingua fixa e inalterada, mas, o typo de uma lingua em determinada phase da sua evolução. A dialectação é assim tambem um resultado da acção do tempo.

No caso da formação das linguas romanicas — dialectos do latim — o que se passou não é possivel ser considerado como o desvio de uma lingua fixa e inalterada. Elles se formaram no latim vulgar, quando de sua evolução na França, na Italia, na Rumania, na Peninsula Iberica, etc.

Os dialectos do latim que se transformaram em linguas romanicas nada mais são, como se tem tantas vezes insistido, do que o proprio latim em dado periodo da sua existencia.

Com relação á existencia de uma divergencia estructural, determinada por influencias geographicas, já vimos anteriormente que ellas não são condições *sine qua non* da diferenciação, ou melhor da dialectação de um idioma.

Divergencia estructural produzida por condições de ordem ethnica, ou de ordem politica, pode ser a consequencia desses factores actuando no tempo.

Convem principalmente notar que nem sempre os dialectos se formam por diferenciação, no tempo ou no espaço, de uma lingua una commum.

Essa maneira de formação dos dialectos só se verifica como salientou MAX MULLER, com relação aos dialectos "produzidos por alteração phonetica". Com referencia aos dialectos que tomaram existencia sem o processo dessa alteração, não é possivel fallar em diferenciação de alguma lingua

anterior *communis*, a não ser que se pretenda escrever uma pagina de *metaphysica* acerca do monogenismo linguistico.

Criticando a doutrina de GRIMM acerca da origem dos dialectos em geral, que sustentava provirem gradualmente de uma unidade linguistica primitiva, escreveu MAX MÜLLER: "E' bem isso que somos levados a crer, se baseamos nossas theorias exclusivamente nos materiaes que nos fornecem idiomas literarios, como o sanscrito, o grego, o latim e o gothico. Que eram, porém, esses mesmos idiomas, antes de serem fixados pela cultura literaria? Será possivel supor que na India, região que tem quasi a extensão da Europa, cortada de montanhas, com florestas e desertos, tenha sido fallada na época em que os poetas do Veda cantaram os primeiros hymnos para celebrar o poder dos seus Deuses, uma só e mesma linguagem? Não nos mostra a Grecia, até na sua literatura, uma grande diversidade de dialectos locais? E o que chamamos latim classico, poderá ser outra coisa senão um dos numerosos dialectos do Latio, aquelle que fallavam as familias patricias de Roma? Os dialectos existem antes de se formarem as linguas literarias, porquanto qualquer lingua literaria é apenas um dialecto que se avantajou aos seus congeneres, em consequencia de circunstancias mais favoraveis". (13)

E' exatamente o que se verificou na formação das linguas romanicas. O francez, o italiano, o hespanhol, o portuguez, por exemplo, nada mais são do que um dos dialectos da França, da Hespanha, de Portugal, que em consequencia de condições politicas se tornaram linguas nacionaes. O que chamamos francês, hespanhol, portuguez não foram linguas communs que se diferenciaram nos dialectos da França, da Hespanha ou de Portugal.

"A lingua das nações escreve GIACOMO DE GREGORIO, não é, em sua origem senão um dialecto fallado numa restricta região. As condições sociaes e o favor dispensado a tal dialecto pelas classes mais elevadas e pela literatura alargaram-lhe o uso e delle fizeram uma lingua.

(13) Max Müller. *La Science du Langage*, pgs. 59 e 60.

O italiano, por exemplo, era o dialecto da Toscana, o hespanhol, o dialecto de Castella, o francez, o dialecto da Ilha de França, o arabe, o dialecto coreichytico, o grego, o dialecto attico.

TODOS OS MAIS DIALECTOS DAQUELLAS NAÇÕES OU DAQUELLES POVOS PODERIAM IGUALMENTE TER-SE CONVERTIDO EM LINGUAS NACIONAES". (14)

O que a sciencia da linguistica apurou é que ha dialectos que se formaram no seio de uma lingua, mas ha tambem linguas que se formaram de um dialecto, de mistura com outros.

Vejamos o caso do francez.

Tratando dos dialectos no "Complemento do Prefacio" do seu grande dictionario, escreveu LITTRÉ':

"Não só os dialectos não nasceram do desmembramento de uma lingua franceza preexistente, mas, na verdade, são anteriores á lingua franceza, ou, se quizerem, ella é um desses dialectos que ganhou, por circumstancias extrinsecas e politicas, a primazia. No seu tempo, a expressão lingua franceza applicava-se ao conjunto dos dialectos da França do Norte: nome bem cabido, porquanto esses dialectos tinham mais semelhanças entre si do que com qualquer das outras linguas romanicas, provençal, hespanhol, ou italiano.

Quem quer que tenha uma tintura de historia sabe porque o dialecto de Paris e da Ilha de França prevaleceu. Mas, o que não é tão geralmente sabido é que á medida que elle se tornava a lingua do paiz, recebia consideravel mistura de formas normandas, picardas e outras". (15)

Vejamos o caso do portugûes:

Da mesma sorte que o francês, a lingua portuguesa não é outra cousa senão um dos dialectos de Portugal, que se tornou por acção da politica do paiz em lingua commum nacional.

(14) Giacomo de Gregorio. Manual da Sciencia da Linguagem, pgs. 31 e 32.

(15) E. Littré — Dictionaire de la Langue Française. Complément de la Preface, pg. XLVI.

Quando dizemos que o interamnense, o beirão, o transmontano e o meridional são dialectos do português, não nos exprimimos com exatidão. Com precisão scientifica devemos dizer que são dialectos portuguezes, isto é, fallares diferentes de regiões diversas de Portugal.

A lingua nacional portugueza não se diferenciou regionalmente em Portugal no interamnense, no beirão, no transmontano, no meridional. Foi o dialecto interamnense que se tornou a lingua nacional, e por effeito da ordem politica da nação se tornou a lingua commum e o seu orgão.

Mas, os dialectos portuguezes existiram antes do português, e eram todos, com excepção do meridional, onde havia grande influencia arabe, a simples diferenciação do latim vulgar na Lusitania. Valiam todos igualmente, e qualquer delles poder-se-ia ter transformado em lingua nacional.

“Portugal”, escreveu SAID ALI, “não possuia de facto uma lingua uniforme, estava retalhado em dialectos. Cumpria haver uma lingua escrita official que servisse de communicação á todos. Um dos dialectos se tomou naturalmente por base para essa lingua escripta e supõe-se ter sido o de Entre-Douro e Minho, ou interamnense”. (16)

Não queremos dizer, que o português se tenha constituido apenas do dialecto interamnense. Como notou SAUSSURE, na formação de uma lingua nacional ha um dialecto privilegiado, mas este “raramente permanece tal como dantes”; misturam-se-lhe elementos dialectaes de outras regiões, torna-se cada vez mais composito, sem perder entretanto inteiramente o seu character original”. (17)

Com relação ao português aconteceu, porém, que a lingua, tendo, no dizer de JOÃO DE BARROS, no Entre-Douro e Minho a sua raiz, soffreu mais tarde, segundo LEITE DE VASCONCELLOS, grande influencia de Coimbra e de Lisboa”. (18)

(16) Said Ali. *Difficuldades Da Lingua Portuguesa*, pg. 299 e 300.

(17) Ferdinand Saussure. *Cour de Linguistique Générale*, pg. 267.

(18) Leite de Vasconcellos. *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, pg. 15.

Não foi outra cousa o que succedeu ao italiano.

Os numerosos dialectos da Italia, fortemente caracterizados, taes como o napolitano, o calabrês, o toscano, o romano, o genovês, o piemontês, o veneziano, etc., para fallar apenas dos continentaes, não são differenciações regionaes da lingua nacional italiana. Existiam antes della. Foi um delles, o toscano, que, em virtude de certas circumstancias de ordem cultural, se transformou no idioma official da nação.

Passemos á Hespanha.

Os dialectos da Hespanha não se formaram tambem através de um processo de differenciação do idioma nacional do paiz. Antes deste se haver constituido, existiam no territorio hespanhol o catalão, o gallego, o valenciano, e o castelhano, etc. A lingua nacional resultou da adopção pelo Estado do dialecto de Castella.

Fóra desses dialectos romanicos, o mesmo facto se verifica quanto á formação das linguas nacionaes, no sector das linguas germanicas. Assim, acontece com relação á lingua allemã.

Tratando MEILLET na sua "Linguistique Historique et Linguistique Générale", da historia da criação das linguas communs que "é diversa e muitas vezes complicada", escreveu o sabio francez:

"A lingua commum (o autor refere-se ao allemão) nasceu do grande movimento de colonisação, que permittiu aos allemães conquistar progressivamente toda a Allemanha oriental e que constitue o facto fundamental da historia da Allemanha; foi por este meio que os allemães formaram uma unidade; e foi em seguida, nos paizes de colonisação, que o allemão litterario se formou, principalmente entre a burguezia das cidades estabelecidas nas regiões colonizadas na idade média; foi consequentemente na Bohemia e principalmente nas cidades do Saxe que o allemão actual se constituiu no curso da idade media. As chancelarias dos principes e das cidades fixaram-no a pouco e pouco. A Reforma, adoptando-o como lingua litteraria, deu-lhe a forma definitiva. Mas, o allemão commum permaneceu, mais ainda que o francez e o

inguez, uma simples lingua escripta; as coisas que se fixam com a escripta, a saber o vocabulario e a grammatica, são por toda a parte quasi identicas; mas a pronuncia varia muito de região para região, sem que se possa nitidamente, como no francez ou no inguez, declarar viciosa tal ou tal maneira de pronunciar: toda a gente sabe quanto o systema articulatorio é diferente em Colonia, em Berlim, em Leipzig, em Francfort, etc”.

Da exposição feita por Meillet se verifica tambem que os diferentes fallares da Allemanha não se diferenciaram da lingua nacional. Foi um processo semelhante ao que se passou na vida das outras lingua nacionaes, porquanto a lingua official tem uma formação politica. Nasceu nas chancelarias, cujos actos diplomaticos empregavam arbitrariamente as expressões dos diferentes idiomas populares, e graças á influencia dos actos officiaes e mais que tudo da propaganda luterana se constituiu essa lingua. Torna-se a lingua da igreja, da escola e dos tribunaes. (19)

E se quizermos levar a deante as observações acerca da formação das linguas communs, veremos que até na Grecia a lingua que se tornou geral o *koinê dialektos* não preexistiu aos dialectos gregos. (20)

Volvamos, porém, ás analyses da “A Lingua Portugueza no Brasil”.

Na evolução do portuguez no Brasil encontra VIRGILIO DE LEMOS duas grandes phases. Uma, a primeira, de *degeneração*, a outra, de *disciplina e aprimoramento*.

“A dialectação do portuguez no Brasil apresenta-nos”, diz elle, “duas partes distinctas e inconfundiveis: na primeira, a lingua, trazida da metropole para a jovem colonia pelos seus organizadores e povoadores, *degenerou* de suas formas naturaes e legitimas *barbarizando-se* na boca das gentes incultas que os luzitanos associaram á sua grande empresa

(19) Abel Hovelacque. La Linguistique, pg. 365.

(20) Meillet (A) Linguistique Historique et Linguistique Générale, pg. 365.

de exploração económica; na segunda, a linguagem falada na colónia, *já então bastante modificada* em seu typo primitivo e originário, pelas alterações e mudanças nella operadas na phase anterior, entrou a *disciplinar-se* e a *polir-se, procurando approximar-se dos velhos e dos bons padrões metropolitanos*". (21)

Analysemos os factos e a sua interpretação.

Em primeiro logar, ha que extranharmos na penna do mestre aquelle conceito de dialecto como *degeneração*, tal como succedeu ao portuguez na primeira phase. Já de longa data, no tempo em que escrevia o philologo, a linguistica e a dialectologia haviam abandonado aquella maneira de vêr as formações dialectaes. Unicamente do ponto de vista grammatical e literario é que se pode falar em degeneração e aprimoramento.

Se o pranteado professor brasileiro se mantivesse firme no seu ponto de vista, de que a questão do dialecto brasileiro não é assumpto de grammatica, mas de glottologia, não seria possivel falar em degeneração. Tambem não teria attribuido á segunda phase o conceito de *evolução*, emprestando a esse termo um sentido de progresso, que rigorosamente não faz parte da essencia do conceito.

Em glottologia, o que se pode dizer é que a lingua portugueza, em contacto com as gentes que povoaram a colónia, os indigenas e africanos, e na boca dos proprios portuguezes, por força daquella "*obnubilação*" a que se reporta Virgilio de Lemos, (pg. 51) experimentou grande modificação, mas não *degenerou*. Em linguistica, essa primeira phase é parte integrante da *evolução* da lingua portugueza no Brasil.

Os criterios de *degeneração* e *evolução normal* e *sadia*, soam falso em sciencia glottologica.

E' o proprio Virgilio de Lemos quem o reconhe nestas palavras do seu trabalho: "*A dialectologia* ainda não se constituiu entré nós numa *disciplina autonoma*, com objecto,

(21) Op. cit. Pg. 49.

programma e methodos proprios. Os seus raros e deficientissimos estudos, mal concebidos e peor realizados, não revelam o amor do facto pelo facto, não perderam ainda o seu primitivo character empirico e accidental, e andam na dependencia da *grammatica expositiva*, que os desvirtua com os seus processos *dogmaticos*, e que em vez de acorçoal-os, os malsina, reputando os factos de que elles tratam como syndromas de uma molestia a combater e extirpar. Entretanto, não é esta a orientação da moderna sciencia da linguagem". pg. 85.

Na verdade, somente do ponto de vista da *grammatica expositiva*, que não tem voz em capitulo no assumpto, é que se pode falar em degeneração da lingua portugueza na primeira phase.

Não se passaram tambem as cousas da maneira porque o saudoso pensador imaginou e escreveu.

Não ha uma primeira phase que tenha sido um afastamento, uma alteração tupy e africana da lingua da metropole, e outra, que se lhe seguiu, onde o idioma no Brasil procurou, e continúa procurando, approximar-se dos velhos e bons padrões metropolitanos. A lingua popular se afastou sempre.

Ha nesse juizo do escriptor uma cincada semelhante as que elle apontou nos nossos philologos e grammaticos, — a de confundir ou applicar ao mesmo tempo, á questão do dialecto, criterios de glottologia e de *grammatica*.

A lingua, que de certo tempo em diante buscou o modelo nos grandes escriptores classicos luzitanos, não foi a lingua popular, a vulgar, a falada ou a escripta, o dialecto, mas a litteraria, a gramatical, dos nossos philologos e escriptores *alumnos* dos portuguezes.

A lingua do povo, a lingua falada e escripta do homem alphabetizado, fez e faz livremente o seu curso, e nella o dialecto continúa a viver, a evoluir, independentemente dos padrões de Portugal, tal como o proprio Virgilio de Lemos o testimfica nas seguintes palavras:

“E na verdade este dialecto existiu fortemente accentuado, por todo o paiz, durante o periodo colonial, e *ainda hoje* existe, vivaz e energico, no falar das pessoas incultas e muito principalmente nas regiões sertanejas, e até mesmo, disfarçada e atenuadamente, no *falar* e no *escrever do geral dos brasileiros cultos*”. (22)

Mas cumpre observar ainda, que não é disfarçada e “atenuadamente” que o dialecto se encontra no falar e no escrever dos brasileiros cultos.

Se não consideramos, aqui, brasileiros cultos, apenas os nossos homens de letras, mas tambem os intellectuaes que não fazem paginas de litteratura, o dialecto está do mesmo modo “vivaz e energico”, na sua linguagem e na sua escripta, pois os *brasileirismos* que, “no seu entrelaçado conjuncto, na unidade fundamental do seu plexo”, (23) constituem para Virgilio de Lemos o dialecto brasileiro, são correntes na palavra e na penna dos que não se preoccupam em escrever com “artificio”, pela grammatica e os classicos portuguezes.

A “corrente linguistica”, “*polida e culta*, usada pela nata intellectual da nação”, escreve num idioma que é, segundo as palavras do saudoso professor, “uma superposição, um artificio, uma criação adventicia” (24) e nesta “corrente” mesma o dialecto não desapareceu. Attesta-o VIRGILIO DE LEMOS neste passo da sua *Memoria*:

“A prova inconteste”, escreve o pensador brasileiro, “clara, insophismavel, evidentissima, da formação e existencia de dialecto a que alludimos, e que proclamamos com a mais firme das convicções, é que elle *subjaz*, nas proprias pessoas cultas, á *linguagem polida* que ellas adoptam e falam, e se manifesta incorrigivel em o *nosso articular*, mui outro e diversissimo do *articular luzitano*, facto que todos nós sentimos e percebemos, e os nossos grammaticos attestam em innumeradas e interessantes observações. Graças a este estado de

(22) Op. cit., pg. 61 e 62.

(23) Op. cit., pg. 69.

(24) Op. cit., pg. 71.

automatismo latente, irrompe elle, de quando em quando, em manifestações incoercíveis, mesmo no escrever das pessoas mais cultas, dos individuos mais adextrados no meneio da “lingua pura e classica”, no phrasear daquelles mesmos que, por um extraordinario poder de assimilação dos moldes mais perfectos, conseguiram, consciencemente, organizar nos seus centros nervosos o puro mecanismo da lingua de nossos avoengos, escorreita e extreme de vicios e vulgaridades, de que elles a expurgaram”. (25)

A realidade, pois, dos factos é a seguinte: A lingua começou a se alterar na colonia por influencia do tupy e do africano. Nos primeiros tempos essa influencia foi intensa e profunda, mais tarde, porém, se lhe foram embotando as forças, mas o idioma continuou e continúa a sua evolução, ao sabor do meio brasileiro. E’ o proprio Virgilio de Lemos quem o reconhece.

Mostrando que não é possivel confundir-se a estrutura dos dialectos continentaes, dos insulares e do *brasileiro*, escreve elle:

“Emquanto nas provincias do continente a dialectação affectava quasi que exclusivamente a *prosodia vocabular*, sem grandes repercussões no dominio da morphologia e da syntaxe, no Brasil a dialectação attingia fundamente a *phonetica*, a *prosodia*, e a *morphologia* dos vocabulos, opulentava extraordinariamente o lexico e se reflectia com certa energia na propria *syntaxe grammatical*. Enquanto, nas colonias insulares e nas demais colonias ultramarinas, a dialectação do portuguez foi uma verdadeira *degeneração*, uma deploravel *degradação* do portuguez metropolitano, a DIALECTAÇÃO NO BRASIL, (*) manifestou-se, a principio, como uma *degeneração*, e depois, como uma *evolução normal e sadia*”. (26)

Por estas palavras se vê que para o proprio Virgilio a *evolução normal e sadia* é tambem uma phase da vida do dialecto brasileiro, e que nem tudo nelle é degeneração.

(25) Op. cit., pgs. 70 e 71.

(*) O *versaete* é nosso.

(26) Op. cit., pgs 43 e 44.

Nessa phase de *evolução*, segundo o mesmo escriptor, “a nossa linguagem, já então bastante *differenciada* e grandemente *modificada*, entrou a polir-se e a corrigir-se”. Mas de que modo? Relegando para as cousas inuteis a linguagem bastante *differenciada* e grandemente *modificada*? Não. Na phase de disciplina, a que elle chamou de “*evolução*”, a nata intellectual do paiz operou “conservando as alterações espontaneas, immutaveis e *organicamente fixadas* pelas influencias do meio physico e ethnologico e nessa phase ainda a nossa linguagem assumiu “uma *feição idiomática sui-generis*, ao mesmo tempo culta e original”. (21)

Não menor supresa temos diante daquelas linhas em que o douto professor entende que as “fórmãs naturaes e legitimãs” eram as portuguezas, que vieram trazidas da metropole para a colonia, e as nossas, as que aqui nasceram nos primeiros tempos, degeneradas e illegitimas.

Mais uma vez, digamos, o professor ahi falseou o ponto de vista glottologico em que se havia collocado, para encarar o assumpto com os vidros da grammatica. Glottologicamente consideradas as cousas, não ha naturalidade e legitimidade apenas nas fórmãs portuguezas. Ambas, as lusitanas e as brasileiras, são naturaes e legitimãs. As fórmãs linguisticas dos primeiros tempos eram tão legitimãs e naturaes como as portuguezas. A differença estava, apenas, em que as portuguezas eram legitimãs e naturaes em Portugal, e as brasileiras naturaes e legitimãs no Brasil (27).

Ao encerrar a sua *Memoria* notavel, o professor brasileiro affirma de modo categorico:

“Que a lingua portugueza se haja modificado profundamente no Brasil, durante esses quatrocentos anos decorridos desde a sua introdução na joven colonia sul-americana, é um facto que deixamos exhuberantemente provado, e nunca foi contestado, mesmo por aquelles que, dominados por preconceitos grammaticaes ou por um falso e intempestivo sentimento patriotico, se enfuriam em negar a existencia do

(27) Op. cit., pag. 44.

dialecto brasileiro. As transformações ahí estão, e não ha supprimil-as. Ellas obedeceram a leis que não podem ser sophismadas e devem ser desprendidas dos factos que as objectivam. Esses factos são o producto de condições *pre-existentes*, algumas das quaes ainda perduram nas influencias lentas, mas irresistiveis, no *meio physico*, e nas fatalidades do *meio ethnologico e social*". (28)

São estas, das paginas mais lucidas que já se escreveram entre nós, acerca do dialecto brasileiro.

Nellas se veem, como através de um poderoso prisma, na decomposição do seu espectro, os erros palmares de linguistica, de glottologia e de logica da argumentação dos nossos philologos e grammaticos, que têm negado a existencia do dialecto.

Ellas põem em forte relevo as deficiencias, as contradicções, a confusão do pensamento dos nossos autores. E no seu traçado logico, na sua limpidez, na claridade que arraiaam sobre a questão, pôde-se dizer que nellas se encontra grande parte da verdade linguistica.

Ao apresentar o notavel estudo, que acabamos de percorrer em algumas das suas paginas principiaes, endereçou Virgilio de Lemos um appello (29) aos "homens de bôa vontade" para que não continuassem desprestigiados entre nós os problemas da nossa dialectologia. Não se perderam no golphão do esquecimento as suas palavras. Alguns annos depois a dialectologia brasileira dava a lume uma série de trabalhos de feição verdadeiramente scientifica, onde os seus themas não são mais trabalhados em paginas apenas rethoricas de fino lavor litterario, mas com a observação rigorosa da realidade objectiva. São as monographias em que a vida da nossa linguagem é investigada e examinada á luz dos verdadeiros methodos de indagação. Mudam-se os rumos, e a pesquisa do material dialectologico é feita já com a observancia dos criterios da linguistica.

(28) Pg. 89.

(29) Op. cit., pg. 93.

E' dentro desse espirito que se vão orientar os novos trabalhos. Inaugurou-os, em 1920, com um magnifico estudo, AMADEU AMARAL, no seu *Dialecto Caipira*.

Nesta obra cuida o escriptor paulista de traçar, no mesmo sentido de Virgilio de Lemos, as directrizes da investigação linguistica, dialectologica do nosso idioma, e nos dá, conjuntamente, ao lado da explanação theorica, o exemplo a seguir. Não se limita o seu estudo a discutir apenas a existencia do dialecto brasileiro; a sua pena descreve e analysa uma das suas subdivisões, a linguagem do camponio de sua terra.

Escreve AMADEU AMARAL:

"Fala-se muito num "dialeto brasileiro", expressão já consagrada por autores notaveis de além-mar; entretanto, até hoje não se sabe ao certo em que consiste semelhante dialectação, cuja existencia é por assim dizer evidente, mas cujos caracteres ainda não foram discriminados. Nem se poderão discriminar, emquanto não se fizerem estudos sérios, positivos, minuciosos, limitados a determinadas regiões.

O falar do Norte do paiz não é o mesmo que o do Centro ou o do Sul. O de São Paulo não é igual ao de Minas. No proprio interior deste Estado se podem distinguir sem grande esforço zonas de differente matiz dialectal — Litoral, o chamado "Norte", o Sul, a parte confinante com o Triangulo Mineiro.

Seria de se desejar que muitos observadores imparciaes, pacientes, methodicos, se dedicassem a recolher elementos em cada uma dessas regiões, *limitando-se estrictamente ao terreno conhecido e banindo por completo tudo quanto fosse hypothetico, incerto, não verificado pessoalmente*. Teriamos assim um grande numero de pequenas contribuições, restrictas, em volume, em pretensão, mas que na sua simplicidade modesta, escorreita e séria prestariam muito maior serviço do que certos trabalhos mais ou menos vastos, que de quando em quando se nos deparam, repositorios incongruentes de factos recolhidos a todo preço e de generalizações e filiações quasi sempre apressadas,

Taes contribuições permitiriam, um dia, o exame comparativo das varias modalidades locaes e regionaes ainda que só das mais salientes e por elle a discriminação dos phenomenos communs a todas as regiões, e dos privativos de uma ou outra fracção territorial. Só então se saberia com segurança quaes os caracteres geraes do dialecto brasileiro ou dos dialectos brasileiros, quantos e quaes os sub-dialectos, o gráo de vitalidade, as ramificações, o dominio geographico de cada um". (30)

Estas palavras de Amadeu Amaral encerram o programma que os estudiosos de cousas de linguagem, entre nós, deveriam ter executado, se não se deixassem ficar na attitude *commoda, injustificavel, e anti-scientifica* de copiar as regras da grammatica portugueza, no que tange ao estudo da lingua. Os nossos grammaticos não tiveram nunca essa noção exacta dos problemas linguisticos entre nós. Tambem não cogitaram de mudar de rumo após essa advertencia e esse appello do grande escriptor.

Houvessem os nossos philologos e grammaticos comprehendido assim, nos seus verdadeiros termos, o problema da linguagem em nossa terra, e de ha muito já estaria ampla larga e rigorosamente caracterizado, scientificamente, o nosso idioma, a lingua brasileira, o *dialecto brasileiro*.

Da sua existencia diz-nos o próprio Amadeu Amaral que ella é "*evidente*". Todos os que fixam a sua attenção na nossa maneira de falar e a comparam com a dos portuguezes, têm de logo consciencia da differença entre uma e outra. Têm consciencia nitida de que não falamos do mesmo modo, os portuguezes e nós.

Se é certo que, para traçarmos minuciosamente o quadro da nossa dialectação e distinguir as características do nosso dialecto e dos nossos sub-dialectos, é mister empregar aquella pesquisa apontada por Amadeu Amaral, não é menos verdade que, embora não tenhamos realizado aquella investigação indispensavel da systematização dos nossos factos de

(30) Amadeu Amaral. Op. cit., pgs. 14 e 15.

linguagem, o simples conhecimento delles dá-nos a consciencia da nossa dialectação, a noção e o sentimento da differença entre o nosso idioma e a lingua falada em Portugal,

A descripção e a formulação das leis do nosso dialecto exigem que observemos as *constant*es da nossa linguagem dentro da massa dos nosos phenomenos linguisticos: distingamos o que é commum do que é peculiar a essa ou aquella zona geographica, comparando entre si os lingua-jares das diversas regiões do paiz. Mas, para evidencia da dialectação da nossa lingua, basta que comparemos os factos de linguagem do nosso idioma, com os da lingua portugueza fallada pelos portuguezes. E' sufficiente esta simples comparação, como já o fizeram Alencar, Paranhos da Silva, e outros, entre nós, e tambem o fizeram os portuguezes, desde João de Barros até Leite de Vasconcellos.

Podemos assim mostrar as differenças, e grandes, não só de vocabulario, como de phonetica e de syntaxe, entre a lingua fallada em Portugal e a fallada no Brasil, ainda que não possamos por esse processo traçar a physionomia geral do nosso idioma, resultante da comparação dos varios sub-dialectos brasileiros. São duas cousas distinctas.

Do nosso dialecto, da *lingua brasileira*, podemos dizer o que Amadeu Amaral disse com relação ao dialecto caipira. A' semelhança deste, o *dialecto brasileiro* é formado em parte quanto ao vocabulario:

- a) de elementos oriundos do portuguez usados pelo primitivo colonizador, muitos dos quaes se archaizaram na lingua culta;
- b) de termos provenientes das linguas indigenas;
- c) de vocabulos importados de outras linguas, por via indirecta;
- d) de vocabulos formados no proprio seio do dialecto. (31)

(31) Op cit., pg. 31,

A esses elementos podemos acrescentar os vocabulos tomados directamente a outros idiomas, taes como os de proveniencia ingleza, americana e até franceza, porque, segundo já se demonstrou, os nossos gallicismos não são os mesmos usados em Portugal.

Tratando dos elementos do portuguez do seculo XVI, observa AMADEU AMARAL:

“Em verdade, estes não se limitam ao lexico. Todo o dialecto está impregnado delles, desde a fonetica até a syntaxe. A sua discriminação, através dos varios departamentos do dialecto, constituiria, sem duvida, um dos mais curiosos estudos a que se póde prestar a nossa linguagem rustica, e não só pelo interesse puramente linguistico, senão tambem pelo clarão que lançaria sobre questões attinentes á formação do nosso povo.

Sobre a importancia linguistica, não é necessario insistir, pois ella, por assim dizer, se impõe por definição. Basta notar o seguinte: uma vez reconhecido que o fundo do dialecto representa um estado atrazado do portuguez, e que sobre esse fundo, se vieram successivamente entretecendo os productos de uma evolução divergente, o seu acurado exame póde auxiliar a explicação de certos factos, ainda mal elucidados da fonologia, da morfologia e da syntaxe historica da lingua.

Por exemplo: a pronunciação clara do *e* e do *o* atonos finaes comprova o facto de que o ensurdecimento dessas vozes só começou em época relativamente proxima, pois de outro modo não se comprehenderia por que o caipira analphabeto pronuncia *lado*, *verdade*, quando os portuguezes pronuncia *ladu*, *verdad'*.” (32)

Do nosso dialecto, isto é, da lingua brasileira, podemos dizer tambem, que nella, na propria linguagem da cidade, e não sómente na “linguagem rustica”, se encontram esses elementos do portuguez do seculo XVI, não só em São Paulo como em outros Estados do Brasil, onde a evolução da lingua não abandonou os archaismos.

(32) Op. cit., pgs. 31 e 32.

“São em grande numero”, diz Amadeu Amaral, “relativamente á extensão do vocabulario dialectal, as formas esquecidas ou desusadas na lingua. Lendo-se certos documentos vernaculos do fim do seculo XV e de principios e meiadós do seculo XVI, fica-se impressionado pelo ar de semelhança da respectiva linguagem com a dos nossos roceiros e com a linguagem tradicional dos paulistas de “bôa-familia”, que não é senão o mesmo dialecto um pouco mais polido”. (33)

Desses termos ou palavras portuguezas do seculo do descobrimento, dá Amadeu Amaral uma lista de vocabulos, *archaismos, de fórma e sentido*, e mais outra de “locuções archaicas ou, pelo menos, de sabor arcaico bem pronunciado”. (34)

Quanto aos elementos indigenas no nosso vocabulario, não se limitam elles ao dialecto caipira, isto é, a S. Paulo. Por toda a nossa terra elles se encontram integrados no nosso idioma, basta lembrar o que de referencia ao tupi escreveu THEODORO SAMPAIO. (35)

Com relação a S. Paulo, apenas, enumera Amadeu Amaral 375 vocabulos indigenas repartidos em differentes grupos de referencia á nomenclatura de “rios, riachos, montes, bairros, fazendas e povoados”, de animaes, de vegetaes, de differentes phenomenos, accidentes, productos da natureza, doenças, etc.; e de utensilios, apparelhos, objectos de uso, alimentos, usos, costumes, abusões, e mais adjectivos e substantivos usados como taes”. (36)

Se, no dialecto caipira, o numero de termos de origem de outras linguas é muito reduzido, “porque as necessidades de expressão, para o caipira, raramente vão além dos recursos ordinarios”, o mesmo não se pôde dizer do dialecto geral do

(33) Op. cit., pg. 32.

(34) Op. cit., pgs. 33 e 34.

(35) O tupi na Geographia Nacional.

(36) Op. cit., pgs. 36 a 39.

Brasil, onde é grande a lista dos neologismos de origem estranha.

Faz menção ainda Amadeu Amaral das palavras que vieram para o dialecto caipira, por contribuição do "dialecto geral do Brasil", ou "da propria actividade paulista". As que passaram do castelhano, ou dos dialectos ibero-sul-americanos e do vocabulario rio-grandense. (37)

A lista dos vocabulos que vieram do africano é muito reduzida no sub-dialecto paulista, mas no dialecto brasileiro, na lingua brasileira, é grande a messe de palavras de origem africana, como se poderá apurar com os trabalhos, que acerca da materia têm publicado RENATO MENDONÇA e JACQUES RAYMUNDO.

Quanto aos vocabulos formados no proprio seio do dialecto, diz-nos Amadeu Amaral:

"Com os elementos que vieram do portuguez, do tupi e de outras linguas, formaram-se no Brasil numerosos vocabulos, principalmente por derivação, — já no seio do povo paulista, que, através do seu movimento de expansão pelo territorio nacional, os levou a longinquas regiões, já em outras terras, de onde foram trazidos.

Encontram-se no falar caipira de S. Paulo, e na propria linguagem das pessoas educadas, toda uma multidão de neologismos derivados, alguns muito expressivos e já indispensaveis áquelles mesmos que procuram fugir á influencia do regionalismo". (38)

Desses vocabulos formados por derivação dá-nos o escriptor uma lista de verbos, onde se contam cincoenta e nove; ha um rôl de cincoenta e tres substantivos e outro com vinte adjectivos. (39) Em nota á pagina 44 inclue tambem "diversos vocabulos que, embora coincidam em fórmãs portuguezas conhecidas e correntes, foram entretanto expontaneamente derivados, entre nós, de termos identicos ou semelhantes". A'

(37) Op. cit., pgs. 42 a 43.

(38) Op. cit., pg. 44.

(39) Op. cit., pg. 44 e 45.

pg. 46 junta uma lista de vinte e oito termos formados por *composição* e na sua maior parte por “juxtaposição de elementos com a particula subordinante *de*”.

“*Por juxta-posição directa e por aglutinação*”, enumera dezesseis vocabulos. Por *prefixação* apresenta quatro palavras sem contar as já incluídas quando arrolou os derivados.

Sobremaneira curiosa é sua lista das palavras portuguezas que alteraram entre nós profundamente o sentido, ou que, conservado o antigo, adquiriram um novo. (40)

Do ponto de vista phonetico é commum ao dialecto brasileiro a observação que Amadeu Amaral faz de referencia ao *caipira*.

Da lingua brasileira podemos affirmar, e todos temos clara consciencia, que a prosodia, tomado o termo em sentido que “abranja o rithmo e musicalidade da linguagem, differe essencialmente da portugueza”.

Tratando da *Morphologia*, mostra Amadeu Amaral como “o dialecto tem dado provas de grande vitalidade, na formação de numerosos substantivos e adjectivos, quer por composição, quer por derivação”.

Grande é a contribuição da *etymologia popular*, na criação de formas vocabulares. A *derivação regressiva* é tambem fonte creadora de vocabulario. Ha tambem observações acerca do *adjectivo* e do *participio passado*, que “frequentemente” não tem a “flexão generica; sobretudo se não apparecem contiguos aos substantivos”. (41)

Acerca do NUMERO, mostra o autor os casos em que o *s* é conservado como signal de pluralidade e os em que desaparece. Nos vocabulos atonos ha conservação. Nos oxitonos tambem, salvo quando mero signal de “pluralidade”, em que este signal se perde, havendo excepção para determinativos, acontecendo que alguns o perdem quando isolados, Em certos vocabulos ha exemplo de ambas as fórmãs, a da conservação e a do desaparecimento.

(40) Op. cit., pg. 47.

(41) Op. cit., pg. 50,

O *s* desaparece nas palavras paroxytonas e nas propoxytonas.

Quando o *s* indicando pluralidade está precedido de vogal a que se encosta, a vogal desaparece. Os determinativos, porém, conservam-nas, assim como os pronomes da terceira pessoa. Mas, se os determinativos estão pronominais podem perder o *s*.

“A pluralidade dos nomes é indicada, geralmente, pelos determinativos”. Não se encontra o *s* pluralizado nos *qualificativos*, salvo nos casos em que estes são antepostos ao substantivo.

Examina o autor também alguns casos de prothese, em consequência da “repugnância pela flexão do plural”.

Annota ainda um caso em que o substantivo e o pronome são considerados como um simples substantivo colectivo. (42)

Faz também observações de referência á quantidade, á comparação, e a superlatividade. O emprego do augmentativo ou do diminutivo tem grande applicação aos adjectivos e aos adverbios, existindo em alguns casos particularidade de sentido. Ha de certo modo uma preferéncia pelo diminutivo de referência aos adverbios. Entre a fórma synthetica e as analyticas, ha, em se tratando de comparativas ou de superlativas, predominancia das ultimas. (43)

No que tange ás “FLEXÕES VERBAES”, analysa os casos de *pessoa*, *numero*, de *modos* e *tempos*.

Os *pronomes* também são estudados nas fórmas rectas e nas obliquas, assim como algumas “*fórmas pronominaes*”.

O pronome pessoal da segunda pessoa do singular apparece ligado á fórma verbal da 3.^a pessoa. O da 2.^a do plural quasi não é empregado. Os casos obliquos são quasi sempre substituidos pelas fórmas analyticas. O obliquo da 2.^a do plural não corresponde a caso recto, mas a uma fórma pronominal da 3.^a. (44)

(42) Op. cit., pgs. 51 a 53.

(43) Op. cit., pgs. 53 e 54.

(44) Op. cit., pgs. 55 e 56.

Quanto á SYNTAXE, observa os factos relativos ao *sujeito vagamente determinado*, expresso no singular ainda que se refira a mais de um individuo.

Dá-se tambem em alguns casos, a suppressão do artigo definido antes do sujeito mesmo determinado.

Quando o sujeito é collectivo, o verbo apparece frequentemente no plural, tal como já acontecia no portuguez.

“As clausulas infinitivas dependentes de *para* tem por sujeito o pronome obliquo *mim* nos casos em que o sujeito devêra ser *eu*”.

Este, COMO MUITOS OUTROS, DIZ AMADEU AMARAL, “COMO QUASI TODOS OS FACTOS DA SYNTAXE CAIPIRA E POPULAR DE S. PAULO, REPETE-SE EM OUTRAS REGIÕES DO PAIZ”. (*) (45)

“O pronome *elle, ella* póde ser objecto directo.

Este facto é um dos mais generalizados pelas diversas regiões do paiz”.

E repara que se encontram exemplos nos antigos documentos da lingua. Pensa, entretanto, que o brasileiro não tem origem na lingua antiga.

“O pronome obliquo *o a* perde toda a vitalidade”.

O *lhe* empregam os caipiras de referencia á pessôa com quem se falla.

“Póde dizer-se, pois, que o pronome *lhe*, conservando a sua funcção de pronome da “terceira” pessôa *grammatical*, só se refere de facto, á “segunda” pessôa *real*”. De referencia a terceiros o caipira emprega a fórma *elle ella*.

“Na conjugação periphrastica, o gerundio é sempre preferido ao infinitivo precedido de preposição, vulgar em Portugal e até de rigor entre o povo daquelle paiz”. (46)

“O verbo *ter* usa-se impessoalmente em vez de *haver*, quando o complemento não encerra noção de tempo.

Quando o complemento é *tempo, anno, semana*, emprega-se ás vezes *haver*, porém mais geralmente *fazer*”.

(*) O versal é nosso.

45) Op. cit., pgs. 57 e 58.

(46) Pgs. 59 e 60.

“Haver é limitado a certas e raras construcções”. “A fórmula *hai* contracção e ditongação de *ha ahi* (por “*ha i*”) só é empregada em dois casos”:

- a) quando precede ao verbo o adverbio *não*;
- b) *quando o verbo termina a proposição.*

“O verbo *chamar*, na accepção de “qualificar”, emprega-se invariavelmente com *de*.

“Nas orações relativas não se emprega senão *que*. Nos casos que, em bom portuguez, reclamam este pronome precedido de preposição, o caipira desloca a particula, empregando no fim da phrase como um pronome pessoal”.

“Frequentemente supprimem de todo a preposição e o pronome pessoal”, “ficando assim a relação apenas subentendida”.

Os relativos o *qual*, *quem* e *cujos* são em virtude do processo acima reduzidos todos a *que*”.

“Em Portugal observa-se entre o povo identico phenomeno, isto é, essa tendencia para a simplificação das fórmulas das orações relativas. Lá, porém, taes casos são apenas frequentes, e aqui constituem regra absoluta entre os que só se exprimem em dialecto, regra a que se submettem, sem o querer, até pessôas educadas, quando fallam despreoccupadamente”.

Em Portugal “o relativo *quem* precedido de *a* se resolve em *lhe*, e aqui só se substitue por *pra elle*”.

“Seria mais curial que, em vez de *pra elle*, se dissesse *a elle*; mas ha a notar mais esta particularidade, que o nosso povo inculto prefere a primeira preposição á segunda. (47)

“Na composição de proposições negativas, o adverbio *já*, corrente em portuguez europeu, é de todo desconhecido no dialecto”. Em logar do *já* empregam o adverbio *mais*, depois do verbo. Consoante observação de Julio Moreira até os grammaticos brasileiros escrevem assim. Na lingua antiga em Portugal, adverte Amadeu, encontram-se tambem exemplos.

“O emprego de duas negativas — *ninguem não*, *nem não*, etc. assim contiguas, — vulgar na syntaxe portugueza qui-

nhentista, mas hoje desusado na lingua popular de Portugal, e na lingua culta tanto lá como cá — é obrigatorio no fallar do caipira”.

Não é tão desusado no norte esse modo de fallar. Em paginas litterarias dos nossos escriptores ha tambem exemplos.

“A negativa *não* repetida depois do verbo parece puro brasileirismo. Encontra-se, porém, repetidas vezes em Gil Vicente”.

“Tambem o trivial *nem nada*, depois de uma preposição negativa, tem antecedentes em *Gil Vicente*”. (48)

“O logar *para onde* é indicado com auxilio da preposição *em*”.

“Deste facto, *commum a todo o Brasil*, e ao qual nem sempre escapam os proprios escriptores que procuram seguir os modelos trans-oceanicos, se encontram numerosos exemplos em antigos documentos da lingua, e inda ha vestigios nas expressões usuas”.

“Os complementos do tempo são, na linguagem portugueza de hoje, empregados quasi sempre com uma preposição (a, em), destinada a estabelecer uma especie de liame que satisfaça o espirito do fallante”. “O caipira atem-se mais á tradição da lingua”. Não emprega a preposição. (48)

Como o povo em Portugal (J. Mor. cap. XXVI 1.º vol.) o nosso caipira usa a formula *por amor de*, para exprimir circumstancia de causa. Usa tambem *mór de* e *mó de*”. (50)

Conhecemos a expressão *móde, pra móde*, usadas no norte.

“Quanto ao vocabulario do seu *Dialecto Caipira*, adverte Amadeu Amaral que o “glossario não se propõe reunir todos os brasileirismos correntes em S. Paulo. Apenas regista vocabulos em uso entre os roceiros, ou caipiras, cuja lingua-gem, a varios respeitos, differe bastante da da gente das cidades mesmo incultas”.

(48) Pgs. 64 e 65.

(49) Pg. 66.

(50) Pg. 67.

Não incluiu o autor também todos os vocabulos do dialecto, não deu entrada aos que só poude encontrar em escriptos litterarios.

“Iguaes reservas”, diz elle, “teve para com os nomes de vegetaes e animais”. “Outros, e não poucos, estão sujeitos a taes fluctuações de forma e a taes incertezas quanto á definição (o que é muito commum na nomenclatura popular), que, impossibilitados, muitas vezes, de proceder a mais detidas averiguações, preferimos” declarou, “deixal-os também de lado por emquanto”. (51)

Comquanto affirme Amadeu Amaral tenha o dialecto caipira perdido o concurso das forças que lhe asseguravam a existencia e evolução, desertado ás cidades, onde por largo tempo estendeu o seu dominio, para refugiar-se nos recantos mais obscuros dos sertões paulistas, reconhece elle, entretanto, que “certos remanescentes do seu predomínio de outrora ainda flutuam NA LINGUAGEM CORRENTE DE TODO O ESTADO, (*), em luta com outras tendencias, criadas pelas novas condições”.

De modo que o dia do desaparecimento do dialecto caipira não será o da victoria da lingua portugueza, mas de um outro *dialecto* em cuja formação trabalham todas as novas condições do meio social de S. Paulo.

“Essas outras tendencias”, diz Amadeu Amaral, “irão continuando, naturalmente, a obra incessante da EVOLUÇÃO AUTONOMA DO NOSSO FALAR, QUE PERSISTIRÁ FATALMENTE EM DIVERGIR DO PORTUGUEZ PENINSULAR (*) e até do portuguez corrente nas demais regiões do paiz.” (52)

Aqui ficam as observações de Amadeu Amaral.

Passemos ás analyses que fez de nossa linguagem Antenor Nascentes.

Em esplendida monographia, modelo a seguir, como “O Dialecto caipira”, por quantos desejem estudar a serio a

(51) Pg. 68.

(*) O versal é nosso.

(52) Op. cit., pg. 13.

nossa linguagem, reconhece ANTENOR NASCENTES, no seu "*O Linguajar Carioca em 1922*", não só a existencia do *dialecto*, mas ainda dos *subdialectos*. E mais tarde, na sua magnifica obra didactica "*O Idioma Nacional*", na parte que trata da "*Grammatica Historica*", nos offerece um "*Mappa dialectologico do Brasil*", em cuja carta se nos apresentam "quatro sub-dialectos", o *nortista*, o *fluminense*, o *sertanejo* e o *sulista*, os quaes, na sua opinião, por sua vez se subdividem em pequenas variantes.

Tem a maior importancia para a *lingua Brasileira* o estudo de Antenor Nascentes, porquanto a *variante carioca* do sub-dialecto fluminense acaba de adquirir no que tange á sua phonetica, um valor tal, que, recentemente em um congresso, em S. Paulo (*Primeiro Congresso da Lingua Nacional Cantada*), a pronuncia carioca foi erigida em padrão, para o canto nacional ERUDITO em todo o Brasil.

Essa medida vem, de uma vez, firmar uma differença radical entre a lingua do povo Brasileiro e a portugueza.

Ao prefaciар o seu livro "*O Linguajar Carioca em 1922*", Antenor Nascentes escreveu: "Sempre nos interessaram as questões de dialectologia portugueza no Brasil. Annotávamos o que mais importante encontravamos, quer na phonetica, quer na morphologia, quer na syntaxe, quer no lexico".

Mas, depois de explicar a razão da concatenação das suas notas, no pedido que lhe formulara um grande mestre da philologia romanica, solicitando-lhe informações acerca das alterações soffridas pelo portuguez no Brasil, diz:

"Conhecemos bem o nosso meio; não ignoramos os re-moques que nos hão de trazer os estudos de pathologia linguistica que empreendemos.

Paciencia. Nosso trabalho não é para a geração actual". (53)

Nestas palavras está retratado o espirito com que no Brasil se tem encarado as questões de linguagem. Aventurar-se alguем a escrever alguma cousa que não seja cópia da *grammatica portugueza*, elogios ás maravilhas da lingua

(53) Op. cit., pag. 9.

classica, ao vernaculo da escripta lusitana, não é escrever para a "geração actual". Tanto póde a força dos preconceitos com que temos rodeado e impedido o estudo do nosso idioma.

Mas, se em 1922, era esse ainda o ponto em que estavamos em materia de criterios quanto á correcção da linguagem, hoje, não nos encontramos mais nesse pé e, com relação mesmo á nossa dialectologia, já havíamos alcançado o ponto de vista de Virgilio de Lemos e a obra de Amadeu Amaral.

O que, porém, nos admira no trabalho de Nascentes, é vê-lo ainda encarar como *pathologicos*, phenomenos linguisticos de dialectação, após haver accedido a lição de Leite de Vasconcellos, com que elle proprio adverte o leitor acerca de estudos dessa natureza!

A' pagina 15 do seu livro transcreve o autor do "O Linguajar Carioca em 1922" estas palavras do grande mestre portugêus:

"Les anciens grammairiens, diz *Leite de Vasconcellos*, et encore aujourd'hui la plupart des personnes, considèrent le parler du peuple un jargon dépendant du caprice individuel, quoiqu'il n'y ait rien de plus faux que cette idée. Sans doute, je ne demande pas que les personnes instruites parlent et écrivent le langage du vulgaire. Chaque chose a sa place. Quand je soutiens que la langue populaire ne mérite aucun discrédit, je veux dire par là que tous les phénomènes qu'on y observe sont du même ordre que ceux de toutes les autres langues; et il ne peut pas en être autrement, car l'esprit humain est un".

Quer dizer, os phenomenos da lingua popular são da mesma ordem que os phenomenos da lingua culta. Não ha nos primeiros nada de pathologico, são processos normaes da evolução dos idiomas.

Glottologicamente, são bôa e sã linguagem.

São ainda de Leite de Vasconcellos estas palavras:

"Interessa por muitos motivos o estudo dos dialectos populares: em primeiro lugar, interessa á linguistica, porque elles, além de serem *BÓA E REGULAR LINGUAGEM*, fallada pela maioria da população do paiz, e cujas relações com

o latim e outras linguas importa conhecer, dão ás vezes grande luz a questões de linguagem litteraria que não raro só por elles em muitos pontos se explica". (54)

"E' factó por demais sabido", escreve Nascentes, "que, mesmo dentro do proprio territorio, por diversas causas entre as quaes sobresaem a lei de menor esforço e a necessidade de clareza, de expressão, as linguas tendem a alterar-se. .

Maiores alterações soffrem ainda, quando são transplantadas de uma região para outra. Assim, o latim se transformou nas actuaes linguas romanicas e estas, por sua vez,, nas colonias, muito vieram a differir do falar das metropoles, haja-se em vista o francez do Canadá e o hespanhol da America. *Outro tanto aconteceu ao portuguez implantado em nosso paiz. (*)*

As principaes causas destas alterações são de ordem etnologica e de ordem mesologica". (55)

O portuguez do Brasil veio, pois, segundo Nascentes, a differir muito do portuguez de Portugal, em virtude principalmente de causas do meio e da raça. E tal é a força daquelle agente que, observa o autor:

"Nem que fosse falada apenas por portuguezes e seus descendentes puros, nem por isso deixaria ella de alterar-se, graças ás causas que apontamos acima; mas a *lingua portugueza no Brasil soffreu grandes alterações*, porque teve de ser aprendida por homens de duas raças que falavam linguas de estructura inteiramente diversa do typo flexional.

O indio foi o primeiro a aprender o portuguez; é natural, pois foi o povo autoctone.

Só mais tarde apparece o outro factor ethnographico, o negro".

(54) J. Leite de Vasconcellos. *Dialectos Interamnenses*, pg. 5, Contribuições para o Estudo da Dialectologia Portugueza I.

IX — Linguagem vulgar do Porto. Porto, 1891.

(*) *O grypho é nosso.*

(55) *Op. cit.*, pgs. 11 e 12.

Mas “é praticamente simultanea a aprendizagem do portuguez pelo indio e pelo negro”. (56)

“Desde meados, pois, do seculo XVI, colonos portuguezes, indios, africanos, seus descendentes, puros ou mestiçados, começaram, cada qual a seu jeito, a modificar a lingua portugueza e mais tarde as modificações por elles introduzidas, vieram a constituir a *variante brasileira*.”

O afastamento das metropoles, a independencia politica e outras causas tornaram autonomo o portuguez do Brasil”.

“SUBMETTER O NOSSO FALAR DIFFERENTE ÀS FORMAS PORTUGUEZAS, É UM ABSURDO DESPREZIVEL E SERVILMENTE COLONIAL, COMO DIZ O SR. RUPERT HUGHES RELATIVAMENTE AO FALAR NORTE-AMERICANO. CERTAS LEIS DA GRAMMATICA PORTUGUEZA PERDERAM A APPLICAÇÃO ENTRE NÓS; FALAMOS DIFFERENTEMENTE, SEM QUE POR ISSO FALEMOS ERRADO, POIS NOS EXPRESSAMOS DE ACCORDO COM OS NOVOS RUMOS, POR QUE MARCHOU NO BRASIL A LINGUA PORTUGUEZA. (*)

O que se deu pode perfeitamente ser comparado com o processo de multiplicação vegetal conhecido pelo nome de *mergulhia*: até se criarem raizes, o ramo vergado e mergulhado no solo é sustentado pela seiva do vegetal que soffre a operação; uma vez brotadas raizes que possam haurir seiva para a nova planta, um corte no ramo a separa e ella vae separadamente prosseguir sua evolução.

PROSEGUIMOS HOJE, EVOLUÇÃO À PARTE, COMO A PENINSULA IBERICA, prosseguiu a sua, depois do desmembramento do imperio romano. Apesar da constante immigração portuguesa, apesar do constante intercambio litterario entre Portugal e Brasil, nada pode deter a nossa marcha”. (57)

(56) Op. cit., pgs. 11 e 12.

(*) O *versal* é *nosso*.

(57) *Nascentes*. O *Linguarjar Carioca*, pg. 13.

Em outro passo do seu trabalho discute Antenor Nascentes se a nossa *variante* constitue um dialecto. A solução, entende elle, depende do conceito que se fizer daquelle phenomeno linguistico.

Acaba Nascentes por acceitar o ponto de vista de Leite de Vasconcellos e a considerar dahi como dialecto a variante do portugûes na America. E o que é mais, para elle, entre nós, existem tambem subdialectos. (58)

Ao tratar das diferenças entre o nosso idioma e o portugûes, transcreve de MEYER LÛBKE a seguinte observação:

“A diferença mais notável (das linguas das colonias e ex-colonias) relativamente aos romanicos, dá-se naturalmente no vocabulario, por isso que a peculiar cultura destes paizes quasi os obriga a receber muitas palavras extranhas.

A evolução fonetica e a constituição das formas revelam, pelo contrario, tendencias que não se diferenciam essencialmente das que se observam nos dialectos da lingua mãe; e, as vezes apresentam tambem um grande senso conservador”.

A esse reparo, porém, acrescenta Nascentes “que o accento nacional (sotaque) difere muito e que a *syntaxe apresenta variações importantes*”.

Contesta seja o dialecto brasileiro, como injustificadamente tem entendido philologos portugueses, um dialecto creoulo. A nossa lingua não é um vocabulario europeu com as normas grammaticaes rudes de selvagens ou barbaros. Não é possivel pôr no mesmo pé de igualdade o nosso dialecto com dialectos portugueses fallados na Guiné e nas costas d’Africa. A nossa morphologia não é como naquelles uma tosea adaptação, segundo adverte Meyer Lübke.

No Brasil houve dialecto creoulo apenas “na linguagem dos pretos minas, hoje quasi totalmente desapparecida”. (59)

Alludindo ás causas ethnologicas da alteração da lingua portuguesa entre nós, acrescenta Nascentes ás mais antigas das raças indigenas e africanas, “a imigração italiana em S.

(58) Nascentes. O Linguajar Carioca, pg. 18.

(59) Nascentes. O Linguajar Carioca, pg. 18.

Paulo, a polaca no Paraná e a allemã em Sta. Catarina e no Rio Grande do Sul". E a influencia do castelhano nas fronteiras. (60)

Quanto ao valor das tendencias conservadoras que por outro lado tambem se manifestam através do ensino, da imigração portuguesa, da leitura dos classicos, diremos com o proprio Nascentes que não é possivel estabelecer equilibrio entre as forças antagonicas, porque a lingua portuguesa no Brasil segue um rumo á parte do que tem Portugal, tal como, segundo comparação sua, o latim na Peninsula Iberica "depois do desmembramento do imperio romano".

Quanto á existencia dos nossos subdialectos aceita Nascentes a doutrina de RODOLPHO LENZ: "Si en país de cierta estensión es poblado por jentes que traen de sua patria anterior un lenguaje mas o ménos uniforme, en estado natural de las cosas (es decir presciendiendo de la influencia de la cultura) dentro de un tiempo mas o ménos corto se notará que el lenguaje comienza a variar. Estas variaciones no serán en toda las comarcas unas mismas, sino las unas si producirán aqui, las outras allá, i, en jeneral, la diferencia de lenguaje entre dos lugares, será tanto mas grande quanto mayor la distancia jeográfica, quanto menores las relaciones mutuas entre dos puntos. Entonces deberemos decir que en el pais se habla *un grupo de dialectos*, es decir, idiomas que se distinguen cada uno del vecino sin que lleguem a ser reciprocamente incomprensibles".

Tal foi o que se deu, diz Nascentes, "EM NOSSO PAÍS; a enorme extensão territorial sem facéis communicações interiores quebrou a unidade do dialecto, fragmentando-o em SUBDIALECTOS. ()*

Para isso contribuiu muito tambem o modo differente do povoamento das diversas regiões.

"Vinda da Europa, a civilização implantou-se no litoral, formando nelle focos donde irradiava. Desde os primeiros

(60) Antenor Nascentes. Linguajar Carioca, pg. 18.

(*) *O grypho é nosso.*

annos o interior começou a ser procurado. Ha dous focos de irradiação mais importantes: S. Paulo e Pernambuco. Segue-se-lhes a Bahia. Vem depois S. Luiz do Maranhão, o Amazonas e o Rio de Janeiro.

Os paulistas foram os grandes desbravadores do paiz. Minas, Goyas, Matto Grosso, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul a elles muito devem.

Pernambuco diffundi a civilização pela Parahyba, pelo Rio Grande do Norte e pelo Ceará, que por sua vez a levou ao Acre.

A S. Luiz do Maranhão se acha vinculada a colonização da Amazonia.

A influencia bahiana se estende a Sergipe, Alagôas e á parte norte do Espirito Santo.

Ao Rio de Janeiro; capital da colonia desde 1763, se vincula a colonização do Estado do Rio de Janeiro.

As vias de comunicação, as relações commerciaes e intellectuaes, certas vicissitudes historicas ligaram diversas partes do vasto territorio, constituindo regiões perfeitamente caracterizadas.

De um modo geral se pôde reconhecer uma grande divisão: norte e sul; norte, até a Bahia e sul, dahi para baixo.

E' palpavel a differença entre o falar *cantado* do nortista e o falar *descansado* do sulista.

No lexico são grandes as differenças que se notam entre os diversos Estados do Brasil; basta comparar um livro de Alfredo Rangel e um de Monteiro Lobato. (*)

Com os poucos dados de que dispomos, mal podemos esboçar uma divisão do *dialecto brasileiro*. Talvez possamos admittir QUATRO SUBDIALECTOS; o nortista (Amazonas, Pará, litoral dos Estados desde o Maranhão até a Bahia), o fluminense (Espirito Santo, Rio de Janeiro, sul de Minas, e zona da matta, Districto Federal), o sertanejo (Matto Grosso, Norte de Minas, sertão dos Estados litoraneos desde o Maranhão até a Bahia) e o sulista (S. Paulo, Paraná, Santa Catharina, Rio Grande do Sul e triangulo mineiro).

(*) O grypho é nosso.

Cada um desses subdialectos apresenta pequenas variedades, que aliás, não são de grande importancia.

Os alicerces do edificio da dialectologia brasileira estão nas variedades. Estudadas, estas, póde fazer-se um estudo sintético dos *subdialectos*; caracterizados estes, só então, por nova síntese poderemos chegar a conclusões seguras a respeito do dialecto brasileiro". (60-A)

Nestas palavras de Antenor Nascentes se vê, de modo nitido, como reconhece elle não só a existencia do *dialecto brasileiro*, as grandes differenças que apresenta o nosso idioma em relação ao de Portugal, a importancia das alterações e variações, não só do vocabulario como da syntaxe, e outrossim, a existencia de quatro subdialectos. A existencia destes e daquelle não lhe desperta duvidas. E' um facto real, certo, indiscutivel, soberano.

Nessas paginas tambem se encontra o grande e patriotico programma de estudos a ser realizado pelos nossos philologos.

Ha no "O Linguajar Carioca, da pag. 23 á pag. 125, uma longa e segura analyse acerca da *grammatica da variante do subdialecto fluminense*. A phonologia, a morphologia, a syntaxe e o lexico, seguido de uma lista de mais de oitocentas palavras do vocabulario, são estudados nas suas particularidades, na sua physionomia caracteristica.

Deixemos de viver a copiar a *grammatica*, a linguagem, os classicos portuguezes, e mettamos mão á obra. E' do mais alto sentido nacionalista e do mais alto valor linguistico o estudo dos nossos subdialectos e o do nosso idioma, em que pensamos, falamos e escrevemos, quando a nossa verdadeira linguagem, unicamente, inspira a expressão verbal, e num gesto magnifico de liberdade, atiramos para longe os artificios pedantes que manietam a nossa palavra e a nossa penna. Sejamos Brasileiros. Não escrevamos numa lingua alheia á terra e ao povo.

Meditemos a salutar advertencia de MONTEIRO LOBATO, "o admiravel escriptor paulista":

“E’ estranho, diz elle, isto de permanecermos tão francezes pela arte e pensamento e tão portuguezes pela lingua, nós os escriptores, nós os architectos da literatura, quando a tarefa do escriptor de um determinado paiz é construir um monumento que reflecta as cousas e a mentalidade desse paiz por meio da lingua falada nesse paiz.

Formamos, os escriptores, uma elite inteiramente divorciada da terra, pelo gosto literario, pelas idéas e pela lingua. Somos um grupo de francezes que escrevemos em portuguez — absolutamente alheios, portanto, a uma terra da America, que não pensa em francez, nem fala portuguez. ()*

A eterna queixa dos nossos autores, de que não são lidos, vem disso — dessa anomalia de que não se apercebem. O publico não os lê porque não lhe entende nem as idéas, nem a lingua. Teem elles de se contentar com um escol muito reduzido de leitores tambem educados á franceza, os quaes em regra preferem ir logo ás fontes, aos francezes de lá, aos Anatoles e Verlaines.

Este dualismo de mentalidade e lingua tem de cessar um dia. Os grammaticos hão de se convencer afinal de que a lingua portugueza variou entre nós, como acontece todas as vezes que um idioma muda de continente. Como o mesmo latim variou em França, dando o francez, em Portugal, dando o portuguez, em Hespanha, dando o hespanhol. E que continuará a variar, a distanciar-se mais e mais da lingua mãe, até que um dia fique em face della como está ella hoje em face do latim de Cicero. Seria um facto virgem, no mundo, persistir immutavel, apezar da mudança de continente, o instrumento lingua — que é eolio e varia até quando muda para um paiz fronterigo. Em taes casos frequentes na historia, a regra é a lingua velha ir ficando cada vez mais confinada entre os eruditos, enquanto a nova se expande no povo. Por fim vence o povo, que é o numero e a força. Nos paizes europeus de base latina, o latim resistiu quanto poudo, escorado pelos sabios e eruditos, desprezadores da “corrupção” popular.

(*) O grypho é nosso.

Dia houve, porém, em que toda a resistencia foi inutil e de alto abaixo a lingua se tornou una pela victoria popular.

Entre nós estamos inda longe do tempo em que o portuguez será lingua apenas de um ou outro abencerragem feroz, e não lido, mas tudo caminha para isso. O dissidio já está patente. *O povo brasileiro* e os proprios escriptores que escrevem em portuguez, não o falam em familia. Em casa, de pyjama, só se dirigem á esposa, aos filhos e aos criados em *lingua da terra, brasileirissima*". (61)

Se, na verdade, já, hoje, muitos dos nossos homens de letras não incorrem mais nas censuras que a penna de Monteiro Lobato traçou nessa pagina magnifica, todavia ainda é grande e falla d'alto, com entono, certo grupo de escriptores nossos, na cabeça dos quaes se ajusta a primor a carapuça.

Mas tornemos á lição de Antenor Nascentes.

Se eram aquelles em 1922, os juizos de Nascentes, não é de outro modo que se elle expressa mais tarde na sua *Grammatica Historica*, que constitue o IV volume do *Idioma Nacional*.

Analysando nesse trabalho os periodos em que se divide o estudo da lingua portugueza, traça uma pagina clara sobre a evolução do idioma no Brasil, onde se mostram dois periodos; o de adaptação, nos dias da colonia, e que abrange o lapso do primeiro quartel do seculo XVI até o anno de 1822; e o periodo de expansão autonoma, de independencia que vem de 1822 até hoje.

Neste segundo periodo, reconhece. que a nossa lingua não é mais a que as caravellas nos trouxeram de Portugal. A dos litteratos que timbram em escrever á portugueza é um artificio da penna. A verdade é inteiramente o opposto dessa escripta de copia verbal. E ao lado dessa familia de luzitanizantes, se erguem, lavradas por outras mãos mais brasileiras, as paginas de um idioma livre e senhor dos seus destinos.

Noutro capitulo examina o autor o portuguez do Brasil e as suas differenças do portuguez da antiga metropole.

Nessa parte do seu livro reafirma Nascentes o juizo acerca

(61) Monteiro Lobato — Na "Antevespera", pgs. 120 e 121.

do dialecto brasileiro e dos seus sub-dialectos, cuja realidade não o impedem de ver os preconceitos grammaticaes.

Começa por apresentar as razões porque á lingua portugueza não era possível manter-se, entre nós, a mesma da Europa. Causas naturaes, invenciveis, obrigam-na a transformar-se na America.

Essa transformação dos idjomas, é um facto commum na historia das linguas. Lembra-nos o auctor a sorte do latim nas provincias romanas, e a do proprio portuguez nas mesmas terras luzitanas.

E, de accordo com a lição de Leite de Vasconcellos na sua classificação dos dialectos portuguezes, aponta-nos o *dialecto brasileiro* entre os ultramarinos.

“Como se vê”, diz elle, reportando-se á classificação do philologo portuguez, “*a lingua do Brasil, em que pese ao orgulho nacional, não passa de um dialecto ultramarino do portuguez. E a Europa assim o considera.* Nas Universidades, nas escolas de linguas vivas, quem quer aprender portuguez não recorre a um brasileiro, como quem quer aprender inglez não procura um americano. E’ verdade que a importancia commercial de um mercado de trinta milhões e meio de compradores, já faz que em Hamburgo por exemplo, se dê maior attenção ao portuguez do Brasil.

O proprio Leite de Vasconcellos reconheceu que a denominação de dialecto, dada ao portuguez do Brasil, ia ferir os nossos melindres *patrioticos*. (62) (*)

(*) *Os gryphos são nossos.*

(62) Na verdade Leite de Vasconcellos não pensou que a denominação de dialecto viesse ferir os brasileiros. Ao contrario, as suas palavras na *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*, á pag. 159, traduzem a sua surpresa deante da attitude dos escriptores brasileiros que impugnaram a referida denominação. Observou elle que os nossos homens de letras não queriam vêr o assumpto do ponto de vista scientifico, mas á luz do sentimento patriotico, e não havia razão para queixas, porquanto elle considerava dialecto o portuguez de Trás-os-Montes, quanto mais o do Brasil.

E como já fizemos notar em paginas anteriores deste trabalho, os nossos escriptores assim pensavam porque entendiam, erradamente, haver em linguistica, no conceito de dialecto, algum elemento de inferioridade.

Tratando das diferenças entre a nossa linguagem e a portugueza, escreve Nascentes:

“A colonização do Brasil, começou depois do primeiro quartel do seculo XVI. Desde então, colonos portuguezes, indios africanos escravizados e seus descendentes puros ou mestiços começaram, cada qual a seu jeito, a introduzir na lingua portugueza modificações, que determinaram, com o andar do tempo, a constituição de uma variante.

A propria lingua litteraria tomou algumas feições particulares (Leite de Vasconcellos, Opuseulos, I, 281).

A enorme extensão territorial do nosso paiz, sem facéis communicações interiores, as diferenças de povoamento e outras causas *quebraram a unidade do dialecto fragmentando-o em subdialectos*. (*).

De um modo geral se pode reconhecer uma grande divisão: o norte, do Amazonas e do Pará até a Bahia, e o sul, da Bahia ao Rio Grande do Sul.

A parte diferenças do lexico, existem na phonetica importantes caracteristicos dos quaes o principal é a inexistencia de protonicas abertas no sul, salvo tratando-se de diminutivos de oxitonos”, “e, adverbios de modo”.

No que tange á syntaxe, collocando-se no ponto de vista grammatical, que é o seu nesta obra, diz Nascentes que as diferenças são pequenas entre a lingua culta de Portugal e do Brasil.

A' pag. 244 do seu livro, publica Antenor Nascentes um mappa dialectologico do idioma brasileiro, com os já referidos subdialectos.

Elle attesta de maneira desenganada, com a delimitação geographica das varias zonas, a convicção do autor na existencia de nossa dialectação.

São do capitulo relativo aos periodos da evolução da lingua portuguesa entre nós as seguintes palavras:

“No Brasil a evolução da lingua abrange dois periodos: o primeiro, de adaptação, o colonial, que vai do primeiro quartel do seculo XVI a 1822; o segundo, de expansão autonoma,

(*) O *gypho* é nosso.

o independente, que se estende de 1822 aos nossos dias.

O periodo colonial é uma época de formação e desenvolvimento.

O pais está inteiramente sujeito a Portugal.

Foi esta a época de aprendizagem da lingua portugueza por parte dos indios e africanos escravizados.

A lingua da metropole começou a soffrer intensos abalos nos seu systema phonetico, em sua morphologia e em sua syntaxe; o lexico começou a enriquecer-se de elementos tupis e africanos". (*)

"No segundo periodo quebram-se os laços que nos prendem a Portugal. O paiz toma impulso proprio em todas as manifestações da vida e disto se ressentem a lingua e a litteratura.

A LINGUA NACIONAL DESENVOLVE-SE AUTONÔMA, APEZAR DE SOFFRER PELA IMMIGRAÇÃO CONSTANTE INFLUENCIA PORTUGUEZA. (*)

E' no dizer de João Ribeiro, essencialmente a lingua portugueza, mas enriquecida aqui e livre nos seus proprios movimentos.

E' verdade, que na lingua escripta, pouca differença se nota entre o portuguez de Portugal e o do Brasil.

MAS É PRECISO CONVIR, QUE A LINGUA ESCRIPTA É ARTIFICIALMENTE SUJEITA Á DISCIPLINA GRAMMATICAL LUSITANA E Á IMITAÇÃO DESCABIDA DO ESTYLO DOS VELHOS CLASSICOS PORTUGUEZES.

A REALIDADE VIVA É MUITO OUTRA; a lingua FALADA NO INTERIOR DO PAIZ APRESENTA PROFUNDAS ALTERAÇÕES, que a tornam de difficil comprehensão a ouvidos lusos, principalmente pelo sotaque e pelo lexico.

O portuguez do Brasil no segundo periodo pode ser estudado, além de Bernardo Guimarães, em José de Alencar, Joaquim Manuel de Macedo, França Junior, Aluisio de Azevedo, Martins Penna, Arthur Azevedo, Lima Barreto, Catulo Cearense, Cornelio Pires, Valdomiro Silveira, Alfredo Rangel, Alcides Maia e outros escriptores regionalistas". (63)

(*) *O grypho é nosso.*

(63) Op. cit., pg. 236 a 238.

Não é possível negar a verdade daquellas linhas em que mais uma vez a consciencia da brasilidade se revela na penna dos nossos autores, até quando grammaticos, habituados no officio de copiar as regras da linguagem luzitana e classica. Em dado momento, porém, o brasileiro reponta vivo dentro da realidade, sem quinhentismos, sem seiscentismos, sem vernaculismos, sem luzitanismos, sem grammaticismos, sem purismos, e reconhece e proclama que a “disciplina grammatical luzitana” é um artificio, um *travesti*, e a “imitação dos velhos classicos portuguezes” é “descabida”.

No ultimo trecho está evocado, na grande figura de *Alencar*, de companhia com outros dos nossos maiores escriptores e poetas, sem o papel pautado da grammatica luzitana, sem a artificialidade vernacula erigida em dogma da *boa linguagem*, o idioma, a lingua brasileira, em toda a suavidade, e belleza, nas paginas immortaes de IRACEMA.

Para conhecermos da existencia da lingua ou dialecto brasileiro, não ha de ser folheando as *Grammaticas portuguezas*, do Brasil; mas auscultando o genio, a indole, a estrutura, o vocabulario, a prosódia, a syntaxe da fala brasileira, na bocca do povo, na escripta quotidiana, em escriptas litterarias feitas com a prata de casa.

Após a lição de Nascentes, estendamos a vista por algumas paginas de Carlos Teschauer.

Na sua “*Poranduba Rio Grandense*” escreveu TESCHAUER:

“Quem começa a estudar o idioma deste paiz, não nas GRAMMATICAS PORTUGUEZAS, ou nos livros sómente, mas no meio que o fala, no proprio povo, a lingua viva e no seu connatural desenvolvimento, topará logo com maiores ou menores divergencias da LINGUA PORTUGUEZA FIGURANDO COMO LINGUA DO PAIZ. (*) Ninguem extranhará este phenomeno, desde que observar, como quasi tudo que tem sido transferido da Europa para aqui, sob a influencia do clima e do ambiente physico e social pouco a pouco

(*) *Os versaes são nossos.*

tem mudado, realizando-se um facto que se costuma chamar acclimatação.

Muitas plantas exóticas perdem ou ganham certas qualidades, como viço, aroma, alguns animaes mudam de costumes, as aves de algumas pennas ou de canto, alterando assim a lingua — e os proprios homens, — sem falar naquelles que logo depois de passar a linha lançam ao mar certos principios qualificados de preconceitos, — digo os creoulos, (os nascidos aqui de pais europeus) como differem logo de seus pais. Estes falam só e bem da sua antiga patria, com certo desdém da adoptiva, ao passo que os seus filhos tem muito amor ao berço do novo mundo. Os pais difficilmente aprendem a lingua do paiz, ou ao menos o seu sotaque, emquanto que os filhos com facilidade e gosto se exprimem no idioma da terra natal. Esta observação fê-la já o P. Cardim: “Os filhos dos portuguezes cá nascidos a (lingua tupy) sabem melhor que o portuguez”. Os creoulos aceitam mais facilmente os costumes, os trajés, os viveres do paiz, emquanto seus paes adherem tenazmente a seus costumes e maneiras de viver mesmo a ponto de se imporem sacrificios resultantes da sua incompatibilidade com o clima e todo o ambiente. E’, por exemplo, como cousa indubitavel e assentada no Rio Grande do Sul, que um europeu nunca consegue manejar com destreza o laço, ao passo que o filho do mesmo quase não fica, nesta habilidade, inferior ao gaúcho. Esta mundança tão notavel em tão pouco tempo, de pais a filhos, e uma tal ou qual discrepancia de sentimentos e maneiras de ver as cousas provenientes daquella, me tem lembrado muitas vezes a gallinha que chocou patinhos, que logo correm para a lagôa a mergulharem n’agua ao passo que sua mãe angustiada os chama com desespero, não podendo seguil-os e querendo afastal-os de um elemento que não é o seu.

Quem não sabe quanto é differente, já não digo o sotaque mas toda a pronuncia portugueza dos portuguezes e a brasileira! Esta é branda e quasi cantada, aquella é proferida rapidamente e parece-se muito com a pronuncia dos in-

glezes. Aqui articulam-se todas as syllabas e onde ha diph-
tongos ou triph-
tongos, algo difficeis de proferir, sente-se ou,
mesmo, ouve-se tendencia de intercalar-se uma abundante
vocal, como que um lubrificante para evitar o attrito e ama-
ciar o jogo da machina, e lá a propensão de eliminar estes
meios abrandantes e de carregar certos sons pouco harmo-
niosos e fortemenae chiantes. (64)

“Porém, para não antecipar a materia, diz elle, vou ence-
tar o assumpto com certa disposição. Depois de verificarmos
primeira algumas diferenças entre o hodierno idioma de Por-
tugal e o do Brasil sob os tres aspectos do costume — da pro-
nuncia (prozodico), do vocabulario (etymologico ou lexico-
logico) e da linguagem ou phraseologia (syntaxico), podemos
em *segundo* logar indagar as razões destas alterações linguis-
ticas, e em *terceiro*, em particular, dar uma idéa do genio da
lingua geral do tupy ou guarany no antigo Rio Grande do
Sul.

“Quanto á pronuncia desço das observações geraes, já
feitas acima”, diz Teschauer, “a umas mais particulares. A
consoante *s* tem na escripta a mesma forma para os brasi-
leiros e os portuguezes, mas na pronuncia brasileira é sempre
sibilante e na portugueza é sempre chiante”.

Reproduz em seguida o autor as observações de Para-
nhos da Silva quanto ao *s* final soando de *x*.

Reporta-se tambem ao facto de estendermos, os brasilei-
ros, ao *a m* ou *nh* ainda que pertençam á syllaba seguinte, a
nasalisação.

“Até o artigo ante substantivo que começa por *m*, *n*, *nh*,
sujeitamos á mesma operação.

No litoral onde prevalece mais a influencia portugueza
é frequentissimo ouvir *elegre*, *kemisa*, *gheivota*, por alegre,
camisa, gaivota, permutando o *a* pelo *e*. E’ a tendencia por-
tugueza para a suppressão das vogaes de som claro, pronun-
ciando *’legre*, *K’misa*, *gh’ivota*. “*Elle êhi vem, elle ê vem*”,

(64) Carlos Teschauer. Poranduba Rio grandense. Ed. da Li-
vraria do Globo. Porto Alegre, 1929, pgs. 42 a 44.

ahi vem. Tambem dão o som do *a* ao *e* nasalizado por *m*, *n* *nh*, como *em bem, convem, tenho, mantens, parabens*, pronunciando *bâi, cunvâi, tângo, mantâx, prabâx* e rimando com mãe, mães (mâx). Não podemos, pois, como um litterato nosso fez, censurar que o poeta portuguez rime *mães* com *tens*. e *Jerusalem* com *mãe*; elles pronunciam *tâi, J'ruzlâi, mâi* e a rima é perfeita.

O citado dictionario (*) diz ainda que lá em Portugal ha até impossiveis em bocca brasileira, como um *a* fechado usual entre inglezes.

Em regra não embebemos o *a* na vogal antecedente.

A phrase “porque a nau arribou” pronunciamos *porkê â nau arribô*; os portuguezes: *purcanau arbô*. Assim o attesta o Dictionario Brasileiro. (*)

No diphotongo *ai* no Brasil sempre se abre o *a*, fazendo soar pouco a vogal *i*, por exemplo em *cáixa*. Em Portugal fogem do *o* fechado, pronunciando-o aberto ou como *u*. Em geral o *ú* é o vogal *sympathica* dos portuguezes.

Outro caracteristico da pronuncia portugueza é a eliminação das vogaes e accumulção das consoantes: *xp'rança, xp'lunca, txtamento*: o contrario ocorre no Brasil”.

Em nota ao fim da pagina quer tambem Teschauer attribuir ao idioma dos indigenas a queda do *r* final nos verbos.

“Como a nasalização propria se deve attribuir á influencia do guarany. assim devido á mesma, nota-se uma inclinação de não pronunciar o *r* final nos infinitos do verbo em *ar* e não só a pronuncia até a escripta e não só no Brasil, mas nos mais paizes sul-americanos resente-se desse facto, que já foi notado pelo erudito philologo Adolpho Coelho. Observação que tambem faz o Dr. Macedo Soares que os hespanhóes-americanos escrevem *comulgá, participá*, por *comulgar, participar*. Cf. Revista do I. H. Br. T. 43 I, pg. 166. O tempo de imitar-mo-los está chegando com a inevitabilidade de uma lei social.” (65)

(*) O auctor refere-se ao Dictionaria Brasileiro, de Macedo Soares.

(65) Teschauer., op. cit., pgs. 44 a 47.

Já tivemos, ao tratar das lições de Baptista Caetano, occasião de mostrar não ser necessario invocar a influencia do tupy afim de explicar a quêda do *r* final nas palavras. O mesmo phenomeno se encontra na lingua em Portugal, em Barrancos, no Alemtejo.

Quanto á syntaxe, são estas as observações consignadas por Teschauer :

“E’ sabido”, diz elle, “que na lingua portugueza é uma |.das cousas mais difficeis o uso correcto das preposições, que constitue não só uma belleza deste idioma, mas um quasi segredo do manejo da lingua. E’ porque nos demoramos um pouco neste ponto, bastando-nos *uma* só preposição para mostrar o que nos preoccupa agora, a differença dos dois idiomas A preposição predilecta e quasi sempre adoptada dos portuguezes é *a*, que parece aos brasileiros não poder ser senão a preposição *de*, para exprimir a relação entre dois substantivos”. (66)

Para exemplificar a predilecção dos portuguezes pela preposição *a*, enumera Teschauer, varios casos extrahidos do Dicionario Brasileiro de Macedo Soares que escreveu : “Onde regularmente empregamos *com*, *de*, *para* , *por*, os portuguezes somente *a*.” (paginas 47 a 51).

Com a lição de Paranhos da Silva, insiste em mostrar a differença entre os idiomas no que tange ainda á preposição *a*, de referencia ao facto de precederem sempre os portuguezes o infinito dos verbos com aquella preposição, em substituição ao participio presente, que é commumente empregado pelos brasileiros.

Continúa o autor da *Poranduba* a chamar a attenção para as demais differenças, quanto ao emprego dos pronomes e outros casos em que a syntaxe brasileira se distancia da portugueza,

Observa tambem Teschauer a influencia do vocabulario na differenciação das linguas.

Neste, reconhece que se encontra espelhado o ambiente brasileiro, a natureza, os costumes, o proprio espirito nacio-

nal, inconfundível com qualquer outro, o que dá á nossa linguagem uma physionomia caracteristica.

“Reconhecida a mudança do idioma que se falla no Brasil”, diz Teschauer, “ e a sua sempre crescente differenciação do portuguez, surge naturalmente a indagação das causas que explicam este phenomeno. A esta curiosidade responderemos com uns ensaios explicativos a respeito.

A linguagem nada tem de morto, nem de estatico. Inspira-se e modifica-se no pensamento que a vivifica. A quem foi dado acompanhar a historia de uma lingua não deve ter escapado que os valores significativos das palavras se acham em um vagaroso, porém, perceptível movimento. O pensamento descobre vivas relações e semelhanças, descortina novos mundos de idéas; a lingua, espelho do pensamento, reflexo do processo ideal, não pôde ficar immovel. (67)

“As linguas nunca param, mas sempre mudam, ora cortando ou eliminando, ora abrandando, conforme as zonas, como nas tropicaes, tornando-se mais rijas nas frias. A mesma lingua, pois, fallada em dois meios e climas differentes ou transplantada para região diversa, naturalmente ha de distanciar-se de sua origem pelo correr do tempo. (68)

“Se em geral pela mudança da zona e do clima a das linguas é mais promovida, augmenta-se esta por circumstancias *particulares*, *physicas* e *ethnicas*. Insulanos ou maritimos transferidos para o interior de um paiz, devem esquecer seus habitos de pescadores e marinheiros para substituil-os pelos da patria nova. Assim, o emigrante dos Açores que manejava o batel do pescador, o trocou pelo cavallo do Rio Grande; entrava em uma nova esphera de occupações e idéas e consequentemente formava um ou encontrava opulento ról de vocabulos relativos a esse companheiro de trabalho, no meio que o rodeava e o distinguia dos costumes europeus, como o prova uma lista incorporada a este ensaio.

(67) Op. cit., pg. 59.

(68) Op. cit., pg. 62.

Toda a geographia physica, com as suas montanhas, rios, sua fauna e flora, encaixa na lingua do emigrante. uma longa serie de palavras.

O contacto com indigenas ou com outros emigrantes anteriores, como o hispano-americano, a dependencia delles nos usos e costumes do paiz, na agricultura, a necessidade de aprender e apanhar delles o saber viver no novo paiz, o cultivar-o e outras necessidades augmentam sensivelmente o vocabulario do colono europeu. Já existem vários e se estão preparando dictionarios de vocabulos brasileiros de extensão maior. Elles todos provam o que já dizia Varrão: *Usus loquendi est in motu*. O erudito Dr. Weiss, autor d'uma das melhores historias universaes, formulou bem o nosso pensamento na seguinte phrase: "Até povos originariamente parentes em pouco tempo diversificam-se, tornando-se differentes suas condições de vida e até encarando elles as cousas por lados diversos". (69).

Após estas considerações de ordem geral theorica, apresenta o autor uma lista de 87 palavras pertencentes ao vocabulario brasileiro e outra de mais de quatrocentos termos do vocabulario riograndense.

Com segurança viu Teschauer a impossibilidade de serem confundidos a lingua fallada em Portugal e o idioma dos Brasileiros.

Passemos agora a auscultar a opinião de outro grande perito em assumptos de linguagem.

Uma pagina das mais bem pensadas e escriptas da nossa dialectologia é, sem duvida, o trabalho magnifico de *Mario Marroquim* sobre o dialecto de Alagôas e Pernambuco, — "*A Lingua do Nordeste*".

Nesse livro, que é uma grande lição de linguistica, podemos ver quanto já estaríamos libertados da tutela grammatical portugueza, se os nossos philologos se houvessem dado ao trabalho scientifico e patriotico que a sua actividade intellectual lhes impunha

“Não está ainda feito”, diz MARIO MARROQUIM, o estudo do dialecto brasileiro. A enorme extensão geográfica em que o portuguez é fallado no Brasil, dá a cada região peculiaridades e modismos desconhecidos nas outras, e exige, antes da obra integral que fixe e defina nossa differenciação dialectal, trabalhos parcellados, feitos com criterio e honestidade, sobre cada zona do paiz.

Esses trabalhos serão o material de que lançará mão o estudioso de amanhã para uma obra de conjuncto, completa e definitiva, sobre o dialecto brasileiro.

E' estranhavel mesmo que um assumpto tão importante, qual seja esse das modificações soffridas pelo portuguez na America, tenha sido tratado até hoje com tanto indifferentismo pelos nossos linguistas e filologos. Somos, no emtanto, quarenta milhões de pessoas que fallamos uma lingua transplantada ha quatro seculos para um novo meio, onde tem estado exposta aos influxos modificadores de clima differente, de ambiente diverso, soffrendo ainda o contacto intimo de dous grupos ethnicos e gloticos estranhos. Nossa lingua ter-se-á transformado, da mesma fórma que o portuguez fallado em Portugal no seculo XVI se alterou apenas pelo impulso genial da evolução das linguas, apesar de não ter estado em contacto com factores externos de modificação.” (70)

Eis um ponto em que nunca será demasiado insistir, quando se trata de estabelecer as differenças entre a lingua portuguesa e a lingua brasileira: — a evolução diferente porque passou em Portugal e no Brasil o idioma de 1500.

Queremo-nos referir ás condições totalmente diversas nas quaes o processo se realisou. Meios totalmente diversos na parte physica, ethnologica, glottologica, e social.

Convém salientar, quanto ao social, a influencia, entre nós das correntes immigratorias, por assim dizer, inexistentes em Portugal.

Lá, a evolução, como observou, entre outros, Mario Marroquim, as alterações soffridas pelo idioma quinhentista, re-

sultaram unicamente da propria acção do tempo, dentro do mesmo idioma.

Aquí, no Brasil, a evolução da lingua do seculo XVI, é uma resultante tambem da acção poderosa, intensa, de varios factores inteiramente extranhos ao evolver genial do proprio idioma portuguez.

“Contra a opinião dos que negam o dialecto brasileiro, escreve Marroquim, “opinião que vae de encontro a tudo o que está estabelecido em relação á evolução das linguas, *se opõe a realidade que não exige demonstrações*. Nem o dialecto brasileiro nos envergonha.

E’ um fenomeno cuja espontaneidade não podemos deter, nem governar, é uma força viva que surge das massas populares ao impulso de tendencias logicas e naturaes e cuja expansão devemos estudar e observar, mas que não está em nós orientar, porque ella se dirige de accordo com leis gloticas certas e immutaveis.

A essa preocupação de repudiar e negar o dialecto brasileiro, é que cabe a culpa de não termos até hoje um estudo sistematizado de nossas tendencias dialetais”. (71)

Allude Marroquim aos trabalhos de Amadeu Amaral e Antenor Nascentes e, como elles, convida os estudiosos a explorar o veio precioso da nossa lingua authentica, o que já se está fazendo em varias paginas isoladas e na publicação de glossarios.

Quanto ao debate em que alguns de nossos philologos teimam em negar que o portuguez do Brasil seja um dialecto, escreve elle com razão: “O povo, porém, que ignora ser objecto dessa controversia, continúa na obra inconsciente da differenciação linguistica cada vez mais acentuada.

E a despeito da repugnancia dos nossos letrados em considerar dialecto o portuguez falado no Brasil, a despeito da classificação de simples “brasileirismos” dada aos nossos modismos dialetais, a lingua portugueza tal como é falada pelo povo, e tal como tambem é falada na intimidade, despreocupadamente, pelas pessoas cultas, vae impondo suas formas

(71) Mario Marroquim. Op. cit., pg 6 e 7.

especies, já forçou as portas da literatura, e está obrigando os gramaticos a tomarem conhecimento da sua presença. Já conquistou enfim o seu logar ao sol". (72)

E' clara, como acabamos de ver, a opinião de Mario Marroquim, em relação ao portuguez do Brasil, á nossa linguagem, ao dialecto brasileiro. A sua existencia impõe-se ao philologo com uma realidade contra a qual se vem partir todas as theorias metaphysicas e arbitrarías dos que entendem negal-a por amor aos *classicos*, ao *vernaculo* de Portugal. O desamor com que habitualmente olhávamos as nossas cousas, ao lado de muita ausencia de espirito scientifico, é que não permittiu tivéssemos, nessas alturas do seculo, "uma obra de conjunto, completa e definitiva, sobre o dialecto brasileiro".

Mas uma cousa é o estudo, outra é a existencia do dialecto. Este não precisa do philologo e dos grammaticos para existir, floresce na linguagem do brasileiro, nas paginas da literatura contemporanea, com a mesma vida, a mesma força, a mesma exuberancia da nossa natureza.

Como Amadeu Amaral, como Antenor Nascentes, reconhece Mario Marroquim, que não temos apenas um dialecto brasileiro, "mas, varios dialectos ou sub-dialectos, através da immensa extensão do nosso territorio". (73)

Não passa despercebida tambem a Marroquim, a classica artificialidade da escripta literaria dos nossos escriptores lutzitanizantes. Mas ao lado desses, que, num esforço arduo vivem a celebrar os afamados "caldos de Vieira", surgem, observa elle, os que pensam e escrevem em bom brasileiro, em brasileiro da gemma, e "perderam o medo ao tabú da grammatica portugueza".

"A preocupação dos nossos letrados", diz Mario Marroquim, "em fugir a qualquer expressão menos culta tem dado á literatura brasileira esse aspecto polido e correto tão do agrado dos amantes das letras classicas, mas que não corresponde á verdadeira lingua falada no Brasil: *uma especie de prova escripta de grammatica*.

(72) Op. cit., pg. 8.

(73) Op. cit., pg. 9.

Na linguagem cotidiana, todos falam a *nossa verdadeira lingua, a nossa saborosa LINGUA BRASILEIRA*, com a sua prosodia profundamente diversa da portugueza, e com expressões e syntaxe bem nossas. (*)

“Felizmente já estão surgindo escriptores brasileiros que perderam o medo ao tabú da grammatica “portugueza” e estão escrevendo seus livros no portuguez do Brasil, com os modismos sintaticos peculiares ao nosso falar.

Quanto ao lexico, não é de hoje que as livrarias estão cheias de optimos livros, a que é necessario accrescentar um glossario para serem comprehendidos em todo o Brasil.”

Estudando as origens e a formação do dialecto nordestino, assignala Marroquim tres categorias de elementos e factores: O portuguez archaico, a formação de vocabulos novos nascidos no proprio dialecto por composição e derivação, e a contribuição do tupy e do africano. A contribuição tematologica é muito rica e larga. O facto de ouvirmos e empregarmos a miude, palavras formadas no seio do proprio vocabulario dialectal, ao lado da sua riqueza, faz com que ellas passem, em geral, despercebidas.

“A variedade dialectal do nordeste tem triplice origem.

1.º *O portuguez arcatco.* E’ a contribuição da lingua introduzida no seculo XVI, com o descobrimento e que deixou enquistadas no falar do povo, innumeradas palavras e expressões hoje arcaicas no portuguez.

2.º *A derivação e a composição dialectaes.* O dialecto herdou do portuguez essa faculdade genial de enriquecimento pela tematologia.

3.º *A contribuição estrangeira.* O tupy e as linguas africanas enchem esse quadro dialectal com uma quantidade enorme de termos que dizem respeito á geographia, fauna, flora, e tambem a usos e costumes.” (74)

Frizando a diferença da situação em que se encontrava no seculo XVI a lingua portuguesa na Europa e na America,

(74) M. Marroquim. Op. cit., pg. 125.

(*) *Os gryphos são nossos.*

chama attenção, Marroquim, para a disparidade das condições. condições.

Entre nós, o idioma evoluiu inteiramente entregue ás suas proprias forças, sob a acção das linguas indigenas e africanas; na metropole operava-se uma "*transformação radical*", em consequencia da acção dos escriptores e grammaticos que estabeleciam normas fixas para a linguagem.

E' a celebrada phase da disciplina do portugûes.

Assim, emquanto a lingua portuguesa se conservava no Brasil na sua estructura popular, sem quaesquer disciplina-mentos, nem grammaticas, tal como a fallavam os colonos, em Portugal os lettrados a aproximaram artificialmente das normas linguisticas do latim litterario.

A lingua fallada no Brasil era o portugûes do seculo XV, sem as reformas por que a influencia de litteraturas estrangeiras o fez passar no seculo XVI.

Demos ainda a palavra a Mario Marroquim. Transcrevamos as primorosas observações que fez acerca da realidade linguistica brasileira.

"Emquanto no Brasil, a distante colonia quasi esquecida, ao calor das lutas contra o selvagem e contra a terra, a tenacidade portugueza formava uma nação e creava uma raça amassada com tres sangues, de tres continentes, *na metropole, a lingua passava por uma transformação radical.* (*)

Desde o seculo XII até o XVI tinha caminhado ao sabor das correntes populares, sem codificação, sem regras, sem gramatica.

Os lettrados, pela falta de uma norma fixa de escripta, multiplicavam os sincretismos orthographicos que, junto aos morfologicos, davam ao portuguez arcaico aquelle aspecto de confusão, e desordem que o caracteriza.

Nos principios do seculo XVI appareceram as primeiras grammaticas.

(*) O *grypho* é *nosso*.

A lingua entrou numa phase de policiamento e de correcção, para attingir, logo depois, o periodo aureo do quinhentismo.

O filão humanistico, o fogo sagrado do amor ás letras, conservado nos conventos, durante a Idade Media, rebentou em florações de enthusiasmos pelas letras gregas e latinas.

O renascimento italiano em pleno triumpho, estendendo-se por toda a Europa, veio alcançar seu maior esplendor em Portugal. naquelle seculo.

Esse movimento reformador da lingua, movimento literario, e que só aos poucos se iria infiltrando nas camadas populares, começou com Sá de Miranda, que chegava a Portugal em 1526, de volta da Italia, onde ao contacto do renascimento artistico, afeiçoara a elle seu espirito.

O povo, porém, falava a lingua que a literatura do seculo XV documentava, literatura que, segundo Leite de Vasconcellos, se entendeu até metade do seculo XVI.

Os portuguezes que descobriram e povoaram o Brasil, não falavam pois a lingua enriquecida pela Renascença, mas a rude lingua arcaica, eivada de indecisões.

Era essa a lingua que falavam Duarte Coelho, e os fidalgores colonos que o acompanhavam. Essa a lingua usada pelos artistas, ferreiros, pedreiros, marceneiros que as necessidades dos engenhos de assucar faziam vir do reino e fixavam na mata pernambucana.

Era essa a lingua em que os capelães apascentavam aquelle rebanho heterogeneo de brancos, pretos e indios, empenhados na obra titanica de amassar uma nacionalidade.

A lingua modificada pelo culteranismo quinhentista, só no seculo seguinte teria alcançado as camadas profundas do povo, onde os idiomas fixam e definem suas diretrizes evolutivas.

Quando as massas migratorias portuguezas, já com a evolução quinhentista assimilada, começaram a attingir a colonia, vieram encontrar uma grande população fixada no interior, nos engenhos, nas fazendas.

Essa população tinha já imposto sua língua aos seus descendentes e a milhares de pretos e índios.

O litoral, ao contacto dessas novas correntes migratorias e ao influxo das escolas, foi acompanhando a evolução linguística que se processava na metropole.

Os colonos que viviam isolados nos engenhos e fazendas conservaram em sua linguagem o typo de origem, trazido pela primeira colonização, quando a lingua portugueza ainda não fôra alcançada pela febre transformadora da Renascença e do eruditismo greco-latino. (75)

“Enquanto no litoral, desde o descobrimento, as comunicações faceis, o meio cosmopolita, a instrução largamente difundida encaminhavam a marcha normal da lingua, no interior, o povo recolhido aos latifundios e nelles vivendo ignorado, esquecido, anonimo, conservava a lingua herdada *alterando-a, é verdade, de acordo com as tendencias de evolução fonetica impostas pelo meio*, mas sem desprezar os termos e expressões recebidas.

“No sul do paiz, o allemão, o italiano, os fronteiriços, são elementos novos que têm de influir por força na lingua do povo com o qual convive; no norte onde não ha movimento imigratorio, a lingua se conserva indene de qualquer influencia extranha, sofrendo apenas as alterações sonicas logicas e naturaes.

Conservou assim o matuto nordestino, em sua linguagem expressões que se arcaizaram na lingua culta. Essas reminiscencias constituem a primeira das fontes originarias do seu dialecto.

A contribuição da lingua arcaica é lexica, semantica e syntatica.

“Grande numero de palavras da lingua arcaica vivem ainda hoje em uso na lingua popular do nordeste. Transmittidas pela tradição oral, teem-se conservado, resistindo á natural evolução do português”. (76)

(75) Marroquim. Op. cit., pgs. 134 a 136.

(76) Op. cit., pgs. 138 e 139.

“Dentro do proprio seio da lingua o dialecto encontrou elementos para se enriquecer. Valendo-se dos mesmos recursos do portuguez ,multiplicou, o seu lexico por meio da derivação e da composição. E’ vastissima a contribuição tematologica na formação do vocabulario dialectal. Na linguagem usual de todas as classes, essas palavras novas, -esses recursos lexicos do dialecto, expressivos e cheios de vida, dão um apecto colorido e original á conversação.

A abundancia e a vulgaridade delles é que os não fazem notados. (77)

“ O terceiro elemento formador do dialecto, a contribuição estrangeira, encontra no tupi e nas linguas africanas a sua grande fonte.

E’ natural que o indigena brasileiro e o elemento escravo, vindo em grandes massas da Africa, tenham deixado na da região pedaços do seu vocabulario.

A lembrança da espoliação de uns e do sacrificio de outros.

De outras fontes ha uma pequena contribuição que não é regional; é de todo o paiz. (78)

“E’ tambem numerosa a contribuição africana para a lingua do nordeste”. (79) Nomenclatura de accidentes geographicos, utensilios, objectos e cousas africanas.

São para salientar as observações que a respeito da SYNTAXE faz Marroquim.

A influencia dialectal é forte neste particular; certas das suas fórmãs já conquistaram o seu lugar na propria literatura. Com esclarecido sendo critico, reconhece Marroquim que as nossas fórmãs de construcção têm o mesmo valor entre nós que a luzitana em Portugal.

O preconceito grammatical é que as rejeita, mas essas fórmãs são perfeitamente proprias e exactas, como equivalente verbal do nosso pensamento.

(77) Op. cit., pg. 147.

(78) Op. cit., pgs. 148 e 149.

(79) Op. cit., pg. 155,

“A sintaxe dialetal matuta, escreve Marroquim, está soffrendo, ainda hoje, as modificações que hão de um dia fixar o rumo da variante linguistica.

E’ interessante mesmo notar que muitas divergencias sintaticas daqui são communs ao Rio de Janeiro e S. Paulo.

O dialeto vae seguindo, portanto, mais ou menos, uma mesma direcção, que acompanha o lado desse triangulo, cujo apice está lá no seculo XVI...

“Já algumas formas sintaticas dialectais, firmaram-se de tal forma na linguagem de todas as classes, que estão entrando na litteratura. São erros, olhados á luz das regras grammaticaes. Estão certas porém dentro da realidade linguistica. Representam a forma e o encadeamento necessario e logico das palavras para exprimir idéas. E as idéas tem uma força de expansão interior, impossivel de ser contida por diques gramaticais, quando estes impedem a sua marcha normal para a clareza e para a sua justa expressão.

E’ UMA VIOLENCIA INUTIL AJEITAR-SE UMA IDÉIA A UM MOLDE INADEQUADO QUE A COMPRIME, QUE A MACHUCA, QUE A DEFORMA, SOMENTE PORQUE ESSE MOLDE ASSENTAVA BEM A ESSA IDÉIA HA 100 ANNOS PASSADOS.

E’ MARTIRIO PARA A MOCIDADE QUE APRENDE E HUMILHAÇÃO PARA O MESTRE INTELLIGENTE QUE ENSINA, ESSE BILINGUISMO DENTRO DE UM SO’ IDIOMA — ESSA UNIDADE EXTERIOR, DE SUPERFICIE, DE DUAS LINGUAS QUE SE REPELLEM, A LINGUA QUE FALLAMOS E A LINGUA QUE ESCRREVEMOS. (*)

A imobilidade inflexivel de regras, firmadas sobre aspectos linguisticos desaparecidos, residuos que perderam a vitalidade com o meio social humano de que eram a expressão, é uma norma que briga com a moderna sciencia linguistica. E’ um criterio que só pôde prevalecer enquanto a

(*) *Os versos são nossos.*

linguagem foi considerada um objecto, uma utilidade para o gozo do homem, fóra d'elle, isolada d'elle, com existencia autonoma.

Hoje, porém, a compreensão scientifica da linguagem, integra-a dentro do homem, fazendo-a depender d'elle, de que recebe toda a vida. Assim, antes de estudar a lingua, é necessario olhar para o individuo que a falla, considerar o meio social em que elle se move, porque a sua linguagem ha de refletir esse ambiente.

Schweitzer e Simonnot, observando o menino que entra na escola para aprender a ler, frizam a importancia da lingua fallada em face da escrita:

“Le seul instrument d’acquisition qu’il possède, c’est celui avec lequel il est entré à l’école comme unique apport; c’est la langue vulgaire et journalière. Le livre lui-même n’est pas un instrument nouveau, puisque, sans la langue parlée, il ne serait qu’un chiffon de papier noirci. C’est donc par la seule vertu de la langue usuelle indéfiniment perfectible et extensible, que l’enfant s’élève des conceptions les plus matérielles aux idées les plus abstraites, des choses les plus humbles aux choses les plus hautes”.

NÓS, NO BRASIL, PRESOS A' GRAMATICA "PORTUGUEZA", SOMOS VITIMAS DE UMA DESINTEGRAÇÃO DOLOROSA DE NÓS MESMOS. (*)

Os modernos escritores brasileiros que interpretam as cousas do Brasil, quando desobedecem aos canones da lingua culta e fogem as praxes gramaticais, fazem-no por ser essa a maneira de evitar a dissociação entre sua obra e elles mesmos.

O homem brasileiro, vivendo no ambiente brasileiro, herdeiro das tradições que lhe dão um “carater” proprio, tem exigencias de expressões e de linguagem de accordo com esse “carater”.

A sintaxe é o campo dessas modificações intimas. Nela imprime o homem a sua marca, traça o sulco de sua personalidade.

(*) Os versaes são nossos.

Muito mais que no lexico.

A' medida que o meio social foi armando a sua estrutura autonoma, diferente do portuguez, começou o brasileiro a moldar a sua construção linguistica e a traçar rumos gramaticais, de acordo com o seu feito.

CRIOU A SUA LINGUA.

Regras de gramatica rigidas e aridas, baseadas em fatos linguisticos isolados do "homem", são camisas de força asfixiantes.

A FILOLOGIA MODERNA, ACIMA DA LINGUA ESCRITA, PÕE A LINGUA FALADA. (*) (

A LINGUA BRASILEIRA, JÁ NINGUEM DISCUTE ISSO, DIVERGE DA PORTUGUEZA; É ESTA, ENTRETANTO, QUE A ESCOLA CONTINÚA O ENSINAR AO BRASILEIRO.

O instinto intimo, o rumo espontaneo do pensamento, molda uma lingua que é o seu interprete justo e preciso. O mestre, escudado em formulas frias, sem articulação nem plasticidade, violenta a espontaneidade dessa lingua que é um effeito, pondo-a em litigio com a causa, que é a formação social e humana de quem fala.

Esse litigio é a tragedia ignorada de todos os pequenos estudantes, para os quaes a gramatica é um instrumento de tortura, justamente porque as suas regras representam, já em muitos pontos, a artificialidade de uma lingua de que não sentem o poder, nem a força de expressão. (80)

Essas paginas lapidares devem estar sempre deante dos olhos dos nossos grammaticos, dos nossos philologos, dos nossos homens de letras. Espelham crystalinamente alguns dos principaes aspectos dos nossos verdadeiros problemas de linguistica.

Em face desses trabalhos, que acabamos de percorrer, o dialecto brasileiro deixou de ser um thema para dissertações

(*) *O versal e os gryphos são nossos.*

(80) Mario Marroquim — A Lingua do Nordeste, pg. 161 a 166.

litterarias feitas com maior ou menor luxo rethorico. Na sua realidade indestructivel, constitue, hoje, entre nós, assumpto de verdadeiros estudos de linguistica. Todas essas monographias, de Virgilio de Lemos, de Amadeu Amaral, Antenor Nascentes e Mario Marroquim, analysam scientificamente os nossos dialectos na sua phonologia, na sua morphologia, e syntaxe, com grande riqueza de casos e exemplos.

O que é preciso é continuarem os nossos philologos a trilhar na mesma direcção, levantando a grande carta da lingua brasileira, que vive com a espontaneidade e a força das creações naturaes, por toda a immensidade do solo patrio, na bocca do povo, e já agora, na penna dos nossos melhores artistas do romance e da poesia, que traduzem e espelham sem artificios, mas com brasilidade, a alma e a vida brasileiras.

CAPITULO VI

CONCEITO DE DIALECTO

O sentido em que os linguistas entendem a palavra. A lição de MEILLET. A codialectação. As nossas monographias. A lição de VENDRYES: A competencia do povo. A consciencia do idioma. "A lingua tem uma existencia real no sentimento que têm em commum todos os que a fallam". A lição de SAUSSURE. "Entre os dialectos e as linguas ha differenças de quantidade e não de natureza". O conceito de dialecto entre nós. Não acompanhamos nem BLUTEAU nem MORAES. A exigencia da difficuldade de comprehensão. A lição de LEITE DE VASCONCELLOS. A dialectologia scientifica. Problema dos limites geographicos da dialectação. Erro do criterio politico na divisão. As fronteiras phoneticas. CORNU e D'ASCOLI. MEYER. GASTON-PARIS. SCHÜCHARDT. LEITE DE VASCONCELLOS. A doutrina de SAUSSURE. O Atlas linguistico da França de GILLIERON, e o de WENKER para a Allemanha. As isoglossas. O glossema. As linhas iglossematicas. Ondas de innovação. Uma observação de VENDRYES. A difficuldade para traçar as fronteiras isoglossas no proprio paiz. As linhas isoglossas não coincidem. Linguistas que negam a existencia dos dialectos. *A wellentheorie*. Casos em que as isoglossas se superpõem (VENDRYES). Como falar de uma divisão dialectal (MEILLET).

Não ha como negar, á face dos ensinamentos da linguistica, a existencia do *dialecto brasileiro*.

Não erraram os mestres luzitanos em considerar dialecto ao portuguez do Brasil. Não erraram os nossos escriptores que nessa conta o tiveram. Não erram, hoje, os que o acceitam como uma realidade viva.

Nos moldes em que a sciencia da linguagem lhe conceitua a natureza, é dialecto a lingua falada e escripta pelos brasileiros. Não o será, apenas, a lingua litteraria dos nossos

puristas, que lavram as suas paginas estrezingo o desenho vocabular e syntatico das formas *vernaculas*, classicas, e medindo a euphonia da phrase, não pelo nosso ouvido, mas no alamáre das orelhas portuguezas.

Vejamos, pois, o que se deve entender por dialecto.

Ouçamos um dos mais consumados mestres entre os contemporaneos. Doutrine MEILLET.

“No sentido em que os LINGUISTAS entendem a palavra, HA DIALECTO onde falares sensivelmente identicos em dado momento, evoluindo em seguida de modo independente, produziram um conjuncto de innovações communs, e onde, em consequencia disto, os individuos que falam a mesma lingua, utilizando embora cada qual sua linguagem regional, teem a consciencia de formar, no seio dessa lingua, um grupo linguistico particular”. (1)

E' PRECISAMENTE O NOSSO CASO.

Como já o havia notado Sylvio Romero, e mais tarde Eduardo Carlos Pereira, a lingua portugueza, no seculo XVI, bifurcou-se no Brasil e em Portugal. Desde então o idioma apresenta uma dupla evolução: a brasileira e a luzitana. Aqui no Brasil, como já vimos em paginas anteriores, foram grandes as vissicitudes porque passou a lingua transplanteda para a America, e profundas e decisivas as alterações que nella se produziram por effeito das influencias do tupi e do africano, ao lado das que ella propria experimentou no seu novo meio, em face de uma natureza diversa daquella em que se formou na Luzitania.

Por toda a extensão do nosso immenso territorio crearam-se ao lado de innovações communs, que constituem o nosso dialecto, particularidades regionaes da nossa fala, que constituem, como já o sabemos, na massa linguistica do paiz, quatro sub-dialectos. E através dessas creações, crystalizou-se a consciencia de formarmos “um grupo linguistico particular” no seio da lingua portugueza.

(1) A. Meillet. Les Langues dans l'Europe Nouvelle, pg. 129. Ed. 1928.

A consciencia de que constituimos um grupo linguistico particular no seio do idioma portuguez, já passou das camadas populares para os nossos intellectuaes, desde romancistas, com Alencar á frente, até professores da linguagem.

Demonstram o facto as nossas monographias acerca do nosso dialecto, com as quaes Amadeu Amaral, Antenor Nascentes e Mario Marroquim, em estudos feitos com rigor scientifico, crearam a dialectologia brasileira.

Mas ainda que essa consciencia já se não tivesse formado nos nossos intellectuaes, escriptores, philologos, bastava a consciencia popular.

Ninguem dispõe de orgão mais apurado para esse fim do que a massa.

“O povo, diz VENDRYES, tem da lingua uma idéa geralmente muito precisa; sente com rara delicadeza as menores infrações da regra. Era entre os carregadores do *Port-au-foin*, que Malherbe encontrava o sentido mais justo da lingua; aprendia-o com elles.

E’ conhecido o incidente acontecido no mercado de Athenas com Theophrasto, que era de Lesbos. Como perguntasse o preço de um genero, uma mulher do povo identificou-o, pela linguagem, como estrangeiro”. (2)

E Cicero, commentando o caso, diz que o philosopho aborrecera-se, porque de ha muito vivia em Athenas e fallava com muita correcção. (3)

O conceito de Meillet põe em relevo um elemento de grande valor para a discriminação dos idiomas — o elemento psychologico — no facto da consciencia que tem um grupo de falar um determinado idioma, que se não confunde com outro que lhe é semelhante.

Da mesma sorte que Meillet, caracteriza Vendryes o dialecto através do prisma psychologico. “A divisão dialectal”, diz elle, “corresponde a um sentimento real que têm as pes-

(2) Le Langage, pg. 284.

(3) Cicéron Oeuvres Complètes — Tome Ier., pg. 380 — Brutus.

soas de uma mesma região de falar de uma certa maneira que não é a da região vizinha". (4)

Esse elemento psychologico, que deriva da vida social de um determinado grupo, é a maior força na discriminação entre os idiomas.

"Cada membro do grupo", repete Vendryes, "tem a consciencia de que fala certa lingua que não é a dos grupos vizinhos. A LINGUA TEM POIS UMA EXISTENCIA REAL NO SENTIMENTO QUE TÊM EM COMMUN TODOS OS QUE A FALLAM. Esta definição, puramente subjectiva na apparencia, baseia-se no facto de que ao sentimento da comunidade da lingua se ajunta, na consciencia dos individuos que a falam, o sentimento de certo ideal linguistico que cada qual por sua vez procura realizar. (5).

E' verdadeiramente neste sentimento apontado por Meillet e por Vendryes, que repousa a caracteristica mais eloquente da dialectação. Não falta elle aos Brasileiros, mas antes nos dá a convicção de que não fallamos o portuguez, porém uma lingua distincta da luzitana, inconfundivel no vocabulario, na phonetica, na prosodia, na syntaxe.

Entre nós ha a consciencia clara, nitida, plena, de que não falamos nem escrevemos o mesmo idioma dos portuguezes.

Basta pensar na maneira porque resoa aos ouvidos de um homem do povo, em qualquer ponto do nosso territorio, a fala de um filho da gente portugueza. A impressão que experimentamos, até os cultos, desprovidos de preconceitos, é a de um idioma que não é identico ao nosso.

E não é só entre nós que o facto se verifica. Os proprios portuguezes o reconhecem, e como noutro capitulo veremos, observam que o dialogo entre um portuguez e um de nós, dá a impressão cabal de que não são as mesmas as nossas linguas.

(4) Op. cit., pg. 292.

(5) Vendryes — Le Langage, pg. 283.

A comprehensão das phrases exige de parte a parte um esforço de attenção, que é perfeitamente desnecessario na conversação de dous compatriotas. (6)

Em face do conceito de dialecto que acima expuzemos, é indiscutível que o idioma falado no Brasil é um dialecto.

Interroguemos ainda a outros sabios da linguistica. Vejamos a suas lições acerca da materia.

FERDINAND DE SAUSSURE — um dos mais reputados linguistas, diz: “Os idiomas que divergem em pequeno gráo, são chamados DIALECTOS”.

“E entre os dialectos e as linguas ha differença de quantidade e não de natureza”. (7)

Mais uma lição para os que se surpreendem, nos seus conhecimentos linguisticos, com o facto de chamar-se *dialecto* ao portuguez do Brasil.

Pelos modos, parece que não encontrando elles entre a nossa lingua e a luzitana, differença de natureza, aos seus olhos, é o mesmo o idioma de Portugal e o do Brasil. No seu pensar, entre nós somente haveria dialecto, se as alterações soffridas pelo idioma portuguez, fossem tão profundas, de maneira que a propria essencia da linguagem se houvesse transformado, produzindo um idioma de estrutura diversa.

Para o linguista, porém, o dialecto não precisa de tamanhas alterações.

Mas entre nós, o conceito de dialecto, nas nossas grammaticas, não atingiu nem a amplitude que já havia alcançado nos primeiros annos do seculo XVIII. Por esse tempo Bluteau definia dialecto:

“Modo de falar proprio e particular de uma lingua nas differentes partes do mesmo Reino; que consiste no accento

(6) J. Magalhães Lima. A Lingua Portuguesa e seus misterios pg. 33 a 35.

(7) Ferdinand de Saussure. Cours de Linguistique Générale, publicado por Charles Bally, Albert. Sechehaye e Albert Riedlinger, 2.^a ed., pg. 264.

ou na pronúnciação, ou em certas palavras, ou no modo de declinar e conjugar; e assim vemos que no mesmo Reino de Portugal os da Provincia de Beira, e Entre-douro e Minho, etc., não fallam nem pronunciam o portuguez do mesmo modo que, os filhos de Lisbôa. (8)

Como o dicionarista, exemplificando o seu conceito, havia dito que os desta ou daquella provincia, não falavam como os de Lisbôa, entenderam os nossos que, de regra, o dialecto consistia na differença que caracteriza a linguagem de uma provincia ou colonia em relação á lingua da côrte ou da metropole.

Mas o que constitue na definição de Bluteau a essencia do dialeto, não é o accidente da relação entre a provincia e a metropole, mas o modo de falar proprio e particular de uma lingua, que consiste na differença do accento, ou da pronúncia, ou em certas palavras, ou no modo de declinar e conjugar. Como nas provincias portuguezas, não havia uniformidade na linguagem, e differia esta no accento, na pronúncia, em certas palavras, etc., reconhecia Bluteau a existencia de dialectos em Portugal.

Ao pé da letra chegaríamos ao absurdo de considerar que Bluteau não admittia dialecto na linguagem das colonias, ainda que nellas houvesse differença no accento, na pronúncia, ou em certas palavras, etc. A noção de provincia tem alli um caracter puramente accidental.

Para o dicionarista onde quer que existissem, numa lingua, differenças, ou no accento, ou na pronúncia, ou em certas palavras, etc., haveria dialecto.

Moraes, ao definir dialecto, segundo Bluteau, accrescentou ao conceito a linguagem das colonias.

Dialecto, diz o nosso autor, é o “modo de fallar uma lingua nas provincias do mesmo Reino, ou CONQUISTAS, com differença em accento, ou mudança nas vogaes, no variar, e declinar nomes e verbos, etc.”

(8) Vocabulario Portuguez e Latino. MDCCXIII.

Máo grado a amplitude dada ao conceito por esses dous mestres, os nossos gramaticos não quizeram admittir a existencia do dialecto brasileiro.

Ao definirem dialecto, supprimem a parte essencial do conceito que é a differença no modo de fallar uma lingua, com relação “ou ao accento, ou á pronunciação, ou a certas palavras, ou ao modo de declinar e conjugar”.

Para João Ribeiro, o dialecto consiste no “conjuncto de differenças que caracteriza a linguagem de uma provincia ou colonia em relação á lingua da Côrte ou da Metropole”, (9) mas não diz, como Bluteau e Moraes, em que consistem as differenças. Se o dissesse não lhe seria possivel negar a existencia do dialecto brasileiro. Primeiro, porque a linguagem das colonias era, segundo a definição, um dialecto, e , depois, porque no portugês do Brasil, desde a colonia que ha differenças de accento, de pronuncia, de palavras, etc.

De extranhar é, todavia, como já foi observado, a attitude de Pacheco Junior e Lameira de Andrade, negando o dialecto brasileiro depois de definirem dialecto “a lingua peculiar a uma provincia, cidade ou Estado, alterada do idioma donde procede — na *pronuncia*, na *accentuação*, *desinencias*, no *lexico*, na *syntaxe*”. (10)

De referencia ao portugês do Brasil reconhecem que ha alteração na pronuncia, no significado dos termos, no vocabulario, na syntaxe, e não incluem á nossa lingua entre os dialectos portuguezes. (11)

João Ribeiro afastando-se das normas da linguistica entendia que só existe dialecto quando ha difficuldade de comprehensão entre os que fallam uma lingua. (12)

Não tinha razão. Que o diga LEITE DE VASCONCELLOS.

(9) João Ribeiro. Diccionario Grammatical, verbete Dialectos, pg. 99.

(10) Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade. Gramm. da Lingu. Port., n. 43.

(11) Op. cit., pg. 46. e 47.

(12) Diccionario Grammatical. Dialectos.

“Pessoas ha a quem custará accetar a palavra dialecto applicada a factos portuguezes, sendo sabido, como é, que um aldeão do Alto-Minho entende, á parte algumas expressões, a linguagem de um aldeão do Algarve. Essas pessoas suppõem, que, para haver dialectos é necessario que as particularidades que os constituem sejam muitas, que os individuos que vivem numa zona geographica não entendam os que vivem noutras. Mas não devem pensar assim, já porque a palavra dialecto se tem applicado historicamente a fallares pouco diversos uns dos outros, como o são, por exemplo, os dialectos gregos (e foi até dos Gregos que veio para nós, por intermedio do Latim, a palavra e a noção de dialecto: *dialektos!*), já porque o que importa não é propriamente o nome, mas sim a cousa em si mesma”. (13)

Somente por volta de 1870 é que nasce a dialectologia scientifica. Foram os trabalhos de CORNU e D’ASCOLI, que a constituíram. Marcam “uma nova etapa nas conquistas da sciencia”. De inicio, surgiu, em toda intensidade, “ a questão dos dialectos”, com a polemica entre Ascoli e Meyer. Apparece então o problema dos limites da dialectação. Procurou-se apurar se “numa massa linguistica (excepção feita da ilha do rumeno) existem subdivisões precisas, dialectos susceptiveis de serem nitidamente delimitados”.

“Acreditava-se, de boa vontade, que a diversidade dos idiomas se apresentava em virtude das antigas divisões politicas, que cada provincia, ou ducado tinha o seu dialecto, como a sua organização administrativa ou financeira. E como só se encarava a falla popular das capitães ou dos arredores, achavam-se, na verdade, de uma região para outra, typos de idiomas que pareciam bem distinctos uns dos outros.

A phonetica destruiu rapidamente esse castello de cartas, desde que se esforçou por lhe traçar limites.

Na verdade, é pelo systema de sons que os differentes dialectos differem mais uns dos outros, e por ahí é que iria ser mais facil delimitá-los e classificá-los.

(13) Leite de Vasconcellos. Estudos de Philologia Mirandesa. vol. II, pg. 74.

Ora, logo que se quiz estabelecer fronteiras phoneticas, percebeu-se que em nenhum ponto estes limites coincidiãam entre si — segundo o caracter escolhido — mas sobrepunham-se uns aos outros, seguindo-se, cruzando-se, entrecortando-se infinitamente. Mesmo entre dois grupos de dialectos, nenhum limite existe.”

ASCOLI tentou rehabilitar a idéa do dialecto fundando a sua classificação, não em idéas *a priori*, mas na observação, em caracteres linguisticos, até ethnicos e sociaes.

PAUL MEYER respondeu victoriosamente que de nada servia constituir um dialecto, segundo certo numero de traços linguisticos, porquanto nenhum destes caracteres tinha exactamente o mesmo limite.

GASTON PARIS, por sua vez, estabelecia, com vigor, a mesma theoria, que entrevera SCHUCHARDT, e que triumphou rapidamente. “E’ preciso,” dizia, “formular uma lei que embora inteiramente negativa na apparencia, deve renovar todos os methodos dialectologicos: esta lei é que numa massa linguistica da mesma origem como a nossa, *não ha realmente dialectos*: ha tão sómente traços linguisticos que entram respectivamente em combinações diversas, de tal maneira que o falar de um logar conterà certo numero de traços que lhe serão communs, por exemplo, com o falar de cada um dos quatro logares mais vizinhos, e certo número de traços que differirão do falar de cada um delles.” (14)

“Ha trinta ou quarenta annos”, escreve MILLARDET, “uma das preoccupações da sciencia era estabelecer uma classificação pormenorizada e completa dos dialectos. Essa empreza seduziu mais de um romanista.

“Mas a que realidade corresponde essa ordenação perfeita? Gaston Paris (v. G. Paris *Mel. ling.* 434) e Paul Meyer haviam desde antes de 1888, sustentado a these que nas massas dos fallares vivos, se quizermos aprofundar a realidade, não ha, rigorosamente falando, dialectos. Apenas phenomenos

(14) Dauzat — La. Phil. Lang., pg. 171 a 174.

linguisticos, phoneticos, morphologicos, syntacticos ou lexicos, ocupando cada qual uma area geographica independente das outras. Estes sabios quizeram substituir pela noção concreta de facto linguistico, a noção abstracta de dialecto". (15)

Na esteira dessas considerações vae o mestre LEITE DE VASCONCELLOS quando nos diz: "que é verdadeira, em certo sentido, a theoria do Sr. Paulo Meyer, segundo a qual, "aucun groupe de dialectes, de quelque façon qu'il soit formé, ne saurait constituer une famille naturelle, par la raison que le dialecte (qui représente l'espèce) n'est lui même q'une conception assez arbitraire de notre esprit... C'est que les phénomènes linguistiques que nous observons en un pays ne s'accordent point entre eux pour couvrir la même superficie géographique. Ils s'enchevêtrent et s'entrecourent..." Effectivamente, raro se encontrará numa lingua um phenomeno que lhe seja especial, e não se encontre, realmente ou em germe, noutras da mesma familia. D'ahi a difficuldade de definir, de modo absoluto em que consiste uma lingua, com relação a outra semelhante." (16)

Mas Leite de Vasconcellos embora reconhecendo que na verdade os factos linguisticos num paiz não podem ser divididos de accordo com as divisões politicas, administrativas, de provincias, estados, etc., é de opinião que se não tomarmos em em consideração os phenomenos avulsos de uma determinada região, a noção de dialecto deve ser mantida, por sua virtude pedagogica para o espirito, como tambem porque está em harmonia com a realidade.

Ha philologos, disse elle "que são levados a não admitirem a existencia de dialectos, e a considerarem apenas os phenomenos avulsamente, porque numa área, cuja linguagem se convencionou chamar *dialecto*, podem existir phenomenos de outra, que está nas mesma circumstancias. Em todo o caso a noção de dialecto é commoda, para nos entendermos

(15) G. Millardet. Linguistique et Dialectologie Romanes, pg. 470 e 471.

(16) Estudos de Philologia Mirandesa, pg. 66, 2. volume.

melhor, e corresponde á realidade dos factos no sentido da concomitancia destes". (17)

"Commumente", diz SAUSSURE, "imaginam-se os dialectos como typos linguisticos perfeitamente determinados, circumscriptos em todos os sentidos e cobrindo na carta territorios juxtapostos e distinctos, (*a, b, c, d, etc.*) Mas as transformações dialectaes naturaes dão resultado inteiramente differentes. Desde que nos pomos a estudar cada phenomeno separadamente e a determinar-lhe a área de extensão, é indispensavel substituir a antiga noção por outra, que podemos definir desta maneira: Só existem caracteres dialectaes naturaes, não ha dialectos naturaes; ou, o que dá no mesmo: ha tantos dialectos quantos logares.

Assim, a noção de dialecto é um principio incompativel com a de região, mais ou menos extensa. Das duas uma: ou se define um dialecto pela totalidade dos seus caracteres, e então é indispensavel fixarmo-nos num ponto da carta e levarmos em conta o falar de uma só localidade; desde que nos afastemos, não encontraremos mais exactamente as mesmas particularidades. Ou definir-se-ha o dialecto por um só dos seus caracteres; e então, sem duvida, obter-se-ha uma superficie, em coincidencia com a área de propagação do facto que se aprecia, mas basta notar que isto é um processo artificial, e que os limites assim traçados, não correspondem a nenhuma realidade dialectal.

A pesquisa dos caracteres dialectaes foi o ponto de partida dos trabalhos de cartographia linguistica, cujo modelo é o *Atlas linguistico da França*, de Gillieron; é preciso citar tambem o da Alemanha, de Wenker. A fórmula do atlas está perfeitamente indicada, pois se é obrigado a estudar o paiz, região a região, e para cada qual dellas uma carta só não pôde abranger senão um pequeno numero de caracteres dialectaes; a mesma região deve ser considerada grande numero de vezes para dar uma idéa das particularidades phoneticas, lexicologicas, morphologicas, etc., que nella são superpostas. Si-

(17) Leite de Vasconcellos, Estudos de Philologia Mirandesa, vol. II, pg. 71.

milhantes investigações suppõem uma organização completa, inqueritos systematicos feitos por meio de questionarios, com auxilio de correspondentes locais, etc.

“Chamaram-se *linhas isoglossas* ou *isoglossas*” as fronteiras dos caracteres dialectaes: esse termo foi creado pelo modelo de *isothermo*; mas é obscuro e improprio, porquanto pretende significar “que tem a mesma lingua”; se admitirmos que *glossema* significa “caracter idiomatico”, poder-se-ia falar com mais precisão de *linhas isoglossematicas*, se este termo fosse viavel; mas preferimos ainda chamar *ondas de innovação*, retomando uma imagem que remonta a J. Schmidt.

“Quando estendemos a vista por uma carta linguistica, vemos algumas vezes duas ou tres destas ondas coincidir aproximadamente, e até fundir-se num certo percurso.

“Póde acontecer tambem que essas concordancias em lugar de ser parciaes, interessam todo o perimetro de duas ou varias áreas.

“Quando essas concordancias são sufficientemente numerosas podemos por approximação falar de dialecto. Ellas se explicam por factos sociaes, politicos, religiosos, etc., dos quaes fazemos aqui, totalmente, abstracção; ellas velam, sem jámais apagal-o completamente, o facto primordial e natural da differenciação em áreas independentes”. (18)

“E’ sempre possivel”, diz VENDRYES, “delimitar uma lingua no espaço oppondo-a a outras de typo differente. Sabemos os limites do francez lá onde elle se choca com o allemão, o basco ou o bretão; podem elles ser fixados numa aldeia proxima; e no interior de uma mesma aldeia um curso d’agua, uma simples rua separa muitas vezes duas linguas. Podemos falar de francez ou de allemão, como de italiano, de hungaro ou de servio. Todas estas linguas se oppõem umas as outras e se limitam exactamente.

Mas experimenta-se certo esforço para traçar a fronteira respectiva do francez e do provençal, do alto e do baixo

(18) Saussure. Cours de Linguistique Générale, pgs. 275 a 278.

alleião, do servio e do bulgaro. E', que aqui, não estamos mais em presença de duas linguas de origem differente, que os acasos da historia puzeram em contacto, mas deante de linguas sahidas da mesma origem, e que circumstancias historicas differenciaram. Ha uma passagem insensivel de uma á outra, e não ha opposição frizante de duas linguas postas uma em face da outra, e munidas cada qual de meios de expressão differentes. A difficuldade é muito maior ainda, se quizermos estabelecer linhas de demarcação no interior de fallares de um mesmo dominio linguistico.

E' facto hoje incontroverso que as particularidades linguisticas não têm uma área de extensão identica, ou, noutras palavras, que as linhas de isoglossas não coincidem e são independentes uma das outras". (19)

Isto é, quando consideramos uma carta linguistica, vemos que as linhas traçadas para representar quer a phonetica, o vocabulario, ou a grammatica, não se circumscrevem a determinada região. De maneira desigual se superpõem, se cruzam, formando um desenho inteiramente irregular.

Se, por exemplo, numa determinada área encontramos certas particularidades linguisticas só raramente estas não se estendem a outras áreas visinhas.

Os "limites geographicos de cada particularidade, consideradas a uma a uma não coincidem quasi nunca. (20)

Assim em algumas determinadas regiões geographicas, entre varias examinadas, pronuncia-se *a* onde as outras pronunciam *e*, ou ainda *o*, onde as outras pronunciam *u*. Mas a linha de passagem de *a* para *e*, não é a da passagem do *o* para *u*; as regiões em que se effectuam as mudanças não são as mesmas; por outras palavras a repartição differe. (21)

"A consequencia deste estado de cousas é que que muitos linguistas poderam sustentar que não ha dialectos. Para esses sabios, o estado linguistico que resulta do desenvolvimento da linguagem não póde ser concebido senão sob dois

(19) J. Vendryes — *Le Langage*. Pgs. 288 e 289.

(20) *Op. cit.*, pg. 289.

(21) *Op. cit.*, pg. 289.

aspectos: o da lingua, vasta unidade á qual todos os fallares locais se reduzem, e o dos fallares nos quaes a lingua se fragmenta. E' de modo geral a concepção dos romanistas magistralmente exposta outrora por Gaston Paris e Paul Meyer. "Nenhum limite real, disse o primeiro, para os francezes do Norte e os do Sul; de um lado ao outro do solo nacional, nossos fallares populares estendem uma vasta tapeçaria cujas cores variadas se fundem em todos os pontos em matizes insensivelmente degradados".

E' tambem a concepção á que se reduz a "theoria das ondas" (Wellentheorie) de JOHANN SCHMIDT. Sustentava este que cada facto linguistico se estendia á maneira de ondas sobre a superficie de cada paiz e que cada onda, desdobrando-se paulatinamente graças a um movimento insensível, não comportava nenhum limite. Firmava a theoria no estudo das linguas indo-européas, nas quaes, effectivamente, da mesma sorte que nas linguas romanicas, as linhas de isoglossa não coincidem". (22)

"Os dialectos" accrescenta ainda em outras paginas VENDRYES, "formam-se espontaneamente pelo jogo natural das acções linguisticas. Por toda parte onde fallares contiguos apresentam particularidades communs e um ar geral de similhaça sensível para os individuos que os fallam, ha dialecto. O dialecto é mais ou menos definível. Dissemos que, reunindo a totalidade dos criterios linguísticos, não era possível fixar o limite. E' sempre mais ou menos arbitrariamente que o linguista procede a uma escolha entre os phenomenos para estabelecer na carta as divisões dialectaes. Acontece com os dialectos o mesmo que se dá com certas regiões naturaes em que se divide o paiz: quando não servem de base a divisões politicas, os limites permanecem sempre indecisos.

"O dialecto é tanto melhor delimitado, quando coincide com uma divisão politica; e o limite subsiste muito tempo depois que as circumstancias que o fixaram, cessaram de existir.

(22) Op. cit., pgs. 290 e 291.

Assim se verifica em varias regiões da Allemanha actual em que as isoglossas se superpõem em certos pontos, onde coincidem com as fronteiras politicas anteriores a 1789. Estas fronteiras remontam em geral ao seculo XVI e até ao XV; eram ao mesmo tempo confissionaes, de maneira que a influencia da religião se accrescenta á da politica para delimitar o dialecto. O mesmo se passa na Bretanha francesa, onde o limite dos dialectos de Léon, de Cornouailles e de Treguier, muito sensível ainda hoje em muitos pontos, coincide com as antigas divisões religiosas e politicas do paiz. E' eloquente apurar, por exemplo, que o dialecto de Tréguier está separado do dialecto de Léon pelo ribeiro de Morlaix, que limitava outr'ora os dous bispados, e, consequentemente, a cidade de Morlaix que está a cavalleiro do regato, está do ponto de vista linguistico dividida em dois. *Isto não quer dizer que habitantes não se comprehendem de uma margem á outra; (*) mas, ha um certo numero de particularidades linguisticas cuja área termina precisamente no mesmo ponto; e como no caso dos dialectos allemães, as isoglossas que se superpõem recobrem ao mesmo tempo aqui antigas divisões administrativas".* (23)

Do exposto, se vê que, apesar das novas doutrinas acerca dos phenomenos da dialectação, não obstante a geographia linguistica demonstrar o artificialismo da delimitação dos phenomenos dialectologicos, que não correspondem, quando estudados separadamente, aos limites politicos das cartas, a linguistica não relegou para o acervo dos erros glottologicos a noção de dialecto.

MEILLET tambem mostrou que em alguns casos é possível estabelecer uma repartição dialectal. "Esta divisão", diz elle, "repousa no principio de que por toda a parte onde um grande numero de limites linguisticos coincidem pouco mais ou menos, é legitimo fallar de dialectos. Ha dialecto definido na área em que se observam particularidades communs. Mes-

(*) O *grypho* é nosso.

(23) Vendryes. *Le Langage*, pgs. 306, 307.

mo que só se possam traçar entre duas áreas limites um tanto fluctuantes, ainda assim, cada qual dellas, no conjunto, se deixa definir por certos traços geraes, que a outra não possui. (24)

Eis nas suas linhas geraes o conceito de dialecto na linguistica contemporanea.

Em face das suas lições, o conceito *rigoroso* de dialecto, longe de negar, como pensaram e pensam ainda, alguns dos nossos escriptores, autoriza, de modo insophismavel, a existencia do dialecto brasileiro.

De dous modos, como vimos, podemos considerar os dialectos. Ou estudamos cada particularidade dialectal separadamente, e nesse caso não haverá, nem na França, nem na Italia, nem em Portugal, nem em parte nenhuma, dialecto perfeitamente limitado e circumscripto a uma determinada área; ou definimos o dialecto em bloco, pela totalidade dos seus caracteres. E nesse caso ha dialectos propriamente ditos. E neste sentido, o idioma do Brasil é dialecto do portuguez.

O facto de existir no nosso idioma, quer no vocabulario, quer na phonetica, quer na morphologia, quer na syntaxe, fórmas portuguezas, não é razão para que se negue o dialecto brasileiro.

Na totalidade dos seus caracteres, o dialecto brasileiro, pelo seu vocabulario, pela sua phonetica, pela sua syntaxe, se impõe á linguistica da maneira mais clara e positiva.

CAPITLUO VII

ALGUMAS NOÇÕES DE LINGUISTICA

A noção de lingua é diversa para o glottologo e para o purista. Porque não é da alçada dos grammaticos a questão da existencia da lingua brasileira. A linguistica não leva em conta as regras da grammatica. A evolução dos idiomas no tempo e no espaço. As causas da diversidade geographica. Uma lingua transplantada de uma ilha para outra ilha. A differenciação pode produzir-se de tres modos. O esquema da differenciação geographica só é completo quando projectado no tempo. A evolução das linguas na continuidade do territorio e em territorios separados. A ação do tempo num territorio continuo. A differenciação linguistica em territorios separados. A questão do prazo para a evolução, a alteração das linguas. Não tem sentido dizer que não ha tempo para a existencia de uma lingua no Brasil differente da lingua portuguesa. Uma pagina de SILVA RAMOS. "A propriedade da linguagem e a pureza da expressão" não se adquirem no contacto da lingua do passado. Lição de BALLY. "A lingua fallada é a unica verdadeira lingua e a norma com a qual todas devem ser medidas". "A unica lingua real e viva que existe". O papel dos litteratos. Os linguistas não podem tomar como typo de um idioma a lingua dos litteratos. A lição de DAUZAT: O papel de um grammatico que quer corrigir a linguagem de um francês de Paris. As locuções chamadas viciosas se formaram pelos mesmos processos da lingua classica. A lingua fallada como a norma soberana nas questões de linguagem. O maior erro em materia de escrever é pensar que é preciso não escrever como falamos. A escripta longe de fixar a lingua é precisamente o que a altera. O mal está em consultar os letrados. A grammatica ainda está totalmente preza á escolastica. A idéa que as particularidades da lingua fallada se resumem em solecismos e barbarismos, já teve a sua época. A grammatica "escripta" não se explica scientificamente senão pelo estudo da grammatica "fallada". Um reparo de JESPPERSEN. Como levantar a estatistica dos factos da linguagem. A linguagem usual, suas condições. A lingua commum. A lingua escripta e a lingua litteraria. Os idiomas litterarios são formas artificiaes da linguagem. Do ponto de vista da sciencia da linguagem o dialecto artistico não constitue verda-

deiramente a lingua de um povo. FLAUBERT tinha duas maneiras de escrever. A "superstição visual". O prestigio da escripta. A lingua tem uma tradição oral independente da escripta. Caracteres da lingua litteraria. A lingua de RACINE, CORNEILLE, LA FONTAINE, VICTOR HUGO, não é o francês, mas as suas deformações sublimes.

Após havermos traçado o conceito de dialecto, de accôrdo com a sciencia contemporanea, vamos agora lembrar algumas noções geraes de linguistica, indispensaveis ao estudo de qualquer idioma vivo.

"*A noção de lingua*", diz LEITE DE VASCONCELLOS, *é diversa para o glottologo e para o purista*: este vae atraz da elegancia das expressões, do classicismo dos vocabulos e da immobilidade grammatical; aquelle deseja unicamente surprehender a vida da linguagem, tanto quanto possivel entregue a si mesma. Toda a lingua propriamente dita, quer seja popular, quer culta; quer pertença a uma nação rica e civilizada, quer a um grupo de selvagens miseraveis; quer nella estejam esculpidas as epopéias homericas, quer sirva só para as limitadas relações sociaes de um canto de provincia, — é uma lingua perfeita, uma lingua que merece as attenções da sciencia, porque representa a verdade. Por outro lado, as linguas populares, como terei occasião de mostrar adeante, ajudam, não raro, a explicar as linguas litterarias, porque conservam fórmãs anteriores de expressões que aqui se acham num estado mais afastado da origem. Ninguem dirá que um mato silvestre é mais bello do que um jardim rico em flôres preciosas e adornado com todos os encantos da arte; e, apezar disso, o botanico preferirá o primeiro para os seus estudos." (1)

Nestes conceitos de LEITE DE VASCONCELLOS, têm os nossos grammaticos a razão porque não é da alçada da sua arte a questão da existencia da lingua brasileira. A linguistica não tem preconceitos. Encara os factos na expressão da sua realidade, sem se preocupar com as regras da grammatica, nem com criterios de escolas litterarias, ou canones de "*bôa lin-*

(1) Leite de Vasconcellos — *Dialectos Alentejanos*, pg. 2.

guagem". E' o idioma na sua vida verdadeira que ella investiga e estuda. O ponto de vista litterario não é o da sciencia. Por essa razão, toda lingua que traduz verbalmente, com exactidão, o pensamento é perfeita. O facto de linguagem brasileiro é tão certo e legitimo como o facto de linguagem portuguez, e como o de qualquer outra lingua. Se alguns ou muitos desses factos não são os mesmos que os portuguezes, isso não tem aos seus olhos nenhum valor negativo. Ao contrario, são elles os de maior importancia. São elles que manifestam a differenciação da lingua entre nós. São elles os que principalmente devem ser estudados.

Entre nós, porém, succedia com os *puristas* o opposto. Os nossos factos de linguagem eram olhados como elementos sem o menor valor para a nossa lingua.

Mas o tempo dos dogmatismos grammaticaes já vae longe. A linguistica não leva na menor conta as regras da grammatica. O prisma, através do qual encara os phenomenos linguisticos, é inteiramente diverso. A lingua, tal como se nos apresenta na sua physionomia natural, constitue o objeto da sua indagação.

Entre as principiaes questões da linguistica é, fora de duvida, das mais importantes, a da evolução dos idiomas.

De dois modos aprecia a sciencia essa evolução: no tempo e no espaço.

Ouçamos a lição de um dos mais profundos mestres na materia.

Estudando as causas da diversidade geographica escreveu SAUSSURE:

"A diversidade absoluta (das linguas) crea um problema puramente especulativo. Ao contrario a diversidade no parentesco nos põe no terreno da observação e pode ser reduzida á unidade.

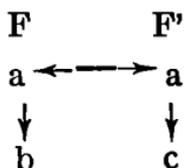
"Para bem comprehender como as coisas se passam, imaginemos, condições theoreticas tão simples quanto possiveis, permitindo apanhar a causa essencial da differenciação no espaço, e indaguemos o que se passaria, se uma lingua falada num ponto nitidamente delimitado — uma ilhota, por exemplo —

fosse transportada por colonos para outro ponto, igualmente delimitado, por exemplo, outra ilha. Ao cabo de certo tempo, ver-se-á surgir entre a lingua do primeiro fôco (F) e a do segundo (F') differenças variadas relativas ao vocabulario, á grammatica, á pronunciação, etc. E' preciso não suppor que o dioma transplantado modificar-se-á sosinho, emquanto o idioma originario permanecerá immovel; o inverso tambem não se dá de maneira absoluta: uma innovação pode nascer de um lado, ou do outro, ou em ambos ao mesmo tempo. Dado um caracter linguistico "a" susceptivel de ser substituido por um outro (b, c, d, etc.) a differenciação pode se produzir de tres maneiras differentes:

$$\begin{array}{l}
 \left. \begin{array}{l}
 \text{a (Foco F)} \\
 \text{a (Foco F')}
 \end{array} \right\} \begin{array}{l}
 \rightarrow \frac{b}{a} \\
 \rightarrow \frac{a}{c} \\
 \rightarrow \frac{b}{c}
 \end{array}
 \end{array}$$

O estudo não pode pois ser unilateral; as innovações de ambas as linguas têm igual importancia.

Que é que creou estas differenças? Somos victimas de uma illusão, quando acreditamos que é o espaço apenas. Entre-gue a si mesmo, elle não pode exercer acção alguma sobre a lingua. Esquece-se o factor tempo, porque elle é menos concreto do que o espaço; mas, na realidade, é delle que depende a differenciação linguistica. A diversidade geographica deve ser traduzida em diversidade temporal. Sejam dois caracteres differenciaes "b" e "c"; jámais se passou do primeiro ao segundo, nem do segundo ao primeiro; para encontrar a passagem da unidade á diversidade, é mistér remontar ao primitivo "a", ao qual "b" e "c" substituiram; aquelle é que deu logar ás formas posteriores; de onde o schema de differenciação geographica, valida para todos os casos analogos:



A separação dos dois idiomas é a forma tangível do phenomeno, mas não o explica. Sem duvida, este facto linguistico não se teria diferenciado sem a diversidade dos logares, por menor que seja; mas por si só, o afastamento não crea as diferenças. Pela mesma razão que se não pode julgar um volume por uma face, mas unicamente com auxilio de uma terceira dimensão, a altura, assim tambem o schema da differença geographica, só é completo quando projectado no tempo.

Objectar-se-á que as diversidades do meio, de clima, de configuração do sólo, os habitos especiaes (um povo montanhez e uma população litoranea por exemplo), podem influir na lingua e que neste caso as variações estudadas aqui seriam condicionadas geographicamente. Estas influencias são contestaveis: fossem demonstradas, seria ainda preciso praticar uma distincção. *A direcção do movimento* é attribuível ao meio; é determinada por imponderaveis actuando em cada caso sem que se possa demonstral-os nem descrevel-os. Um "u" torna-se "ü" em dado momento, em dado meio; porque mudou nesse momento e nesse logar, e porque se tornou "ü", e não "o", por exemplo? Eis o que se não poderia dizer. Mas a *mudança mesma*, abstracção feita da direcção especial e das manifestações particulares, numa palavra, a instabilidade da lingua, é obra do tempo. A diversidade geographica é um aspecto secundario do phenomeno geral. A unidade dos idiomas aparentados só se encontra no tempo. E' um principio do qual o comparatista deve imbuir-se para não ser victima de deploraveis illusões". (2)

A evolução das linguas pode realizar-se na continuidade de um territorio e em territorios separados.

Vejamos o primeiro caso.

(2) F. de Saussure. Cours de Linguistique Générale, pgs. 270 a 272.

“Seja agora um paiz unilingue, isto é onde se fale uniformemente a mesma lingua, e cuja população é fixa. Que irá acontecer?

1.º A immobildade absoluta não existindo em materia de linguagem, ao cabo de certo lapso de tempo, a lingua não será mais identica a si propria.

2.º A evolução não será uniforme por toda a superficie do territorio, mas variará, segundo os logares; jamais se verificou uma lingua alterar-se do mesmo modo na totalidade do seu dominio.

“Como principia e se manifesta a diversidade que termina pela criação de formas dialectaes de toda especie? A cousa é menos simples do que parece á primeira vista. O phenomeno apresenta dois caracteres principaes:

1.º A evolução toma a forma de innovações successivas e precisas, constituindo tantos actos parciaes, quanto pudermos enumerar, descrever e classificar, de accordo com a sua natureza, (factos phoneticos, lexicologicos, morphologicos, syntacticos, etc.).

2.º Cada innovação que se realiza em determinada superficie, tem a sua area distincta. Das duas, uma: ou a area de uma innovação cobre todo o territorio, e não crea nenhuma differença dialectal (é o caso mais raro); ou, como acontece commummente, a formação só attinge uma porção do dominio, tendo cada facto dialectal a sua area especial. O que dizemos mais adiante acerca das alterações phoneticas deve ser applicado a qualquer especie de innovação. Se, por exemplo, uma parte do territorio apresenta a alteração de *a* em *e*, pode succeder que uma alteração de *s* em *z* se produza no mesmo territorio, mas em outros limites, e é a existencia dessas areas distinctas que explica a diversidade dos fallares sobre todos os pontos do dominio de uma lingua, quando fica entregue a sua evolução natural. Essas areas não podem ser previstas; nada permite determinar-lhes de ante-mão a extensão, devemos limitar-nos a verificá-las. Superpostas

na carta, onde os seus limites se entrecruzam, formam combinações extremamente complicadas. (3)

“Que deverá resultar do conjuncto de todos esses phenomenos? Se em dado momento, uma mesma lingua reina em toda a extensão de um territorio, ao cabo de cinco ou dez seculos, os habitantes dos pontos extremos, provavelmente, não se entenderão mais; em compensação aquelles de um ponto qualquer continuarão a comprehender o falar das regiões visinhas. Um viajante atravessando esse paiz de um lado a outro só perceberá de localidade para localidade, variações minimas; mas essas differenças, accumulando-se á medida que elle se desloca, acabaria o viajante por encontrar uma lingua intelligivel para os habitantes da região de onde partiu. Ou ainda, se partimos de um ponto do territorio, para irradiar em todos os sentidos, veremos a somma das divergencias augmentar em cada direcção, embora de maneira differente.

As particularidades apresentadas no falar de uma aldeia reencontrar-se-ão nas localidades visinhas, mas seria impossivel prever até que distancia cada qual della se estenderá”. (4)

Vamos vêr agora o segundo caso.

“Quando verificamos que numa massa unilingue a cohesão varia de accordo com os phenomenos, que todas as innovações não se generalizam, que a continuidade geographica não é obstaculo a constantes differenciações, então unicamente podemos encarar o caso de uma lingua que se desenvolve parallelamente em dois territorios separados.

Este phenomeno é muito frequente: assim, desde o momento em que o germanico passou do continente para as Ilhas Britannicas, a sua evolução bipartiu-se; de um lado, os dialectos allemães; de outro, o anglosaxão, de onde sahiu o inglez. Podemos citar ainda o francez transplantado para o Canadá.

(3) Saussure (F.), op. cit., pg. 272 a 274.

(4) “ ” ” ” ” ” 275.

A discontinuidade não é sempre effeito da colonização ou da conquista; pode produzir-se tambem por isolamento: o rumeno perdeu o contacto com a massa latina, graças á interposição de populações eslavas. Em ultimas analyse, a causa pouco importa; a questão principal é saber se a separação desempenha papel na historia das linguas e se produz outros effeitos, além dos que apparecem na continuidade.

Já antes, por melhor destacar a acção preponderante do factor tempo, imaginamos um idioma que evoluiria parallelamente em dois pontos sem extensão apreciavel, duas ilhotas, por exemplo, onde é possível fazer abstracção da propagação gradual. Mas, desde que nos collocamos em dois territorios de certa superficie, esse phenomeno reaparece e produz differenças dialectaes, de maneira que o problema não se simplifica em gráo algum, em virtude de dominios discontinuos. E' preciso evitar attribuir á separação, o que se pode explicar sem ella.

Foi o erro dos primeiros indo-europeianistas. Deante de uma grande familia de linguas, tornadas muito differentes, umas das outras, não pensaram que isto poderia se ter produzido de outro modo que não por fraccionamento geographico. A imaginação representa mais facilmente linguas distinctas em dois logares separados, e para um observador superficial é a explicação necessaria e sufficiente da differenciação. Não é somente isso: associava-se á noção de lingua a de nacionalidade, esta explicando aquella; assim se representavam os slavos, os germanos, os celtas, etc., como tantos enxames sahidos da mesma colmeia; esses povos, desligados por migração de tronco primitivo, teriam levado comsigo o indo-europeu commum a tantos territorios differentes.

Só muito tarde se percebeu esse erro; em 1877 unicamente, um trabalho de Johannes Schmidt: *Die Verwandtschaftsverhältnisse der Indogermanen*, abriu os olhos dos linguistas, inaugurando a theoria da continuidade ou das ondas (*Wellentheorie*). Compreendeu-se, que o fraccionamento no mesmo logar, basta para explicar as relações reciprocas entre as linguas indo-européas, sem que seja necessario admittir que

os diversos povos tivessem deixado as suas posições respectivas; differenciações dialectaes poderiam e deveriam se ter produzido antes que as nações se tenham espalhado em direcções divergentes. Assim, a theoria das ondas não nos dá só uma vista mais justa da prehistoria do indo-europeu; esclarece-nos a respeito das leis primordiaes de todos os phenomenos de differenciação e tambem das condições que regulam o parentesco das linguas.

Mas á theoria das ondas se oppõe a das migrações sem exclui-las necessariamente. A historia das linguas indo-europeas, nos offerece um bom numero de exemplos de bandos que se destacaram da grande familia por deslocamento, e esta circumstancia deve ter produzido efeitos especiaes; somente esses efeitos se accrescentam aos da differenciação na continuidade: é muito difficil dizer em que consistem, e isso nos leva ao problema da evolução de um idioma em territorios separados.

Tomemos o antigo inglez. Destacou-se elle do tronco germanico em seguida a uma migração. Não teria, provavelmente, a fórma actual, se no seculo V os saxões houvessem permanecido no continente. Mas quaes teriam sido os efeitos da separação? Para avaliar seria necessario interrogar de inicio se tal ou qual alteração não teria podido nascer tambem na continuidade geographica. Supponhamos que os inglezes houvessem occupado a Jutlandia em lugar das Ilhas Britannicas; poder-se-á affirmar que nenhum dos factos attribuidos á separação absoluta não se teria produzido na hypothese do territorio contiguo?

“Assim a explicação pelo isolamento permanece insufficiente e superficial. Não é necessario, nunca, appellar para ella para explicar uma differenciação; o que o isolamento pode fazer, a continuidade geographica tambem o faz perfeitamente bem, se ha differença entre ambas essas ordens de phenomenos, não podemos apprehendel-a.

Entretanto considerando dois idiomas parentes, não mais sob o aspectó negativo da sua differenciação, mas do ponto de vista positivo da solidariedade, verifica-se que *no isola-*

*mento todo laço está virtualmente partido, a contar do momento da separação, emquanto na continuidade geographica subsiste certa solidariedade até entre fallares ligados por dialectos intermediarios.**

Assim, para apreciar os grãos de parentesco entre as linguas, é indispensavel proceder a uma distincção rigorosa entre a continuidade e o isolamento. Neste ultimo caso ambos os idiomas *conservam do seu passado commum certo numero de traços testemunhando o parentesco, como, porém, cada qual evolueu de maneira independente, os caracteres novos surgidos de um lado, não poderão ser encontrados no outro* (exceptuando o caso em que certos caracteres após a separação se encontram, por acaso, identicos em ambos os idiomas). O que todavia é excluido em qualquer hypothese, é a communição por contagio, desses caracteres. De maneira geral, *uma lingua que evolueu na discontinuidade geographica apresenta, em face das linguas parentes, um conjuncto de traços que só pertencem a ella, e quando por sua vez esta lingua se fragmenta, os diversos dialectos formados demonstram, com traços communs, o parentesco mais estreito que os une entre si com exclusão dos dialectos do outro territorio. Formam realmente um ramo distincto destacado do tronco".* (5)*

Outro aspecto de grande importancia, é o que diz respeito ao prazo necessario para a evolução, a alteração dos idiomas.

Uma das verdades positivas, que a sciencia apurou, é que NÃO HA PRAZO PARA A TRANSFORMAÇÃO DAS LINGUAS. Nada mais relativo, mais fluctuante e vago, do que o lapso de tempo necessario para que um idioma se transforme. Nenhum principio de linguistica pôde fixa-lo, ou se quer indica-lo approximadamente.

“Na pratica”, diz Saussure, “um estado de lingua não é um ponto, mas um espaço de tempo, mais ou menos longo, durante o qual a somma das modificações sobrevindas é minima. Pode ser de dez annos, uma geração, um seculo, e até mais.

(5) Saussure. Op. cit., pg. 285 a 289.

(*) *Os gryphos são nossos.*

Uma lingua poderá mudar um nada durante um longo intervallo, para soffrer em seguida transformações consideraveis em alguns annos. Duas linguas coexistindo num mesmo periodo, pôde uma dellas evolver muito e a outra quasi nada". (6)

Assim não basta, a priori, dizer que não ha ainda tempo sufficiente para uma differença entre a lingua portugueza e a lingua fallada no Brasil. Forças internas ou externas pôdem ter actuado sobre a lingua em Portugal e no Brasil depois do seculo XVI, determinando, indifferentemente, lá ou aqui, modificações lentas ou rapidas. Nada autoriza a traçar uma uniformidade no tempo entre ambas as evoluções. O que é imprescindivel é o estudo scientifico do assumpto. E' verificar se existem ou não differenças entre a lingua fallada em Portugal e a fallada entre nós. Mas é precisamente isso o que nunca se faz. Assenta-se de entrada que não ha differenças, que não pôdem haver porque não ha tempo. E mais que tudo, fechando os olhos á realidade linguistica entre nós, invoca-se a escripta litteraria, *artificial*, por definição, copiada voluntariamente dos classicos, ou das letras e da grammatica portugueza, para affirmar que não ha differenças, sufficientes, entre as linguas falladas lá e aqui, para caracterizar uma lingua brasileira.

Houve, entretanto, entre os nossos philologos, quem não dêsse ás linguas longo tempo para a sua evolução, antes reconheceu que ellas tambem em breve prazo se vão alterando com grande intensidade.

SILVA RAMOS em pagina de critica bem traçada escreveu:

"As linguas evoluem com tal rapidez que dictionarios e grammaticas só por acrescimos successivos lhes poderão registar o movimento".

"A proporção que os aditamentos aos dictionarios nos vão instruindo sobre os novos vocabulos introduzidos na lingua pelas recentes creações da actividade humana na sciencia, na

(6) F. de Saussure. Cours de Linguistique Cénérale, pg. 142.

industria, nas artes, os estudos, sobre a maneira de falar vão sancionando todas as formas vivas, espontaneas, instinctivamente pinturescas, em que se expressa o sentimento popular, e que prosadores e poetas não deixam nunca de utilizar na sua arte, se pretendem approximar-se da natureza.

Em tempos que lá vão e ainda no correr do seculo findo, o criterio do grammatico consistia em constranger em moldes estreitos, fabricados pela medida do cerebro de cada um, as exteriorisações do sentimento por meio de palavras, e, como quer que as articulações da phrase se lhes não acanhassem no estalão, condemnavam-nas irremissivelmente". (7)

Uma das noções mais elementares, hoje, em linguistica, é a de que A VERDADEIRA LINGUA É A FALLADA.. Não ha como desconhecer a essa lingua o valor de padrão para o estudo scientifico da linguagem.

"A verdadeira natureza das linguas", escreveu GIACOMO DE GREGORIO, "não se revela pela lingua da arte ou das escriptas convencionaes desta ou daquella nação, mas, sim, pela viva tradição oral, que inconscientemente applica aquellas linguas". (8)

Discorrendo acerca da "boa lingua" e dos seus principios directores no ensino do idioma francês, observa, o grande mestre CHARLES BALLY que "estes principios se resumem na idéa central de que A PROPRIEDADE DA LINGUAGEM, A PUREZA DA EXPRESSÃO não se adquirem primeiro que tudo ao contacto da lingua do passado, mas pelo estudo intelligente da lingua de hoje, nas manifestações mais vivas, mais vizinhas do pensamento espontaneo".

E, adiante, ao analysar os elementos da definição da ESTYLISTICA, accentúa de maneira decisiva: "Um principio cuja importancia cada vez mais apparecerá no curso do nosso trabalho", é "que A LINGUA FALLADA É A UNICA VERDADEIRA LINGUA E A NORMA COM A QUAL TODAS AS OUTRAS DEVEM SER MEDIDAS". (9).

(7) Silva Ramos — Pela vida fóra, pgs. 74. 75.

(8) Manual da Ciencia da Linguagem, pg. 89.

(9) Charles Bally — *Traité de Stylistique Française*, vol. 1.^o pg. IX e 8.

E ao encerrar as paginas da *Introdução* do seu *Tratado de Estylistica*, torna a insistir, salientando que A LINGUA DA CONVERSAÇÃO OU EXPRESSÃO FAMILIAR” não é um “modo de expressão ideal, uma lingua deduzida, por abstrações, das tendencias geraes da linguagem”, mas “ao contrario A REALIZAÇÃO concreta dessas tendencias, A UNICA LINGUA REAL E VIVA QUE EXISTE”. (10).

Identico é o juizo de DAUZAT, na sua *Philosophia da Linguagem*.

Commentando as vantagens que advieram da dialeto-logia para a linguistica libertada por ella da philologia e da escravidão á grammatica, escreveu que, além disso, “ella affirmou, de novo, A PREEMINENCIA DA LINGUAGEM FALLADA E VIVA, A UNICA QUE, AOS OLHOS DA SCIENCIA, DEVE SER LEVADA EM CONTA”.

“O papel dos literatos”, diz ainda Dauzat, “é fazer arte, utilizando da melhor maneira a lingua fallada e viva da sua época, procedendo a uma selecção nas palavras e expressões, para adaptal-a, de accôrdo com as suas concepções pessoases, a uma finalidade esthetica. E ahi está a razão por que os linguistas não poderiam tomar como typo de um idioma a lingua dos literatos que é necessariamente individual, e — scientificamente fallando — até certo ponto artificial”. (11).

Assim, traçando, numa pagina, os principios da linguistica, escreve elle estas palavras, repassadas do mais puro espirito scientifico:

“Dois principios connexos dominam hoje a sciencia da linguagem”.

O papel do linguista é registrar os factos, não apreciar-os, e ainda menos procurar exercer influencia sobre elles.

Uma lingua está em perpetua evolução, muda constantemente, e não se fixa em momento algum da sua historia.

Os antigos grammaticos pretendiam, sem cessar, governar ou “corrigir” a linguagem com o fito de aperfeiçoal-a. Os

(10) Charles Bally. *Traité de Stylistique Française*, vol. 1.º, pg. 29.

(11) A. Dauzat — *La Philosophie du Langage*, pg. 176 e 177.

linguistas actuaes a estudam como homens de sciencia, observadores imparciaes, naturalistas que dissecam, analysam e pesquisam as causas. Todo phenomeno tem a sua razão de ser e merece, tanto quanto os outros, ser estudado: não se trata, nem de louvar, nem de censurar factos, mas determinar as condições nas quaes elles se produzem.

Arsène Darmesteter, que professava essa opinião, deduzia dessas premissas as conclusões extremas. Estimava que, para um natural, não ha locução viciosa, e que um parisiense de Paris, de paes parisienses, qualquer que seja a esphera social a que pertença, falla *francez por definição*: o francez não existe senão porque elle o falla e tal qual o falla. Um dos seus amigos, lhe perguntava certa vez, se tal palavra, que usualmente empregava, era franceza:

— De que provincia é você? perguntou-lhe Darmesteter.

— Da Ilha de França.

— Então a palavra é seguramente franceza.

“O grammatico que quer corrigir a linguagem de um francez de Paris, assemelha-se muito *ao psychologo que declara a uma pessoa que está experimentando uma sensação agradável, que esta sensação é dolorosa, e se esforça por demonstrar-lh'o.*

Sem ir tão longe, é indubitavel que todos os phenomenos linguisticos teem a sua razão de ser, e que as locuções chamadas de viciosas se formaram pelos mesmos processos da lingua classica”. (12)

E adiante, discutindo o conceito de progresso nas linguas, do ponto de vista de linguistica, escreve:

“Posta de lado toda questão litteraria, os linguistas dão á lingua fallada primazia sobre a lingua escripta, que não é outra cousa senão a expressão, a transcripção mais ou menos imperfeita da primeira. São auditivos. Os litteratos, ao contrario, são e se tornam cada vez mais visuaes: em virtude de não haverem recebido educação linguistica”. (13)

Já VAUGELAS, tão zeloso da ordem e da disciplina da lingua franceza no seculo XVII, tinha na mais alta conta a

(12) Dauzat — La Langue Française d'Aujourd'hui, pgs. 7, 8, 9.

(13) Dauzat — La Langue Française d'Aujourd'hui, pg. 12.

lingua fallada, em cujas expressões reconhecia a suprema autoridade, a norma soberana nas questões de linguagem.

“O maior de todos os erros, em materia de escrever”, dizia elle, “é pensar que não é preciso escrever como fallamos”.

SAINTE-BEUVE, commentando-lhe a doutrina, pergunta qual seria o processo para applical-a, o criterio para julgar do acerto no fallar e pautar a lingua escripta? E responde: Quando a duvida de uma expressão lhe salteava o espirito, o principio geral para resolvel-a era: “E’ melhor de ordinario consultar as mulheres e aquelles que não estudaram, do que estes que são bons sabedores da lingua grega e da latina. “Imitava elle nisto a Cicero, que nas suas duvidas de linguagem, consultava de preferencia sua mulher e sua filha, em logar de Hortensius, e outros sabios”. (14)

ROUSSEAU, no *Ensaio acerca da Origem das linguas*, havia feito o reparo curioso de que longe da escrita fixar a lingua “é precisamente o que altera; não muda as palavras, mas o genio”. E acrescentava: “Não é possivel que uma lingua que se escreve conserve muito tempo a vivacidade da que é apenas falada”. (15)

No seu estudo *Le Latin Mystique*, tratando RÉMY DE GOURMONT da lingua franceza em nossos dias, e commentando “a profunda differença” existente “entre a lingua fallada e a lingua escripta”, perguntava: “Qual dellas é a principal? Como estas questões são sempre submettidas a lettrados, estes não hesitam em responder que é a lingua escripta e que não ha outra digna do nome de francez. Do ponto de vista da philologia desembaraçada dos preconceitos litterarios, A LINGUA PRIMORDIAL É, AO CONTRARIO, A LINGUA FALLADA, que longe de ser uma degenerescencia da lingua escripta, é antes o reservatorio, a fonte de juventa”. (16)

São estes os ensinamentos de alguns dos mais consagrados mestres da linguistica, da critica litteraria e do pensamento humano.

(14) Sainte Beuve, *Nouveaux Lundis*, vol. 6.º pgs. 377, 378.

(15) Rousseau. *Oeuvres Complètes*, tomo 3.ª ed. de Furne, 1846.

(16) Rémy de Gourmont. *Op. cit.*, pg. 10.

Nelles está patente a supremacia da lingua fallada para a sciencia da linguagem. E' ella que constitue a essencia do conceito de lingua. A verdadeira natureza dos idiomas é através della que se manifesta e nunca na escripta litteraria. Por ella é que devem ser medidas todas as linguas. E' a unica realmente viva. A lingua litteraria não tem credenciaes para servir de norma ou padrão. O typo do idioma quem o define é a lingua fallada.

Que diversidade de doutrina entre a linguistica e os nossos autores que sempre cuidaram ver na escripta litteraria o *metron* do idioma, as linhas mais fieis do seu perfil!

Entre nós, um dos argumentos mais commumente invocados para negar a existencia do dialecto brasileiro, é o que se refere á syntaxe, a qual, para os nossos puristas, deve ser considerada unicamente na lingua litteraria dos vernaculos portuguezes. Para elles, a lingua falada entre nós não tem o menor valor.

E pela maneira por que, em geral, argumentam, dão a entender que as cousas se passam como se a lingua fallada não tivesse a sua syntaxe.

Mas, não é tambem assim que entende a sciencia da linguagem.

Dir-se-ia que foi escripta para os nossos grammaticos, a pagina de BALLY, acerca do que acontece entre os francezes. Apenas, em França, como não se escreve uma lingua litteraria imitada de outro povo, tal como succede entre nós, com os nossos puristas e grammaticos profissionaes, a lingua litteraria tem a sua grammatica explicada pela grammatica da lingua fallada.

Diz BALLY: "Espantoso seria, que a lingua fallada não tivesse processos syntacticos particulares; e é o caso; mas esta syntaxe, muito especial, é tambem menos conhecida do que deveria ser. Se não se a estuda, é principalmente porque se a despreza; entrincheiram-se commumente atraz do preconceito da incorrecção: *como se houvesse incorrecções para a*

linguistica, COMO SE DEVESSEM EXISTIR PARA O GRAMMATICO!

“A verdade é que a grammatica ainda está totalmente preza á tradicção escolastica, e *ha muita gente culta que imagina não ser possível estudar a syntaxe senão na lingua escripta*; pretender que as particularidades da lingua fallada se resumem em solecismos e barbarismos, é uma idéa que já teve a sua época, entretanto a maior parte das pessoas, entre as mais cultivadas, não duvida que, sem deixar de fallar francez, muda de grammatica conforme escreve ou fala; a cousa é tão inconsciente, que negam a sua existencia. Mas olhando de mais perto, ver-se-á que não ha uma só parte essencial do systema grammatical, que não soffra a acção desta transformação.

Trata-se, como se sabe, de uma especie de “*déclenchement*” produzido pela adaptação ao meio.

“Observando estas cousas, vê-se-á emfim que os processos proprios á expressão fallada acabam quasi sempre emprestados ou imitados pela lingua escripta, e que em definitivo esta famosa grammatica “*escripta*” não se explica scientificamente senão pelo estudo da grammatica “*fallada*”. (17)

Da importancia da lingua fallada escreveu outro luminar da sciencia da linguagem:

“As innovações mais importantes na historia das linguas, diz JESPERSEN, foram creadas por pessoas humildes, que não só fallam em prosa sem o saber, mas tambem podem até, alguma vez, crear qualquer cousa que não existiu nunca na sua lingua.

E’ mistér precaver-se contra a superstição dos grandes homens e dos grandes autores. Julga-se muitas vezes que a lingua é, senão creada pelos grandes autores, pelo menos influenciada consideravelmente por elles, quando a verdade parece ser que os grandes genios podem aqui ou alli crear uma palavra especial na sciencia ou dar a uma phrase formada segundo as leis ordinarias da lingua uma significação especial ou um cunho que será adoptado e conservado pela communi-

(17) Ch. Bally. Op. cit., 309, 310, vol. 1.º

dade, mas que a maior parte das alterações na lingua são devidas a anonymos, isto é, a homens communs, que não figuram nem na historia, nem na litteratura, e até a creanças que não sabem ainda a primor a lingua materna". (18)

Vamos ver agora outro aspecto das linguas, aquelle que BALLY chamou de *lingua commum*, a *expressão* usual, que se manifesta de modo mais eloquente na linguagem fallada.

"Como, côm que norma, medir esta estatistica do emprego dos factos de linguagem? Onde encontrar o ponto, ou os pontos de comparação sem os quaes essas impressões vagas permanecem sem alcance?"

E pondera o autor as difficuldades que decorrem da variação dos "sentimentos linguisticos" de pessoa a pessoa, tendo em vista não só o que é propriamente individual, mas tambem o que deriva do meio, a ponto de escapar dessa maneira a qualquer tentativa de estudo.

Mas, se desse angulo é assim a perspectiva que se nos desenha, pôr outra face da realidade, a linguagem apresenta pontos seguros de referencia, côm os quaes se pôde trabalhar, afim de traçar o perfil da "expressão usual".

"Felizmente", diz elle, "ha alguma cousa mais; ha, não só um fundo commum de vocabulario, mas tambem um conjuncto de meios de expressão de todo genero, sobre os quaes todos estão de accordo sem o saber; este accordo tacito é a condição necessaria para que se realize essa cousa maravilhosa, que é a communicação do pensamento. Mas, sobre que repousa este accordo? Qual é o thesouro commum, onde cada qual pôde fazer provisão? Poder-se-á estudar este conjuncto de expressões, chamado lingua usual?"

E responde, mostrando quaes as condições em que uma expressão é usual:

"1) quando designa uma cousa ou uma idéa indissolivelmente ligada á vida, considerada nos seus caracteres fundamentaes, uniformes, constantes, ou nos seus caracteres sociaes communs a todo um grupo linguistico;

(18) O. Jespersen. L'Individu et la communauté linguistique, pg. 587. n. 7, do "Journal de Psychologie", de 15 de julho de 1927.

2) quando esta designação dá immediatamente, a qualquer membro do grupo linguístico, a impressão de que “isto se diz assim, deve-se dizer assim, sempre se disse assim e dir-se-á sempre assim”. Esta crença é, sem duvida, pura illusão, pois que é desmentida pela evolução constante da linguagem; mas, pelo seu valor subjectivo, é uma realidade absoluta, sem a qual a consciencia de um estado de linguagem não seria possível. O conjuncto dos meios de expressão que tem esse character uniforme no espirito de todos os individuos, eis o que é para nós a lingua usual”. (19)

E analysando esse conjuncto, aponta os elementos de cuja acção deriva essa uniformidade: as “fórmulas constantes da vida”, isto é “as condições da vida a que nenhum individuo escapa, desde que o homem é homem” e que “representam” “a trama de uma vida humana”, onde se vê “apagar-se num segundo-plano nebuloso todas as particularidades das vidas individuais”.

As necessidades, de toda ordem, biologicas, psychologicas e sociaes, que cada dia se nos apresentam, de modo geral, semelhantemente para todos “do berço ao tumulo”, nivelam a vida e com ella a linguagem do grupo, pela necessidade invencivel de communicarmos com os nossos semelhantes, de modo que nos façamos entender e que entendamos os demais.

E’ á expressão desta mentalidade geral de um grupo linguístico” que Bally chama “lingua commum, expressão usual”, sendo, pois a lingua commum, “o conjuncto dos factos de linguagem que, em dada lingua, exprimem as manifestações constantes da vida de um grupo linguístico. Todas as fórmulas de linguagem que exprimem aspectos mais particulares da vida, da actividade e do pensamento, não só ficam subordinadas a este fundo commum, mas delle recebem, por contraste, o seu character proprio.

“Diz-se muitas vezes”, escreve Bally, “que a vida é cambiante, diversa, esquivada nas suas variedades; é questão de perspectiva; nos traços fundamentaes, é una, immutavel e

(19) Bally. *Traité de Stylistique*, pgs. 208 e 209.

fatal. Para nos convenceremos disto, bastaria concentrar o espirito em algumas das condições, ás quaes não tem escapado a vida de qualquer individuo, desde que o homem é homem, e pensar que são apenas especimens isolados de um formidavel conjuncto; se procurarmos então avaliar, na imaginação, o que todos estes factores reunidos representam para a formação, o argamassar de uma vida humana, veremos esvanecer-se num fundo nebuloso todas as particularidades das vidas individuaes. Estas particularidades, cada qual de nós as vê, é certo, através de um prisma de augmento, porque o egoismo, fructo natural de nossas necessidades e os desejos que nos devoram, nos habituam a referir tudo a nós mesmos. Quanto a estas formas communs da vida, basta assignalar algumas, para fazer entrevel-as todas.

Que se pense no nosso corpo e nos seus orgãos; nossa existencia depende da sua conservação; o seu funcionamento crêa necessidades multiplas, sem cessar renascentes; precisam cada dia, muitas vezes, a cada hora e a cada segundo, movimentos, actos cuja ausencia, até momentanea, pode matar-nos; é preciso comer, beber, respirar, etc.; ha doenças, enfermidades; nosso pensamento, mal a seu grado, é affligido amiúde por estas necessidades e estas miserias.

A vida segue uma evolução cujas phases são determinadas desde o berço ao tumulo; prevemol-as com alegria ou com terror, verificamol-as nos outros; cada qual dellas marca com signaes indeleveis o nosso corpo, a nossa intelligencia, a nossa sensibilidade. Nosso espirito, apezar das variedades individuaes, tem traços essenciaes e immutaveis, e tambem as mesmas incapacidades, as mesmas fraquezas. Somos tributarios da natureza que nos rodeia, é preciso leva-la em conta a cada minuto, para que ella não nos esmague debaixo das suas forças cegas; esta natureza é regida por leis inflexiveis e implacaveis; os innumeraveis phenomenos de que é theatro, têm uma regularidade, uma periodicidade absolutas, e cada phenomeno destes tem sua repercussão em nós, creando necessidades, provocando sensações e sentimentos, cuja essencia é sempre a mesma; que se pense tão só na massa enorme de associações forçadas que suscita em nós a successão das estações.

Poderíamos buscar toda uma serie de exemplos ao instincto de sociabilidade, que estabelece entre os homens formas de agrupamentos identicos na sua razão de ser e na sua essencia (p. ex, a união dos sexos, a familia), etc. Finalmente, cada agrupamento social tem formas fundamentaes, a que todos os individuos do grupo devem obedecer, sob pena de succumbir; acreditar-se-á, talvez, que a lei não tenha influencia sobre a constituição ou a deformação de uma mentalidade geral? Não é tudo: a civilização, generalizando-se, propaga ao longe este nivelamento uniforme, limitado a principio aos grupos restrictos. Podemos lembrar a influencia da civilização occidental, todas as formas de vida e todas as formas de pensamento que temos em commum, graças a ella, desde os usos mais vulgares da vida social, até as manifestações mais altas da aspiração religiõsa.

Aqui a variedade começaria a apparecer, e seria turvar a vista do facto central, levar mais adeante a pesquisa dos traços communs.

Uma vez feita esta revista, se é que é possível fazel-a sem vertigem, quando nos convencemos que tudo isto, acceito ou não, impõe-se-nos a nós, pésa sobre nós, forma-nos e deforma-nos, na vida do corpo e na vida do espirito; que tudo isto, diga-se o que se disser, salteia a cada instante o nosso cerebro: então bastaria accrescentar uma só cousa para ligar o fio da nossa exposição, depois desta digressão necessaria: aquillo que, sob formas semelhantes, está no primeiro plano da consciencia de todos os individuos de um grupo, acaba por crear entre esses homens um como cerebro commum; ora o que é pensado do mesmo modo tende a exprimir-se tambem da mesma maneira. A todas essas condições concernentes á vida, é preciso ajuntar uma, a mais importante de todas, e que é a razão de ser da linguagem, a *necessidade de communicar o pensamento a outrem e fazer-se comprehender com relação ás cousas essenciaes da vida*. Na constituição da linguagem, esta necessidade imperatoria de fazer que o seu pensamento seja comprehendido por outrem, bastaria para contrabalançar todas as varie-

dades que podem ser surprehendidas na vida dos individuos e dos grupos restrictos.” (20)

Acabamos de vêr como considera a linguistica a lingua fallada. Examinemos agora os conceitos de lingua escripta e lingua litteraria.

Entre nós, commumente, não se faz a necessaria distincção entre uma e outra, antes são confundidas, identificadas. Mas os linguistas contemporaneos insistem, ao contrario, em demonstrar que ellas não são uma só cousa e precisam-lhes os traços caracteristicos, de maneira a estremal-as, com segurança, uma da outra. Habitualmente, pelo facto de que a lingua litteraria é escripta, imaginou-se que a lingua escripta é a mesma litteraria. Nada menos real e verdadeiro. Toda *lingua litteraria* emprega a *palavra escripta* para as suas creações, mas a *lingua escripta*, propriamente dita, não é idioma litterario. A lingua litteraria, que por sua vez constitue a *escripta litteraria*, não tem a naturalidade, a espontaneidade da *lingua escripta*. E' um idioma convencional, e, até certo ponto, producto do artificio do escriptor. A *lingua escripta* não.

Numa palavra, a *lingua escripta* é a que empregam todos os que, fazendo uso da palavra escripta, não fazem paginas de litteratura.

A lingua escripta, diz BALLY, “deve ser nitidamente distinguida da lingua litteraria; na verdade, se de um lado uma expressão litteraria, pertence, por definição, á lingua escripta considerada na sua mais lata extensão, não se segue necessariamente que uma expressão da lingua escripta pertença á *lingua litteraria*”. (21)

“A lingua escripta” escreve ainda elle, “é tão familiar ás pessoas de cultura media quanto o idioma fallado, no sentido de que as cousas que lemos ou escrevemos podem parecer-nos tão naturaes como o tom commum da conversação; e

(20) Ch. Bally — *Traité de Stylistique Française*, vol. 2.º, pgs. 208 a 212.

(21) Bally. *Traité de Stylistique Française*, pg. 224, 1 vol.

todavia, analysada mais de perto, é outra língua, outra pelo vocabulario, outra pela syntaxe, pela construcção e pelo proprio gyro dado ao pensamento. Depois é preciso não confundir *lingua escripta* e *lingua litteraria*, sendo esta apenas uma variedade importante da primeira". (22)

E' a mesma a lição de VENDRYES.

"E' preciso não confundir, diz elle, lingua escripta com lingua litteraria. Embora ambas as noções algumas vezes se confundam, ha casos em que se oppõe e se contrariam. A lingua escripta é muitas vezes a expressão da lingua commum, emquanto que as linguas literarias se distinguem o mais das vezes, desta ultima. Em muitos paizes os homens de letras, poetas ou contistas, formavam uma casta a parte tendo suas tradições, seus costumes e os seus privilegios; a sua lingua tinha pois, todos os caracteres de uma lingua especial, exigia uma iniciação, impunha a aprendizagem de uma technica. Acontecia até que o papel do poeta fosse meio religioso, e certas linguas literarias são ao mesmo tempo linguas religiosas.

"Mesmo fóra de qualquer influencia religiosa, constituíram-se em muitos paizes linguas literarias limitadas a certos empregos determinados. A lingua da epopéa na Grecia é um typo dessas linguas literarias especiaes, formadas pelos trabalhos dos poetas e fixadas uma vez por todas. Quem quer que na Grecia embocasse a tuba épica insuflava-lhe uma linguagem que não correspondia a nenhuma lingua falada". (24)

Se do ponto de vista da arte literaria ou do dogmatismo grammatical, a lingua dos letrados é considerada como o idioma na sua mais alta expressão, "*do ponto de vista da linguística, da sciencia da linguagem, não é esse dialecto artistico o que constitue verdadeiramente a lingua de um povo*". (*)

E' expressivo o factio, tantas vezes apontado, da diversidade de linguagem, empregada por um escriptor, consoante escreva uma simples carta, ou trace uma pagina literaria.

(22) Bally — *Precis de Stylistique*, pg. 63, 64.

(24) "Le Langage". pgs. 321 e 322.

Ao exemplo classico de Cicero, que falava em casa de maneira diversa da que falava no Senado, podemos accrescentar, entre outros, o de Flaubert — o artista maximo. “Flaubert tinha duas maneiras de escrever: a de redigir uma carta familiar e a de compor, no seu estylo trabalhado, as obras literarias. A “escripta artista” é sempre uma reacção contra a lingua commum; é de certo modo uma giria, a giria literaria, que por comportar numerosas variedades e ser differente entre os parnasianos e os symbolistas ou os decadentes, não deixa de ser sempre uma alteração do falar corrente. (25)

A “superstição visual” de que nos fala DAUZAT. (26), a superstição da linguagem escripta é que dá logar a essa scisma, a essa extravagancia de suppor-se seja a lingua literaria a verdadeira lingua de um povo, e ver nas suas manifestações a expressão genuina de um idioma, como se o seu genio, a sua vida, a sua força, nativos, borbotassem da escripta dos homens de letras. Nada mais falso. A linguagem do povo dá tambem ao artista os recursos e os elementos para a sua obra litteraria.

“Convençamo-nos”, diz elle, “de que — contrariamente á opinião espalhada — os escriptores muito pouca influencia têm na evolução das linguas. O povo é o nosso mestre soberano de linguagem: suas sentenças não têm appellação, e o uso justifica tudo, — os solecismos e barbarismos”. (27).

Estudando as causas do prestigio da escripta e do seu ascendente sobre a fórmula fallada, escreveu SAUSSURE:

“Lingua e escripta são dois systemas de signos distinctos; a unica razão do segundo é representar o primeiro; *o objecto linguistico não é definido pela combinação da palavra escripta e da palavra fallada; esta ultima constitue por si só esse objecto.* (*) Mas a palavra escripta se liga tão intimamente á palavra fallada da qual é imagem, que acaba por usurpar

(25) Vendryes op. cit., pgs. 321 a 323.

(26) La Philosophie du Langage, pg. 318.

(27) Dauzat. La Langue Française d'Anjourd'hui pg. 15.

(*) *O grypho é nosso.*

o papel principal; resultando, dahi, que se vem a dar tanta, e até mais importancia á representação do signo vocal, do que ao proprio signo. E' como se acreditássemos que para conhecer alguém, é melhor olhar sua photographia do que o seu proprio rosto.

Essa illusão existiu sempre, e as opiniões correntes que se trazem a tira-collo, acerca da lingua, estão por ella contaminadas. Assim, *acredita-se communmente que um idioma se altera mais rapidamente, quando não é escripto: nada mais falso.* (*) A escripta pode, na verdade, em determinadas condições, tornar mais lentas as alterações da lingua, mas, inversamente, a sua conservação não é de nenhum modo prejudicada pela falta de escripta. O lithuano que se falla ainda hoje na Prussia Oriental e numa parte da Russia, só é conhecido por documentos escriptos, depois de 1540; mas por essa época tardia, elle offerece, no conjuncto, uma imagem tão fiel do indo-europeu quanto o latim do III seculo antes de Jesus-Christo. *Isto é bastante para mostrar quanto a lingua é independente da escripta.*

Certos factos linguisticos muito subteis se têm conservado sem o auxilio de nenhuma notação.

“A lingua tem pois uma tradição oral, independente da escripta e, por outro lado, fixa; mas o prestigio da fórma escripta impede-nos de vê-la. Os primeiros linguistas se enganaram quanto a isso, como já antes delles, se haviam enganado os humanistas”.

E entre as causas desse prestigio da escripta, aponta SAUSSURE a lingua litteraria.

“A lingua litteraria”, diz elle, “augmenta ainda a imerecida importancia da escripta. Ella tem os seus dictionarios, as suas grammaticas; é pelo livro e de accôrdo com o livro, que se ensina na escola; a lingua apparece regulada por um código; ora, esse código é elle proprio uma regra escripta, submettida a um uso rigoroso; a orthographia, eis ahi o que confere á escripta uma importancia primordial.

Acaba-se por esquecer que aprendemos a fallar antes de aprender a escrever, e a relação natural é invertida.

Emfim quando ha desaccôrdo entre a lingua e a orthographia, o debate é sempre difficil de resolver por outrem que não o linguista; mas como este não tem voz em capitulo, a fôrma escripta tem quasi sempre a predominancia, porque toda solução que nella se apoia é mais facil; a escripta se arroga por conta propria uma importancia a que não tem direito". (28).

Esta lição de SAUSSURE acerca da representação da lingua pela escripta, essa analyse das causas da sua ascendencia sobre a fôrma fallada, têm inteira applicação ás relações entre a lingua fallada e a lingua litteraria. Esta, em virtude do prestigio material do elemento graphico, dá tambem a illusão de ser a fôrma principal de um idioma. Mas do que acabamos de vêr resalta, claramente, o engano dos que suppõem caber á lingua escripta, e sobretudo á litteraria a supremacia nas linguas. Para o espirito do linguista, não é a lingua escripta e muito menos a litteraria que constituem o objecto da sua sciencia. Sómente uma velha e teimosa illusão tem levado certos espiritos a pensar, que a palavra escripta é de maior importancia do que a palavra fallada.

Do mesmo modo laboram em grave erro os que acreditam estar na escripta e na lingua litteraria a fixação do idioma. Factos e exemplos attestam que essa fixação se faz independentemente da escripta.

Por outro lado, vemos que as linguas têm uma tradição oral, e que unicamente o indevido prestigio da escripta constitue o principal obstaculo para que essa tradição seja considerada no seu grande e real valor.

Ao tratar dos caracteres geraes da lingua litteraria, salientou CHARLES BALLY que ella é producto de creações e de modificações individuaes da lingua corrente.

O idioma litterario não é, assim, uma criação da lingua collectiva que se forma e estructura inconscientemente. As suas criações resultam da acção voluntaria do escriptor. Nos seus modos de dizer e exprimir ha todo um trabalho da consciencia individual. E esta é uma das razões por que não tem na linguistica a lingua litteraria o valor da lingua fallada.

Extremando a lingua litteraria, da terminologia technica, que tambem por sua vez é criação do individuo, distingue ainda BALLY a primeira da segunda, porque esta modifica a lingua corrente, social, para torna-la mais intellectual e mais impessoal, e a lingua litteraria a transpõe para accomodá-la a uma forma de pensamento essencialmente pessoal, affectiva e esthetica.

Uma e outra não encontram na lingua commum senão um material imperfeito.

Ainda que o escriptor seja um idealista ou um pintor fiel da realidade, a expressão authentica da lingua corrente, não lhe servirá inteiramente. Uma obra litteraria pode dar a illusão de que reflecte a realidade mais immediata, e um estylo pode, na apparencia, confundir-se com a lingua de todos, mas ambos os modos differirão sempre, tanto pelo principio, como pela intenção; emquanto a lingua litteraria fôr o que ella quer ser, uma transposição da realidade, haverá uma lingua litteraria distincta da lingua usual.

Esta differença, que muitas vezes salta aos olhos e noutras muitas escapa quasi inteiramente, não pode ser fixada pelos methodos incertos que a critica litteraria applica aos procesos de expressão". (29)

"Depois de tudo isto, podemos perguntar", diz BALLY "qual é o papel da expressão litteraria no estudo de uma lingua, principalmente de uma lingua estrangeira? Ninguem contestará a importancia da cultura litteraria, e é precisamente por isso que desejamos vê-la num logar onde ella adquiriria

(29) Bally. *Traité de Stylistique*, vol. I, p. 244.

(*) *O versal e o versalete são nossos.*

toda a sua significação. Do que dissemos acima, resulta, que devemos conhecer o essencial da lingua de todos, para apprehender o que ella pode tornar-se, passando através de um grande espirito. A expressão litteraria só é bella por contraste; como poderíamos comprehendel-a, se ignoramos o que ella não é? Quanto á LINGUA MATERNA, o ponto de comparação é perfeitamente conhecido, em compensação, um ensino que põe constantemente a leitura das obras na base de todo estudo de uma lingua estrangeira, termina por dar uma idéa inteiramente falsa, prestando um muito máo serviço á cultura litteraria. ACREDITA-SE CONHECER O FRANCEZ QUANDO SE LEU RACINE, CORNEILLE, LAFONTAINE OU VICTOR HUGO; (*) na realidade, conhecem-se apenas as deformações sublimes que o fizeram soffrer alguns genios, e a originalidade mesma destas deformações apparece mal, na ausencia de todo ponto de comparação. EIS PORQUE A LINGUA USUAL DEVE PERMANECER O CENTRO DE ESTUDO DE UMA LINGUA VIVA, SEM QUE POR ISSO SE TORNE UM ESTUDO UTILITARIO DE TERRA A TERRA". (30)

Se é assim que se passam as cousas no estudo do francez, que diremos, entre nós, a aprendermos a nossa lingua, na analyse das soberbas, mas portuguezas, mas *estranhas*, estro-poes do poema camoneano!

Attentemos na lição de Bally. Estudemos a lingua fallada com o carinho a que ella tem direito. Libertemos o ensino dessa perenne escravidão aos Lusiadas. Façamos ver aos nossos filhos toda a belleza, todo o esplendor, riqueza, colorido, graça, energia da nossa lingua, da lingua brasileira, que nada tem que invejar do idioma que fallam os portuguezes.

Em resumo:

As lições e doutrinas que expuzemos neste capitulo, provam abundantemente quão afastados da sciencia linguistica se encontram os que pretendem collocar o estudo da lingua brasileira do *ponto de vista da grammatica portuguesa;

(30) Bally op. cit., 1.º vol., pg. 249, 2.ª edição.

supõem que ha prazos certos para a evolução e transformação dos idiomas; acreditam que a lingua litteraria é o padrão por onde se ha de aferir a natureza, a estructura de uma lingua-gem; imaginam que devemos escrever como não fallamos; cuidam que a lingua fallada é de somenos importancia; confundem lingua escripta e lingua litteraria; pensam que a vernaculidade de expressão está unicamente na lingua do passado, quando a verdade é toda ao revés dessas opiniões que não podem ser mais precarias e frageis em materia de linguistica e philologia.

CAPITULO VIII

LINGUA E DIALECTO

Diferença entre lingua e dialecto. Que caracteriza uma lingua? Scientificamente, não se distinguem lingua e dialecto. O conceito vulgar e o litterario. Lingua, dialecto dos letrados. Relatividade dos conceitos de lingua e dialecto. A entidade linguistica são os dialectos. Razões porque um dialecto assume o papel de lingua official e commum. — O elemento politico; — sua extraordinaria importancia na vida da lingua-gem; — dialecto de uma nação com soberania politica é lingua. Acção do elemento politico na unidade da lingua nacional. O caso de Portugal: — porque o dialecto de Entre-Douro e Minho constituiu o idioma português. Porque o português é hoje forma principal em relação ao gallego. Porque o dialecto da Ilha de França se tornou o francês. A lingua commum sempre se define por circumstancias extranhas á lingua-gem. Como, por contingencias politicas, uma lingua pode passar a dialecto e um dialecto á condição de lingua. O caso do português. **A LINGUISTICA JUSTIFICA A DENOMINAÇÃO DE LINGUA BRASILEIRA.**

Firmado no capitulo VI o conceito de dialecto e assentadas no capitulo VII algumas noções da linguistica em nossos dias, examinemos aqui as relações existentes entre os conceitos de lingua e dialecto; como se discriminam as diferenças que lhes descobre e reconhece a sciencia.

Que caracteriza uma lingua?

Não é a grammatica, porque ha linguas que não têm nem tiveram nunca uma grammatica.

Não é a litteratura, porque ha linguas que não têm litteratura e ha dialectos que a têm, e das mais altas da humanidade, taes como o jonico antigo e o novo, o eolio, o dorio, o attico, entre os gregos, o provençal entre os francezes, etc.

“Nos idiomas modernos se vê commumente”, escrevem GOW E REINACH, “que um dialecto, o da capital e da côrte, acaba por lograr a supremacia e ser exclusivamente usado na bôa litteratura. Não occorreu o mesmo na Grécia. As obras de Homero, de Safo e de Herodoto não eram menos estimadas em Athenas, pelo facto de não estarem escriptas em dialecto áttico, e os poetas dramaticos de Athenas não desdenhavam tão pouco de utilizar as formas dialecticas dóricas na poesia dos côros. O esplendor intellectual de Athenas deu ao dialecto ático, no seculo IV a de J. C., temporal supremacia; porém os alexandrinos do seculo seguinte se serviram já muito pouco delle, e alguns como Theócrito, voltaram a escrever em dorico e em eolio. Por consequente, se necessita certo conhecimento dos differentes dialectos para estudar a litteratura grega, em quase todas as épocas de sua historia.

1.º O eolio é o dialecto de Alceo, de Safo, e, em três idyllios sómente, de Theócrito. Encontram-se varios *eolismos* nas palavras do beocio que apparece nos *Acarnanios* de Aristophanes, e o mesmo dialecto deixou marca importante em Homero e em Pindaro. Dialectos eolios se falavam em Eólida (Asia Menor), em Lesbos, na Thessalia do Norte e na Beocia.

2.º O *dorico* é em geral, o idioma de Pindaro e de Theócrito. O megariense dos *Acarnanios* de Aristophanes fala em dorico, e se encontram muitas palavras deste dialecto no final de *Lisistracta*, outra comedia de Aristophanes. Muitas fórmulas doricadas se veem nos coros dos tragicos, sobretudo em Eschylo. O dorico é tambem usado em alguns livros do mathematico Archimedes. Os dialectos desta classe eram falados em Corintho, em Megara, em Argos, em Laconia, em muitas colonias da Sicilia e da Magna Grecia (por exemplo, em Siracusa, em Tarento), em Bizancio, Corfú, Cirene, em Creta e em outros lugares.

3.º O *jonico* se falava na maior parte das cidades gregas da costa occidental da Asia Menor e na maior parte das ilhas do mar Egeo. Divide-se-o o commumente em *velho jonico* ou *dialecto épico* (usado por Homero e Hesiodo, e que teve grande

influencia sobre Pindaro e os tragicos da Attica), e em *jonico novo* (usado por Herodoto).

4.º O attico, linguagem de Athenas e da Attica, se considera geralmente como um ramo dos dialectos jonicos. O idioma commum o *KOINÊ DIALEKTOS* da litteratura grega posterior (Polibio, Apiano, etc.), funda-se em grande parte no dialecto attico". (1).

Já MAX MÜLLER, o classico da sciencia da linguagem, havia ensinado que a maior parte das linguas não têm nenhuma criação litteraria.

"Já vimos que a linguagem não tem existencia independente em si: existe no homem, vive sendo fallada, morre em cada palavra que é pronunciada e não é mais entendida. Que a linguagem não tenha sido jamais escripta e não se tenha tornado a expressão de uma litteratura, isto é um facto ACCIDENTAL; *ainda hoje, a maior parte das linguas não produziram nenhuma obra litteraria.*

"Os idiomas litterarios da Grecia, de Roma e das outras nações civilizadas, para os quaes reservamos o nome de *linguas*, devem ser encarados como fôrmas antes artificiaes do que naturaes da linguagem; é nos *dialectos* que se manifesta a vida elementar e natural da linguagem, e máo grado a tyrannia dos idiomas classicos ou litterarios". (2)

Como dizia Whitney, a distincção entre LINGUA e DIALECTO não pertence á sciencia. A' face de criterios exclusivamente linguisticos, ambos são o mesmo phenomeno glotto-logico, encarados de pontos de vista differentes.

O vulgo pôde fazer distincções; o literato, da mesma sorte, pôde distinguil-os de accôrdo com os canones que estabece. E' UMA QUESTÃO DE ORDEM INTEIRAMENTE ALHEIA Á SCIENCIA. Nesta não ha logar para uma distincção *real*. E' sempre á luz de valores á margem da linguistica que se fazem distincções de tal natureza.

(1) J. Gow e S. Reinach — Minerva, pg. 81 a 83.

(2) Max Müller — La Science du Langage, pgs. 146, 147.

Estudando os dialectos, na sua celebrada obra *A VIDA DA LINGUAGEM*, escreveu elle estas palavras:

“Antes de encerrar este capitulo, devemos chamar a atenção para o valor differente das palavras *lingua* e *dialecto*, nas suas relações mutuas. São ellas *dous nomes de uma só cousa*, consoante nos collocarmos num ou noutro ponto de vista. Qualquer conjuncto de expressões que serve de instrumento e de meio de comunicação do pensamento a uma sociedade, por mais limitada e humilde que seja, é uma lingua, e *ninguem dirá que um povo possui um dialecto, mas dir-se-á que possui uma lingua.* (*) Por outro lado, não ha uma lingua no mundo que não possamos chamar, com propriedade, de dialecto, se a considerarmos como um conjuncto de signos linguisticos, relativamente a outro conjuncto. A sciencia da linguagem tornou banal esta distincção; ensinou-nos que os signos empregados por qualquer homem para exprimir-se, constituem a sua lingua, mas que não ha lingua, por mais cultivada, que não seja um dialecto pertencente a certa classe e a certa localidade, grande ou pequena. O inglez escripto é uma das fórmulas do inglez, do qual se servem as classes cultas, para determinado fim, e que tem caracteres dialecticos que o distinguem da linguagem fallada pela mesma classe e mais ainda por outras classes ou secções da communitate ingleza; cada qual destas fórmulas tem o mesmo valor para o estudo comparado da linguagem, que a fórmula chamada de superior. Mas, o inglez, o hollandês, o sueco, etc., são dialectos da lingua germanica, e esta, do mesmo modo que o francez, o irlandez, o bohemio e as outras são dialectos da grande familia, (indo-européa) cujos limites traçamos. *Esta é a significação da palavra na linguagem scientifica.* Na *linguagem popular* (*) que é pouco exacta, tentam-se fazer distincções de grãos e de importancia por meio destas mesmas palavras, e emquanto se reserva para a lingua litteraria de um paiz o nome de lingua, dá-se o nome de dialecto ás formas inferiores. Para o uso commum, estas differenças de

(*) *Os gryphos são nossos.*

accepção convêm bastante; mas, não são de maneira alguma acceitaveis e não fazem parte da sciencia linguistica". (3)

Não é outra a lição de GIACOMO DE GREGORIO, no seu *Manual da Sciencia da Linguagem*:

"A PALAVRA LINGUA, NA SUA ESSENCIA, NÃO EXPRIME NADA QUE DIVIRJA DA EXPRESSÃO DE DIALECTO, pois é: o complexo de signaes oraes, de que um povo se serve, para representar os seus pensamentos.

E assim, para quem considera a *lingua* pelo lado natural, o vocabulo *dialecto* seria mais proprio. A historia effectivamente dá-nos a certeza absoluta de que as chamadas *linguas* não eram primitivamente senão formas de linguagem, usadas apenas numa pequena região. Por outro lado, os glotologos têm observado que, nos idiomas, privados de litteratura, dos povos incultos, se conservam vocabulos antiquissimos, e que as transformações principaes são determinadas mais por influencia do povo, que por influencia dos doutos.

"A lingua das nações não é, em sua origem, senão um dialecto falado numa restricta região. *As condições sociais, e o favor dispensado a tal dialecto pelas classes mais elevadas e pela litteratura, alargaram-lhe o uso e delle fizeram uma lingua.*

O italiano, por exemplo, era o dialecto da Toscana, o espanhol, o dialecto de Castella, o francez, o dialecto da Ilha de França, o arabe, o dialecto coreichytico, o grego, o dialecto attico. Todos os mais dialectos daquellas nações ou daquelles povos poderiam igualmente ter-se convertido em LINGUAS NACIONAIS. (*).

E, assim, a differença unica entre *lingua* e *dialecto* está em que a primeira indica um *dialecto* escolhido convenientemente pelos letrados como meio mais geral de expressão, ou

(3) Whitney — La Vie du Langage, pgs. 146, 147.

(*) O versal é nosso.

(*) Os gryphos são nossos.

por assim dizer, em que a *língua* envolve um uso mais extenso". (4).

FERDINAND DE SAUSSURE, um dos mais altos expoentes da linguística contemporânea, não extrema scientificamente o conceito de *língua* do conceito de *dialecto*. A entidade linguística é o *dialecto* que em virtude de várias causas ou condições, passa a ser considerado *língua*. *As razões de tal denominação são sempre de natureza estranha aos phenomenos linguísticos.* * A adopção do *dialecto* como idioma official do Estado tem sempre grande importancia no caso. Em pagina anterior, ao discutir o conceito de *dialecto*, tivemos occasião de observar que, no entender de Saussure, as diferenças entre os *dialectos* e as *línguas*, em certos casos, se reduzem a diferenças de quantidade e nunca de natureza.

"Entregue a si mesma", diz elle, "a *língua* só conhece *dialectos* dos quaes nenhum usurpa os outros, e por ahĩ está ella destinada a um fraccionamento indefinido. Mas, como a civilização desenvolvendo-se multiplica as communicações, escolhe-se, por uma especie de convenção, tacita, um dos *dialectos* existentes para fazer delle o vehiculo de tudo o que interessa á nação no seu conjunto. São diversos os motivos dessa escolha: ora se dá a preferencia ao *dialecto* da região onde a civilização é mais adiantada, ora ao da provincia que tem a hegemonia politica, e onde tem séde o poder central, ora é uma côrte que impoz o seu fallar á nação.

Uma vez promovido a condição de *língua official e communum*, o *dialecto* privilegiado permanece raramente tal como dantes. Misturam-se-lhe elementos *dialectaes* de outras regiões, torna-se cada vez mais composto, sem perder entretanto inteiramente o seu caracter original: assim, no francez litterario reconhece-se bem o *dialecto* da Ilha-de-França, e o toscano no italiano *communum*".

(4) Giacomo de Gregorio. Manual da Sciencia da Linguagem, pgs. 30, 31 e 32.

”O facto é geral na Allemanha e na Italia, onde por toda parte o dialecto persiste ao lado da lingua official”. (5)

No seu livro A LINGUA PORTUGUEZA escreve ADOLPHO COELHO, a proposito das *Alterações das Linguas*:

“Chama-se differenciação dialectal, o processo pelo qual uma mesma lingua, modificando-se no tempo e no espaço, vem a apresentar formas distintas, segundo as regiões, constituindo *linguas diversas* ou *dialectos*.

A essas formas particulares de linguagem dá-se o nome de linguas quando se consideram independentemente; de dialectos quando são consideradas como variante do mesmo typo. Assim o portuguez considerado em si é uma lingua; considerado em relação ao latim é um dialecto.” (6)

De accordo, pois, tambem, com a lição do philologo portuguez, a differença entre lingua e dialecto é mero resultado dos angulos de visão por que se encara o mesmo idioma. Intrinsecamente não ha, em linguistica, distincções a fazer. O mesmo idioma é, segundo o prisma através do qual é considerado, lingua e dialecto.

“Cada uma das linguas romanicas”, diz RIBEIRO DE VASCONCÉLLOZ, “não é mais do que um dialeto, se a considerarmos em relação á lingua commum donde todas provieram — o latim popular. Em volta de cada um destes dialectos, ha varios codialectos, todos provenientes de um mesmo typo anterior, de uma lingua mais proxima do latim popular, onde tiveram a sua origem, e que serviu de fórma de transição do latim para esse grupo de codialectos.

Não ha dialecto que se não tenha differenciado em varios sub-dialectos, continuando a marcha evolutiva, segundo a lei natural de constante movimento a que nos temos referido, e á qual não escapa nenhuma lingua viva.” (7)

(5) F. De Saussure — Cours de Linguistique Générale, pag. 267 e 268.

(6) Adolpho Coelho. Op. cit., pg. 53 I.

(7) Ribeiro de Vasconcéllöz. Grammatica Historica da Lingua Portuguesa.

Não ha necessidade de recorrer a outros mestres para salientar a relatividade das noções de dialecto e de lingua. Há um logar commum na sciencia. Aqui a indicamos para focalizar apenas um dos aspectos do phenomeno linguistico da maior importancia na distincção entre lingua e dialecto.

Vimos não haver em linguistica um criterio linguistico especifico para distinguir, do ponto de vista estritamente scientifico, glottologico, dialectos e linguas, sendo que a entidade real para a sciencia da linguagem é o dialecto. Sob certos aspectos é elle considerado lingua; mas os caracteres que lhe conferem essa denominação não são de natureza propriamente glottologica ou linguistica. São condições alheias aos phenomenos da vida da linguagem.

Vimos tambem que contingentemente variam as causas que levam um dialecto a ser considerado lingua. A existencia de uma litteratura ou de uma grammatica pode determinar as distincções, outras vezes um dialecto é lingua sem depender da creação litteraria ou da existencia de uma grammatica, tal como acontece com a "maior parte das linguas". Uma condição, porém, confere sempre a um dialecto a qualidade de lingua. Queremos nos referir á condição politica. Como disse Whitney a ninguem lembrará chamar dialecto ao idioma de um povo.

Todo DIALECTO de nação independente, soberana, é LINGUA. De maneira que até podemos tambem dizer que *lingua* é o *dialecto* de um povo livre, de um ESTADO.

Assim, é da maior relevancia, na passagem de um dialecto para a condição de lingua, o elemento de natureza politica. Esse elemento tem uma influencia decisiva e inevitavel.

Vamos ás provas.

Com a propria linguagem da Lusitania verificamos a acção exercida pela ordem politica na transformação dos dialectos em lingua. Não foram razões de natureza linguistica que determinaram a padronização do idioma portuguez. Foi, como em toda a parte, a necessidade de uniformizar a lingua-

gem de um povo organizado politicamente. Foi o phenomeno politico da unidade nacional que exigiu a uniformidade de uma linguagem nacional, para o exercicio do Estado na sua autoridade.

Dentre os varios dialectos fallados nas terras portuguezas, o Estado escolheu um delles para desempenhar a funcção de lingua official, que devia servir de lingua commum a todo o paiz. Foi uma condigão de ordem **EXCLUSIVAMENTE POLITICA** que fez passar o dialecto de Entre-Douro e Minho á qualidade de lingua de toda a nação portugueza.

“O portuguez escripto não foi a principio”, diz SAID ALI, “uma lingua litteraria na accepção que hoje se dá a este termo, e muito menos ainda a expressão do falar do povo. Nos documentos publicos usou-se naturalmente um estylo de chancellaria, algo pretencioso e artificial, proprio para infundir respeito no espirito da ralé. Nas leis e costumes, nos foros outorgados pelos reis, nos accordos e autos, nas cartas, nos alvarás, despachos e sentenças, usou-se sempre essa linguagem convencional, envolta de certa atmosphaera de superioridade, em que mal se saberiam exprimir os homens de baixa condigão.

Nem podia deixar de ser assim. As relações politicas e sociaes aproximavam individuos de pontos differentes do reino, e cada qual vinha com o seu falar nativo. *Portugal não possuia, de facto, uma lingua uniforme, estava retalhado em dialectos. Cumpria haver uma lingua escripta official, que servisse de meio de comunicação a todos.* Um dos dialectos se tomou naturalmente por base para essa lingua escripta e suppõe-se ter sido o de Entre-Douro e Minho, ou interamnense.

O facto de ter a lingua escripta um character nobre e ideal, muito acima do ambiente confuso dos falares plebeus ou da gente rustica, fez com que a cultivasse com amor o rei, a quem mais cumpria saber-a, e a nobresa que se acercava do throno. *A lingua official dos documentos passou a ser o idioma fallado na côrte.* E quando se pensou em escrever

trovas e cantigas, lendas ou chronicas, já não havia que hesitar entre a linguagem culta da aristocracia e os innumerables dialectos portuguezes.” (8)

Falando do gallego e suas relações com o portuguez, porque ambos foram no começo uma só lingua derivada do latim vulgar no rio Minho, disse J. LEITE DE VASCONCELLOS que “o portuguez era FORMA PRINCIPAL”, porque “era LINGUA DE NAÇÃO AUTONOMA, e orgão de rica litteratura”.

“Nos dois lados do rio Minho, desenvolveu-se do latim vulgar da Lusitania, nos primeiros seculos da era christã, uma lingua substancialmente uniforme, embora, talvez, desde sempre, com algumas particularidades dialectaes. Por causa das vicissitudes politicas da Galliza e de Portugal, da idade-media em diante, essas particularidades foram augmentando com o tempo, e constituíram depois o *gallego* e o *portuguez*, embora o *portuguez* seja forma principal, como lingua de NAÇÃO AUTONOMA — e orgão de rica litteratura”.

No trecho citado, o illustre philologo fala tambem em “orgão de rica litteratura” que o portuguez apresenta concomitantemente com o facto de ser lingua de nação autonoma. Mas a primeira condição, de orgão de uma litteratura, não é indispensavel para condição de lingua. O elemento de ordem politica só por si é sufficiente, segundo o proprio Leite de Vasconcellos, conforme se pode ver no que escreveu acerca de mirandez.

“O mirandez”, perguntava elle, “será *lingua* na accepção especial, ou será *dialecto*? No sentido de lingua insulada, já se vê que não, porque está aparentado, de um lado com o asturiano-leonez, do outro com o gallego-portuguez. Como não é instrumento de uma litteratura propriamente dita, pois o que nelle se tem escripto, e só ha pouco tempo, não passa de mera curiosidade philologica; e COMO NÃO É ORGÃO DE UMA NAÇÃO, mas de um povo circumscripto numa limitada zona

(8) Said Ali. Difficultades da lingua Portugueza. Pp. 299. e 300

geographica, a Terra-de Miranda; pode tambem por este lado não merecer o nome de lingua, embora, se os seus phenomenos fossem extremamente importantes, a consideração da idéa de litteratura e de nação nada valesse, como acontece com o vasconço que é lingua, e de nenhum modo dialecto". (9)

Do que acabamos de transcrever, claramente se deprende que por tres razões poderia o mirandez ser considerado lingua: a) se fosse instrumento de uma litteratura; b) se fosse órgão de uma nação; e) se os phenomenos fossem extremamente importantes.

Neste ultimo caso, independentemente de litteratura e de órgão de uma nação, seria, como o vasconço, uma lingua.

Mas como não tem litteratura, e não é idioma de uma nação, nem tem "phenomenos extremamente importantes", o mirandez não é lingua. De qualquer sorte se verifica que, para Leite de Vasconcellos, bastaria a condição de ser "ORGÃO DE UMA NAÇÃO", para que o idioma de Terra de Miranda merecesse a denominação de lingua.

Para o mestre da philologia portugueza, a condição politica é sufficiente para conferir a uma fala a categoria de lingua.

Identica é tambem a lição de LITTRÉ.

Na sua "HISTORIA DA LINGUA FRANCESA", claramente demonstrou elle como, graças ao factor de ordem politica é que, dentre os dialectos, se constituiu o FRANCÊS.

Foi a unidade nacional, a centralização do poder politico que deu a *lingua d'oil*, ao dialecto da Ilha de França, a prerogativa de lingua.

Na pagina do insigne pensador vemos ainda uma vez como a passagem de um dialecto á condição de lingua é phenomeno de natureza politica.

Traçando a formação da lingua da sua patria escreveu o sabio francez:

(8) Leite de Vasconcellos. Estudo de Philologia Mirandesa, volume 2.º, pgs. 71-72.

“De todos esses dialectos, ou, se quizerem, de todos esses patois, qual foi o que devia ter a fortuna de tornar-se a lingua das letras e, por conseguinte, a lingua commum do paiz? Isto dependeu evidentemente dos acontecimentos politicos. Foi a usurpação de Hugo-Capeto que decidiu; ella fixou a cabeça do systema feudal em Paris. Emquanto este systema esteve em pleno vigor e a realza não teve, sobre outros vassallos, tão poderosos quanto ella, outra prerogativa senão a de receber delles fidelidade e homenagem, as linguas d’oc e d’oil floresceram com os seus dialectos; e se, nos seculos 11 e 12, alguém tivesse annuciado aos trovadores que se approximava o momento em que o seu brilhante idioma perderia, no seu proprio paiz, a primazia, quem teria acreditado em prophcias tão pouco verosimeis? Entretanto foi assim; crescente a unidade real, a diversidade provincial diminuiu, e pouco a pouco o falar da Ilha de França, de Paris e de um raio mais ou menos extenso, prevaleceu. Mas esse dialecto da lingua d’oil, tornando-se lingua geral, e expondo-se assim a toda sorte de contactos, fez emprestimos multiplicados a todos os seus visinhos, ou melhor recebeu emprestimos que não estão de accordo com a sua analogia propria, e é o que os torna reconheciveis ainda hoje”.

E no “Complemento do Prefacio” do seu grande dictionario, ao explicar a natureza dos dialectos francezes e dos patuás, mostrando que elles “teem uma communidade fundamental”, escreveu tambem Littré:

“Ha dialectos emquanto subsistem os grandes feudos; ha *patois* quando a unidade monarchica absorve esses centros locais”. De maneira que a causa da formação dos *patois* não é de natureza linguistica, mas politica. A centralisação do poder politico, na unidade da monarchia, é a causa da existencia do conceito de *patois*. *Patois* é o dialecto de um feudo que desapareceu. E’ por consequencia um simples effeito da evolução politica da França. Na França feudal o idioma de um feudo era dialecto, no regime politico que succede ao feudalismo na França, o mesmo dialecto do feudo é um

(11) Littré, op. cit., 2., pgs. 101 a 103.

patois.. Não ha no caso nenhum phenomeno de natureza linguistica. Tudo é obra da vida politica da nação.

E a razão foi a seguinte:

“Perecendo nos começos da idade media o poder nas mãos dos Carlovingios e a suzerania substituindo a soberania, acontece que as provincias se constituiram com chefes hereditarios que lhes eram proprios, a Ilha de França, a Normandia, a Borgonha, a Champanha, a Viromandia e o resto. Quando a realza mudou de mãos, o rei de França tinha por vassallos todos esses chefes que lhe deviam fidelidade e homenagem, nada mais; quanto á suas possessões directas era elle apenas um senhor.

Assim, grandes provincias se haviam constituido com inteira independencia, salvo o laço feudal.” (12)

Que se passou então de referencia a linguagem? O idioma de cada feudo tinha completa independencia em relação aos outros, e ao idioma da propria séde do poder real. E por esta razão eram todos dialectos. Não havia ainda uma lingua, isto é, um idioma nacional. Todos os dialectos valiam o mesmo. Os documentos officiaes de cada feudo eram escriptos no idioma da localidade.

No fim do seculo XIV, porém, o poder monarchico adquiriu a supremacia; as provincias já haviam perdido muito do seu character feudal. “Paris se torna uma capital, e simultaneamente se estabelece uma lingua commum, empregada por todos que escrevem, qualquer que seja a localidade a que pertençam. E’ nesse momento que os dialectos deixam de existir em França; substituem-nos os *patois*”. (13)

Essa pagina de Littré mostra-nos, com a nitidez de um filme em camara lenta, a natureza politica da criação da lingua nacional franceza.

E’ por effeito exclusivo do curso da historia politica da França que um dialecto, o da Ilha de França, adquire os foros de lingua nacional. Não concorre para esse acontecimento nenhum facto de natureza extranha á politica.

(12) E. Littré, Dictionnaire de la Langue Française. Complément de la Préface, pg. XLV.

(13) E. Littré op. cit., pg. XLV.

O mesmo pensamento, de referencia á acção politica na formação de uma lingua *commun*, se encontra em VENDRYES. O dialecto, diz elle, “é antes de tudo uma entidade linguistica. Ainda quando se leve em conta as circumstancias externas na constituição dos dialectos, resta sempre que estes repousam essencialmente sobre um desenvolvimento natural dos elementos da linguagem.

Não acontece o mesmo com a LINGUA COMMUN. Esta se define SEMPRE POR CIRCUMSTANCIAS EXTRA-NHAS Á LINGUAGEM. E’ devida á *extensão de um poder politico organizado*, á influencia de uma classe social preponderante ou á supremacia de uma litteratura; qualquer que seja a origem que se lhe reconheça ha sempre RAZÕES POLITICAS, SOCIAES ou ECONOMICAS que contribuem para mantel-a”. (14)

“Não tem a importancia que hoje se concede”, escrevia BEJARANO, já em 1902, “a distincção entre lingua e dialecto, SEM QUE EM RIGOR HAJA OUTRA DIFFERENÇA SENÃO A DE SER LINGUAGEM OFFICIAL DE UMA NAÇÃO OU NÃO SEL-O. O gallego e o castelhano se encontravam no principio da reconquista hespanhola um em face do outro, e ainda mais formado e maduro o primeiro. Se a série de circumstancias que motivaram á preponderancia de Castella se tivessem dado em ordem inversa, *o gallego seria o idioma e o castelhano o dialecto*. Mais ainda: o gallego dilatou-se pelo occidente da Hespanha e recebeu o nome de portuguez, sendo lingua official na nação vizinha e saltando o Atlantico para vibrar em outros continentes.

“Uma lingua pode degenerar em dialecto se o povo que a fala deixa de ser nação, como succedeu á formosa lingua provençal na França; um dialecto pode ascender á lingua se o povo que a fala se organiza de maneira independente, como aconteceu *ao gallego em Portugal*.” (15)

Em conclusão:

Á luz do que acabamos de vêr, o idioma nacional é, de

(14) Le Langage, pg. 308.

(15) M. M. Bejarano — Litteratura, tomo I, pg. 350.

pleno direito, a LINGUA BRASILEIRA. As lições da linguística justificam que assim o consideremos. A condição politica lhe assegura e confere essa denominação. E' o nosso idioma um dialecto do portuguez. Mas esse dialecto é a linguagem de uma nação soberana na vida internacional. E' a nossa "*lingua comum*". E' a nossa "*lingua escripta*". E' a lingua que todos fallamos. E' a lingua que todos escrevemos, com excepção apenas dos litteratos que usam o dialecto dos classicos portuguezes. E, se acaso para o seu valor fosse preciso a existencia de uma litteratura, não deixaria por isso o nosso dialecto de ser a LINGUA BRASILEIRA. Nelle já estão lavradas algumas das mais bellas paginas das nossas letras, em todos os tempos.

OBRAS CONSULTADAS PARA ESTE VOLUME

- J. RIBEIRO — A Lingua Nacional.
 VARNHAGEN — Florilegio Brasileiro.
 GONÇALVES DIAS — Carta ao Dr. Pedro Nunes Leal. — (Estante Classica da Revista de Lingua Portuguesa vol. VII) (1921).
 JOSE' DE ALENCAR — Postscripto á 2.^a Ed. de "Iracema".
 PINHEIRO CHAGAS — Novos Ensaios Criticos.
 MAGALHÃES LIMA, JAYME DE — A Lingua Portuguesa e os seus misterios.
 QUINTILIANO — De l'Institution Oratoire.
 OSCAR WILDE — Opinions de Litterature et d'Art.
 SYLVIO ROMERO — A poesia popular no Brasil. (Revista Brasileira) vol. V Ed. Midozi.
 COUTO DE MAGALHÃES — O selvagem. Anchieta, as Raças e Linguas Indigenas.
 PARANHOS DA SILVA — O Idioma do Hodierno Portugal comparado com o do Brasil. Questões de Linguistica — (Revista Brasileira. VII. Ed. Midozi).
 BAPTISTA CAETANO — Rascunhos sobre a Grammatica da Lingua Portuguesa. — Ensaios de Sciencia.
 RODOLPHO GARCIA — Diccionario de Brasileirismos.
 LEITE DE VASCONCELLOS — Esquisse d'une Dialectologie Portugaise. Dialectos Alemtejanos — Dialectos interammenses — Dialecto Brasileiro. — Estudos de Philologia Mirandesa.
 PACHECO JUNIOR — O Dialecto Brasileiro — (Revista de Lingua Portuguesa tomo V. Ed. Midozi).
 MENCKEN (H. L.) — The American Language.
 GIACOMO DE GREGORIO — Manual da Sciencia da Linguagem.
 EDUARDO CARLOS PEREIRA — Grammatica Expositiva — Grammatica Historica.
 JOÃO DE BARROS — Grammatica da Lingua Portuguesa.
 ADOLPHO COELHO — A Lingua Portuguesa.
 THEOPHILO BRAGA — Manual de Historia da Litteratura Portuguesa. Parnazo Português moderno. — Curso de Historia da Litteratura Portuguesa.
 J. J. NUNES — Compendio de Grammatica Historica Portuguesa.
 GONÇALVES VIANNA — Juizo Critico, in "O Problema da collocação dos Pronomes, de Candido de Figueiredo. Palestras Philologicas.
 MAXIMIANO GONÇALVES — Pontos de Grammatica Historica.
 RUY BARBOSA — Réplica.
 RIBEIRO DE VASCONCELLOZ — Grammatica Histórica da Lingua Portuguêsa.
 VITERBO — Elucidario.
 ALDRETE (B) — Del Origen y Principio de la Lengua castellana.

- BRICIO CARDOSO — Tratado da Lingua Vernacula.
 A. DAUZAT — La langue française d'Aujoud'hui.
 JOSE' VERISSIMO. — Questões de Lingua Portuguesa — Estudos de Litteratura — Sexta Serie.
 A. MEILLET — Les Langues dans l'Europe Nouvelle. Ed. 1928.
 CASTILHO (ANTONIO) — Colloquios Aldeões.
 JOHN RUSKIN — Las Piedras de Venecia.
 EÇA DE QUEIROZ — O Mandarim.
 CARNEIRO RIBEIRO — A Redacção do Projecto do Codigo Civil e a Réplica do Dr. Ruy Barbosa.
 VIRGILIO DE LEMOS — A Lingua Portuguesa no Brasil.
 JOÃO RIBEIRO — Diccionario Grammatical.
 AMADEU AMARAL — Dialecto Caipira.
 ANTENOR NASCENTES — O Linguajar Carioca. O Idioma Nacional. vol. IV.
 TESCHAUER (Carlos) — Poranduba Rio Grandense.
 MARROQUIM (Mario) — A Lingua do Nordeste.
 J. VENDRYES — Le Langage.
 CICERO — Oeuvres Completes. tom 1.º Brutus.
 F. SAUSSURE — Cours de Linguistique Générale.
 BLUTEAU (R) — Vocabulario Portuguez e Latino.
 PACHECO JUNIOR E LAMEIRA DE ANDRADE — Grammatica Historica da Lingua Portuguesa.
 DAUZAT (A.) — La Philosophie du Langage.
 BALLY (Ch.) — Traité de Stylistique Française.
 SAINTE BEUVE — Nouveaux Lundis vol. 6.º.
 ROUSSEAU (J. J.) — Oeuvres Completes vol. 3.º.
 REMY DE GOURMONT — Le Latin Mystique.
 JESPERSEN (O.) — L'Individu et la Communauté Linguistique (Journal de Psychologie Normale et Pathologique) n.º 7.
 MAX MÜLLER — La Science du Langage.
 GOW E S. REINACH — Minerva.
 WHITNEY (W. D.) — La vie du Langage.
 SAID ALI — Difficuldades da Lingua Portuguesa.
 BEJARANO (M. M.) — Litteratura.
 LITTRE' (E.) — Histoire de la Langue Française.
 LITTRE' — Dictionnaire de la Langue Française.
 A. MEILLET — Linguistique Historique et Linguistique Générale.
 EDUARDO CARLOS PEREIRA — Grammatica Expositiva. — Grammatica Historica.
 EUGENE BARET — Histoire de la Litterature Espagnole.
 MENDES DOS REMEDIOS — Introducção á Historia da Litteratura Portuguesa.
 A. HOVELACQUE — La Linguistique.
 G. MILLARDET — Linguistique et Dialectologie Romanes Problèmes et Méthodes.
 W. MEYER-LÜBKE — Introducção ao Estado da Glotologia Romanica

* Este livro foi composto e impresso nas oficinas da Empresa Graphica da "Revista dos Tribunaes", á rua Conde de Sarzedas, 38 — São Paulo, para a Companhia Editora Nacional, em março de 1940.